



SÉRIE II
NÚMERO 8

cadernos do arquivo municipal

JULHO - DEZEMBRO 2017

LISBOA MEDIEVAL

coordenação Amélia Aguiar Andrade e Mário Farelo



A revista **Cadernos do Arquivo Municipal** é editada semestralmente (junho e dezembro) pelo Arquivo Municipal de Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, Portugal, com o objetivo de divulgar o conhecimento do acervo à sua guarda. Publica artigos, sujeitos a arbitragem científica, sobre temas diversificados que tenham por base a documentação do Arquivo. O conteúdo da revista é dirigido a investigadores, utilizadores do Arquivo e estudiosos da cidade de Lisboa.



cadernos do arquivo municipal

FICHA TÉCNICA

Cadernos do Arquivo Municipal

ISSN 2183-3176

Arquivo Municipal de Lisboa / Câmara Municipal de Lisboa

2.ª série n.º 8 julho - dezembro 2017

<http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/>

Periodicidade semestral

Direção

Helena Neves

Coordenação Científica

Amélia Aguiar Andrade e Mário Farelo

Coordenação Editorial

Marta Gomes

Conselho Editorial

Aurora Almada e Santos (Arquivo Municipal de Lisboa/CML, Portugal;

IHC-Instituto de História Contemporânea, FCSH/Universidade NOVA de Lisboa, Portugal)

Marta Cristina Rebelo da Silva Gomes (Arquivo Municipal de Lisboa/CML, Portugal)

Nuno Gomes Martins (Arquivo Municipal de Lisboa/CML, Portugal)

Sandra Cunha Pires (Arquivo Municipal de Lisboa/CML, Portugal; CEHCP-Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, Portugal)

Sara de Menezes Loureiro (Arquivo Municipal de Lisboa/CML, Portugal)

Revisão Bibliográfica

Denise Santos

Publicação

Arquivo Municipal de Lisboa

Edição

Câmara Municipal de Lisboa | Direção Municipal da Cultura | Departamento de Património Cultural | Divisão de Arquivo Municipal

Conceção Gráfica

Joana Pinheiro

Capa

Arquivo Municipal de Lisboa, [Capitular]. *Livro 1º de Cortes*, doc. nº 3.

Reprodução fotográfica por Arquivo Municipal de Lisboa/Claudia Damas.

Todos os direitos reservados

Contactos

Arquivo Municipal de Lisboa

Rua B ao Bairro da Liberdade lote 3 a 6 - 1070-017 Lisboa

Telefone: 213 807 100

E-mail: am.cadernos@cm-lisboa.pt

Conselho Científico

André Pinto Dias Teixeira (CHAM-Centro de Humanidades, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa e Universidade dos Açores; Departamento de História, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Portugal)

Armando Luís Gomes de Carvalho Homem (FL-Faculdade de Letras, Porto, Portugal; Universidade Autónoma de Lisboa, Portugal)

Dejanirah Silva Couto (Section Sciences Historiques et Philologiques, École Pratique des Hauts Études, França)

Edite Maria da Conceição Martins Alberto (DPC-Departamento de Património Cultural, Câmara Municipal de Lisboa, Portugal; CHAM-Centro de Humanidades, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa e Universidade dos Açores, Portugal)

Hélder Alexandre Carita Silvestre (IHA-Instituto de História da Arte, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Portugal)

Jorge Manuel Rios da Fonseca (CHAM-Centro de Humanidades, FCSH, Universidade de Lisboa e Universidade dos Açores, Portugal)

José Manuel Louzada Lopes Subtil (Universidade Autónoma de Lisboa, Portugal)

Julio Cerdá Diaz (Universidad Carlos III de Madrid; Ayuntamiento de Arganda del Rey, Servicio de Archivos y Gestión Documental, Espanha)

Maria Fernanda Baptista Bicalho (Departamento e Programa Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Brasil)

Maria Raquel Henriques da Silva (IHA-Instituto de História da Arte, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Portugal; Departamento de História da Arte, Universidade NOVA de Lisboa, Portugal)

Sílvio de Almeida Toledo Neto (DLCV-Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, Brasil)

Teresa Leonor Magalhães do Vale (ARTIS-IHA-Instituto de História da Arte, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Portugal)

Cadernos do Arquivo Municipal é uma revista com arbitragem científica (*peer review*) referenciada e indexada nos seguintes repositórios/bases de dados internacionais:

DOAJ

ERIH PLUS

Catálogo LATINDEX (nº de Fólio 23733)

SHERPA/RoMEO

SÉRIE II
NÚMERO 8

cadernos do arquivo municipal

JULHO - DEZEMBRO 2017

LISBOA MEDIEVAL

coordenação Amélia Aguiar Andrade e Mário Farelo

ISSN 2183-3176

Comissão Externa de Avaliadores

2º semestre 2017

■ Arnaldo de Sousa Melo (DH-Departamento de História, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Portugal; Lab2Pt, Universidade do Minho, Portugal).

■ Carlos Guardado da Silva (CEC-Centro de Estudos Clássicos, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Portugal)

■ José Manuel Henriques Varandas (CH-Centro de História, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Portugal)

■ Manuel Fialho Silva (GEO-Gabinete de Estudos Olisiponenses, Câmara Municipal de Lisboa, Portugal; CH-Centro de História, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Portugal)

■ Manuela Santos Silva (CH-Centro de História, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Portugal; Departamento de História, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Portugal)

■ Maria José Azevedo Santos (CHSC-Centro de História da Sociedade e da Cultura, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Portugal)

■ Miguel Gomes Martins (GEO-Gabinete de Estudos Olisiponenses, Câmara Municipal de Lisboa, Portugal; IEM-Instituto de Estudos Medievais, FCSH/ Universidade NOVA de Lisboa, Portugal)

Editorial	9
Helena Neves	
Introdução	11
Amélia Aguiar Andrade e Mário Farelo	
Artigos	
Abastecimento e consumo de pescado – alguns aspetos do quotidiano na Lisboa dos séculos XIV e XV	17
Supply and fish consumption – some aspects of every day life in Lisbon of the 14th and 15th centuries	
Maria Manuela Catarino	
Sistemas de circulação de água e poder na Lisboa medieval	37
Water circulation systems and power in medieval Lisbon	
Luís Ribeiro Gonçalves	
Alcântara: um moinho de maré medieval no termo de Lisboa (séculos XIII a XVIII)	55
Alcântara: a medieval tide mill in the periphery of Lisbon (13th to 18th centuries)	
Ana Cláudia Oliveira Silveira	
As casas régias construídas sobre a quinta do conde de Barcelos no arrabalde de Santa Maria do Alcamim, à Achada, atual Bairro de São Cristóvão. Dinâmicas sociais e urbanas nos séculos XIV a XVI	87
The King's houses built on the farm of the Count of Barcelos in the suburb of Santa Maria do Alcamim, at Achada, present District of São Cristóvão. Social and urban dynamics in the fourteenth to sixteenth centuries	
João Miguel Ferreira Antunes Simões	
Da escrita gótica à humanística na documentação da Câmara de Lisboa: Em torno da escrivãzinha municipal quinhentista	119
From gothic to humanistic writing in the documentation of the Lisbon City Council: Around the sixteenth-century municipal desk	
Jorge Ferreira Paulo	
<i>Documenta</i>	
Documentos medievais nos processos de reconhecimento de foros modernos no Arquivo Municipal de Lisboa	161
Pedro Pinto	
O abastecimento de carne à cidade de Lisboa (1495-1516): registos inéditos	166
Maria Filomena Melo	
<i>Varia</i>	
Lisboa medieval: um tema de investigação no Instituto de Estudos Medievais	205
Amélia Aguiar Andrade e Mário Farelo	
Fontes medievais do Arquivo Municipal de Lisboa para o estudo dos hospitais	237
Aurora Almada e Santos, Denise Santos, Nuno Martins, Sandra Cunha Pires, Sara de Menezes Loureiro	
Recensão	
FONTES, João Luís Inglês; OLIVEIRA, Luís Filipe; TENTE, Catarina; FARELO, Mário; MARTINS, Miguel Gomes, coord. – Lisboa medieval: gentes, espaços e poderes. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2017.	276
Maria Amélia Álvaro de Campos	

Editorial

Helena Neves

O número 8 da revista *Cadernos do Arquivo Municipal* dá continuidade à exploração do valioso acervo do Arquivo Municipal de Lisboa.

Pela primeira vez apresentamos uma edição exclusivamente dedicada à Lisboa medieval.

Este trabalho só foi possível graças à parceria com o Instituto de Estudos Medievais. De facto, desde janeiro de 2015 que esta parceria se tem vindo a firmar, materializando-se na organização de um workshop sobre Lisboa medieval (2015), no Congresso Nacional *Desvendar memórias: arquivo e história medieval* (2016), no presente número da revista *Cadernos do Arquivo Municipal* (2017) e na exposição que pretendemos levar a público em 2018, subordinada ao tema *Pão, carne e água: memórias de Lisboa medieval*.

Não posso deixar de agradecer a colaboração da Professora Doutora Amélia Aguiar Andrade e do Doutor Mário Farello que asseguraram a coordenação científica deste número da revista.

Cabe ainda uma palavra de agradecimento a todos os elementos do Conselho Científico, da Comissão Externa de Avaliadores e do Conselho Editorial sem os quais esta edição não seria possível.

De relevar a importância dada pelos autores, que colaboraram neste número, às fontes disponíveis no Arquivo Municipal de Lisboa, utilizando-as na fundamentação da argumentação científica dos seus artigos. Este facto comprova a relevância dessas fontes para a produção de conhecimento sobre a Idade Média, as quais estão ainda parcialmente estudadas.

A Divisão de Arquivo Municipal continua empenhada no seu tratamento e disponibilização a todos os interessados.

Introdução

Amélia Aguiar Andrade*

Mário Farelo**

A história da Lisboa medieval regista atualmente um renovado dinamismo. Depois dos estudos de recorte institucionalista de meados do século XX e da insistência no conhecimento sociológico dos grupos de poder da cidade nas últimas décadas, a história da Lisboa medieval beneficia hoje de uma diversificação dos seus objetos de trabalho. Por um lado, aprofundam-se caminhos já trilhados, nomeadamente em torno das elites urbanas da urbe, permitindo um olhar atualizado sobre a sua implantação e recrutamento, sem esquecer as relações de domínio que o rei, as oligarquias camarárias e o alto clero exerceram sobre as restantes «forças» sociais da cidade. Pelo outro, a crescente consciencialização dos medievalistas para a importância da área patrimonial tem possibilitado um estreitar de relações da História com a História da Arte e a Arqueologia, com resultados

* IEM - Instituto de Estudos Medievais, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa, 1069-061 Lisboa, Portugal.

Professora catedrática de História Medieval da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Membro do Instituto de Estudos Medievais, do qual foi Diretora entre 2011 e 2015. Integra o comité científico da European Association for Urban History (desde 2008), o ESF College of Expert Reviewers e o Comité Científico de Nájera: Encuentros Internacionales del Medievo (desde 2005). Integrou, em 2009/2010, o *review panel* do Eurocores programmes in the Humanities da ESF para o concurso subordinado ao tema *European Comparisons in Regional Cohesion, Dynamics and Expressions* (EuroCORECODE). A sua investigação desenvolve-se em torno do estudo da articulação entre espaços e poderes, nomeadamente ao nível dos contextos urbanos no Portugal medieval. Coordenou dois projetos de investigação financiados pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, participando regularmente em projetos de investigação no estrangeiro, particularmente em dois projetos europeus.

Correio eletrónico: amelia.andrade@fcsh.unl.pt

** IEM - Instituto de Estudos Medievais, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa, 1069-061 Lisboa, Portugal.

CEHR - Centro de Estudos de História Religiosa, Universidade Católica, 1649-023 Lisboa, Portugal.

CHUL - Centro de História da Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1600-214 Lisboa, Portugal.

Mestre-ès-Arts (1999), mestre e doutor em História Medieval (2004 e 2009). Bolseiro de pós-doutoramento da FCT entre 2009 e 2014. Membro do Instituto de Estudos Medievais, do Centro de Estudos de História Religiosa e do Centro de História da Universidade de Lisboa. O seu trabalho tem incidido de forma particular sobre a história da Lisboa medieval, nomeadamente no que respeita ao estudo do recrutamento e da institucionalização das elites de poder lisiponenses no período medieval. Tem como outras áreas de trabalho a História eclesiástica, urbana, diplomática e cultural do reino de Portugal.

Correio eletrónico: mario.farelo4@gmail.com

importantes para o estudo da cultura material e do património documental, arquitetural e artístico da cidade no passado, como aliás testemunham alguns anteriores dossiês temáticos dos *Cadernos*.

Para este dinamismo contribuiu o trabalho desenvolvido nos últimos anos pelo Arquivo Municipal em termos de disponibilização do seu acervo, através da elaboração de instrumentos de descrição documental ou da digitalização dos documentos custodiados e a posterior colocação em linha. Com a recente publicação do *Livro dos Pregos*, o arquivo camarário assumiu a sua responsabilidade de facilitar o acesso ao seu acervo e de combater algo conhecido de todos os medievalistas: o facto de a publicação de fontes sobre a Lisboa medieval permanecer, em termos gerais, muito aquém do desejado e do necessário.

A crescente acessibilidade (digital) das fontes, aliada ao incentivo da ligação entre as entidades detentoras e os centros de investigação, tem adjuvado também um *crescendo* na investigação sobre a Lisboa medieval. Neste particular, destaca-se o projeto científico dirigido pelo Arquivo Municipal de Lisboa e pelo Instituto de Estudos Medievais, destinado a valorizar a documentação medieval conservada pelo primeiro e que justifica o dossiê temático apresentado neste número dos *Cadernos do Arquivo Municipal*, com a coordenação de dois membros do segundo.

Um dos objetivos propostos por este projeto é o estudo dos fundos documentais custodiados pelo arquivo camarário com informações substantivas para o conhecimento das atividades produtivas dos lisboetas e das lutas constantes para abastecer a cidade no período medieval, continuando o trabalho iniciado há várias décadas pela professora Iria Gonçalves. Pretendeu-se com este número temático responder a esse desafio, reunindo-se para o efeito um conjunto de textos que, na sua maioria, abordam temas ligados à questão do abastecimento da cidade. Um desafio que se propõe, de igual modo, amenizar uma tendência sentida pela investigação sobre Lisboa medieval, a saber uma falta de equilíbrio na cronologia. Centrada no estudo das instituições, das pessoas e dos seus relacionamentos para os séculos XIII e XIV, existe ainda hoje um nítido atraso no conhecimento da documentação quatrocentista do arquivo e da própria história da cidade.

Refira-se que esse dossiê espelha também algumas das dificuldades sempre sentidas por muitos dos organizadores deste tipo de publicação científica: o facto de a investigação se encontrar por diversas vezes ainda em curso, assim como da impossibilidade de muitas contribuições chegarem a letra de forma, muito por culpa da multiplicidade das solicitações científicas que recaem sobre os especialistas.

Resultante de uma chamada de artigos, o dossiê que agora se apresenta resulta algo compósito. A um núcleo de três artigos ligados à temática do abastecimento, seguem-se dois outros trabalhos que espelham justamente alguns dos caminhos seguidos pela história da Lisboa medieval nos últimos tempos, a saber a reconstituição do património régio na cidade, assim como a escrita na urbe, aqui observada à luz da evolução da prática escriturária na escrivania camarária. A mesma dupla orientação presidiu à constituição das contribuições da seção *Documenta*. Nesta última, o leitor poderá consultar uma fonte ímpar para o conhecimento dos agentes do abastecimento de carne a Lisboa em inícios do século XVI, assim como duas peças ligadas à gestão patrimonial na

cidade, ilustrativas da possibilidade de alguns fundos arquivísticos, constituídos no essencial com documentação moderna, poderem constituir pontos de acesso privilegiado a informações sobre temáticas medievais.

No que respeita à organização do dossiê, Manuela Catarino propõe um périplo pelo abastecimento do pescado à cidade no período tardomedieval, destacando a importância do seu consumo na Idade Média, para depois se centrar nos seus diversos aspetos, da captura e do seu transporte a Lisboa, à sua venda e confeção. Indicador da participação do poder camarário na gestão dos recursos alimentares, o caso do pescado aqui entrevistado coloca em relevo os problemas associados ao abastecimento de uma cidade tão multifacetada do ponto socioeconómico como Lisboa.

Por sua vez, os dois artigos seguintes centraram a sua atenção na utilização e exploração de recursos aquíferos. Luís Ribeiro Gonçalves procurou rastrear os usos da água na Lisboa medieval e reconstituir as diversas componentes dos sistemas de água da cidade, muitos deles organizados antes da Época Moderna. Mais do que meros recursos dotados de uma geografia e operacionalidades específicas, o autor sublinhou o seu papel enquanto elementos essenciais de um processo de gestão de recursos no qual intervinham, como seria de esperar, a instituição camarária e a Coroa.

Ana Cláudia Silveira chama a atenção, no seu trabalho de recorte diacrónico sobre um moinho de maré em Alcântara, para as potencialidades da água – e no caso específico do rio Tejo – para as comunicações, para a irrigação dos solos e como fornecedor de energia motriz para diversos engenhos de moagem. Estes últimos, enquanto valiosos equipamentos de transformação, propiciam um conjunto de rendimentos que fazem deles objetos preferenciais da atenção dos terratenentes leigos e eclesiásticos presentes da cidade de Lisboa.

A propriedade imobiliária constituiu o tema do artigo de João Miguel Simões, centrado no estudo da identificação dos proprietários e da estruturação do espaço entre o Chão do Alcamim e da Igreja de São Cristóvão ao longo de um arco cronológico desde o século XIV ao século XVI. Percebe-se da investigação que este último evoluiu, ao longo do tempo, com o acelerar da sua urbanização do período medieval e, concomitantemente, com a crescente depreciação do seu valor imobiliário, apesar da instalação no seu seio de paços pertencentes a membros da nobreza e do clero ligados aos monarcas portugueses. A desvalorização das rendas seria assim, para o autor, uma das formas pelas quais os poderosos controlaram socialmente o referido espaço.

Por último, Jorge Ferreira Paulo reconstituiu a passagem da escrita gótica à escrita humanística no seio da atividade burocrática da Câmara Municipal, pela via da análise da produção escriturária do seu escrivão Cristóvão de Magalhães e de seus filhos. Pelo estudo das formas e das práticas gráficas em uso na escrivania municipal, o autor contextualizou e caracterizou um processo pontuado pelas vontades dos seus agentes e que constitui um testemunho de uma passagem de época e da influência da Coroa sobre a atividade camarária.

No seguimento da colaboração desenvolvida pelas instituições supracitadas, a secção *Varia* pretende dar conta do comprometimento de cada uma delas com a história da cidade no período medieval. Assim, a primeira

contribuição analisa e apresenta a produção científica dos membros do Instituto de Estudos Medievais, na última década e meia, sobre a referida temática (sendo um dos seus últimos produtos justamente objeto de atenção na secção *Recensões*). A segunda, da responsabilidade do Arquivo Municipal, disponibiliza um importante catálogo da documentação custodiada por esta instituição, no relativo às instituições de assistência que se encontraram sob gestão municipal no período medieval.

Fruto de um trabalho coletivo, cumpre-nos agradecer à diretora da revista, Helena Neves, à Coordenadora e ao Conselho Editorial dos *Cadernos*, Marta Gomes, Aurora Almada e Santos, Denise Santos, Nuno Martins, Sandra Cunha Pires e Sara de Menezes Loureiro as facilidades concedidas para a realização deste número. Os mesmos agradecimentos devem ser dirigidos a todos os colegas que se dignaram avaliar os artigos submetidos e, sobretudo, a todos os autores que, pelos seus contributos, pugnam para que a documentação medieval do Arquivo Municipal de Lisboa assuma todo o protagonismo que as vicissitudes do tempo e a força das circunstâncias teimaram até hoje em negar.



Abastecimento e consumo de pescado – alguns aspetos do quotidiano na Lisboa dos séculos XIV e XV

Supply and fish consumption – some aspects of daily life in Lisbon of the 14th and 15th centuries

Maria Manuela Catarino*

submissão/submission: 18/09/2017

aceitação/approval: 14/11/2017

RESUMO

A grande cidade precisa de abastecimentos para sua sobrevivência, sabem-no bem os habitantes e, mais do que todos, os responsáveis políticos a quem cabe tomar decisões sobre tal matéria.

Em Lisboa, ribeirinha do Tejo que avista já o mar, um dos produtos que faz parte do quotidiano é, naturalmente, o pescado. Peixes de rio e de mar, e também marisco, sujeitos a diferentes formas de captura, cujas técnicas, aprendidas ao longo de gerações, asseguram o consumo nos dias de *comer magro*, mas também nos demais, quando a bolsa ou a condição social não chegam para garantir o acesso aos alimentos desejáveis.

Em tempos de abundância e sobretudo em momentos de penúria é fundamental garantir que a quantidade e qualidade dos alimentos que chegam aos locais de venda estejam asseguradas. Superintender as condições de distribuição e penalizar práticas abusivas, zelando pela saúde e higiene públicas, constituem prioridades de que as fontes documentais medievais fazem eco.

* IEM – Instituto de Estudos Medievais, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas / Universidade NOVA de Lisboa, 1069-061 Lisboa, Portugal.

Maria Manuela dos Santos Costa Catarino – Mestre em História Medieval pela FCSH/UNL. Licenciada em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Docente de História no Ensino Secundário.

Correio eletrónico: manuelacatarinoiem@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE

Alimentação / Pescado / Lisboa tardo medieval / Livro dos pregos / Livro das posturas antigas

ABSTRACT


The big city needs supplies for its survival. This is known by its inhabitants and, above all, by its political leader who are responsible for making decisions on this matter.

In Lisbon, planted next to the Tejo in plain sight of the sea, one of the products of its daily life is naturally the fish. Fish of the river and of the sea, and also shellfish, subject to different forms of capture with techniques learned over generations, assuring nourishment in meat-free days and in all the others, when the lack of money or social status doesn't suffice to guarantee the access to the desirable foods.

In times of abundance and especially in times of shortage, it is fundamental to ensure that the quantity and quality of food arriving at the places of sale are assured. Superintending the conditions of distribution, penalizing abusive practices for public health and hygiene are priorities that mediaeval document sources echo.

KEYWORDS

Feeding / Fish / Late medieval Lisbon / Livro dos pregos / Livro das posturas antigas



Abastecer de pescado a grande cidade nas centúrias de trezentos e quatrocentos implica que todos os contributos – do mar e do rio – devam ser considerados. Naturalmente que essa aportação consubstancia as condições da respetiva captura. Peixe do meio fluvial e o do oceano, para além das naturais contingências climatéricas, exigem técnicas diferentes, apetrechos especializados, e até barcos de formatos e capacidades desiguais. Aos homens que o procuram requer-se natural afoiteza nos rios e ribeiros, mas um maior afínco e temeridade nas águas do mar largo¹.

¹ Cf. COELHO, Maria Helena da Cruz – A pesca fluvial na economia e sociedade portuguesa. *Cadernos Históricos*. VI (1995), p. 90. MARREIROS, Maria Rosa Ferreira – Os proventos da terra e do mar. In SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira, dir. – *Nova História de Portugal: Portugal em definição de fronteiras do Condado Portucalense à crise do século XIV*. Lisboa: Editorial Presença, 1996. vol. III, p. 443-451.

BARCAS QUE CHEGAM... BARCAS QUE PARTEM

Pela foz, chega variedade de pescado da costa atlântica², de portos tão diversos quanto Aveiro, Buarcos, Atouguia³. E de Lisboa, por terra, almocreves com seus animais⁴, ou navegando o rio Tejo, pelo menos até Santarém⁵, se garante a redistribuição desse alimento que as gentes do interior consomem ao longo do ano⁶.

No cais da Ribeira, o lugar de acostagem, conhecido pela experiência dos que fazem dele quotidianas partidas e chegadas, é garantido “des a estaca que esta porta Junto Co a porta da rribeira atee a portagem”⁷, devendo estar desimpedido de outras embarcações⁸ e acautelado de lixos⁹ e entulhos que interfiram nas diárias descargas do pescado. Certamente algo que as autoridades, apesar das prevenções camarárias, não terão facilidade em assegurar¹⁰.

O constante movimento das barcas atíça o voo das gaivotas. Em gestos temperados pelo sal e pelo costume os homens alijam as cargas. Vazios, e logo cheios, os cestos de pescado resgatado ao fundo mar mas também o obtido nas águas fluviais¹¹. À vez, chegam outrossim à Ribeira barcas dos lados de Santarém¹² e da outra banda, de Alcácer¹³, que transformam o cais ribeirinho num mosaico único de escamas, formas e cheiros.

² MARQUES, A. H. de Oliveira – Portugal na crise dos séculos XIV e XV. In SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira, dir. – *Nova História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1986. vol. IV, p. 109-110. COELHO, Maria Helena da Cruz – Portugal, um reino “Plantador de Naus”. *Revista Portuguesa de História*. T. XLIII (2012), p. 80-81.

³ MARQUES, João Martins da Silva, ed. – *Descobrimientos portugueses: documentos para a sua história*. Lisboa: Instituto para a Alta Cultura, 1944. Suplemento ao vol. 1, doc. 42, p. 53 (adiante referido como DP).

⁴ MORENO, Humberto Baquero – A acção dos almocreves no desenvolvimento das comunicações inter-regionais portuguesas nos fins da Idade Média. In COLÓQUIO PAPEL DAS ÁREAS REGIONAIS NA FORMAÇÃO HISTÓRICA DE PORTUGAL, Lisboa, 1975 – *Actas do colóquio*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1975. p. 185-239.

⁵ “De todo pescado E sardinhas que vierem pella foz posto que ho nom vendam em lixbõa mais que ho leuem pera santarem ou pera outros logares ham de pagar dizima” – DP, Suplemento ao vol. 1, doc. 42, p. 57.

⁶ TAVARES, Maria José Ferro – As pescas: uma riqueza em extinção?. In *Olhares sobre a História: estudos oferecidos a Iria Gonçalves*. Lisboa: Caleidoscópico, 2009. p. 639-651.

⁷ *Livro das posturas antigas*. Lisboa: Câmara Municipal, 1974. p. 7 (doravante referido LPA).

⁸ Nomeadamente das barcas de carroto, as quais descarregadas sejam logo “tiradas e leuadas e leixem o dicto lugar pera os pescadores assy da sardinha como do pescado pera se poer no dicto loguo” – Idem, p. 7-8.

⁹ Conforme a *Ordenaçom que se não lance esterco nem azeuel onde descarregam as barcas o pescado* – *Ibidem*, p. 28.

¹⁰ Como bem assinala GONÇALVES, Iria – Posturas municipais e vida urbana na baixa Idade Média: o exemplo de Lisboa. In GONÇALVES, Iria – *Um olhar sobre a cidade medieval*. Cascais: Patrimonia, 1996. p. 83.

¹¹ Cf. COELHO, Maria Helena da Cruz – A pesca fluvial..., p. 81-102.

¹² *Livro dos pregos*. Lisboa: Câmara Municipal/Arquivo Municipal, 2016. doc. 98, p. 211 (passará a ser referido LP).

¹³ PEREIRA, Maria Teresa Lopes – *Alcácer do Sal na Idade Média*. Lisboa: Edições Colibri, 2007. p. 140-142.

É conhecida a importância económica que assumiu a Lisboa tardo medieval quer nos circuitos internos quanto nos internacionais¹⁴ e o peso das transações do pescado não deixa de constituir uma mais-valia nesse setor, que nem o poder régio¹⁵ nem o concelhio se atrevem a desdenhar¹⁶. Cumprindo as normas estabelecidas, é preciso solver os valores que sobre ele impendem e o controlo na portagem¹⁷ de todo o pescado a dizimar¹⁸ deve ser feito na sequência da sua chegada ao cais¹⁹.

Os oficiais do município, com as atribuições devidas²⁰, zelam para que tudo se cumpra sem dano a quem de direito, procurando evitar-se abusos de quem usufrui especial estatuto²¹ – como no exemplo do alcaide-mor da cidade que pretendia tomar “pescado que ha mester por meos o terço do que uall dizendo que o ouuerom assi os alcaides que ataa ora foram de custume”²², e a quem o rei D. João I proíbe terminantemente que o faça.

Já aos pescadores pouco se perdoa. Não lhes basta a aspereza da labuta, o temor de naufrágio ou o receio de outras adversidades, também lhes não são consentidos subterfúgios para se eximirem às regras impostas. Veja-se o caso das barcas que chegam à noite ou ao serão, acostando ao cais de Alfama para se refugiarem de momentos de tempestade; no outro dia, era permitido que levassem o pescado, em cestos, ao açougue para a venda. Porém, tendo sido arrendados os direitos da portagem, os pescadores queixam-se que perdem a barca e o pescado quando tal acontece²³.

¹⁴ Cf. o que diz respeito à circulação dos produtos por via fluvial, marítima e terrestre sintetizada por MARQUES, A. H. de Oliveira – Portugal na crise..., p. 123-180.

¹⁵ As tributações régias sobre as atividades portuárias da cidade e naturalmente sobre o pescado foram do interesse dos monarcas já nos finais do século XII – Cf. FARELO, Mário – Tributos sobre o espaço e sobre os homens em Lisboa ao tempo das Inquirições de D. Afonso II. In ANDRADE, Amélia Aguiar; FONTES, João Luís Inglês, ed. – *Inquirir na Idade Média: espaços, protagonistas e poderes: séculos XII-XIV: tributo a Luís Krus*. Lisboa: IEM, 2015. p. 225-245; Direitos régios que no século XVI serão objeto de doação a senhores laicos ou eclesiásticos exatamente pela importância económica de que se revestem – Cf. SILVA, Francisco Ribeiro da – A pesca e os pescadores na rede dos forais manuais. In SILVA, Francisco Ribeiro da – *Quinhentos/Oitocentos (ensaio de História)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2008. p. 211-244.

¹⁶ Relembre-se como a “obra da pescaria” aduzia “muitos benefícios para a fazenda pública na medida em que se cobravam os direitos estabelecidos”, o que favorecia a intensa atividade piscatória e mercantil como elucida no seu estudo MORENO, Humberto Carlos Baquero – A navegação e a actividade mercantil no Entre-Douro e Minho. *Revista da Faculdade de Letras* [Em linha]. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Vol. 9 (1992), p. 9-24. [Consult. em 02/07/2017]. Disponível na Internet: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2179.pdf>; Sobre arrecadação de rendas, direitos e serviços que incidem sobre as pescas fluvial e marítima Cf. COELHO, Maria Helena da Cruz – A pesca fluvial..., p. 81-89.

¹⁷ Cf. TORRES, Ruy d’Abreu – Dizima. In SERRÃO, Joel, dir. – *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, 1981. vol. II, p. 326-327.

¹⁸ “[...] Os pescadores moradores na cidade de Lisboa de todo o pescado e serdinhas que lhe deos der ham de pagar a el Rey a dizima / E por a uenda que fazem ham d auer de doze huum que he chamada rredizima E esto que ham de doze huum he pera mantimento d albergarias e spitaes E ora depois que a portagem foy rrendada dezimam o pescado. E tomam pera El Rey a dizima em pescado E mais as serdinhas E outro pescado que vendem ham sua Redizzima/” – LP, doc. 98, p. 213.

¹⁹ “[...] he de Costume que os dictos pescadores quando veem com suas barcas em que tragem sseu pescado Os homens d el Rey da dicta portagem scripuam pella guisa que sse uendija e dauam Recado ao scripuam da pescaria da dicta portagem que o possuem em rrecadaçom [...]” – Idem, p. 214.

²⁰ Cf. TORRES, Ruy d’Abreu – Almotacé. In SERRÃO, Joel, dir. – *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, 1981. vol. I, p. 121.

²¹ Sobre alguns rendimentos da alcaidaria obtidos por meios menos legais. Cf. MARTINS, Miguel Gomes – *A alcaidaria e os alcaides de Lisboa durante a Idade Média: 1143-1433*. Lisboa: Câmara Municipal/Arquivo Municipal, 2006. p. 67.

²² LP, doc. 278, p. 370-371.

²³ Em 1381 – Idem, doc. 98, p. 214.

Isenta-se de dízima, no entanto, o peixe para sustento dos que o pescam bem como o que “derem igualmente a algum seu amigo”²⁴. A família do pescador poderá, deste modo, ter na sua mesa pescado fresco para consumo no decorrer dos dias. Mas, e só, se a necessidade de o vender não for mais premente...²⁵

O bulício no cais da Ribeira não termina, porém, com a descarga do pescado. Das barcas, dos apetrechos de pesca²⁶, é necessário cuidar. O êxito de nova e proveitosa pescaria também depende da sua boa condição. O pescador sabe que o peixe de anzol tem maior procura no mercado²⁷. Por isso, boias²⁸, linhas, anzóis e engodos devem ser revistos em pormenor. Quanto às redes, consoante a sua natureza²⁹, esforçadas pelo ímpeto dos cardumes e outros excessos de captura, precisam ser repassadas malha a malha. Homens e mulheres, novos e velhos, consertam nelas o labor de toda uma vida, remendando-as por suas mãos.

Também sobre estas atividades o concelho está vigilante: as pescadas que “matam nas rredes” não podem ser misturadas com as que “matam a linha”, nem sequer misturadas no açougue, sendo apartado o espaço para a sua venda³⁰. Está em causa a qualidade do abastecimento e os consumidores citadinos não têm sempre em muito boa conta os pescadores.

Preocupações de outro tipo vão-se acentuando nos tempos baixo medievos no que diz respeito à atividade piscatória, tanto no mar quanto no rio. E as vozes levantam-se com queixas que chegam aos ouvidos régios. Em 1409, D. João I proíbe que se usem redes para “pescar *com* ellas os pescados *que* a essa Çidade ouuerem de *trager*”³¹, dado que “queymam o mar” de tal sorte que os pescadores de linha não acham nele espécies em abundância. Queixas certamente repetidas que levam, em 1470, D. Afonso V a reforçar a proibição aos pescadores para que usem “Redes meudas senom pella guiza [que] athegora uzarom”³².

No que ao peixe do rio Tejo se regista, as dificuldades prendem-se com o tipo de direitos exercidos sobre as águas por algumas “pessoas de grande condição”. Conhecida a grande disponibilidade de peixe que as águas

²⁴ *Ibidem*, p. 215; No entanto, também se acautela que se alguém enviar aos moradores de Lisboa “em amor e em graça posto que seiam cousas em que aia dízima nom paguem saluo se for pescado seco ou sardinhas ou as cousas que asi enujassem viessem per a foz nom escusariam de pagar direto” – *Ibidem*, p. 205.

²⁵ Em 1498 se reforçava o direito de vender o peixe fresco prioritariamente “ho pescador que ho pesca/o quall ho poderá vender per sy ou per sua molher ou per outra qualquer pessoa de sua cassa” – *LPA*, p. 220.

²⁶ Cf. MARREIROS, Maria Rosa Ferreira – Os proventos da terra..., p. 450.

²⁷ “porquanto o pescado da rrede sse acontece que he muyto podre e maao e o vendem por pescado da linha que he mjllhor” – *LPA*, p. 14.

²⁸ Os pescadores moradores em Lisboa estavam isentos de dízima sobre a cortiça que usassem nas suas barcas – *DP*, suplemento ao vol. 1, doc. 42, p. 59.

²⁹ Cf. os tipos de redes apresentados por MARQUES, A. H. de Oliveira – Portugal na crise..., p. 111; Sobre artes de redes usadas especificamente na pesca fluvial vejam-se os exemplos aduzidos por COELHO, Maria Helena da Cruz – A pesca fluvial..., p. 92; CONDE, Manuel Sílvio Alves – *Uma paisagem humanizada: o médio Tejo nos finais da Idade Média*. Cascais: Patrimonia, 2000. vol. I, p. 270-272.

³⁰ Em 1415, esse espaço localizava-se “na ferraria escomtra ho muro aalem dos sinaaes que lhês Ja ssom postos” – *LPA*, p. 14.

³¹ *LP*, doc. 261, p. 360-361.

taganas desde sempre ofereceram³³ e da qual Lisboa também usufruiu³⁴, em 1433 queixam-se os povos de que não podem pescar os tão apreciados sáveis por estar o rio coutado por esses outros senhores³⁵. D. Duarte, ainda que salvaguardando os direitos de pesca do seu irmão D. Henrique e os seus próprios, acaba por permitir a todos que “quiserem hir pescar sauees ao dicto Ryo *que* possam pescar desembargadamente com suas auargas e Redes per honde lhes prouguer saluo nos díctos tres corredoyros”³⁶.

Em situações excepcionais Lisboa vê-se na contingência de recorrer a peixe de fora. Assim acontece durante os dias terríveis do cerco castelhano no verão de 1384, em que a frota saída do Porto acorre a Cascais trazendo, entre outros mantimentos, pescado³⁷, possivelmente salgado. Sabe-se que não supriu as carências alimentares, mas constituiu uma hipótese de abastecimento, quando a cidade não podia usar os recursos do seu cais ribeirinho³⁸.

Melhor fortuna havia, porém, sorrindo aos habitantes no mês de fevereiro desse mesmo ano. Pela foz do rio, tinham aparecido navios da Galiza carregados de farinha e mantimentos, cuidando que Lisboa estava já cercada pelos castelhanos. Acompanhavam-nos outros transportando peixe seco para Aragão³⁹. Apresados pelas forças fiéis ao mestre de Avis, garantiram à cidade o cumprimento das imposições alimentares na Quaresma, que então se aproximava, permitiram que se pagasse “aos fidalgos e aas outras gemtes o solldo em elle”, apesar de algumas vozes requererem que lhes “vemdesse aquelle pescado, pera o levarem fora do rregno, pollo gramde gaanho que em ell sentiam”, argumentando que seria em serviço da causa⁴⁰.

Em outros momentos, a falência de pescado se faz sentir para o espaço urbano, se bem que não em cenário tão dramático. Como no ano de 1431⁴¹, em que “nom morerom *serdinhas* neessa çidade. E que faziam grande mingua as Jentes dessa çidade pera sseu mantimento e pera adubarem seus bens”⁴², sendo autorizado aos

³² LPA, p. 219.

³³ Cf. o que a este propósito já deixámos dito em CATARINO, Maria Manuela – *Na margem direita do baixo Tejo: paisagem rural e recursos alimentares*. Cascais: Patrimonia, 2000. p. 125-130.

³⁴ Relembre-se a dízima cobrada sobre os sáveis do Tejo, pescados no Alqueidão, que devia ser paga na portagem de Lisboa – LP, doc. 261, p. 373-374.

³⁵ Algo que ocorre no reino português para a maioria dos espaços fluviais e a partir do século XIV, no regime de “parcerias ou sociedades de estrangeiros em regime de monopólio” no que diz respeito à pesca marítima, como exemplifica MARQUES, A. H. de Oliveira – *Portugal na crise...*, p. 111-112.

³⁶ LP, doc. 330, p. 474.

³⁷ CATARINO, Manuela – *A fome e a abundância: Lisboa cercada na prosa de Fernão Lopes*. In CONGRESSO A NOVA LISBOA MEDIEVAL, 1, Lisboa, 2002 – *Actas*. Lisboa: Edições Colibri, 2005. p.112.

³⁸ O bloqueio naval do Tejo pelo impedimento da chegada de géneros alimentícios à cidade constituía uma das manobras de guerra a ter em conta pelos contendores – Cf. MARTINS, Miguel Gomes – *Lisboa e a guerra: 1367-1411*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001. p. 110-111.

³⁹ Como pescadas, congros, polvos, sardinhas de fumo e de pilha. CATARINO, Manuela – *A fome...*, p. 120.

⁴⁰ Como judiciosamente salienta LOPES, Fernão – *Cronica Del Rei Dom Joham I de boa memoria e dos Reis de Portugal o decimo, parte primeira*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1973. p. 119.

⁴¹ Tal ocorre de novo em 1437 – Cf. MARQUES, A. H. de Oliveira – *Hansa e Portugal na Idade Média*. 2ª edição. Lisboa: Editorial Presença, 1993. p. 75.

⁴² LP, doc. 301, p. 396.

que providenciarem o aprovisionamento que não paguem a dízima nova. Podendo existir várias ordens de razões para a escassez ou dificuldade na obtenção de pescado no século XV português⁴³, decerto que à cidade essa quebra, por mais curta ou demasiado longa, não só traz implicações como afeta inevitavelmente os preceitos do consumo⁴⁴.

Em suma, a grande cidade dos séculos tardo medievos recebe “por uma tríplice via, de mar, rio e terra”⁴⁵ as provisões de que carece e por essa mesma as reconduz a todo o reino e para fora dele. O pescado, sob diferentes formas de conservação, integra esse comércio de forma tão intensa quanto a necessidade dos mercados. Da Ribeira, partem tantíssimas barcas⁴⁶ e navios que carregam mercadores naturais e estrangeiros⁴⁷, garantindo o fornecimento piscícola a cidades como Aragão e Sevilha⁴⁸ e outras mais⁴⁹, num ininterrupto movimento das gentes que imprime a sua vida nas horas e nos dias da Lisboa ribeirinha⁵⁰.

COMPRAR E VENDER NO MERCADO

A barca carrega no ventre um mar de prata. Miríades de pontos luminosos faíscam quando a claridade da lua incide sobre ela. Cheira a mar intenso. Às redes não se emaranharam os longos cabelos das algas mas a elas se entregou a enorme manta de sardinhas. Soltas sobre o chão, num último sufoco de vida, confundem-se os dorsos, rebrilhando de reflexos molhados, cordas, água e as mãos destros dos pescadores.

Restos de azul profundo salpicam a esteira da barca num jogo de espumas. Curvados, à voz do mestre, os homens irmanam-se aos remos. Adivinham-se silhuetas longínquas da cidade na neblina que se suspende em farrapos...

⁴³ Problemas como o assoreamento de algumas zonas do litoral atlântico, alterações dos ecossistemas marítimos e a própria redefinição da geoestratégia marítima do reino, como assinala ANDRADE, Amélia Aguiar – A estratégia régia em relação aos portos marítimos no Portugal medieval: o caso da fachada atlântica. In ENCUNTROS INTERNACIONALES DEL MEDIEVO, Nájera, 2005 – *Ciudades y villas portuarias del atlántico en la Edad Media: actas*. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 2005. p. 57-81.

⁴⁴ A não ingestão de carne nos dias prescritos pela Igreja implica um aumento do consumo de peixe, como adiante se dará nota.

⁴⁵ Cf. MARQUES, A. H. de Oliveira – Portugal na crise..., p. 150.

⁴⁶ Sobre tipologias de embarcações para a pesca fluvial e marítima Cf. MARREIROS, Maria Rosa Ferreira – Os proventos da terra..., p. 449.

⁴⁷ É por demais conhecida a referência que Fernão Lopes faz às “mujtas e desvairadas gentes” que nela desenvolviam as atividades de comércio internacional, já no reinado de D. Fernando – citado por GONÇALVES, Iria – Na ribeira de Lisboa, em finais da Idade Média. In *Um olhar sobre a cidade medieval*. Cascais: Patrimonia, 1996. p. 61-62.

⁴⁸ “quando no tempo da sardinha compram barcas de sardinhas” – LP, doc. 98, p. 212.

⁴⁹ Levavam-no para Itália, Inglaterra e Flandres, entre outras regiões – Cf. MARQUES, A. H. de Oliveira – Portugal na crise..., p. 169; Sobre o pescado português que chega a Madrid – Cf. PUÑAL FERNÁNDEZ, Tomás – El mercado de los alimentos en Madrid en la Edad Media. ENCUNTROS INTERNACIONALES DEL MEDIEVO, Nájera, 2008 – *Alimentar la ciudad en la Edad Media: actas*. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 2009. p. 207.

⁵⁰ Cf. GONÇALVES, Iria – Um dia na cidade medieval. *Media Aetas. Cadernos de Estudos Medievais*. II Série Vol. 3 (2008/2009), p. 9-32.

Logo bem cedo anima-se a zona ribeirinha⁵¹. Os dias em que o céu plúmbeo se derrama sobre as águas do Tejo contrastam com aqueles outros em que o sol se esbraseia em luz pelo cais. E sempre, em todos, o grito das gaivotas abre a manhã. Os compradores distinguem-se pelo poder da sua bolsa. Mas, a qualquer um o mesmo fito: conseguir um bom peixe fresco, seco, salgado ou o tão apreciado peixe defumado.

Porque a venda dos produtos à cidade deve ser repartida em justo preço⁵² pelos seus habitantes, é entendimento do poder régio que se faça cumprir a regra já conhecida, mas nem sempre acatada, de que “rregateira nem rregatam nom [possam] comprar carnes pescados nem outros nenhũus mantjmentos ataa ora da terça porque atee entom pode ho pouoo aver ssua prouissam”⁵³.

No açougue do pescado⁵⁴, as mulheres dispõem sobre os poiais⁵⁵ a sua oferta. Olhos brilhantes, escamas luzidas de frescor, peixes maiores e menores apelam aos que os procuram. Ainda que, no decorrer da manhã, as mãos da vendedeira façam uso da proibida gamela de água⁵⁶ para lhes garantir, com uns salpicos, a cor e a viveza.

Atrair a atenção dos fregueses concita para cada uma a experiência herdada de gerações antigas, que se não deixará de expressar nos pregões e bastas vezes nas altercações com as companheiras de profissão⁵⁷. A isso estarão bem atentos os oficiais concelhios assim como aos regulamentos a fazer cumprir: que as regateiras não se misturem com as mulheres dos pescadores, negociando o pescado apenas onde estão os marcos⁵⁸ e se respeite o lavadeiro da marca da cidade⁵⁹, por exemplo.

Devem garantir a aplicação dos cuidados de higiene exigíveis à venda deste tipo de produto e as posturas municipais são bem claras quanto à sua especificação. O peixe grosso – “de cuytelo” – tem lugar próprio para ser amanhado⁶⁰; as vísceras e escamas resultantes do preparo e o próprio escalar dos espécimes⁶¹ não podem sujar

⁵¹ Veja-se o belíssimo retrato da Ribeira medieva composto por GONÇALVES, Iria – Na Ribeira de Lisboa..., p. 61-75.

⁵² Cf. GONÇALVES, Iria – Defesa do consumidor na cidade medieval: os produtos alimentares: Lisboa séculos XIV-XV. In GONÇALVES, Iria – *Um olhar sobre a cidade medieval*. Cascais: Patrimonia, 1996. p. 97-116.

⁵³ Às nove horas da manhã, quando tocam os sinos da Sé – LPA, p. 54-55.

⁵⁴ “na rribeira ante o açougue do pescado .s. des a portajem ataa em direito da fomte noua da dicta rribeira” de acordo com uma postura de 1434 – LPA, p. 21.

⁵⁵ Semelhantemente ao que era preceituado para as marisqueiras – “que nom vendam fora dos poiaes das verçeirias” – Idem, p. 10.

⁵⁶ *Ibidem*, p. 118.

⁵⁷ Conhece-se, de um autor anónimo do séc. XVI, o saboroso diálogo entre duas mulheres Isabel Botelha e Catarina Tisnada que se desmascaram reciprocamente enquanto más vendedoras, intrujando a mais não poder, quem compra o pescado e pão que vendem – *Auto das Padeyras, Chamado da Fome ou do Centeo & Milho, em que entram as figuras seguintes...* [Em linha]. Lisboa: [impresso] por Antonio Alveres, [1636?]. [Consult. 12/06/2017]. Disponível na Internet: <http://purl.pt/11794>, p. 4-7.

⁵⁸ Para tal decidem “poer marquos de pedra na calçada honde se vende o ssall” – LPA, p. 151.

⁵⁹ “e os dictos cestos lhe serom dados per os rrendeiros da dicta çidade que pelos tempos forem sem leuando dello preço alguu” – *Idem*, p. 34.

⁶⁰ “E tenham os talhos e messas na rribeira fora do muro ao longo do muro e hi talhem os peixes grossos de cuytello como susodicto he e tenham hy cestos em que lancem todas as tripas e escamas e çujidade que sayr dos dictos peixes E ho vãoo lançar na rribeira em lugar que nam seja coymeiro” – *Ibidem*, p. 9-10.

⁶¹ *Ibidem*, p. 29-30.

as ruas citadinas⁶². Não se permite que a prática da salga conspurque praças e outras artérias⁶³, sobretudo com particular atenção que não se faça salga de sardinhas nem de pescado nas sacadas sobre as ruas⁶⁴. O que numa cidade tão perto do rio será custoso de erradicar...

O método da salga, mais favorável à íntegra manutenção da qualidade e sabor do peixe, garante-se pelo menor tempo que medeia entre a captura e seu envolvimento pelo sal. Essa técnica ocorre normalmente no local de descarga ou em espaços próprios a tal reservados. Mas nem sempre é assim. A salmoura que escorre e enche o ar de “maos odores” propaga-se de tal forma pela cidade que é necessário fazer impor a força da lei – “que nam seja nehũu tam ousado que faça salga de sardinha nas praças da cidade nem da rribeira des a dicta porta do mar ataa ponte do rrego que esta as privadas e quallquer que o fezer que perca a sardinha pera o Concelho//”⁶⁵.

Para que todo o processo se concretize, o sal, ingrediente primeiro, deve ser de qualidade. Cuida-se pois que essa condição se não viole. Achando-se pela prática que as vendedeiras procuram, ao engano, misturar sal “preto e mao com o branco poendo o preto em fumdo das lojeas e masseiras em que o asy vendem e o branco em çyma delle e cobrem o preto todo do branco e os que comprom cuidam que he todo aluo”⁶⁶, postulam-se as coimas que em último caso podem ser agravadas de “oyto dias na cadea”.

Quanto à secagem, tempos houve em que se fazia no “quanto *que* sta a cabo d oira”⁶⁷. Porém, D. Afonso IV, em 1329, autoriza que a edilidade de Lisboa aí construa casas, com boas ruas e espaços de lazer junto ao mar, de modo a acabar com as “cousas *que* sse em el fazem [...] muj danjnhas [...] aos *que* em ella moram e aos outros *que* ueem das outras partes *per* rrazom dos pescados *que* em el secam e por outras cousas *que* hj lançam”⁶⁸. Os desperdícios, os cheiros e a própria cura feita ao sol de peixes estendidos sobre estacas⁶⁹, que motivam as queixas referidas, não impedem que esta prática de conservação se continue posteriormente a realizar, em outro local. Assim o exige o seu largo consumo dentro e fora de Lisboa.

Também as mulheres que vendem o peixe seco estão debaixo da alçada do município. É-lhes vedado que o molhem indevidamente⁷⁰, numa garantia de que o comprador adquire o peixe nas melhores condições, curtido pelo calor

⁶² O próprio pescado de “coyro” não pode ser aberto e manuseado senão em locais adequados – *Ibidem*, p. 28.

⁶³ Em 1462, uma postura determina, apesar da proibição existente, que cada um “posa fazer salgua E escala em sua loja [...] contanto que a salmoura nom corra per a rrua ou praça nem acostada a muro da çidade mais que seja lançada per canos ou em sumjdoyrois ou leuada aa rribeira” – *Ibidem*, p. 30.

⁶⁴ *Ibidem*, p. 130.

⁶⁵ *LPA*, p. 120.

⁶⁶ *Idem*, p. 122.

⁶⁷ Junto à porta da Oura, “onde havia de ser construído o Arsenal da Marinha” – Cf. GONÇALVES, Iria – Na Ribeira de Lisboa..., p. 70, nota 63.

⁶⁸ *LP*, doc. 43, p. 95.

⁶⁹ CUNHA, Rosalina B. da Silva – Subsídios para a história da conservação do peixe em Portugal do século XII ao XVI. *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*. Coimbra: Universidade de Coimbra. Vol. XXIX (1972), p. 35. Separata.

⁷⁰ *LPA*, p. 118.

dos meses de verão, e não um produto adulterado. E, nos finais do século XV, o espaço para a transação deste tipo de alimento surge delimitado pela intervenção régia, “nenhũa Regateira que qujser vender pescado sseco ho nom possa vender em nenhũa parte da Ribeira saluo des a fonte dos açougues da carne ataa os açougues da verçaria [...] E bem se podera vender o dito pescado seco dos muros adentro da cidade onde quer que qujserem”⁷¹.

Separado do peixe fresco⁷², evitam-se contaminações e más práticas de manuseamento. A higiene e defesa do consumidor são preocupações que o concelho continua a ter relativamente às gentes da sua cidade⁷³.

De eleição é o peixe defumado, em particular a sardinha⁷⁴. Processo mais trabalhoso, pois implica uma primeira salga e só depois a exposição ao fumo durante bastante tempo⁷⁵, parece estar espalhado pelos vários cantos da urbe. Tanto assim que, já em 1394, a vereação da câmara de Lisboa tendo conhecimento que algumas pessoas faziam novamente “fumeiros de sardinhas na dicta çidade em lugares que os numca ouuera e que eram muy perigosos aa dicta çidade” decide proibir a sua construção e preconiza ainda que “os fumeiros que Ja sson antjgamente fectos que os nam façam mayores”⁷⁶.

A venda do peixe ocupa as gentes naturais da cidade, mas também homens e mulheres de fora⁷⁷, que nesta atividade garantem todo ou parcialmente o seu sustento e da família. Contudo, aos olhos da época, o papel das mulheres solteiras neste contexto não lhes é favorável⁷⁸. São bem assertivas quanto a isso, ainda que nem sempre respeitadas, as posturas municipais: “nam seJa nenhũa molher solteira que per ssy vyva que aJa de ser rregateira de nenhũa Coussa que aJa de vender saluo se for cassada ou vyuaa que viva honestamente”⁷⁹.

Na Lisboa ribeirinha, ainda assim, o trabalho feminino assume uma presença assídua e determinante. As próprias mulheres dos pescadores iniciam o dia vendendo, a quem as procura, o peixe descarregado⁸⁰. São outras, que a elas se misturam para obter o pescado com que nas horas permitidas⁸¹ praticam a regatia. Outras mais,

⁷¹ Posturas datadas de janeiro de 1498 – *LPA*, p. 221.

⁷² Definido o espaço para a venda do peixe seco, ordena-se claramente que “E que nenhũu pescado fresco se vemda demtro do dito limjte” – *Ibidem*.

⁷³ Cf. GONÇALVES, Iria – Posturas municipais..., p. 82-84.

⁷⁴ “E de costume que sse os dictos mercadores que comprarem as dictas sardínhas frescas e defumarem [...] E este defumar que contam aas sardinhas que defumarem he porque ualem mujto mais as sardinhas de fumo que as de pilha” – *DP, suplemento ao vol. 1*, doc. 42, p. 57.

⁷⁵ CUNHA, Rosalina B. da Silva – Subsídios para a história..., p. 35.

⁷⁶ *LPA*, p. 123-124.

⁷⁷ *Idem*, p. 102.

⁷⁸ Cf. GONÇALVES, Iria – Regateiras, padeiras e outras mais na Lisboa medieval. In KRUS, Luís; OLIVEIRA, Luís Filipe; FONTES, João Luís, coord. – *Lisboa medieval: os rostos da cidade*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007. p. 11-12.

⁷⁹ Assim se postula em 1434 – *LPA*, p. 54.

⁸⁰ *LP*, p. 213.

⁸¹ Cf. nota 53 supra.

"comtadeiras"⁸², "escamadeiras"⁸³, asseguram as rotinas necessárias ao consumo urbano. Enquanto as mais idosas ou já impossibilitadas de dar o seu contributo para a azáfama comum deambulam pelas ruas e açougue apelando à solidariedade por migalhas do seu sustento.

Em uma zona tão movimentada quanto esta não se pode esperar que sejam apenas os humanos a estar presentes. O intenso cheiro a peixe decerto não deixa de atrair os gatos que pululam na grande urbe. Alguns talvez tenham sorte nos sobejos caídos dos cestos, mas há sempre a tentação do poial, que um movimento mais ágil pode premiar com algo de substância. A não ser que o felídeo, bem negro e retinto, suscite um atempado esconjuro e nada mais lhe reste do que bater em retirada para salvar uma das suas preciosas sete vidas...

Habituaados a lidar com a fúria dos elementos, no mar quanto no rio, os pescadores nem sempre escapam à hostilidade dos homens que com eles coabitam o espaço urbano. Um exemplo dessa oposição está presente nas cortes de Santarém, em 1418, quando os representantes da cidade de Lisboa pedem ao monarca que autorize “*nom conpreem pescado nenhuum ataa çertos messes ou çerto tempo pera conuerter a maldade dos pescadores / ou lhes mandasemos que os vendam a pesso por preço çerto segundo fazem em euora e em santarem e em outros lugares que d outra guissa querem os dictos pescadores escarnar os homens*”⁸⁴.

A resposta régia é lapidar: que se faça o “que sobre ello emtenderem por prol cumunal”. O interesse da cidade deve prevalecer sobre os ganhos individuais. As autoridades responsáveis certificam-se da aferição correta dos pesos e medidas a serem usados nos espaços de venda⁸⁵. As múltiplas posturas que regulam as transações e os agentes económicos nelas envolvidos visam garantir que o consumo na cidade respeite o bem de todos os que aí se acolhem e querem usufruir da fartura que ela lhes promete.

QUANDO A CIDADE COME PEIXE...

Ao contrário da carne, alimento que potencia a energia do corpo humano e equivale a uma mesa de abundância⁸⁶, o consumo de pescado para o homem medieval pode assumir uma postura de humildade⁸⁷, de sacrifício⁸⁸, que em

⁸² "Comtadeiras" de sardinhas, não devendo ser moças solteiras, como se refere em 1453 – *LPA*, p. 89.

⁸³ Também existiriam na Ribeira de Lisboa mulheres que escamavam o peixe, à semelhança daquelas que cuidaram do que foi comprado para a mesa de D. Afonso V em 1474 – SANTOS, Maria José Azevedo – O peixe e a fruta na alimentação da corte de D. Afonso V: breves notas. In *A alimentação em Portugal na Idade Média: fontes-cultura-sociedade*. Coimbra: [s.n.], 1997. p. 1-33.

⁸⁴ *LP*, doc. 284, p. 377-378.

⁸⁵ Por ordenação de 1436, apenas se podem usar “pessos de ferro ou darame marcados da marca nova que ora fezerom” – *LPA*, p. 10.

⁸⁶ Cf. por exemplo, GRIECO, Allen J. – Alimentação e classes sociais no fim da Idade Média e no Renascimento. In FLANDRIN, Jean-Louis; MONTANARI, Massimo, dir. – *História da alimentação 2: da Idade Média aos tempos actuais*. Lisboa: Terramar, 2001. p. 83-93; outras referências bibliográficas sobre o consumo da carne Cf. CATARINO, Maria Manuela – *Na margem direita...*, p. 109-112.

⁸⁷ “A captura de peixe pelas artes da pesca era uma actividade popular, própria dos humildes, no mundo antigo. Será entre estes homens simples, Pedro, André, Tiago e João, que Jesus inicia o seu chamamento, na Galileia, dizendo-lhes que deles fará «pescadores de homens»” – DIAS, Paula Barata – O peixe para os judeus e para os cristãos: leituras de um símbolo à luz da cultura greco-romana. *Humanitas* [Em linha]. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. V 62 N 62 (2010), p. 161. [Consult. 02/05/2017]. Disponível na Internet: https://www.uc.pt/fluc/eclassicos/publicacoes/ficheiros/humanitas62/09_o_peixe_para_os_judeus.pdf

⁸⁸ Cf. MONTANARI, Massimo – L'uomo di fronte al mondo animale nell'alto Medioevo. In *Settimane di Studi del Centro Italiano di Studi sull'Alto Medioevo 31*. Spoleto: CISAM, 1985. t. I, p. 651-652.

casos mais extremos se aproxima de um percurso em busca da santidade⁸⁹. Abster-se de ingerir carne significa "comer magro", ajustando aos dias do calendário⁹⁰ as regras no que à religião diz respeito. Porém, esse tipo de prática não implica "comer peixe" unicamente, já que se permite o consumo de "substitutos" como legumes, queijo e ovos⁹¹.

Certamente que a ingestão de peixe na alimentação quotidiana mais uma vez será diferente quanto às posses económicas de cada indivíduo. Uma mesa régia, ou senhorial, tem sempre ao seu dispor boas quantidades e variedades piscícolas, independentemente dos preceitos religiosos a cumprir. Já o mesmo não ocorre com as de baixa condição social, onde aquelas, necessariamente bem mais reduzidas, devem bastar para cumprir o que a Igreja a todos preceitua⁹².

Não sendo igual para todos os habitantes do reino o acesso a este tipo de alimento⁹³ também o não é para os que vivem na grande cidade. Há que articular as características próprias das espécies, a sazonalidade da sua captura, os preços estabelecidos com as leis da oferta e da procura, dentro do possível, às naturais preferências dos consumidores. E, no caso de Lisboa, alcandorada sobre um rio já quase mar, a ingestão de peixe constitui um recurso a não desperdiçar desde sempre⁹⁴.

No topo da escala estão os peixes gordos, os mais apreciados, sejam de alto mar ou de águas de média profundidade, que vão guarnecer as mesas das elites⁹⁵: "euos⁹⁶ alcapetores arrayas caçoes huJas⁹⁷ e congros

⁸⁹ "Peixe, comida de monges, alimento de paz, quase sacralizado. [...] O peixe, na sua indissolúvel ligação à água, é frio, magro, branco. Algo triste, é calmante e puro. Ideal para quem se penitencia numa ascese até Cristo" – COELHO, Maria Helena da Cruz – A pesca fluvial..., p. 100.

⁹⁰ Cerca de um terço do ano (110-120 dias) segundo MANE, Perrine – Images médiévales de la pêche en eau douce. *Journal des Savants* [Em linha]. V 3 N1 (1991), p. 227. [Consult. 30/04/2017]. Disponível na Internet: http://www.persee.fr/doc/jds_0021-8103_1991_num_3_1_1548; durante 140 a 150 dias propõe STOUFF, Louis – *La table provençale: boire et manger en provençe à la fin du Moyen Age*. Avignon: Éditions A. Barthélemy, 1996. p. 144; Cerca de 146 dias, apoiando-se em Raymond Delatouche, indica COELHO, Maria Helena da Cruz – A pesca fluvial..., p. 97-98.

⁹¹ CATARINO, Maria Manuela – *Na margem direita...*, p. 125.

⁹² Cf. GONÇALVES, Iria – Um dia na cidade..., p. 17. COELHO, Maria Helena da Cruz – A pesca fluvial..., p. 98-99.

⁹³ V. o que antes dissemos sobre o abastecimento.

⁹⁴ Relembrem-se alguns títulos dos documentos, concedidos pelos reis à cidade de Lisboa, em que o pescado é referido – Do reinado de Afonso Henriques: "da dizima dos pescadores" e "do pescado que uem de fora" – LP, p. 23; do reinado de Afonso II: "Carta sobre a praça do pescado fresco / Carta sobre a praça do pescado seco" e "Carta per que nom sequeu pescado aa porta d ooyra" – Idem, p. 25 e p. 26 respetivamente.

⁹⁵ Na tragicomédia *Cortes de Júpiter*, que Gil Vicente apresenta pela celebração do casamento da filha de D. Manuel com o duque de Sabóia, figuram peixes de variadas espécies, associados a pessoas da corte, como assinala TAVARES, Maria José Ferro – *As pescas...*, p. 639.

⁹⁶ Também designados "chernos" – MATTOSO, José; KRUS, Luís; ANDRADE, Amélia Aguiar – *O castelo e a feira: a terra de Santa Maria nos séculos XI a XIII*. Lisboa: Estampa, 1989. p. 89.

⁹⁷ Chamado "uge, peixe-rato" – Cf. GOMES, Sandra Rute Fonseca – *Territórios medievais do pescado do reino de Portugal* [Em linha]. Coimbra: [s.n.], 2011. p. 39 e nota 212. Dissertação de Mestrado em Alimentação – Fontes, Cultura e Sociedade, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. [Consult. 30/04/2017]. Disponível na Internet: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/18460/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Sandra%20Gomes.pdf>

pargos”, considerados “pescado grosso de cuytello”⁹⁸. Já a pescada (*peixota*), com largo consumo no quotidiano⁹⁹, acompanha os que se nomeiam “vesugos E carapaas e solhas”¹⁰⁰, classificados como “peixe meudo”¹⁰¹.

Da pesca costeira, por vezes nas águas da foz, se obtêm espécies piscícolas que chegam à mesa cidadina¹⁰². Sabores e texturas diferentes que os comensais não podem deixar de aproveitar e que lhes permite uma refeição menos dispendiosa. Quanto aos cetáceos – baleias¹⁰³, golfinhos e toninhas – também podem constar da dieta alimentar urbana¹⁰⁴, ainda que nas fontes que utilizamos eles não estejam diretamente especificados.

Abundantes referências, nestes séculos XIV e XV, merece a sardinha¹⁰⁵. Ainda petinga, ou já adulta e gorda, o seu consumo liga-se intensamente à vida dos habitantes de Lisboa. Desde que é descarregada no cais da Ribeira, até ser levada para o açougue do peixe, vendida posteriormente por regatões e regateiras, de mil e uma maneiras é aproveitada.

Salga-se por todo o lado¹⁰⁶. Nas lojas dos mercadores portugueses e estrangeiros, nas casas dos habitantes¹⁰⁷, procurando garantir-lhe qualidade na posterior transformação culinária. As mulheres, que a contam e a acamam, fazem dessa tarefa, devidamente regulamentada¹⁰⁸, mais uma expressão do seu quotidiano¹⁰⁹.

⁹⁸ *LPA*, p. 9.

⁹⁹ Na variedade fresca, mas também seca ou salgada, a encontramos a circular no comércio internacional, principalmente em tempo de Quaresma – ESTEVAN, María Luz Rodrigo – Fresco, frescal, salado, seco, remojado: abasto y mercado de pescado en Aragón: siglos XII-XV. In ENCUENTROS INTERNACIONALES DEL MEDIEVO, Nájera, 2008 – *Alimentar la ciudad en la Edad Media: actas*. Logroño: Gobierno de la Rioja – Instituto de Estudios Riojanos, 2009. p. 561-562.

¹⁰⁰ *LPA*, p. 34.

¹⁰¹ *Idem*, p. 9.

¹⁰² Cf. os exemplos aduzidos por MARQUES, A. H. de Oliveira – Portugal na crise..., p. 110.

¹⁰³ A pesca da baleia está atestada, para antes do século XIII, entre a costa da Estremadura e o litoral algarvio sendo usados a sua carne e o óleo – Cf. MARREIROS, Maria Rosa Ferreira – Os proventos da terra..., p. 449; Deve ser pago na portagem, o direito do “pescado E balea e sardinhas E arenques” quer venham do reino ou de fora dele – *DP*, suplemento ao vol. 1, doc. 42, p. 53.

¹⁰⁴ “da ballea que vier do alguarue E da aTouguja per mar ou per terra também vezinhos come os que nom som vezinhos paguam dizima posto que a tragam pera seu comer nom escusam. E outro sy da ballea que carregarem pera en frandes E outros logares paguam /dizima” – *Idem*, p. 58.

¹⁰⁵ E não apenas no reino português – Cf. FERNÁNDEZ, María Álvarez – Abastecimiento y consumo de pescado en Oviedo a finales de la Edad Media. In *La pesca en la Edad Media* [Em linha]. Madrid: Sociedad Española de Estudios Medievales-Editum-Xunta de Galicia, 2009. p. 81-82. [Consult. 20/04/2017]. Disponível na Internet: http://www.academia.edu/5106746/Abastecimiento_y_consumo_de_pescado_en_Oviedo_a_finales_de_la_Edad_Media

¹⁰⁶ V. nota 63 supra.

¹⁰⁷ Relembre-se a aplicação da coima de “çem liuras” para quem ao fazer salga de sardinhas, nas sacadas sobre as ruas, permita que se sujem com salmoira as “rroupas que os homens e molheres trazem vestidas” – *LPA*, p. 120.

¹⁰⁸ “Ordenaçom das camas da sardinha nas praças da çidade E na rribeira” – *Idem*, p. 120.

¹⁰⁹ Cf. COELHO, Maria Helena da Cruz – A mulher e o trabalho nas cidades medievais portuguesas. In *Homens, espaços e poderes: séculos XI-XVI. I-notas do viver social*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990. p. 41-42.

Mas é a de fumeiro que ganha maior procura, não só entre os nacionais mas também nos de fora. O gosto específico que o fumo de lenha consegue imprimir-lhe, torna-a não apenas um peixe de vulgar consumo mas fá-la atingir o patamar de uma experiência gustativa para os apreciadores. Disso bem sabem os mercadores, que ao "tempo da sardinha" a adquirem em grandes quantidades para o seu negócio¹¹⁰.

Em fresco, desde logo apetecível pelo odor característico que exala aquando do preparo para a refeição ao ser assada no braseiro: aquele espalha-se, incorporando-se nas ruas, praças e casas, de uma forma tão mais persistente do que o de qualquer outro peixe. Iguamente é estimada se frígida em azeite, como é prática corrente para o demais pescado¹¹¹. Simplesmente cozida alimenta todos os ventres. E os mais desfavorecidos bem o sabem¹¹².

Dado que o consumo da sardinha integra os quesitos da alimentação "magra" medievá, não se estranha, nos anos em que o mar propicia cardumes generosos, a sua ampla captura. De outra feita, a sua míngua ou inexistência no mercado é sobejamente sentida e determina o recurso às compras em outros centros piscatórios¹¹³. Ela própria é fundamental para o isco¹¹⁴ com que os homens do mar preparam a captura de outros pescados e pode constituir-se, enquanto salgada, uma parte do aprovisionamento dos mareantes que demandam a costa portuguesa¹¹⁵.

Se obter bom peixe, ou pelo menos com alguma qualidade, está à disposição do consumidor citadino, as técnicas da sua confeção não são praticadas de forma idêntica em todos os lares¹¹⁶. Genericamente, cozer peixe constitui a forma mais simples de o consumir. No entanto, nem todos os peixes nessas circunstâncias são suscetíveis de agradar ao paladar humano. Acrescentar-lhe algum acidulante no prato pode melhorar a sua ingestão¹¹⁷. Mas o trivial é a fritura em azeite¹¹⁸. Até porque assim a carne ganha uma textura enriquecida, não apenas ao paladar como também à vista. E o olhar também se compraz na refeição.

¹¹⁰ Fazem-no tanto os mercadores do reino como os *catelões* – LP, p. 102.

¹¹¹ Cf. GONÇALVES, Iria – A alimentação. In MATTOSO, José, dir. – *História da vida privada em Portugal: a Idade Média*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2010. p. 245.

¹¹² De pescado e sardinhas se alimentavam as "albergarias e spitães". Fornecidos pelos pescadores moradores na cidade de Lisboa através do pagamento da redizima – LP, p. 215.

¹¹³ Cf. nota 41 supra.

¹¹⁴ O que acontece ainda nos dias que correm. Dela se alimentam várias espécies de golfinhos (toninha), peixes como a pescada e o atum e até aves marinhas, como a gaivota – PORTUGAL. Instituto Português do Mar e da Atmosfera - *Sardina pilchardus* [Em linha]. Lisboa: IPMA, 2017. [Consult. 03/07/2017]. Disponível na Internet: <http://www.ipma.pt/pt/pescas/recursos/sardinha/index.jsp>.

¹¹⁵ Certamente faria parte do pescado seco que traziam os navios, que acostavam no Restelo, para seu mantimento, ou que o compravam antes da partida – DP, suplemento ao vol. 1, doc. 42, p. 55-56; "Uma nau com 62 tripulantes levava 50 dúzias de peixe salgado e 60 quilos de peixe seco; de sardinha para isco carregava 30 quilos e em viagem de três meses o mantimento de 70 pessoas, em peixe, era de 599 espécies" – Cf. CUNHA, Rosalina B. da Silva – Subsídios para a história..., p. 34.

¹¹⁶ Obviamente que nas cozinhas de maior prestígio o pescado poderia estar sujeito a técnicas elaboradas. Por exemplo, rechear-se os peixes, de melhor qualidade, "eventualmente, voltados ao invés, com a pele para o interior, a fim de melhor se aproveitar a sua camada de gordura subcutânea" – Cf. GONÇALVES, Iria – A alimentação..., p. 249; Também se podiam fazer empadas recheadas de peixe, como salmonetes – Cf. SANTOS, Maria José Azevedo – O peixe e a fruta..., p. 7-8.

¹¹⁷ Cf. GONÇALVES, Iria – A alimentação..., p. 246.

¹¹⁸ O próprio Afonso V, em 1474, não desdenha de assim se alimentar. O peixe destinado à sua mesa é frito, envolto em "farinha do Alentejo" – Cf. SANTOS, Maria José Azevedo – O peixe e a fruta..., p. 7.

Em mesas mais desmunidas, não podendo aspirar a peixes inteiros ou a quantidades mais desejáveis, certamente que as mulheres da casa não podem variar muito a ementa no que ao pescado diz respeito. Em situações de intensa penúria, será preciso repartir o que há por todos os comensais e cada quinhão não satisfará quanto baste. Não admira que se recorra a peixes de qualidade inferior, ou partes deles, e que até as sibas¹¹⁹ que andam à tona de água possam encontrar quem delas faça algum proveito¹²⁰.

Todavia, adquirir peixe e marisco cozinhado¹²¹ é opção fácil para os habitantes da Lisboa tardo-medieval. Garante-se o acesso a “amejeas berbeguões camgrejos que vijerem da parte daalem”¹²², mas também a lagosta, santola, camarão, em proporções variáveis¹²³ e a preços inferiores ao demais pescado, o que nos permite supor que o marisco seja uma espécie de parente pobre da alimentação quotidiana¹²⁴.

Quanto às ostras providas das águas salgadas e do excelente fornecedor que é o Tejo, sabe-se que à mesa de Afonso V são consumidas. Neste caso em concreto, talvez por um particular prazer gastronómico, sujeitas a uma preparação culinária além da simples cozedura. Para outras bolsas, menos prósperas, facilmente se conseguem no mercado dado o seu baixo preço de custo¹²⁵.

Moluscos, como lulas, polvos e chocos, também chegam às cozinhas e mesas da cidade. Com apetências culinárias para fazer variar o gosto do demais pescado podem eventualmente não ser, para o homem medievo, o alimento preferido. Mas asseguram a quem os consome a provisão quotidiana se outros peixes não estão presentes e, a quem os captura, mais um dia de sobrevivência. Assim as águas corram de feição.

Atraídas para o ar livre, as gentes circulam mais e mais pelos becos, vielas e praças na cidade que cresce. Aumenta a sua grandeza e formosura, de que se orgulham os naturais e muito apreciam os estrangeiros. Estancia nela cada vez mais o rei e a corte. O cais da Ribeira de Lisboa continuará tempos fora a chamar os pescadores. Alimentar a imensa urbe, trazer-lhe os mimos do rio, os frutos do mar, é a sua sina. Mesmo quando a cidade, senhoreando inimagináveis lonjuras, neles acender o desejo de dominar outras ondas, novos oceanos.



¹¹⁹ Concha interna dos moluscos cefalópodes (choco) – *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*. MACHADO, José Pedro, coord. Alfragide: Ediclube, 1990. vol. XI, p. 151.

¹²⁰ “das ssibas escabeçadas que apanhauam que andam per cima da agua nom pagauam na portagem direto dellas a el Rey E sse nom sam escabeçadas pagam portagem honde quer que as tomem” – *LP*, p. 213; “Mas se fossem pescadas vivas pagariam direitos como se fossem outro pescado” – *SILVA*, Francisco Ribeiro da – *A pesca...* p. 235.

¹²¹ Em 1498 se determina que “quem quyser ho pode vender” – *LPA*, p. 220.

¹²² *Idem*, p. 220.

¹²³ Consoante o tipo de apanha – para consumo próprio ou venda – Cf. MARREIROS, Maria Rosa Ferreira – *Os proventos da terra...*, p. 451.

¹²⁴ Cf. *SILVA*, Francisco Ribeiro da – *A pesca...*, p. 234.

¹²⁵ Cf. *SANTOS*, Maria José Azevedo – *O peixe e a fruta...*, p. 5-6.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

IMPRESSAS

Auto das Padeyras, Chamado da Fome ou do Centeo & Milho, em que entram as figuras seguintes.... Lisboa: [impresso] por Antonio Alveres, [1636?].

Descobrimientos portugueses: documentos para a sua história. Lisboa: Instituto para a Alta Cultura, 1944. vol. I, doc. 42, p.51-60. Suplemento.

Livro das posturas antigas. Lisboa: Câmara Municipal, 1974.

Livro dos pregos. Lisboa: Câmara Municipal/Arquivo Municipal, 2016.

LOPES, Fernão – *Cronica Del Rei Dom Joham I de boa memoria e dos Reis de Portugal o decimo, parte primeira.* Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1973.

ESTUDOS

ANDRADE, Amélia Aguiar – A estratégia régia em relação aos portos marítimos no Portugal medieval: o caso da fachada atlântica. In ENCUENTROS INTERNACIONALES DEL MEDIEVO, Nájera, 2005 – *Ciudades y villas portuarias del atlántico en la Edad Media: actas.* Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 2005. p. 57-88.

CATARINO, Maria Manuela – *Na margem direita do Baixo Tejo: paisagem rural e recursos alimentares.* Cascais: Patrimonia, 2000.

CATARINO, Manuela – A fome e a abundância: Lisboa cercada na prosa de Fernão Lopes. In CONGRESSO A NOVA LISBOA MEDIEVAL, 1, Lisboa, 2002 – *Actas.* Lisboa: Edições Colibri, 2005. p.111-120.

COELHO, Maria Helena da Cruz – A mulher e o trabalho nas cidades medievais portuguesas. In *Homens, espaços e poderes: séculos XI-XVI. I: notas do viver social.* Lisboa: Livros Horizonte, 1990. p. 37-59.

COELHO, Maria Helena da Cruz – A pesca fluvial na economia e sociedade portuguesa. *Cadernos Históricos.* VI (1995), p. 81-102.

COELHO, Maria Helena da Cruz – Portugal: um reino “Plantador de Naus”. *Revista Portuguesa de História.* Tomo XLIII (2012), p. 71-89.

CONDE, Manuel Sílvio Alves – *Uma paisagem humanizada: o médio Tejo nos finais da Idade Média.* Cascais: Patrimonia, 2000. vol. I.

CUNHA, Rosalina B. da Silva – Subsídios para a história da conservação do peixe em Portugal do século XII ao XVI. *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra.* Coimbra: Universidade de Coimbra. Vol. XXIX (1972). Separata.

- DIAS, Paula Barata – O peixe para os judeus e para os cristãos: leituras de um símbolo à luz da cultura greco-romana. *Humanitas* [Em linha]. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. V 62 N 62 (2010). [Consult. 02/05/2017]. Disponível na Internet: https://www.uc.pt/fluc/eclassicos/publicacoes/ficheiros/humanitas62/09_o_peixe_para_os_judeus.pdf
- ESTEVAN, María Luz Rodrigo – Fresco, frescal, salado, seco, remojado: abasto y mercado de pescado en Aragón: siglos XII-XV. In ENCUENTROS INTERNACIONALES DEL MEDIEVO, Nájera, 2008 – *Alimentar la ciudad en la Edad Media: actas*. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 2009. p. 547-577.
- FARELO, Mário – Tributos sobre o espaço e sobre os homens em Lisboa ao tempo das inquirições de D. Afonso II. In ANDRADE, Amélia Aguiar; FONTES, João Luís Inglês, ed. – *Inquirir na Idade Média: espaços, protagonistas e poderes: séculos XII-XIV: tributo a Luís Krus*. Lisboa: IEM, 2015. p. 225-245.
- FERNÁNDEZ, María Álvarez – Abastecimiento y consumo de pescado en Oviedo a finales de la Edad Media. In *La pesca en la Edad Media* [Em linha]. Madrid: Sociedad Española de Estudios Medievales-Editum-Xunta de Galicia, 2009. [Consult. 20/04/2017]. Disponível na Internet: http://www.academia.edu/5106746/Abastecimiento_y_consumo_de_pescado_en_Oviedo_a_finales_de_la_Edad_Media
- GOMES, Sandra Rute Fonseca – *Territórios medievais do pescado do Reino de Portugal* [Em linha]. Coimbra: [s.n.], 2011. Dissertação de Mestrado em Alimentação – Fontes, Cultura e Sociedade, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. [Consult. 30/04/2017]. Disponível na Internet: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/18460/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Sandra%20Gomes.pdf>
- GONÇALVES, Iria – Posturas municipais e vida urbana na baixa Idade Média: o exemplo de Lisboa. In GONÇALVES, Iria – *Um olhar sobre a cidade medieval*. Cascais: Patrimonia, 1996. p. 77-95.
- GONÇALVES, Iria – Na ribeira de Lisboa, em finais da Idade Média. In GONÇALVES, Iria – *Um olhar sobre a cidade medieval*. Cascais: Patrimonia, 1996. p. 61-75.
- GONÇALVES, Iria – Defesa do consumidor na cidade medieval: os produtos alimentares: Lisboa – séculos XIV-XV. In *Um olhar sobre a cidade medieval*. Cascais: Patrimonia, 1996. p. 97-116.
- GONÇALVES, Iria – Regateiras, padeiras e outras mais na Lisboa medieval. In KRUS, Luís; OLIVEIRA, Luís Filipe; FONTES, João Luís, coord. – *Lisboa medieval: os rostos da cidade*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007. p. 11-29.
- GONÇALVES, Iria – Um dia na cidade medieval. *Media Aetas. Cadernos de Estudos Medievais*. II Série Vol. 3 (2008/2009), p. 9-32.
- GONÇALVES, Iria – A alimentação. In MATTOSO, José, dir. – *História da vida privada em Portugal: a Idade Média*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2010. p. 226-259.
- GRIECO, Allen J. – Alimentação e classes sociais no fim da Idade Média e no Renascimento. In FLANDRIN, Jean-Louis; MONTANARI, Massimo, dir. – *História da alimentação 2: da Idade Média aos tempos actuais*. Lisboa: Terramar, 2001. p. 83-93.

- MACHADO, José Pedro, coord. – *Grande dicionário da língua portuguesa*. Alfragide: Ediclube, 1990. vol. XI.
- MANE, Perrine – Images médiévales de la pêche en eau douce. *Journal des Savants* [Em linha]. Vol 3 N^o 1 (1991), p. 227-261. [Consult. 30/04/2017]. Disponível na Internet: http://www.persee.fr/doc/jds_0021-8103_1991_num_3_1_1548.
- MARQUES, A. H. de Oliveira – Portugal na crise dos séculos XIV e XV. In SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira, dir. – *Nova História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1986. vol. IV.
- MARQUES, A. H. de Oliveira – *Hansa e Portugal na Idade Média*. 2^a edição. Lisboa: Editorial Presença, 1993.
- MARREIROS, Maria Rosa Ferreira – Os proventos da terra e do mar. In SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira, dir. – *Nova História de Portugal: Portugal em definição de fronteiras do Condado Portucalense à crise do século XIV*. Lisboa: Editorial Presença, 1996. vol. III, p. 443-451.
- MARTINS, Miguel Gomes – *Lisboa e a guerra: 1367-1411*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.
- MARTINS, Miguel Gomes – *A alcaidaria e os alcaides de Lisboa durante a Idade Média: 1143-1433*. Lisboa: Câmara Municipal/Arquivo Municipal, 2006.
- MATTOSO, José; KRUS, Luís; ANDRADE, Amélia Aguiar – *O castelo e a feira: a terra de Santa Maria nos séculos XI a XIII*. Lisboa: Estampa, 1989.
- MONTANARI, Massimo – L'uomo di fronte al mondo animale nell'alto Medioevo. In *Settimane di Studi del Centro Italiano di Studi sull'Alto Medioevo* 31. Spoleto: CISAM, 1985. t. I, p. 619-663.
- MORENO, Humberto Baquero – A acção dos almocreves no desenvolvimento das comunicações inter-regionais portuguesas nos fins da Idade Média. In COLÓQUIO PAPEL DAS ÁREAS REGIONAIS NA FORMAÇÃO HISTÓRICA DE PORTUGAL, Lisboa, 1975 – *Actas*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1975. p. 185-239.
- MORENO, Humberto Carlos Baquero – A navegação e a actividade mercantil no Entre-Douro e Minho. *Revista da Faculdade de Letras* [Em linha]. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Vol. 9 (1992), p. 9-24. [Consult. 02/07/2017]. Disponível na Internet: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2179.pdf>.
- PEREIRA, Maria Teresa Lopes – *Alcácer do Sal na Idade Média*. Lisboa: Edições Colibri, 2007.
- PUÑAL FERNÁNDEZ, Tomás – El mercado de los alimentos en Madrid en la Edad Media. In ARÌZAGA BOLUMBURU, Beatriz; SOLÓRZANO TELECHEA, Jesús Angel, ed. – ENCUENTROS INTERNACIONALES DEL MEDIEVO, Nájera, 2008 – *Alimentar la ciudad en la Edad Media: actas*. Logroño: Gobierno de la Rioja-Instituto de Estudios Riojanos, 2009. p. 173-211.
- SANTOS, Maria José Azevedo – O peixe e a fruta na alimentação da corte de D. Afonso V: breves notas. In *Alimentação em Portugal na Idade Média: fontes-cultura-sociedade*. Coimbra: [s.n.], 1997. p. 1-33.

SILVA, Francisco Ribeiro da – A pesca e os pescadores na rede dos forais manuelinos. In *Quinhentos/Oitocentos (Ensaios de História)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2008. p. 211-244.

STOUFF, Louis – *La table provençale: boire et manger en provence à la fin du Moyen Age*. Avignon: Éditions A. Barthélemy, 1996.

TAVARES, Maria José Ferro – As pescas: uma riqueza em extinção?. In *Olhares sobre a História: estudos oferecidos a Iria Gonçalves*. Lisboa: Caleidoscópico, 2009. p. 639-651.

TORRES, Ruy d'Abreu – Almotacé. In SERRÃO, Joel, dir. – *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, 1981. vol. I, p. 121.

TORRES, Ruy d'Abreu – Dízima. In SERRÃO, Joel, dir. – *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, 1981. vol. II, p. 326-327.

SÍTIOS NA INTERNET

INSTITUTO PORTUGUÊS DO MAR E DA ATMOSFERA. *Sardina pilchardus* [Em linha]. Lisboa: IPMA, 2017. [Consult. 03/07/2017]. Disponível na Internet: <http://www.ipma.pt/pt/pescas/recursos/sardinha/index.jsp>.

Sistemas de circulação de água e poder na Lisboa medieval – séculos XIV a XVI

Water circulation systems and power in medieval Lisbon – XIV-XVI centuries

Luís Ribeiro Gonçalves*

submissão/submission: 12/11/2017

aceitação/approval: 12/12/2017

RESUMO

Em finais da Idade Média, os espaços da água são cada vez mais alvo da atenção das autoridades urbanas. Ao seu papel no abastecimento às populações urbanas, associou-se uma crescente preocupação com o seu papel nos fenómenos de doença e pobreza. Este trabalho dedica-se precisamente a analisar como este processo decorreu na Lisboa tardomedieval, observando a sua articulação com os poderes locais e a cada vez maior intervenção da Coroa. A partir das diversas componentes dos sistemas de água urbanos (captação, condução e distribuição): observamos a relação entre a distribuição das principais fontes na cidade e o desenvolvimento de tecnologias alternativas de captação da água; identificamos a forma como essas estratégias se alteraram nas formas de condução e evacuação deste recurso; examinamos como isso se articulou com o desenvolvimento do poder simbólico da Coroa a partir do exemplo do Chafariz d’el-Rei; analisamos como este processo acompanhou as preocupações com a saúde e a limpeza da Lisboa quinhentista.

*CIDEHUS – Centro de Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades / Universidade de Évora, 7000-809 Évora, Portugal e CH – Centro de História da Faculdade de Letras / Universidade de Lisboa, 1600-214 Lisboa, Portugal.

Luís Carlos Ribeiro Gonçalves é mestre em História Medieval pela Faculdade de Letras de Lisboa com a dissertação “Sistemas de povoamento e organização territorial: dois vales na periferia de Lisboa (séculos IX-XIV)”. Presentemente doutorando na VIIIª edição do Programa Inter-universitário de Doutoramento em História pela Universidade de Évora, com o projecto intitulado “Prática médica e controlo profissional no Portugal quinhentista”.

Endereço electrónico: luis.goncalves@campus.ul.pt

PALAVRAS-CHAVE

Água / Hidráulica / Saneamento / Higiene / Lisboa

ABSTRACT

In the late Middle Ages, urban authorities worried more and more into the role of water spaces in the urban supply, as well as with the disease phenomena connected with water waste. This work aims precisely to analyse how this process took place in medieval Lisbon, noting its articulation with local powers and the increasing involvement of the Crown in urban decisions. From the various components of urban water systems (catchment, conduction and distribution) we observed the relation between the distribution of the main sources in the city and the development of alternative water catchment techniques; we have identified how these strategies have changed in the ways of water conducting; we have examined how this was articulated with the development of the symbolic power of the Crown from the example of the Chafariz d'el-Rei; we analysed how this process accompanied the local concerns with health and cleaning in the sixteenth century city.

KEYWORDS

Water / Hydraulics / Sanitation / Hygiene / Lisbon



O abastecimento de água foi desde sempre um dos maiores desafios para a vida urbana. Na Lisboa medieval, apesar da presença dos abundantes recursos do rio Tejo e do seu “termo”, a água tornou-se uma das maiores preocupações das autoridades locais e dos seus habitantes. Porém, esta atenção recaiu de diferentes formas ao longo do seu vasto sistema, desde os pontos de captação, passando pelos canais de condução, a sua distribuição junto da comunidade, e por fim, a posterior canalização das águas sujas para fora da cidade. O objetivo seria estabelecer assim um autêntico sistema circulatório em torno do qual a vida da cidade e as suas autoridades se debruçavam no seu quotidiano. Tal não implicava qualquer tipo de determinismo geográfico, antes terá conduzido ao desenvolvimento de tecnologias e mecanismos sociais que, em alternativa, asseguraram a qualidade e a quantidade de água por todo o aglomerado urbano.

Este artigo pretende precisamente analisar o papel da sociedade lisiponense tardo-medieval na composição do seu ciclo de água urbano. No contexto tardo-medieval, interessa-nos compreender até que ponto os diversos

poderes da cidade contribuíram para implementar novas estratégias que conduziram à progressiva redefinição dos seus espaços da água, entre os finais do século XIV e os inícios do século XVI. Entre outras questões, será relevante compreender os limites da rede de abastecimento local, quais os meios ou as tecnologias adotadas para os ultrapassar e, como estes lidaram com os desafios do crescimento populacional e com o papel crescente de capital assumido pela Lisboa tardo-medieval.

Para dar resposta a estas questões reuniu-se um corpo de fontes, composto essencialmente por normativas provenientes de fundos do Arquivo Municipal de Lisboa, como o *Livro do provimento da água* e o *Livro do provimento da saúde*, algumas das quais já tinham sido publicadas por diversos autores como Freire de Oliveira, Veloso de Andrade ou Barbosa Machado¹. Estas fontes resultam em grande medida de determinações municipais e de articulação com a própria Coroa sobre as quais incidem diversas determinações régias destinadas a assegurar a limpeza dos canos e ruas da cidade.

Tomando em consideração a composição do sistema, este artigo dividir-se-á nas suas múltiplas componentes. A primeira parte irá centrar-se nas fontes de abastecimento urbanas e periurbanas, quais as suas principais áreas, como estas se foram alargando ao longo do período medieval e quais as estratégias alternativas de aquisição de água que foram desenvolvidas. A segunda parte dedicar-se-á às formas de condução da água e aos desafios que foram sendo colocados, tanto na abertura de novos encanamentos, como pela construção de novas áreas urbanas. Na terceira parte iremos discorrer sobre as formas de distribuição da água, de que fazem parte fontes e chafarizes, mas também sobre os serviços prestados por terceiros na criação de um mercado de água urbano. A última parte, dirá respeito às formas de condução da água para fora do espaço urbano e à crescente preocupação com o papel deste recurso para a melhoria da saúde dos habitantes da Lisboa medieval.

1. AS FONTES DE ÁGUA ENTRE OS ARRABALDES E A CIDADE

O abastecimento de água a Lisboa foi um assunto amplamente debatido a partir dos meados do século XVI. Se para alguns autores, como Damião de Góis e João Brandão, a urbe tinha fartas fontes de água que permitiam abastecer ricamente vários chafarizes, inclusivamente com águas quentes², outros como Francisco de Hollanda anunciavam já a necessidade de Lisboa encontrar novas fontes de água para abastecer a sua população³. Uns e outros revelavam uma preocupação cada vez maior com os pontos de abastecimento na cidade.

¹ OLIVEIRA, Eduardo Freire de – *Elementos para a história do município de Lisboa*. Lisboa: Typographia Universal, 1882-1911. 17 tomos; D'ANDRADE, José Sérgio Velloso – *Memoria sobre chafarizes, bicas, fontes e poços públicos de Lisboa, Belem e muitos logares do termo: oferecida á ex.ma Câmara Municipal de Lisboa*. Lisboa: Silviana, 1851; MACHADO, Ignacio Barbosa – *Historia juridico panegirica, ou descripção thopographico architetonica do famoso magnifico aqueducto, que por ordem de sua Magde, O senhor Rey D. Ioaõ V, nosso senhor se erigiu, e fabricou, para se conduzirem as salutiferas, e copiosas Agoas livres, e de outras fontes, a esta grande Corte, de cidade de Lisboa Offerecida ao mesmo Augusto Monarcha*. Lisboa, 1745.

² BRANDÃO, João – *Grandeza e abastança de Lisboa em 1552*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990. p. 103; GÓIS, Damião de – *Elogio da cidade de Lisboa = Vrbs olisiponis descriptio*. trad. Aires A. Nascimento. Lisboa: Guimarães Ed., 2002. p. 151.

³ HOLLANDA, Francisco de – *Da fábrica que falece à cidade de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1984.

A localização das principais fontes de água da cidade em inícios de Quinhentos partia muito do que já se conhecia durante a presença muçulmana. Até aqui, os principais recursos aquíferos nasciam sobretudo na área situada entre o “casco velho” tardorromano⁴ e o rio Tejo, na área conhecida desde o domínio islâmico por Alfama. Desde o século X, a fama dos seus banhos de águas quentes (“bāb al-hamma”) e frias foi difundida por inúmeros autores árabes, partindo da descrição de Al-Udri⁵. A utilização de infraestruturas semelhantes neste espaço mesmo depois da conquista cristã, corroborada por diversas referências, como as já bem conhecidas para os reinados de D. Dinis e D. Fernando⁶ e mesmo para épocas posteriores⁷, vinha apenas confirmar a concentração de aquíferos, que a preservação do próprio topónimo já parecia indicar. Os autores quinhentistas, como Damião de Góis, vão por isso destacar como à “beira-rio, nascem muitíssimas fontes vindas por canais subterrâneos de diversos pontos da cidade e nelas a população se abastece de água”⁸. Outros vão acrescentar que a quantidade que brotava das suas nascentes era tal que, segundo João Brandão, só em Alfama esta poderia servir dez azenhas roqueiras, entre as casas de água e o chafariz régio⁹. A presença destas fontes assegurava o provimento constante, tanto dos seus moradores, como dos navios que serviam o porto quinhentista, acompanhando a dinâmica expansiva que marca Lisboa nesse período¹⁰.

Em finais do século XIII, o dinamismo construtivo promovido pelo rei no arrabalde ocidental, patente na abertura da Rua Nova, é acompanhado pelo aparecimento de novos edificadros nos subúrbios da cidade, em locais como o Bairro da Pedreira¹¹. Este fenómeno estendeu-se nas primeiras décadas de Trezentos aos vales do Andaluz e da Mouraria, tradicionalmente ocupados por hortas e almuinhas¹², justificando-se então a abertura de fontes de água alternativas para todos os que começavam a habitar neste espaço. Sob a égide do município e de D. Afonso IV, surge então em 1336 o Chafariz do Andaluz¹³, como uma alternativa às fontes e chafarizes que tradicionalmente regavam em exclusivo os campos agrícolas.

⁴ SILVA, Augusto Vieira da – *A cerca moura de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1939.

⁵ SIDARUS, Adel; REI, António – Lisboa e o seu termo segundo os Geógrafos Árabes. *Arqueologia Medieval*. Porto: Edições Afrontamento. Vol. 7 (2001), p. 37-72.

⁶ SILVA, Manuel Fialho – *Mutação urbana na Lisboa medieval: das Taifas a D. Dinis*. Lisboa: [s.n.], 2017. p. 136. Tese de Doutoramento na especialidade de História Medieval, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

⁷ RAMALHO, Elsa Cristina; LOURENÇO, Maria Carla – As águas de Alfama: memórias do passado da cidade de Lisboa. *Recursos Hídricos: Revista da Associação Portuguesa de Recursos Hídricos*. Vol. 26 Nº 1-3 (2005).

⁸ GÓIS, Damião de – *Elogio da cidade de Lisboa = Urbis olisiponis descriptio...*, p. 151.

⁹ BRANDÃO, João – *Grandeza e abastança de Lisboa em 1552...*, p. 103.

¹⁰ MARQUES, A. H. de Oliveira – A cidade na Baixa Idade Média. In MOITA, Irisalva, coord. – *O livro de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1994. p. 89-114.

¹¹ SILVA, Manuel Fialho – *Mutação urbana na Lisboa medieval: das Taifas a D. Dinis...*, p. 388.

¹² GONÇALVES, Luís Ribeiro – *Sistemas de povoamento e organização territorial: dois vales na periferia de Lisboa: séculos IX-XIV*. Lisboa: [s.n.], 2011. p. 107. Dissertação de Mestrado em História Medieval, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

¹³ BARROCA, Mário Jorge – *Epigrafia medieval portuguesa (862-1422)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e a Tecnologia; Ministério da Ciência e da Tecnologia, 2000. vol. 2, tom. 2.

Em evidência estava a riqueza dos aquíferos deste arrabalde, tão bem descrita tanto pelos topónimos e referências a poços feitas por Cristóvão de Oliveira em 1551¹⁴, como pelos diversos vestígios arqueológicos do vale da Baixa recentemente dados a conhecer por Jacinta Bugalhão e André Teixeira¹⁵. Tal devia-se em grande medida ao esteiro de água que durante o domínio romano delimitara a vertente ocidental da cidade, mas que agora, nos finais da Idade Média, se encontrava cada vez mais assoreado. Ainda assim, o que assegurava a riqueza de aquíferos no seu subsolo também os tornava suscetíveis à salubridade que caracterizava o estuário tagano, conduzindo ao aparecimento de muitos mais elementos de escoamento de água do que de novas fontes. Isso tornava os arrabaldes de Alfama e do atual vale da Baixa diferentes nas estratégias de abastecimento, mas ainda assim com uma quantidade muito superior ao de outros espaços da cidade.

Este era o caso da colina do Castelo. Aí, apesar da sua ocupação intensa desde o domínio romano, os aquíferos desde há muito se tinham revelado relativamente escassos. A questão prendia-se com a ausência de pontos de captação, sobretudo na zona da Alcáçova, o que limitava o quotidiano das gentes que aí viviam forçando-as a deslocarem-se até à beira-rio.

Em alternativa, surgem outras formas de captar e conservar água através de diversos tipos de reservatórios, documentados em topónimos como o do Palácio do Aljube¹⁶ ou, em estruturas hidráulicas islâmicas como a que foi identificada no Teatro Romano¹⁷. Este tipo de soluções, mais de cariz privado do que público, permitia assegurar o abastecimento durante a época das chuvas, fazendo-as perdurar ao longo do ano, enquanto preservava as fontes de água disponíveis nessa área para alturas de estio mais seco.

Contudo, tal como os contextos do Palácio do Aljube e do Teatro Romano bem indicam, este tipo de solução assumia frequentemente um carácter temporário. Fosse fruto do abandono de muitas destas estruturas vivido no final do domínio árabe, ou por outros fatores como a contaminação das águas, ou a simples alteração dos seus complexos habitacionais, um e outro caso vão ser reutilizados a partir do século XIII, o primeiro servindo

¹⁴ OLIVEIRA, Cristóvão Rodrigues de – *Lisboa em 1551: sumário em que brevemente se contém algumas coisas assim eclesiásticas como seculares que há na cidade de Lisboa (1551)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1987.

¹⁵ BUGALHÃO Jacinta; TEIXEIRA, André – Os canos da Baixa de Lisboa no século XVI: leitura arqueológica. *Cadernos do Arquivo Municipal*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. 2ª Série Nº 4 (2015), p. 89-122. Entre os diversos trabalhos conferir MOITA, Irivalva – Hospital Real de Todos os Santos: relatório das escavações a que mandou proceder a CML de 22 de agosto a 24 de setembro de 1960. *Revista Municipal*. Lisboa: Câmara Municipal. Nº 101/102 (2º e 3º trim. 1964), 104/105 (1º e 2º trim. 1965), 106/107 (3º e 4º trim. 1965), 108/109 (1º e 2º trim. 1966), 110/111 (3º e 4º trim. 1966); SILVA, Rodrigo Banha da; LEITE, Ana Cristina – Hospital Real de Todos os Santos. In TEIXEIRA, André; VILLADA, Fernando; SILVA, Rodrigo Banha da, coord. – *Lisboa 1415 Ceuta: historia de dos ciudades - história de duas cidades*. Ceuta: Cidade Autónoma de Ceuta; Lisboa: Câmara Municipal, 2015.

¹⁶ A palavra “Aljube” tem como origem onomástica o étimo árabe “al-jubb”, habitualmente traduzido por “cisterna”. Contudo, dado o papel da antiga prisão situada no sobredito Palácio do Aljube, o seu significado para o português atual modificou-se, associando-se à prisão escura, cárcere e caverna. “Aljube” in DICIONÁRIO INFOPÉDIA DA LÍNGUA PORTUGUESA COM ACORDO ORTOGRÁFICO [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2017. [consult. 2017-10-24 14:28:48]. Disponível na Internet: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/aljube>.

¹⁷ FERNANDES, Lídia; MARQUES, António; TORRES, Andreia – Ocupação baixo-medieval do teatro romano de Lisboa: a propósito de uma estrutura hidráulica, as cerâmicas vidradas e esmaltadas. *Arqueologia Medieval*. Porto: Edições Afrontamento. Vol. 10 (2008), p. 159-184.

como palácio e mais tarde espaço da cadeia, e o segundo como local de deposição de lixo¹⁸. Esta situação implicou o abandono de todas as estruturas muçulmanas, num processo claramente distinto de outras formas de reaproveitamento, como as que se encontraram em outros contextos habitacionais da transição do domínio muçulmano para o cristão¹⁹. Ainda assim, o uso desta tecnologia não deverá ser excluído durante o domínio cristão por completo, uma vez que a presença de reservatórios e de cisternas é bem conhecida, por exemplo, na própria torre da cisterna do Castelo de São Jorge²⁰.

A presença destas tecnologias de captação de água possibilitou criar uma rede de abastecimento à população significativamente mais alargada, dando oportunidade para a cidade crescer para além dos seus principais arrabaldes, Alfama e atual Vale da Baixa, permitindo abrir Lisboa a outras áreas marcadamente menos bem abastecidas e assim contribuindo para a descrição realizada em início do século XVII, por Luís Mendes de Vasconcelos:

Cobre Lisboa os outeros, & valles que já dissemos, côas fabricas das casas, & templos, dando com isto grande commodidade de alegre vista, aos mais dos seus moradores; porque das mais casas, estando edificadas nas ladeiras, & cumes dos montes, se vê grande parte da cidade, & do seu Rio, & de outras, juntamente com algumas ortas, porque está de forte assentada esta cidade, que saindo della alguns braços, nobremente povoados, abraçao entre si, a menissimos valles, plantados de ortas, que todo o anno alegrão a vista, variando em diversos tempos do anno, a verde ortaliza com que os práticos agricultores, cobrem a sua terra²¹.

2. DA CONDUÇÃO DE ÁGUA NA CIDADE

Uma outra tecnologia, central para o abastecimento da cidade, era a condução de água a partir de fontes localizadas na sua periferia. Como bem referiu Francisco de Hollanda, “as cidades antigas, depois dos templos e das fortalezas e muros, e paços, a coisa em que mais se esmeraram foi em trazer as fontes das águas por grandes arcos e canos, e condutos”²². A presença destas estruturas na Lisboa medieval é pouco conhecida, não subsistindo vestígios monumentais de qualquer estrutura de aqueduto que tivesse existido, mesmo que do período romano. Tal estava por certo associado aos grandes investimentos que tradicionalmente se remetiam para as autoridades municipais e para a própria Coroa, justificando a procura de outras soluções, tecnologicamente menos complexas, que permitissem levar a água até novas zonas da urbe.

¹⁸ FERNANDES, Lúcia; MARQUES, António; TORRES, Andreia – Ocupação baixo-medieval do teatro romano de Lisboa: a propósito de uma estrutura hidráulica, as cerâmicas vidradas e esmaltadas..., p. 159-184.

¹⁹ GOMES, Ana; SEQUEIRA, Maria José – Continuidades e descontinuidades na arquitectura doméstica do período islâmico e após a conquista da cidade de Lisboa: escavações arqueológicas na Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva. *Arqueologia Medieval*. Porto: Edições Afrontamento, 2001. vol. 7, p. 103-110.

²⁰ SILVA, Manuel Fialho – *Mutação urbana na Lisboa medieval: das Taifas a D. Dinis...*

²¹ VASCONCELOS, Luís Mendes de – *Do sitio de Lisboa: sua grandeza, povoação e commercio, &c, reimpressos conforme a ed. de 1608, novamente correctos, e emendados*. Lisboa: Na Officina. Patr. de Francisco Luiz Ameno, 1786. p. 197.

²² HOLLANDA, Francisco de – *Da fábrica que falece à cidade de Lisboa...*, p. 24.

As primeiras notícias de projetos de encanamento de água surgem apenas no reinado de D. João II. Em 1487, este monarca negoceia com a Câmara diversas alterações no Chafariz d’el-Rei para permitirem um mais eficiente abastecimento dos batéis dos navios que aportavam ao Tejo. Propunha-se então conduzir a água para a parte do mar, ou seja, para junto à praia, onde os marinheiros poderiam aceder sem com isso prejudicarem o quotidiano da população que aí se vinha abastecer. Para isso contava-se com o financiamento da Câmara em articulação com os navios que aportavam à cidade, que tinham sido incumbidos de fornecer mão-de-obra para o transporte dos materiais²³. Desta forma, a rede de abastecimento lisiponense procurava adaptar-se às crescentes necessidades do porto, que neste período se começava a tornar num dos mais importantes da Europa.

Não será por isso de estranhar o desenvolvimento, de forma articulada, de todo um conjunto de reformas urbanísticas que vão marcar o reinado de D. Manuel²⁴. Acompanhando essas transformações, surgem diversas obras no sistema de abastecimento de água da cidade, tanto nos chafarizes como nos seus canos, e nestes últimos, tanto nos de escoamento como nos de abastecimento de água. Um bom exemplo deste último caso é o projeto em torno do novo Chafariz do Terreiro do Rossio iniciado em 1518. Pensado para dar resposta ao acesso, cada vez mais intenso, da população a este largo, onde cerca de duas décadas antes se estabelecera o principal estabelecimento assistencial da cidade, o Hospital de Todos-os-Santos, o plano seria conduzir a água do Chafariz do Andaluz, através de um cano, até esta praça²⁵.

No entanto, o avanço da obra revelaria alguns dos desafios que se impunham à expansão da rede de abastecimento urbano. Este projeto realizou-se no local onde o arrabalde ocidental tocava com o Vale do Pereiro, numa área já conhecida pelos percursos irrigados das hortas e almuinhas que o ocupavam intensamente. As obras de condução da água teriam assim de passar por diversas propriedades privadas, arriscando-se a destruir outras estruturas aí localizadas. Este mesmo seria o caso do poço da quinta do Dr. Luís Teixeira que foi removido durante a abertura da conduta, obrigando a Câmara a compensar os seus antigos proprietários com uma indemnização de trinta mil réis, como ficou estabelecido no contrato assinado em 3 de setembro de 1524²⁶. A Câmara procurava assim assegurar que a destruição de bens dos moradores da urbe durante as suas obras não ficava sem alguma compensação.

Contudo, esta forma de atuação nem sempre se revelava eficaz. Quando as autoridades municipais procuraram novas fontes para aumentar o caudal do Chafariz dos Cavalos, a sua opção terá recaído na apropriação da “logea” de água de André Rodrigues de Beja, situada em Alfama, por ser “muyto mais limpa” do que as outras

²³ Arquivo Municipal de Lisboa (AML), *Livro 1º do provimento da água*, f. 7; MACHADO, Ignacio Barbosa – *Historia juridico Panegirica, ou discripção thopographico architetonica do famoso magnifico aqueducto...*, p. 70-74.

²⁴ CARITA, Hélder – *Lisboa manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna: 1495-1521*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999. p. 53-79.

²⁵ AML, *Livro 1º do provimento da água*, f. 9.

²⁶ AML, *Livro 1º do provimento da água*, f. 16; OLIVEIRA, Eduardo Freire de – *Elementos para a história do município de Lisboa*. Lisboa: Typographia universal, 1911. vol. 17, p. 250-253.

disponíveis²⁷. Perante a oposição dos seus donos ou os parques meios que a Câmara dispunha para adquirir a propriedade, em 31 de agosto de 1542 é levantado um libelo entre as duas partes para averiguar qual seria a indemnização a pagar pelas autoridades municipais. A decisão final, apresentada em 9 de maio do ano seguinte, vai assegurar que os herdeiros de André Rodrigues recebem indemnizações pela “logea” de água²⁸. O mesmo fenómeno de apropriação decorreria na década de 1580 no poço de João de Góis, situado na Bemposta, cujo processo já foi descrito por Veloso de Andrade²⁹. Estes dois casos colocavam em evidência como os argumentos levantados pelo poder local ao associar à utilidade pública este recurso, ainda não implicavam o abandono dos direitos dos seus proprietários.

Um pouco diferente foi o resultado do projeto de avaliação do manancial do Chafariz d’el-Rei realizado a partir de 1598, que então sofria com uma clara diminuição da sua capacidade de abastecimento. As razões prendiam-se com uma apropriação indevida dos seus mananciais, documentada no poço de Luís Carvalho, cujos canos se conectavam com os do chafariz régio. A atuação da Câmara neste caso, ao invés de se apropriar deste terreno como fizera anteriormente, assentou no desenvolvimento de um processo legal, onde se incluiu a avaliação do poço por representantes de ambas as partes, que permitiu identificar a concomitância dos seus canos com os do principal chafariz da cidade³⁰. Revelava-se assim uma continuidade de modelos de atuação tardo-medievais no município lisiponense quinhentista. Apenas em finais deste século surgem processos legais que visam assegurar os aquíferos disponíveis, reconhecendo a água das suas fontes como propriedade municipal.

3. CHAFARIZES E AGUADEIROS NO ABASTECIMENTO DA CIDADE

Da primeira referência ao Chafariz de São João na primeira metade de Duzentos, ao Chafariz d’el-Rei que provavelmente lhe sucedeu a partir de Trezentos³¹, passando pelas referências identificadas na documentação notarial régia³², até chegarmos à descrição da cidade de Cristóvão de Oliveira em 1551³³, são inúmeras as referências toponímicas a estruturas de poços e chafarizes na Lisboa tardo-medieval. Algumas delas fosse pela importância dos seus mananciais, fosse pelas figuras que as tinham promovido, ou pela sua localização a par de alguns dos principais espaços de vivência urbana, tornaram-se em autênticos elementos centrais do mapa “falado” da cidade. O que tinha já acontecido com os banhos quentes de Alfama iria agora acontecer com o Chafariz dos Cavalos, as Alçaçarias e, mais do que todos, com o Chafariz d’el-Rei.

²⁷ AML, *Livro 1º do provimento da água*, f. 20-28v.

²⁸ AML, *Livro 1º do provimento da água*, f. 29-34v.

²⁹ D’ANDRADE, José Sérgio Velloso d’ – *Memoria sobre chafarizes, bicas, fontes, e poços públicos de Lisboa, Belem e muitos logares do termo...*, p. 120-124.

³⁰ AML, *Livro 1º do provimento da água*, f. 55.

³¹ SILVA, Manuel Fialho – *Mutação urbana na Lisboa medieval: das Taifas a D. Dinis...*, p. 136-137.

³² GONÇALVES, Iria - Aspectos económico-sociais da Lisboa do século XV estudados a partir da propriedade régia. *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*. Nº1 (1980), p.153-204.

³³ Durante a qual este autor refere trinta e dois topónimos relacionados com formas de distribuição de água: OLIVEIRA, Cristóvão Rodrigues de – *Lisboa em 1551: sumário: em que brevemente se contém algumas coisas assim eclesiásticas como seculares que há na cidade de Lisboa (1551)...*

A importância do chafariz régio será de tal dimensão que, a partir do século XVI, passa a fazer parte tanto das descrições escritas, como das gravuras e composições artísticas que apresentam Lisboa à Europa como a capital do Império Português. Em obras como a *Descriptio* de Damião de Góis, esta fonte destaca-se pela riqueza do seu manancial, que “ela só quase bastaria para dar de beber a toda a população” da cidade, bem como pela qualidade das suas águas que “igualava ou supera todas as outras” que o autor vira. A semelhança com Alfama é tal que das suas bocas tanto “escoa água quente como, depois de repousar por breve período de tempo, ela se deixa beber com todo o prazer, já muito pura e fresca”³⁴. O chafariz passa igualmente a figurar na iconografia olisiponense quinhentista como um dos elementos que, a par do Castelo, da Sé e do Terreiro do Paço, entre muitos outros, compunham o seu mapa mental, presente em gravuras da cidade como a que Georg Braun apresenta na sua obra *Civitates Orbis Terrarum*.

A este reconhecimento não será estranha a ligação que caracterizava muitos destes lugares à figura régia, mediante uma presença constante de símbolos régios em epígrafes comemorativas. Este mesmo fenómeno pode-se encontrar em fontes e chafarizes espalhados por todo o reino, como o estudo de Luísa Trindade permitiu verificar a partir da análise das gravuras delineadas por Duarte D’Armas³⁵.

No Chafariz d’el-Rei, essa ligação, nascida provavelmente no século XIV, sedimenta-se depois das obras que conduziram à abertura de novas bicas no tempo de D. João II, vendo-se mais tarde complementada com a colocação duma arcaria fronteira às bocas do chafariz em 1517, que lhe conferiu uma maior monumentalidade. Estas transformações fizeram então parte dos novos modelos urbanísticos que em Lisboa caracterizam o período manuelino, num projeto que incluiria ainda outras fontes da cidade, como aquela do acima referido Rossio e a de Cataquefarás, onde foi igualmente colocado um telheiro³⁶.

Contudo, o principal argumento para todos estes esforços era a crescente preocupação com a qualidade da água que abastecia a cidade, focando-se para esse fim, primeiramente, na forma como esses espaços eram utilizados e, só depois, em outras formas alternativas, da sua distribuição pela cidade.

4. ÁGUA, ENCANAMENTO E SAÚDE MUNICIPAL

As recomendações sobre a utilização dos espaços de água locais, apesar de serem conhecidos em contextos urbanos andaluzes do século XI, em Lisboa só surgem compilados no *Livro das posturas* a partir de 1430. É nesse ano que a vereação começa a proibir que se pratiquem atividades como a lavagem de roupa e de louça em

³⁴ GÓIS, Damião de – *Elogio da cidade de Lisboa = Vrbis olisiponis descriptio...*, p. 151.

³⁵ TRINDADE, Luísa – A água nas cidades portuguesas entre os séculos XIV e XVI: a mudança de paradigma. In LOZANO BARTOLOZZI, María del Mar; MÉNDEZ HERNAN, Vicente, coord. – *Patrimonio cultural vinculado con el agua: paisaje, urbanismo, arte, ingeniería y turismo*. Mérida: Editora Regional de Extremadura; Universidad de Extremadura; Ministerio de Economía y Competitividad, 2014. p. 367-380.

³⁶ CARITA, Hélder – *Lisboa manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna...*, p. 58.

chafarizes como o Santa Maria de Oliveira, situado na Rua Nova d’el-Rei, que pelo seu carácter poluente deveriam ser exercidos em outros espaços da cidade³⁷. Igualmente proibidas ficariam a deposição de outro tipo de detritos, como o lançamento de pedras ou as brincadeiras com barcos de cortiça³⁸. Estas primeiras normativas retratam muito mais respostas dadas a situações específicas, onde se procurava já delinear uma política que assegurasse a qualidade e a limpeza dos espaços da água na cidade.

Este cenário acentuou-se ainda mais com o desenvolvimento do já referido programa de obras que marcará as décadas finais de Quatrocentos dos olisiponenses, durante o qual se acrescentou não só a referida monumentalidade aos chafarizes e às fontes olisiponenses. Isso mesmo é conferido a partir de 1484 por D. João II, estabelecendo-se a sua jurisdição porque

alguma parte da caussa destes maaos aares he a grande çugidade das esterqueiras e munturos que em essa cidade há e do entornar dos camareiros que se nom lançaam honde deuem / nos encomendamos e mandamos que loguo com grande deligencia mandees alimpar a todos os canos e munturos e esterqueiras por toda a dicta cidade, de guisa, que nenhuuma sujidade em ella senom ache nem veja, e todallas Ruas e trauessas sejam muy limpas e os camareiros se emtornem em lugares limjtados donde deles nunca possa parecer nenhuuma coussa³⁹.

Em evidência ficava já a criação de um discurso sobre a limpeza da cidade associado ao controlo das pestilências que começa a ser implementado na Lisboa tardomedieval, a par de um conjunto de novas competências que então são atribuídas à Câmara⁴⁰. Para dar resposta a esta questão surge todo um programa incorporando obras tanto nos chafarizes como nos canais de escoamento que contribuem para a construção de um autêntico sistema de canos que acompanhou todo o novo projeto urbanístico olisiponense a partir de finais de Quatrocentos⁴¹. Como autênticos vasos condutores, os vários elementos que encanavam os detritos e os lixos até ao rio Tejo complementavam então os restantes percursos de abastecimento e distribuição de água à cidade.

Esta ligação gizava-se não apenas na sua frequente proximidade física, mas também na forma como estas infraestruturas eram descritas na documentação compilada pelo município. Em documentos como a *Relação dos canos de Lisboa*, produzido em data incerta do século XVI, essa conexão traduzia-se na forma como frequentemente surgiam em expressões como o do “cano Ao postiguo de cate que faras que vem do poço do outeiro” que servia “de seruemtya do dito poço”⁴². Cada cano destes, neste período, “recebe as agoas do dito poço” em várias partes

³⁷ *Livro das Posturas Antigas*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1974, p. 2.

³⁸ *Livro das Posturas Antigas...*, p. 7.

³⁹ AML, *Livro 2º de D. João II*, f. 22 e 22v.

⁴⁰ Regimentos de D. Manuel para os vereadores e oficiais da Câmara de Lisboa - 3 de agosto de 1503 em Arquivo Municipal de Lisboa. *Livro dos regimentos dos vereadores e oficiais da Câmara*, publicado em *Cadernos do Arquivo Municipal*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. 2ª Série Nº 2 (2015), p. 273-298.

⁴¹ CARITA, Helder – *Lisboa manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna...*, p. 53-60 ; BUGALHÃO Jacinta; TEIXEIRA, André – *Os canos da Baixa de Lisboa no século XVI: leitura arqueológica...*

⁴² AML, *Livro dos Pregos*, f. 333-335.

da cidade, podendo em chafarizes maiores como o d'el-Rei apresentar mais do que um percurso⁴³. A seu lado, surgem outros canos “que Recebem as agoas das emxuradas”, permitindo assim dar diferentes soluções às correntes de água que podiam assolar à cidade. Pela sua composição, esta *Relação* concebida num momento incerto do século XVI refletia como as autoridades locais reconheciam não só a importância da condução das águas impuras para fora da cidade, mas também como associavam poços e canos não apenas fisicamente, mas também enquanto estruturas utilitárias de abastecimento da cidade.

Não será por isso de estranhar que a Câmara comece a agir cada vez mais nos espaços da água urbanos, seja nos canos, como nos chafarizes e poços das praças de Lisboa. Tal se depreende antes de mais da atuação do seu vedor das obras, que passa a ser incumbido de, entre outras coisas, vigiar e reparar fontes e canos por toda a cidade, como acontece com as intervenções que se realizaram, a partir de 1487, no Chafariz d'el-Rei por D. João II, já referidas. Por outro lado, de modo a assegurar a higiene das águas, o *Regimento de oficiais da Câmara* de 1503 atribui aos almotacés o papel de assegurar a limpeza da cidade e a qualidade da água nas fontes e chafarizes⁴⁴. Surge então o “almotacé da lympeza”, um cargo habitualmente entregue a dois oficiais⁴⁵, cuja missão fundamental era evitar a imundície nas ruas, assumindo-se como um dos agentes de combate às pestilências na cidade.

Apesar disso, a gestão da distribuição da água, tantos nos chafarizes como pelos aguadeiros, que a levavam às partes da cidade menos bem servidas, ainda não era uma das suas atribuições. Só nos finais do século XVI, num contexto de crescente tensão social, decorrente sobretudo dos conflitos entre os moradores de Lisboa e a crescente comunidade africana que se abastecia no Chafariz d'el-Rei, é que em 1592 a Câmara decidiu organizar a distribuição das seis bicas desta fonte de acordo com novos critérios tendo em conta as suas origens étnicas, o seu género ou os seus ofícios na cidade⁴⁶. O posterior insucesso deste modelo de atuação refletiu como em finais do século XVI as preocupações das autoridades locais com a água ainda eram mais eficazes nas infraestruturas do que no controlo da rede de aguadeiros ausente da documentação, mas que efetivamente complementava estes sistemas. Essa atribuição apenas seria adquirida durante o século XVIII, quando a atuação da Câmara na partilha da água se torna cada vez mais efetiva, conduzindo ao estabelecimento do Aqueduto das Águas Livres⁴⁷.

⁴³ AML, *Livro dos Pregos*, f. 333.

⁴⁴ Regimentos de D. Manuel para os vereadores e oficiais da Câmara de Lisboa - 3 de agosto de 1503, Arquivo Municipal de Lisboa. Livro dos regimentos dos vereadores e oficiais da Câmara, publicado em *Cadernos do Arquivo Municipal*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. 2ª Série Nº 2 (2015), p. 273-298.

⁴⁵ A necessária presença de dois oficiais neste cargo é confirmada por D. Manuel I na nomeação de Vasco do Couto em 4 de julho de 1509. Cf. AML, *Livro 1º de provimento de ofícios*, f. 130-130v.

⁴⁶ LARCHER, Jorge das Neves – *Memória histórica sobre o abastecimento de água a Lisboa até ao reinado de D. Joao V*. Lisboa: Centro Tipográfico Colonial, 1937.

⁴⁷ FERREIRA, Paulo da Costa – Do ofício de almotacé na cidade de Lisboa (século XVIII). *Cadernos do Arquivo Municipal*. 2ª Série Nº 1 (2014), p. 55-82.

CONCLUSÃO

Ao longo deste artigo analisou-se a relação entre os poderes locais e os espaços da água nas suas diversas componentes. Foi assim possível identificar uma grande continuidade nos principais pontos de captação deste recurso pelo menos a partir do domínio islâmico, algo particularmente visível em Alfama, mas que também é conhecido para o termo próximo da cidade nos vales da Mouraria, de Alcântara e de Chelas⁴⁸. Essa continuidade realizou-se não apenas ao nível das fontes, mas também num conjunto de soluções alternativas de captação de água, assente em tecnologias como os tanques de água, como o situado no Aljube. A aplicação destas soluções surgiu frequentemente em articulação entre as instituições locais, privadas e em alguns casos com o município e o próprio rei, como ocorreu com a abertura do Chafariz do Andaluz.

Este cenário apenas se altera ao longo de Quatrocentos, particularmente a partir do reinado de D. João II, quando em resposta às petições se começa a desenvolver uma intervenção na rede de distribuição de águas. Isso será particularmente visível nas obras que se realizam tanto no encanamento de água potável, como nos planos que conduziram à construção da rede de escoamento. Apesar disso, este processo nem sempre se revela pacífico, conduzindo a várias disputas com os proprietários que esses canais deveriam atravessar, resultando evidentes argumentações como a da utilidade pública da água que estava ausente do quadro legal quinhentista.

Essa incapacidade não impediu ainda o desenvolvimento de estratégias alternativas de poder da água. A mais evidente será a introdução cada vez mais dominante da simbólica régia e municipal nas infraestruturas que abastecem a cidade, sobretudo nos chafarizes e fontes monumentais. Isso encontra-se bem evidente na forma como o Chafariz d'el-Rei adquire uma imagem tanto em obras escritas como nas gravuras, divulgando a sua imagem no reino e por toda a Europa como a principal fonte de água da cidade e, ao mesmo tempo, como expressão do poder da Coroa na Lisboa quinhentista.

Para o desenvolvimento dessas estratégias alternativas, contribuiu o conjunto de medidas desenvolvidas contra as pestilências que marcavam esta urbe tagana desde a “Grande Peste” trecentista. O reconhecimento das autoridades locais e da Coroa deste fator, num momento em que esta se interessa pelo desenvolvimento de novos planos urbanísticos na cidade, contribuiu então para o estabelecimento de todo um sistema de condução de águas sujas. Essa questão veio por fim alterar a forma como as autoridades olisiponenses lidaram com os espaços da água, levando ao desenvolvimento de uma rede mais vasta de canais de escoamento que caracteriza ainda nos nossos dias o subsolo do vale da Baixa moderna, mas também ao reconhecimento da sua estreita articulação com a rede de abastecimento de água à cidade, fomentando um cada vez maior interesse pelas formas de partilha deste recurso a partir da Lisboa tardomedieval.



⁴⁸ GONÇALVES, Luís Ribeiro – *Sistemas de povoamento e organização territorial...*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

MANUSCRITAS

ARQUIVO MUNICIPAL DE LISBOA

Livro 2º de D. João II

Livro dos regimentos dos vereadores e oficiais da Câmara

Livro dos Pregos

Livro 1º do provimento da água

Livro 1º de provimento de ofícios

IMPRESSAS

BARROCA, Mário Jorge – *Epigrafia medieval portuguesa (862-1422)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e a Tecnologia; Ministério da Ciência e da Tecnologia, 2000. vol. 2, tom. 2.

BRAUN, Georg; HOGENBERG, Franz – *Civitates orbis terrarum*. Amsterdam: Theatrum Orbis Terrarum, 1572.

BRANDÃO, João – *Grandeza e abastança de Lisboa em 1552*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990. p. 103.

D'ANDRADE, José Sérgio Velloso – *Memoria sobre chafarizes, bicas, fontes, e poços públicos de Lisboa, Belem e muitos logares do termo: oferecida á ex.ma camara municipal de Lisboa*. Lisboa: Silviana, 1851.

GÓIS, Damião de – *Elogio da cidade de Lisboa = Urbis olisiponis descriptio*. trad. Aires A. Nascimento. Lisboa: Guimarães Ed., 2002. p. 151.

HOLLANDA, Francisco de – *Da fábrica que falece à cidade de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1984.

OLIVEIRA, Eduardo Freire de – *Elementos para a história do município de Lisboa*. Lisboa: Typographia Universal, 1882-1911. 17 tomos.

VASCONCELOS, Luís Mendes de – *Do sitio de Lisboa: sua grandeza, povoação e commercio, &tc, reimpressos conforme a ed. de 1608, novamente correctos, e emendados*. Lisboa: Na Officina. Patr. de Francisco Luiz Ameno, 1786. p. 197.

ESTUDOS

BUGALHÃO Jacinta; TEIXEIRA, André – Os canos da Baixa de Lisboa no século XVI: leitura arqueológica. *Cadernos do Arquivo Municipal*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. 2ª Série Nº 4 (2015), p. 89-122.

CARITA, Hélder – *Lisboa manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna: 1495-1521*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.

FERNANDES, Lídia; MARQUES, António; TORRES, Andreia – Ocupação baixo-medieval do teatro romano de Lisboa: a propósito de uma estrutura hidráulica, as cerâmicas vidradas e esmaltadas. *Arqueologia Medieval*. Porto: Edições Afrontamento. Vol. 10 (2008), p. 159-184.

FERREIRA, Paulo da Costa – Do ofício de almotacé na cidade de Lisboa (século XVIII). *Cadernos do Arquivo Municipal*. Nº 1 (2014), p. 55-82.

GOMES, Ana; SEQUEIRA, Maria José – Continuidades e descontinuidades na arquitectura doméstica do período islâmico e após a conquista da cidade de Lisboa: escavações arqueológicas na Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva. *Arqueologia Medieval*. Porto: Edições Afrontamento. Vol. 7 (2001), p. 103-110.

GONÇALVES, Iria – Aspectos económico-sociais da Lisboa do século XV estudados a partir da propriedade régia. *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*. Nº1 (1980), p. 153-204.

GONÇALVES, Luís Ribeiro – *Sistemas de povoamento e organização territorial: dois vales na periferia de Lisboa: séculos IX-XIV*. Lisboa: [s.n.], 2011. Dissertação de Mestrado em História Medieval, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

LARCHER, Jorge das Neves – *Memória histórica sobre o abastecimento de água a Lisboa até ao reinado de D. Joao V*. Lisboa: Centro Tipográfico Colonial, 1937.

MARQUES, A. H. de Oliveira – A cidade na Baixa Idade Média. In MOITA, Irisalva, coord. – *O livro de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1994, p. 89-114.

MOITA, Irisalva – Hospital Real de Todos os Santos: relatório das escavações a que mandou proceder a C.M.L. de 22 de agosto a 24 de setembro de 1960. *Revista Municipal*. Lisboa: Câmara Municipal. Nº 101/102 (2º e 3º trim. 1964), 104/105 (1º e 2º trim. 1965), 106/107 (3º e 4º trim. 1965), 108/109 (1º e 2º trim. 1966), 110/111 (3º e 4º trim. 1966).

RAMALHO, Elsa Cristina; LOURENÇO, Maria Carla – As águas de Alfama: memórias do passado da cidade de Lisboa. *Recursos Hídricos: Revista da Associação Portuguesa de Recursos Hídricos*. Vol. 26 Nº 1-3 (2005).

SIDARUS, Adel; REI, António – Lisboa e o seu termo segundo os Geógrafos Árabes. *Arqueologia Medieval*. Porto: Edições Afrontamento . Vol. 7 (2001), p. 37-72.

SILVA, Augusto Vieira da – *A cêrca moura de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1939.

SILVA, Manuel Fialho – *Mutação urbana na Lisboa medieval: das Taifas a D. Dinis*. Lisboa: [s.n.], 2017. Tese de Doutoramento na especialidade de História Medieval, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

SILVA, Rodrigo Banha da; LEITE, Ana Cristina – Hospital Real de Todos os Santos. In TEIXEIRA, André; VILLADA, Fernando; SILVA, Rodrigo Banha da, coord. – *Lisboa 1415 Ceuta: historia de dos ciudades - história de duas cidades*. Ceuta: Cidade Autónoma de Ceuta; Lisboa: Câmara Municipal, 2015.

TRINDADE, Luísa – A água nas cidades portuguesas entre os séculos XIV e XVI: a mudança de paradigma. In LOZANO BARTOLOZZI, María del Mar; MÉNDEZ HERNAN, Vicente, coord. – *Patrimonio cultural vinculado con el agua: paisaje, urbanismo, arte, ingeniería y turismo*. Mérida: Editora Regional de Extremadura; Universidad de Extremadura; Ministerio de Economía y Competitividad, 2014.

ANEXO

APÊNDICE DOCUMENTAL

1484 janeiro 06, Montemor-o-Novo - *D. João II toma medidas para acabar com a sujidade da cidade de Lisboa.*

Cota: AML, *Livro 2º de D. João II*, f. 22 e 22v⁴⁹.

Corregedor e vereadores procurador e procuradores dos mesteres nos El Rey uos enuiamos muito saudar / porquanto nos entendemos *que* huña das principaaes coussas porque nosso *Senhor* pormete de o trabalho da pestelença andar em essa cidade tanto tempo ha he por em ella auer alguuns taaes pecados e coussas factas *contra* seu seruiço que por elles nom terem evitados nem enviados /⁵⁰ nom *quer* tirar Sua yra della do que certo nos teemos muuyto Sentimento e desejamos muito tudo por emmendado e corregiado / E poys *que* ora a nosso *senhor* praz que essa emfermidade vaa minguando seguundo nos ora foy certificado e⁵¹ do que auemos muito prazer / he muita rrazom *que* o rrecunhecamos com boas obras e em emmenda de nossas vidas E porem muito *vos* rrogamos encomendamos e mandamos *que* com toda deligençia vos desponhaaes a em querer e saber de todos males e pecados *que* se em essa cidade fazem e no que a uos for posúel e a uos pertencer os que os fazem sejam per uos punidos e castigados e nos outros em que *cumprem* nosso fauor e ajuda no llo fazee saber porque com muuy boa vontade o daremos de guisa . *que* nosso *senhor* seja seruido e nos / E porque alguña parte da caussa destes maaos aares he a grande çugidade das esterqueiras e munturos que em essa cidade ha e do entornar dos camareiros *que* se nom lançaar honde deuem / nos encomendamos e mandamos *que* loguo com grande deligençia / mandees alinpar todos os canos e munturos e esterqueiras per toda a dicta cidade / de guisa . *que* nenhuña çugidade em ella senom ache nem veja / e todallas Ruas e trauessas sejam muy limpas e os camareiros se emtornem em lugares limitados donde deles nunca possa parecer nenhuña coussa / dando a quem esto faça do *djnheiro* das rrendas Da cidade aquillo *que* for rrazom / E se *perventura* o nom teuerdes / Nos escrepuemos a Joham alvarez porto carreiro nosso caualeiro *que* vo llo empreste do *djnheiro* *que* tem pera o esprittall / E de qualquer coussa *que* neesto fezerdes no llo fazee saber / o *que* vos tendo muito agradeceremos e teremos em seruiço / sprita em monte mor a v dias de Janeiro o scretario *afonso gonçalues* a fez 1484.

Rey

⁴⁹ Publicada parcialmente em OLIVEIRA, Eduardo Freire de - *Elementos para a história do município de Lisboa*. 1ª edição. Lisboa: Typographia Universal, 1882. Tomo I, p. 347-348.

⁵⁰ A rasurado "leixou".

⁵¹ A rasurado "ha he".

Alcântara: um moinho de maré medieval no termo de Lisboa (séculos XIII a XVIII)

Alcântara: a medieval tide mill in the periphery of Lisbon
(13th to 18th centuries)

Ana Cláudia Oliveira Silveira*
submissão/submission: 12/11/2017
aceitação/approval: 29/11/2017

RESUMO

Alcântara desde cedo se assumiu como um espaço estruturante para a cidade de Lisboa, não obstante o seu relativo afastamento em relação ao centro urbano. Este polo de povoamento organizou-se em torno de um curso de água cujo valor estratégico foi reconhecido ao longo dos séculos ao proporcionar facilidade de comunicações com zonas mais afastadas da orla ribeirinha, ao garantir a irrigação tanto de hortas como de jardins palatinos, ao propiciar a instalação de salinas e ao fornecer energia motriz para diversos equipamentos que aí se estabeleceram desde a Idade Média ao início do século XX. Foi o caso de um moinho de maré documentado desde, pelo menos, finais do século XIII a meados do século XVIII e que constitui um dos mais antigos exemplares conhecidos em Portugal deste tipo de tecnologia, outrora comum no Estuário do Tejo.

*IEM-Instituto de Estudos Medievais, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas / Universidade NOVA de Lisboa, 1069-061 Lisboa, Portugal.

Prepara o doutoramento em História Medieval na FCSH/NOVA sob orientação da Professora Doutora Amélia Aguiar Andrade e integra a equipa da Cátedra UNESCO "O Património Cultural dos Oceanos" da mesma instituição. A sua investigação no âmbito dos recursos litorais foi distinguida em 2016, com a atribuição do Prémio de História Alberto Sampaio e em 2017 com o prémio Doutor José Silva Maltez do Centro de Investigação Professor Doutor Joaquim Veríssimo Serrão (CIJVS).

Correio eletrónico: cl_silveira@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE

Lisboa / Alcântara / Estuário do Tejo / Moinho de maré / Cartografia

ABSTRACT

Alcântara from the outset was assumed as a structuring space for the city of Lisbon, despite its relative distance from the urban centre. This settlement pole was organized around a water course whose strategic value was recognized over the centuries by providing ease of communication with areas further away from the riverside, by ensuring the irrigation of both vegetable gardens and palatine gardens, by providing the installation of saltpans and the provision of motive power for various equipments that settled there from the Middle Ages to the beginning of the 20th century. This was the case of a tidal mill documented at least since the end of the thirteenth century to the mid-eighteenth century and which is one of the oldest examples known in Portugal of this type of technology, once common in the Tagus Estuary.

KEYWORDS

Lisboa / Alcântara / Tagus Estuary / Tide mill / Cartography



AS MARÉS COMO RECURSO ENERGÉTICO NA IDADE MÉDIA: PORTUGAL NO CONTEXTO EUROPEU

A costa atlântica portuguesa assistiu, pelo menos desde o século XIII, à construção de estruturas moageiras movidas pela maré, as quais surgiram frequentemente associadas a localidades com algum dinamismo portuário como é o caso de Lisboa, Viana do Castelo, Aveiro, Setúbal, Figueira da Foz, o Estuário do rio Mira e também diversas vilas no litoral algarvio, onde foi implantado, no decurso da Idade Média e posteriormente, um importante conjunto de engenhos deste tipo.

Portugal acompanhou uma evolução tecnológica¹ registada no litoral atlântico europeu, onde se encontra documentada a utilização de moinhos maremotrizes desde finais do século V. O desenvolvimento de projetos

¹ Relativamente à importância do moinho enquanto utensílio ao serviço do desenvolvimento económico da sociedade, vd. BLOCH, Marc – Avènement et conquêtes du moulin à eau. *Annales d'Histoire Economique et Sociale*. 7 (1935), p. 538-563, assinalando-se o estudo pioneiro em Portugal de GIL, Maria Olímpia Rocha – Engenhos de moagem no século XVI (técnicas e estruturas). *Do tempo e da História*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura; Centro de Estudos Históricos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. V 1 (1965), p. 161-192. Sobre o interesse técnico destas estruturas e sobre a sua relevância para o estudo do património industrial, vd. CUSTÓDIO, Jorge – Moinhos de maré em Portugal: algumas questões do seu estudo e salvaguarda sob o ponto de vista do património industrial. In ENCONTRO NACIONAL SOBRE O PATRIMÓNIO INDUSTRIAL, 1, Coimbra, 1986 – *Actas e comunicações*. Coimbra: Coimbra Editora, 1989. vol. I, p. 343-389.

de investigação arqueológica tem permitido identificar diversas estruturas deste tipo, a mais antiga das quais foi recentemente descoberta em Saint-Pol-de-Léon (Bretanha, França)². Escavações arqueológicas realizadas igualmente na Irlanda do Norte e na República da Irlanda permitiram conhecer exemplares deste tipo de moinhos. De facto, junto ao Mosteiro de Nendrum (Ilha de Mahee em Strangford Lough, Down County, na Irlanda do Norte), uma equipa de investigadores do Centre for Maritime Archaeology da Universidade do Ulster estudou os vestígios remanescentes de um moinho de maré, o qual se encontrava equipado com rodas hidráulicas horizontais e cujo funcionamento foi possível documentar, graças à dendrocronologia, para o período entre 619 e 788. Junto a essa primeira estrutura entretanto desativada, foi construído um segundo moinho de maré, datado de 789³. Paralelamente, também na República da Irlanda estão documentadas estruturas moageiras deste tipo, quer em Little Island (County Cork), remontando a 630, quer em Knocknacarragh (County Galway), cuja edificação foi datada de 973⁴. Investigações provisórias apontam para a existência de vinte moinhos de maré nas costas irlandesas, a maioria dos quais edificadas na Idade Média⁵.

A sua existência em Inglaterra encontra-se igualmente documentada desde o século VII, dada a recente descoberta de um moinho de maré equipado, tal como o de Nendrum, com uma roda horizontal, situado em Ebbsfleet, junto a Gravesend, em Kent, o qual foi igualmente datado através da dendrocronologia, situando-se a sua construção no período entre 684 e 720⁶. O *Domesday Book* viria a testemunhar, no século XI, a existência de diversos moinhos de maré nas costas britânicas, documentando-se o seu funcionamento em diversas localidades escocesas, no País de Gales (no Estuário do Severn e em Carew) e ainda no Estuário do Humber, em Woodbridge, em Thorrington, em Southampton (onde ainda hoje funciona o moinho de maré de Eling), na Ilha de Wight, em Falmouth e em Anglesey, registando-se uma importante concentração deste tipo de estruturas no Estuário do Tamisa⁷. Na costa do País Basco francês, a referência mais antiga de que se tem conhecimento é a do moinho de Mupale ou Mufale, que remonta a 1120-1125, seguindo-se-lhe a edificação de moinhos nos rios Nive e Adour e respetivos afluentes, bem como no Estuário do Nivelles⁸.

² BERNARD, Vincent – Les moulins à marée médiévaux dans l’ouest de la France: vecteur technique et catalyseur d’échanges trans-Manche?. In SONNIC, Ewan, ed. – *Énergie des marées hier, aujourd’hui, demain*. Rennes: École Nationale Supérieure d’Énergie de Bretagne (no prelo).

³ MCERLEAN, Thomas; CROTHERS, Norman – *Harnessing the tides: the early medieval tide mills at Nendrum Monastery, Strangford Lough*. Belfast: Environment and Heritage Service, 2007. p. 15-16.

⁴ RYNNE, Colin – Water-power as a factor of industrial location in Early Medieval Ireland: the environment of the early irish water mill. *Industrial Archaeology Review*. XXXI/2 (2009), p. 90-94.

⁵ MCERLEAN, Thomas; CROTHERS, Norman – *op. cit.*, p. 18-20.

⁶ GOODBURN, D.; HARDY, A. – The mid-saxen mill at Northfleet. In ANDREWS, P., dir. [et al.] – *Settling the Ebbsfleet Valley: high speed 1 excavations at Springhead and Northfleet, Kent: the late Iron Age, roman, saxon and medieval landscape*. Salisbury: Oxford Wessex Archaeology, 2011. p. 307-349.

⁷ DAY, G. – *Tide mills in England and Wales*. [S.l.]: Friends of Woodbridge Tide Mill, 1994.

⁸ DIAHARCE-RIGODON, E. – Euskalkostako Itsaseiherak: les moulins à marée de la côte basque. *Moulins de France*. 72 (2007), p. 17-20; MUNDUTEGUY, Laetitia – *Recensement et caractérisations des derniers moulins à marée du Pays Basque (français): étude du mécanisme du moulin à travers deux études de cas*. Paris: Université Paris 1 – Panthéon Sorbonne, 2007. p. 22-32. Mémoire de Master; Idem – The basque country tide mills: a neglected subject. *TIMS: International Molinology*. N. 78 (2009), p. 6-18.

Outras regiões europeias conheceram igualmente esta tecnologia, encontrando-se documentada na Idade Média a sua presença na Holanda e na Bélgica⁹ e, ainda, em Espanha¹⁰.

De acordo com a disponibilidade documental existente, o Estuário do Tejo parece ter assumido o pioneirismo no que se refere à edificação de moinhos de maré em Portugal. De facto, em São Julião do Tojal, no atual concelho de Loures, distrito de Lisboa, poderá localizar-se a mais antiga estrutura moageira documentada no nosso país acionada pelo fluxo das marés, o que é compreensível se for tida em consideração a evolução do rio Trancão e da várzea de Loures¹¹. Em 1251, no contexto da cedência pelo rei D. Afonso III ao Mosteiro de São Vicente de Fora da jurisdição do lugar de São Julião do Tojal, inclui-se a doação das azenhas velhas localizadas no braço de mar existente junto a essa localidade na condição de a instituição monástica as restaurar numa margem à outra¹². A circunstância de nesta data as azenhas surgirem referenciadas como “velhas” permite levantar a hipótese de que sejam as mesmas que em 1218 se mencionavam a propósito do herdamento do Tojal¹³.

O Mosteiro de São Vicente de Fora surge ainda associado a outros engenhos de moagem referenciados no Estuário do Tejo em 1223 e 1224. Embora o enunciado dos documentos em que surgem mencionados não permita definir a respetiva tipologia, a localização para a qual apontam é compatível com o funcionamento de engenhos movidos pelas marés. Em 1223, o cenóbio possuía uma herdade em Alpriate, junto ao esteiro do Tejo, na qual eram referenciadas salinas e moinhos¹⁴. No ano seguinte, recebeu a doação de uma herdade com o seu

⁹ NOLTHENIUS, A. T. – Getijmolens in Netherland. *Tijdschrift von het Koninklijk Nederlands Aardrijkskundig Genootschap*. 71 (1954), p. 186-199; MINCHINTON, W. – Tidemills in the Netherlands. *TIMS: International Molinology*. N. 70 (2005), p. 35-36; VAN DE WALLE, Werner, dir. – *Kruibeke – Rupelmonde: een molen komt weer tot leven*. Rupelmonde: Toerisme Kruibeke, 2002.

¹⁰ AGUIRRE SORONDO, A. – *Tratado de Molinología (Los molinos de Guipúzcoa)*. San Sebastian: Fundacion Jose Miguel de Barandiaran/Editorial Eusko Ikaskuntza, 1988; BAS, Begoña – *Muiños de marés e de vento en Galicia*. Pontevedra: Fundación Pedro Barrié de la Maza, 1991; LOPEZ ALVAREZ, J. – *Molinos de mar en Asturias*. Gijón: Fundación Municipal de Cultura, Educación; Universidad Popular del Ayuntamiento de Gijón, 1998; MOLINA FONT, J. – *Molinos de marea de la Bahía de Cadiz (siglos XVI-XIX)*. Cádiz: Junta Rectora del Parque Natural Bahía de Cádiz, Consejería de Medio Ambiente de la Junta de Andalucía, Instituto de Medio Ambiente e Mancomunidad de Municipios de la Bahía de Cádiz, 2001; PÉREZ, Luis, dir. – *Molinos de mar y estuários*. Santander: Litoral Atlántico, 2005.

¹¹ SILVEIRA, Ana Cláudia – Novos contributos para o estudo dos moinhos de maré no Estuário do Tejo: empreendimentos e protagonistas (séculos XIII-XVI). In ANDRADE, Amélia Aguiar; FERNANDES, Hermenegildo; FONTES, João Luís, ed. - *Olhares sobre a História: estudos oferecidos a Iria Gonçalves*. Lisboa: Caleidoscópio, 2009. p. 596.

¹² Como refere o documento, “supra dicte hereditatis illam sesegam azeye uetris qui olim monasterium huit in Brachio aque maris sancti Juliani de Toyal quid faciat de una ripa ad aliam cum eadem aqua quicquid eis placuit Supra dictam autra sesegam[...]”: cf. Arquivo Nacional da Torre do Tombo (doravante ANTT), *S. Vicente de Fora*, 1^a inc., Maço 3, doc. 13, documento citado por DURAND, Robert – *Les campagnes portugaises entre Douro et Tage aux XI^e et XIII^e siècles*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian; Centro Cultural Português, 1982. p. 219-220, onde se encontra datado, contudo, de 1253. Em 1258, o mesmo moinho é referido como “azenias nostras de mari” (ANTT, *S. Vicente de Fora*, 1^a inc., Maço 3, doc. 29).

¹³ Idem, *ibidem*, 1^a inc., Maço 2, docs. 8, 9, 9A.

¹⁴ Idem, *ibidem*, 1^a inc., Maço 2, doc. 19. A associação destes engenhos a marinhas permite constatar que se localizam num ambiente penetrado pelas marés.

moinho em Coina, onde chamam “portus militia”¹⁵, indicação que nos remete para uma implantação pautada pela proximidade ao esteiro de Coina, curso de água onde se viria a registar nos séculos seguintes uma das mais significativas concentrações de engenhos movidos pela força das marés.

Em relação ao Algarve, embora o moinho de maré de Castro Marim, ao qual se alude em 1290, tenha sido durante muito tempo apontado como a mais antiga estrutura deste tipo documentada em território português¹⁶, trabalhos recentes referentes a esta região, demonstraram, no entanto, que, após a sua conquista definitiva pelos reis portugueses, ocorrida em 1249, foi produzida documentação pelos oficiais régios aludindo a moinhos e a “sessegas” de moinhos, cuja localização nos esteiros de Tavira e de Faro é compatível com as exigências de funcionamento apresentadas pelos moinhos de maré. Constituíam propriedades régias que o monarca concedeu a título de doação ou de aforamento na condição de que fossem reedificadas, o que remete para uma época de construção inicial anterior, quiçá situada ainda no período de ocupação islâmica da região. Do exposto se deduz que a azenha de Castro Marim, referenciada já em 1289¹⁷, tem na verdade estruturas que a antecedem na costa algarvia e que remontam pelo menos a 1268 em Tavira e a 1273 em Faro¹⁸.

O MOINHO DE MARÉ DE ALCÂNTARA: DE 1298 AO TERRAMOTO DE 1755

Ainda do século XIII datam igualmente as primeiras referências às azenhas de Alcântara, edificadas na margem norte do Tejo. A 31 de dezembro de 1298, o rei D. Dinis promoveu o aforamento de uma propriedade localizada junto à ponte de Alcântara a favor de Afonso Miguéis e de Margarida Peres, sua mulher, moradores em Alcabideche, na condição de que aí construíssem um engenho de moagem do qual deveriam entregar ao monarca o terço do rendimento. A redação deste documento parece sugerir, contudo, que se trataria da reconstrução de uma estrutura já aí existente¹⁹. Não nos é possível aferir se corresponderá à granja com moinhos e marinhas que a Ordem do Hospital possuía em Alcântara e que é referida na inquirição de 1220 ao património das ordens

¹⁵ Idem, *ibidem*, 1^a inc., Maço 2, doc. 20. Cf. PAULO, Eulália de Medeiros; GUINOTE, Paulo – *A «Banda d’Além do Tejo» na História: roteiro histórico da margem sul do Estuário do Tejo das origens ao fim do Antigo Regime*. Lisboa: Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para a Comemoração dos Descobrimientos Portugueses, 2000. Esta doação foi já referenciada por PONTES, Rui Manuel – Povoamento e desenvolvimento económico do senhorio de Coina (Estuário do Tejo) nos séculos XIII e XIV: a construção de uma paisagem rural. In JORNADAS PAISAGENS RURAIS E URBANAS – FONTES, METODOLOGIAS, PROBLEMÁTICAS, 2, 2006 – *Actas das segundas jornadas*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2006. p. 219.

¹⁶ NABAIS, António – *História do concelho do Seixal: património Industrial: moinhos de maré*. Seixal: Câmara Municipal do Seixal, 1986. p. 15; CUSTÓDIO, Jorge – *op. cit.*, p. 359-361.

¹⁷ ANTT, Chancelaria Régia, *D. Dinis*, Livro 1, f. 258.

¹⁸ SILVA, Teresa R. da – Azenhas e moinhos no Algarve: segunda metade do século XIII e século XIV. *Arqueologia Medieval*. Porto: Edições Afrontamento. N. 6 (1999), p. 213-223; SILVEIRA, Ana Cláudia – A edificação de moinhos de maré no salgado algarvio entre os séculos XIII e XVI. In Encontro de Arqueologia do Algarve, 7, Silves, 2009 – *Actas. XELB*. Silves: Câmara Municipal de Silves. N 10 (2010), p. 587-611.

¹⁹ ANTT, Chancelaria Régia, *D. Dinis*, Livro 4, f. 12.

religiosas militares²⁰. De acordo com este documento, na sua proximidade, localizavam-se as salinas da Horta Navia, propriedade da Ordem de Santiago²¹. Este último topónimo viria a ficar associado a uma quinta localizada na margem da ribeira de Alcântara da qual nos chegaram múltiplas referências²², continuando a ser assinalado na cartografia referente a Alcântara ao longo do século XIX²³.

Aparentemente, a edificação do moinho por Afonso Miguéis e Margarida Peres não chegaria a concretizar-se, porquanto, em julho de 1300, o mesmo monarca concedeu nova carta de aforamento relativa às suas azenhas de Alcântara a favor de Francisco Domingues, tabelião em Lisboa, e de mestre Tarim e respetivas mulheres²⁴. Porém, decorridos cinco anos, o local encontrava-se aforado a Estêvão Martins, o qual traria igualmente aforados ao rei um moinho de cubo em Beja e umas azenhas no termo de Moura. Este último, que viria depois a ser referido como “carpenteiro meestre dos engenhos”²⁵, indiciando tratar-se, aparentemente, de um especialista na construção de moinhos, frequentemente designados na documentação coeva como “engenhos”, foi dada permissão para que, caso o desejasse, pudesse fazer de novo as referidas azenhas “a fundo ata o mar” num terreno no Restelo, pagando ao rei seis moios de trigo pela medida de Lisboa, ou seja, 16 alqueires de trigo²⁶. A concessão foi confirmada a pedido de Estêvão Martins, a 5 de fevereiro de 1313²⁷, data que erroneamente tem sido apontada como a da edificação destas estruturas²⁸. Contudo, alegando dificuldade em satisfazer o foro estabelecido, o foreiro obteve, em 1322, uma renegociação do contrato, registando-se a partir de então uma parceria entre o dito carpinteiro e Estêvão da Guarda, uchão-mor e escanção-mor de D. Dinis, seu procurador e conselheiro e um dos seus testamenteiros²⁹, obtendo ambos isenção do pagamento de foro, atendendo aos serviços prestados ao rei, assim como uma permissão para que pudessem mudar a localização da estrutura para onde vissem que pudesse ser mais proveitosa, de forma a favorecer o seu eficaz funcionamento³⁰.

²⁰ VARGAS, J. M. – O património das ordens militares em Lisboa, Sintra e Torres Vedras, segundo uma inquirição do reinado de D. Afonso II. In ENCONTRO SOBRE ORDENS MILITARES, 3, PALMELA, 1998 – *Ordens militares: guerra, religião, poder e cultura: actas*. Lisboa: Edições Colibri; Palmela: Câmara Municipal de Palmela, 1999. p. 109-113; *Livro dos foraes, escripturas, doações, privilégios e inquirições: subsídios para a história da Ordem de Malta*. Lisboa: Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, 1946. t. III, vol. 2º, p. 300.

²¹ VARGAS, J. M. – *op. cit.*, p. 117-119 e 121-123.

²² Como sucedeu em 1514, quando os moradores de Santos e da ponte de Alcântara se queixam ao rei de serem impedidos pelo proprietário da quinta da Horta Navia de aceder à fonte existente nesse local, situada na estrada que ia para a ribeira de Alcântara, determinando o monarca que a vereação de Lisboa se informe sobre o assunto: cf. Arquivo Municipal de Lisboa (doravante AML), Águas Livres, *Livro 1º do provimento da água*, doc. 7, f. 8. Ainda em 1647 se fazia nova referência à Horta Navia e aos prejuízos causados pela mudança do curso da ribeira promovida pelas autoridades municipais: AML, Chancelaria Régia, *Livro 2º de consultas e decretos de D. João IV*, f. 182-182v.

²³ Em fevereiro de 1885, um ofício do engenheiro chefe da 1ª secção dos Caminhos de Ferro Lisboa-Sintra-Torres Vedras refere um prédio situado na rua da Horta Navia: AML, Câmara Municipal de Belém, *Documentação avulsa sobre a administração do concelho de Belém*, doc. 22, f. 38-39v.

²⁴ ANTT, Chancelaria Régia, *D. Dinis*, Livro 4, f. 15v.-17, com cópia em ANTT, Gavetas da Torre do Tombo, *Gaveta XII*, Maço 2, doc. 5.

²⁵ ANTT, Chancelaria Régia, *D. Dinis*, Livro 3, f. 144v.-145.

²⁶ *Idem, ibidem*, Livro 4, f. 33v.

²⁷ ANTT, Gavetas da Torre do Tombo, *Gaveta XII*, Maço 9, doc. 11, com cópia em ANTT, Leitura Nova, *Estremadura*, Livro 11, f. 277-277v.

²⁸ NABAIS, António – *op. cit.*, p. 15.

²⁹ Sobre Estêvão da Guarda, consultar o trabalho de MARTINS, Miguel Gomes – Da Esperança a S. Vicente de Fora: um percurso em torno de Estêvão da Guarda. *Cadernos do Arquivo Municipal*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. I Série N. 3 (1999), p. 9-60.

³⁰ ANTT, Chancelaria Régia, *D. Dinis*, Livro 3, f. 144v.-145.

Na mesma época, estariam igualmente em funcionamento no Estuário do Tejo, além do já citado moinho de S. Julião do Tojal e, eventualmente, algum outro moinho em Coina, o moinho de maré edificado no esteiro da Lançada, integrado no atual concelho do Montijo, onde, em 1305, foi referenciada uma azenha junto a uma propriedade da Igreja de Santa Marinha do Outeiro³¹. Este edifício deverá corresponder, possivelmente, ao moinho de maré cuja existência tem sido apontada nesse local desde 1386³², o qual poderá ter sido reconstruído no início do século XV, por iniciativa de um Álvaro Gonçalves, identificado como escrivão da câmara de D. João I³³, que se encontra igualmente associado à edificação de um moinho de maré no centro de Aveiro³⁴, ou por Gonçalo Lourenço de Gomide, seu escrivão da puridade³⁵, cujas ruínas ainda subsistem atualmente. Deste modo, não sendo o moinho de maré de Alcântara a única estrutura desse tipo no contexto do Estuário do Tejo no século XIV, não podemos deixar de assinalar a sua relativa precocidade, tanto na região envolvente de Lisboa, como no conjunto do território nacional, sendo de notar que seria o mais próximo do centro urbano lisiponense, constituindo, por isso, um equipamento de grande interesse e utilidade para uma cidade em fase de crescimento demográfico.

³¹ ANTT, *Colegiada de Santa Marinha do Outeiro de Lisboa*, Maço 3, docs. 98, 82 e 83.

³² Cf. OLIVEIRA, António de – Um moinho de maré em aldeia galega do Ribatejo no século XVI. *O Instituto*. Coimbra. Vol. CXXIX (1967), p. 92, trabalho que tem sido seguido por outros autores: NABAIS, António – *op. cit.*, p. 15; CUSTÓDIO, Jorge – *op. cit.*, p. 363.

³³ *Chancelarias portuguesas: D. João I*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2006. vol. III, tomo 1 (1385-1410), p. 215-216, documento que tem sido referenciado por diversos autores, designadamente por NABAIS, António – *op. cit.*, p. 15 e 33-34; PAULO, Eulália de Medeiros; GUINOTE, Paulo – *op. cit.*, p. 38-39. Apesar de outros indivíduos com o mesmo nome se encontrarem nesta época ao serviço do Desembargo Régio, incluindo o chanceler Álvaro Gonçalves, cremos tratar-se de Álvaro Gonçalves da Maia, o único identificado na documentação como escrivão da câmara: cf. HOMEM, Armando Luís de Carvalho – *O desembargo régio (1320-1433)*. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica; Centro de História da Universidade do Porto, 1990. p. 275-279.

³⁴ *Chancelarias portuguesas: D. João I*. Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2006. vol. III, tomo 1 (1385-1410), p. 214-215, edifício novamente referido em 1449: cf. SILVA, Maria João Violante Branco Marques da – *Aveiro medieval*. 2ª ed. Aveiro: Câmara Municipal de Aveiro, 1997. p. 111.

³⁵ De acordo com o documento publicado por DIAS, Mário Balseiro – *Documentos medievais de aldeia galega do Ribatejo (1235-1470)*. Montijo: [s.n.], 2000. p. 65-66. Esta situação encontra-se igualmente referenciada por LUCAS, Isabel Maria Mendes Oleiro – *Subsídios para a história do concelho do Montijo: cronologia geral*. Montijo: Câmara Municipal do Montijo, 1992. p. 23. Sobre o percurso de Gonçalo Lourenço de Gomide no serviço régio, cf. HOMEM, Armando Luís de Carvalho – *op. cit.*, p. 321; GOMES, Rita Costa – *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*. Linda-a-Velha: Difel, 1995. p. 145; SILVA, Manuela Santos – Gonçalo Lourenço (de Gomide) escrivão da puridade de D. João I, alcaide e senhor de Vila Verde dos Francos: trajectória para a constituição de um morgado. In JORNADAS INTERDISCIPLINARES, Lisboa, 1995 – *Poder e sociedade: actas das Jornadas Interdisciplinares*. org. Maria José Ferro Tavares. Lisboa: Centro de Estudos Interdisciplinares da Universidade Aberta, 1998. vol. I, p. 363-380. Foi também o promotor de empreendimentos em Alhandra/Alverca (*Chancelarias portuguesas: D. João I*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2006. vol. II, tomo 3 (1391-1407), p. 297-298) e da construção do primeiro moinho de papel que se conhece em Portugal, edificado em Leiria: em 1411, solicitou autorização ao rei para promover um empreendimento nuns assentamentos onde anteriormente haviam funcionado moinhos e onde manifestava interesse em construir artifícios e engenhos hidráulicos de fazer ferro, serrar madeira, pisar burel, fazer papel ou que tivessem outra finalidade, excetuando a moagem de cereal (*Chancelarias portuguesas: D. João I*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2006. vol. III, tomo 2 (1394-1427), p. 256-257). Rita Costa Gomes já evidenciou o empenho de alguns destes altos funcionários régios no investimento agrícola e na concretização de empreendimentos de carácter inovador, recorrendo frequentemente ao rei, de quem eram próximos, para a obtenção de privilégios (vd. GOMES, Rita Costa – *op. cit.*, p. 144).

**Figura 1**

Localização dos moinhos de maré do Estuário do Tejo:

- 1 – Adarce (Alverca);
- 2 – São Julião do Tojal;
- 3 – Alcântara;
- 4 – Mesquitela;
- 5 – Almada;
- 6 – Corroios;
- 7 – Galvão;
- 8 – Capitão;
- 9 – Passagem;
- 10 – Torre;
- 11 – Raposa;
- 12 – Velho dos Paulistas;
- 13 – Novo dos Paulistas;
- 14 e 15 – Breyner;
- 16 – Quinta da Palmeira;
- 17 – Quinta Nova da Palmeira ou Cabo da Linha;
- 18 – Zeimoto;
- 19 – Coína ou Olival;
- 20 – Vale de Zebro;
- 21 – Palhais;
- 22 – Maricote;
- 23 – Duque;
- 24 e 25 – Verderena;
- 26 – Cabo;
- 27 – Grande;
- 28 – Pequeno;
- 29 – Braamcamp;
- 30 – Cabo de Alcoitão (Lavradio);
- 31 – Cais de Alhos Vedros;
- 32 – Novo;
- 33 – Enxarroqueira;
- 34 – Moita;
- 35 – Quinta da Freira;
- 36 – Quinta do Rosário;
- 37 – Esteiro Furado;
- 38 – Dois Termos;
- 39 – Quinta da Lançada;
- 40 – Assentas;
- 41 – Cais do Montijo;
- 42 – Meio;
- 43 – Cabo;
- 44 – Samouco;
- 45 – Alcochete.

No mesmo período em que se documenta a edificação do moinho de maré de Corroios, entre 1403 e 1405, no então termo de Almada, por iniciativa do condestável Nuno Álvares Pereira³⁶, procedeu-se a um novo aforamento das azenhas de Alcântara, na época arruinadas, a favor de João de Óbidos, “diujador das nossas obras de carpentaria e pedraria E meestre das nossas obras dos nossos regnos que uos mandamos fazer”. Esclarece o contrato que as mesmas se situavam “so a ponte d alcantara”, incluindo-se no aforamento o “seu esteiro que uay da ponte d alcantara ataa o mar e com todas suas prayaas que uao contra restello o uelho”, na condição de as mesmas serem reedificadas, estabelecendo-se como foro o sexto do respetivo rendimento³⁷. No entanto, o facto de ter sido emitida nova carta de aforamento, em 1415, a favor do mesmo indivíduo e seus sucessores, isentando-o de pagar durante a sua vida o foro estabelecido atendendo à elevada despesa inerente às obras a realizar³⁸, evidencia que a sua reedificação foi demorada, encontrando-se ainda por concretizar em 1434³⁹. Apenas em 1439 temos notícia da realização de uma intervenção assegurada por Pero de Óbidos, seu filho primogénito, o qual obteve do rei dispensa de servir no ofício de escrivão dos contos da cidade de Lisboa, cargo que desempenhava havia 23 anos, o que se justificava por andar ocupado “em adubar e correger huas nossas açenhas que traz aforadas que som na Ribeira d alcantara”⁴⁰, mantendo-se como foreiro das mesmas pelo menos até julho de 1459 e encontrando-se isento do pagamento de foro⁴¹.

Volvidos apenas três anos, contudo, as ditas azenhas encontravam-se aforadas a Abravanel e a mestre Latam⁴², sendo este último alfaiate do rei, que ainda as mantinha aforadas em 1466, encontrando-se, à semelhança dos anteriores foreiros, isento de pagar foro em sua vida, determinando-se que os seus sucessores pagassem o sexto depois da sua morte⁴³. Parece-nos significativo o interesse demonstrado por estes homens no aforamento das

³⁶ *Chancelarias portuguesas: D. João I*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2006. vol. II, tomo 3 (1391-1407), p. 266-271; ANTT, Ordem do Carmo, *Santa Maria do Carmo de Lisboa*, Livro 7, f. 267-270; Idem, *ibidem*, Livro 61, f. 37-45v. Sobre este imóvel, vd. NABAIS, António – op. cit., p. 45-47; SILVEIRA, Ana Cláudia – Novos contributos para o estudo dos moinhos de maré no Estuário do Tejo: empreendimentos e protagonistas (séculos XIII-XVI). In ANDRADE, Amélia Aguiar; FERNANDES, Hermenegildo; FONTES, João Luís, ed. – *Olhares sobre a História: estudos oferecidos a Iria Gonçalves*. Lisboa: Caleidoscópio, 2009. p. 598.

³⁷ *Chancelarias portuguesas: D. João I*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2006. vol. III, tomo 3 (1402-1418), p. 74-75. Referido em CASTELO-BRANCO, Fernando – Existiu em Lisboa um problema moageiro?. *Revista Municipal de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal. II Série Nº 8-10 (2º a 4º trimestre de 1984), p. 19.

³⁸ *Chancelarias portuguesas: D. João I*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2006. vol. III, tomo 3 (1402-1418), p. 74-75.

³⁹ *Chancelarias portuguesas: D. Duarte*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1998. vol. I, tomo 1 (1433-1435), p. 340-341; ANTT, Leitura Nova, *Estremadura*, Livro 8, f. 254-254v.

⁴⁰ ANTT, Chancelaria Régia, *D. Afonso V*, Livro 18, f. 92.

⁴¹ ANTT, *Núcleo Antigo*, Livro 285, f. 48v.; ANTT, Leitura Nova, *Estremadura*, Livro 8, f. 254-254v.

⁴² ANTT, Chancelaria Régia, *D. Afonso V*, Livro 1, f. 103v.; Idem, Leitura Nova, *Estremadura*, Livro 8, f. 96v. Mestre Latam é referido numa carta de quitação ao doutor João Fernandes da Silveira, do Conselho Régio, como alfaiate do rei D. Afonso V a 3 de fevereiro de 1462, aludindo-se à entrega que lhe é feita de 2450 ducados “per cambo que com elle fizemos” (*Monumenta Henricina*. Coimbra: Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1973. vol. XIV (1460-1469), p. 202). Trata-se certamente de Moisés Latam, também documentado como rendeiro de direitos régios sozinho ou em parceria com Isaac Abravanel, como tabelião geral das comunas do reino e como rabi na década de 1480, integrando os judeus cortesãos e servidores do rei: vd. TAVARES, Maria José Pimenta Ferro – *Os judeus em Portugal no século XV*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1984. vol. I, p. 327-328; Idem, *ibidem*. vol. II, p. 216, 647-650, 664, 668 e 774-778.

⁴³ ANTT, *Núcleo Antigo*, Livro 319, f. 44.

azenhas de Alcântara, que só se justificaria por se revelar economicamente vantajoso, uma vez que, encontrando-se assinalados entre os mais importantes contribuintes da comuna de Lisboa no âmbito dos pedidos lançados em 1478-1480 para a defesa do reino⁴⁴, deveriam seguir estratégias criteriosas de investimento, beneficiando da proximidade com o rei. Com efeito, na época a que nos reportamos, o investimento na edificação de moinhos de maré registou um crescimento impressionante e a sua exploração foi uma estratégia seguida por uma elite, o que se verificou tanto no Estuário do Tejo⁴⁵, como no Estuário do Sado⁴⁶ e ainda na generalidade dos portos algarvios⁴⁷, devendo relacionar-se com o dinamismo económico inerente às expedições marítimas e à conquista e manutenção de praças no norte de África e às subseqüentes necessidades de produção de biscoito de embarque. Na região de Lisboa, o seu fabrico era garantido pela Coroa nos estabelecimentos régios da Porta da Cruz e de Vale de Zebro, estes últimos situados junto ao Barreiro, no rio Coina⁴⁸.

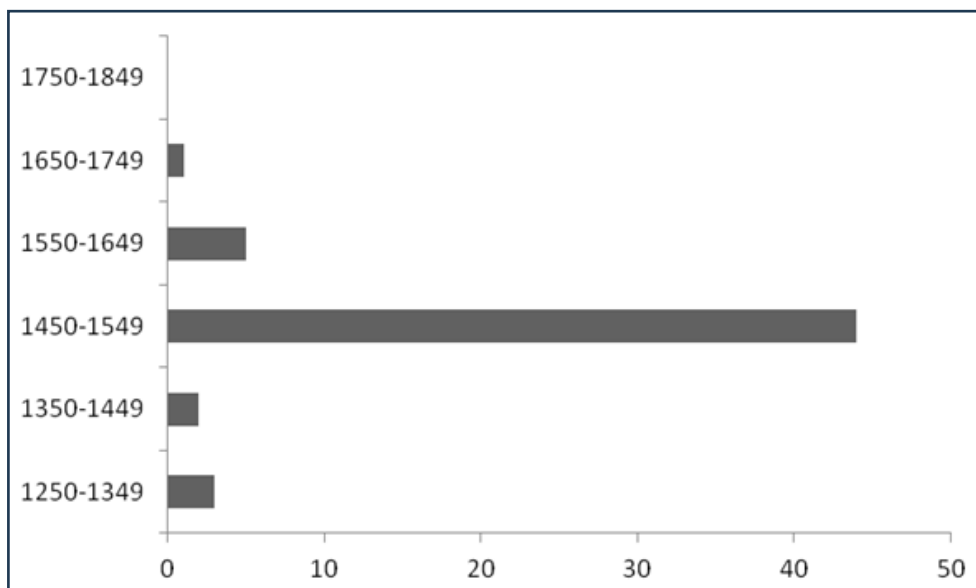


Figura 2 Ritmo de construção dos moinhos de maré do Estuário do Tejo (1250-1849).

⁴⁴ TAVARES, Maria José Pimenta Ferro – *op. cit.*, vol. I. p. 175-176.

⁴⁵ SILVEIRA, Ana Cláudia – *op. cit.*, p. 596-607.

⁴⁶ SILVEIRA, Ana Cláudia – Um contributo para o estudo dos moinhos de maré do Estuário do Sado. In ENCONTRO DE ESTUDOS LOCAIS DO DISTRITO DE SETÚBAL, Setúbal, 2011 – *Encontro de Estudos Locais do Distrito de Setúbal*. Setúbal: Instituto Politécnico de Setúbal, 2011. p. 269-277; SILVEIRA, Ana Cláudia – The tide mills of Sado estuary (Portugal). *TIMS: International Molinology*. N 91 (2015), p. 65-68.

⁴⁷ SILVEIRA, Ana Cláudia – A edificação de moinhos de maré no salgado algarvio entre os séculos XIII a XVI. ENCONTRO DE ARQUEOLOGIA DO ALGARVE, Silves, 2009 – Actas. *XELB*. Silves: Câmara Municipal de Silves. N 10 (2010). p. 587-611.

⁴⁸ CAETANO, Carlos – *A Ribeira de Lisboa na Época da Expansão Portuguesa (séculos XV a XVIII)*. Lisboa: Pandora, 2004. p. 125-128 e p. 168-169.

A relevância dos rendimentos associados à exploração económica de moinhos de maré poderá explicar igualmente o facto de, pelo menos a partir de 1492, o moinho de maré de Alcântara constituir um dos vários empreendimentos associados a Fernão Lourenço, cavaleiro da Casa Real, feitor e tesoureiro das coisas e feitos da Guiné e, mais tarde, feitor da Casa da Mina⁴⁹, o qual surge também associado a Afonso Álvares na construção de moinhos no esteiro de Coia⁵⁰. A sua ligação ao moinho de maré de Alcântara encontra-se documentada até 1506⁵¹, tendo ficado sucessivamente averbada nos livros de registo das rendas e foros recebidos no armazém do rei na cidade de Lisboa, apesar da isenção de pagamento de foro de que beneficiava⁵².

Interrompendo-se em 1506 a série de registos subsistente da administração da propriedade régia em Lisboa administrada pelo armazém do rei e tendo falecido entretanto Fernão Lourenço, apenas voltamos a ter notícia do moinho de maré de Alcântara em finais de janeiro de 1527, quando D. João III concedeu a Jorge Ervert, alemão, a isenção do pagamento de 4 moios de trigo que eram devidos ao armazém de Lisboa referentes ao aforamento dos moinhos de Alcântara, fazendo-lhe mercê de tal isenção em dias de sua vida⁵³.

Desde então e até meados do século XVIII, esparsos testemunhos são conhecidos sobre a permanência do moinho de maré na paisagem de Alcântara. Alguns provêm dos livros de provimento da saúde conservados no Arquivo Municipal de Lisboa, uma vez que esse equipamento era indicado como referência do local onde existiria um marco a assinalar o sítio onde as naus deveriam aguardar a visita do provedor da saúde antes de entrarem em Lisboa, como se referia em 1492⁵⁴, constituindo o limite do itinerário da embarcação que procedia à vigilância

⁴⁹ Fernão Lourenço era ainda membro do conselho de D. Manuel I, que lhe fez graça e mercê, em 1509, em consideração aos muitos serviços prestados, dos ofícios de feitor de todos os tratos da Guiné, da Mina, de Sofala, das Índias e de todas as partes que venham a ser descobertas (ANTT, Chancelaria Régia, *D. Manuel I*, Livro 1, f. 48v). Sobre esta figura, cf. os trabalhos de COSTA, João Paulo Oliveira e – Fernão Lourenço, tesoureiro e feitor da Casa da Mina e Índia (c. 1481-1504): uma carreira de sucesso. In THOMAZ, Luís Filipe, org. – *Aquém e além da Taprobana: estudos luso-orientais à memória de Jean Aubin e Denys Lombard*. Lisboa: Centro de História de Além-Mar, 2002. p. 57-69, e de ROSA, Maria de Lurdes – Além da aventura, aquém do capitalismo?: elementos para a história de Fernão Lourenço (1480-1505), um «perito económico» na Expansão Portuguesa. In KRUS, Luís; OLIVEIRA, Luís Filipe; FONTES, João Luís, coord. – *Lisboa medieval: os rostos da cidade*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007. p. 335-367, onde se fornecem elementos adicionais relativamente ao seu percurso e aos investimentos que efetuou. Sobre a sua ligação ao Lavradio, conferir o trabalho de CARMONA, Rosalina – *Lavradio: a Igreja de Santa Margarida 1492-1569: visitas e provimentos da Ordem Militar de Santiago*. Lavradio: Junta de Freguesia do Lavradio, 2004. p. 24-27.

⁵⁰ SILVEIRA, Ana Cláudia – Novos contributos para o estudo dos moinhos de maré no Estuário do Tejo: empreendimentos e protagonistas (séculos XIII-XVI). In ANDRADE, Amélia Aguiar; FERNANDES, Hermenegildo; FONTES, João Luís, ed. – *Olhares sobre a História: estudos oferecidos a Iria Gonçalves*. Lisboa: Caleidoscópio, 2009. p. 604-605.

⁵¹ ANTT, *Núcleo Antigo*, Livro 318, f. 41.

⁵² Idem, *ibidem*, Livro 320, f. 56; Idem, *ibidem*, Livro 321, f. 47v.-48v.; Idem, *ibidem*, Livro 322, f. 58v.-59v. Além destes livros de registo das rendas e foros recebidos no armazém do rei na cidade de Lisboa, conhecem-se ainda os relativos a 1453-1454 (Idem, *ibidem*, Livro 317), o de 1458-1459 (Idem, *ibidem*, Livro 285), o de 1465-1466 (Idem, *ibidem*, Livro 319), o de 1503 (Idem, *ibidem*, Livro 334) e o de 1506 (Idem, *ibidem*, Livro 318). Se a estes juntarmos o Livro 333 do mesmo fundo, cuja consulta não foi possível devido ao seu estado de conservação, subsistem apenas 9 códices sobre a administração da propriedade do armazém do rei em Lisboa, cujo estudo se encontra por fazer.

⁵³ ANTT, Chancelaria Régia, *D. João III*, Livro 30, f. 11; Idem, *ibidem*, Livro 72, f. 105v., encontrando-se o diploma citado e publicado por VITERBO, Sousa – *Archeologia industrial portuguesa: os moinhos*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1896. p. 8 e 11-12.

⁵⁴ Refere o documento que seria posto um marco em Belém, “em humma ponta que esta alem dos moynhos de Fernam Lourenço”: cf. *Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa. Livros de Reis*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1959. vol. III, p. 146.



Figura 3 Portrait du site et ordre de la bataille donnée entre le Sr. Don Antonio nommé roy de Portugal et le duc dalbe lieutenant et cappitaine general du Roy Catholique Don Philippe 2º deuant Lisbonne par mer et par terre en mesme jour le 25 d’Aoust 1580 – Biblioteca Nacional de Portugal (doravante BNP), D 319 A.

do rio para evitar os desembarques fora dos limites impostos⁵⁵. Outros testemunhos são provenientes de fontes iconográficas, datando de 1580 a mais antiga representação em que este equipamento se encontra assinalado. Trata-se de um interessante testemunho da batalha travada no espaço envolvente ao moinho entre os exércitos de D. António, prior do Crato, e de Filipe II de Espanha, em disputa pelo trono de Portugal, sendo visível a ponte de Alcântara e, junto dela, o “molino”, conforme se encontra assinalado, com a respetiva caldeira.

O moinho surge novamente assinalado num painel de azulejos atribuído a Gabriel del Barco, datado de c. 1700, o qual representa a margem direita do Tejo desde a Igreja da Madre de Deus, a nascente, até ao Convento de São José de Ribamar, a poente, o qual esteve aplicado no Palácio do conde de Tentúgal, no largo de Santiago, tendo sido adquirido pelo marquês de Sousa Holstein, vice-inspector da Academia de Belas Artes, a Francisco de Sande Salema, encontrando-se atualmente no Museu Nacional do Azulejo⁵⁶.

Durante o século XVIII, o moinho foi sucessivamente representado. Por um lado, no contexto da planificação de obras de melhoramento no porto da capital, Carlos Mardel elaborou um projeto de melhoramento para o porto

⁵⁵ AML, Provimto da Saúde, *Livro de regimentos e posturas da saúde*, f. 52-53v.

⁵⁶ Cf. SILVA, A. Vieira da – *Dispersos*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1960. Vol. II. p. 244. Sobre o referido painel, consultar ainda *Lisbonne avant le Tremblement de Terre : le panneau (1700-1725) du musée de l’Azulejo*. [S.l.]: Chandeigne, 2004. p. 11-29.

de Lisboa (c. 1750), mapa que se encontra atualmente conservado no Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas, no qual é visível o moinho e a respetiva caldeira (fig. 4). Contudo, as referidas obras de melhoramento não se chegariam a realizar nesse período e só viriam a concretizar-se no último quartel do século XIX⁵⁷.

Por outro lado, a incorporação de bens no património da Coroa, bem como a realização de importantes obras em palácios e propriedades régias, nos séculos XVIII e XIX, motivaram a produção de mapas topográficos, os quais, pela importância simbólica e arquitetónica das propriedades representadas, mereceram cuidado registado. Encontramos neste âmbito a *Planta do sítio de Nossa Senhora das Necessidades e seu contorno* (1745-1749)⁵⁸, que representa o Palácio das Necessidades, então residência régia, e a sua envolvente, onde se destaca com grande nitidez o moinho de maré de Alcântara (fig. 5), destruído por ordem do marquês de Pombal alguns anos mais tarde⁵⁹.

A TRANSFORMAÇÃO DO MOINHO DE MARÉ DE ALCÂNTARA NO SÉCULO XVIII

Ao longo do século XVIII, viria a verificar-se uma substancial transformação do vale de Alcântara. Numa primeira fase, essa metamorfose inscrevia-se no âmbito dos projetos de expansão urbana para ocidente e da edificação do Palácio das Necessidades⁶⁰. Contudo, os efeitos do Terramoto de 1755 viriam a ditar a necessidade de proceder a um segundo momento de intervenção, que condicionou a evolução posterior desta área da cidade.

Efetivamente, poucos dias após o cataclismo, D. José ordenou ao tenente-general Manuel da Maia que delimitasse o terreno em Campo de Ourique destinado à construção do Palácio de São João dos Bem-Casados, cuja planta foi elaborada por Carlos Mardel. O projeto previa o recurso à ribeira de Alcântara, quer para o transporte de materiais de construção para o palácio, quer, posteriormente, para permitir a saída para o mar dos escaleres reais a partir dos jardins da propriedade, pelo que se introduziram melhorias na ponte de Alcântara e se mandou proceder à abertura do canal que se encontrava nas proximidades desta ponte⁶¹. Tendo em vista a concretização dos referidos propósitos, foi necessária a demolição do vetusto moinho de maré aí edificado, o qual foi então descrito como sendo dotado de seis casais de mós, bem como o entulhamento da respetiva caldeira. A documentação que nos permite reconstituir o processo de transformação registado permite-nos saber que a propriedade deste equipamento, outrora no domínio régio, pertencia em 1759 a Sebastião José de Carvalho e Melo, conde de Oeiras

⁵⁷ NABAIS, António; RAMOS, Paulo Oliveira – *100 Anos do Porto de Lisboa*. Lisboa: Administração do Porto de Lisboa, 1987. p. 88-119.

⁵⁸ Reproduzido por MANSO PORTO, Cármen – *Cartografia histórica portuguesa: catálogo de manuscritos, séculos XVII-XVIII*. Madrid: Real Academia de la Historia, 1999. p. 38-39.

⁵⁹ BNP, Reservados, *Coleção Pombalina*, Ms. 668, f. 22-23.

⁶⁰ FERRÃO, Leonor – *A Real Obra de Nossa Senhora das Necessidades*. Lisboa: Quetzal, 1994. p. 121-129; ROSSA, Walter – *Além da Baixa: indícios de planeamento urbano na Lisboa Setecentista*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico, 1998. p. 23-35.

⁶¹ FERRÃO, Leonor – Lisboa Barroca: da Restauração ao Terramoto de 1755: desenvolvimento urbanístico: os palácios e os conventos. In MOITA, Irisalva, coord. – *O livro de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1994. p. 277-278.



Figura 4 Excerto do Projecto do Cais Novo de Belém ao Cais de Santarém. [Carlos Mardel]. Entre 1733-1763. Biblioteca e Arquivo Histórico da Economia (doravante BAHE), D 27 C.

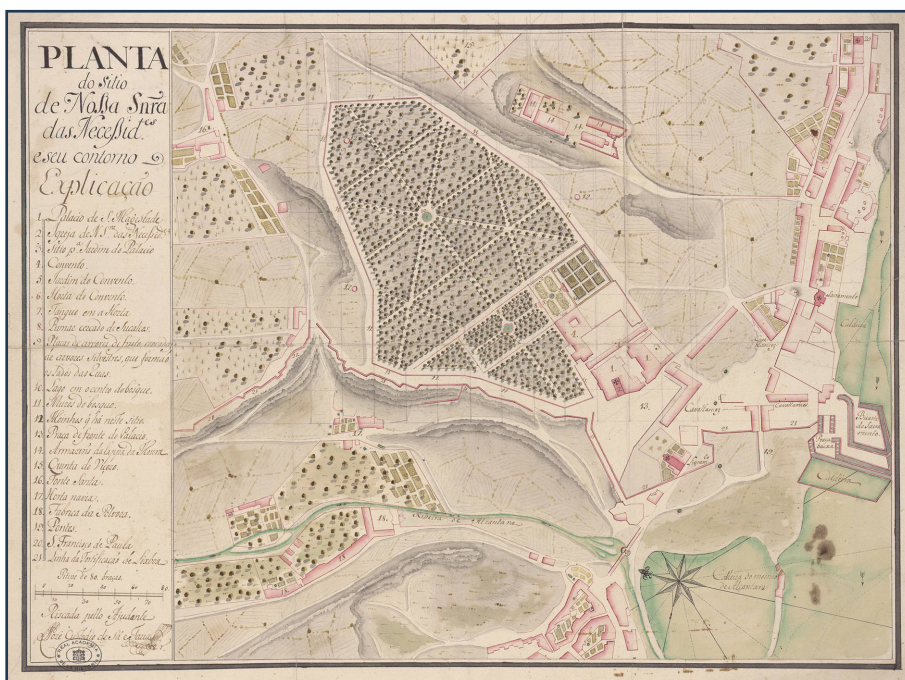


Figura 5 - Planta do sítio de Nossa Senhora das Necessidades e seu contorno | Riscado pelo Ajudante Jozé Custódio de Sá e Faria. Escala [ca. 1:2150], 1745-1749. Real Academia de la Historia, Madrid.

e mais tarde marquês de Pombal, enquanto administrador do morgado instituído por Simão de Melo Magalhães⁶², tendo sido o próprio a ordenar a respetiva demolição sem reclamar qualquer contrapartida⁶³.

Com efeito, a 4 de agosto de 1759, foi celebrada pelo tabelião Ignacio Correia de Sousa e Andrade uma escritura notarial de contrato entre Duarte Lopes Roza, contratador geral do tabaco, e Feliciano Correia Lima, criado da Casa do Conde de Oeiras, como seu procurador, estabelecendo as condições em que o primeiro deveria mandar fazer

[...] huns armazens nos Moynhos salgados no sitio da Ribeyra de Alcantara, de *que* elle *Excelentíssimo* Conde de Oeyras he senhor, e possuidor, debaixo do contracto, condiçoens, e obrigaçoens, seguintes

Que elle Duarte Lopes Roza se obriga a mandar fazer os *ditos* Armazens executando a planta assignada pelo *dito* *Excelentíssimo* Conde de Oeyras senhorio, cujos armazens serão feitos junto ao Moinho salgado da Ribeira de Alcantara, na parte *que* olha *para* o sul, fornindo, e pondo promptos todos os materiaes *para* a *dita* obra; Que cada barcada de pedra posta na obra será pelo preço de quinhentos, e cincoenta reis; por cada moio de cal posto na obra mil e duzentos reis, digo na obra será pago a outocentos, e cincoenta reis, e por cada barco de area posto na obra a mil, e duzentos reis; Que a canteria *que* for precisa a fará elle *dito* *Excelentíssimo* Conde de Oeyras senhorio vir do termo de Cascaes, e elle Duarte Lopes Roza a pagará pelo preço, *que* se ajustar com o cabouqueiro *que* constará do seu rol, e do mesmo modo todas as madeiras *que* vierem *para* a obra se pagarão pelos preços ajustados, por elle *dito* Exmo Conde de Oeyras [...] ⁶⁴.

Em 1762, as obras prosseguiram e os mesmos intervenientes acordam a edificação no local de mais armazéns, que poderiam chegar a doze, assim como de fornos de produção de biscoito, prolongando o contrato firmado em 1759 por mais seis anos⁶⁵. A concretização da obra deixou igualmente testemunho nos registos de pagamento da décima⁶⁶, uma vez que em 1763 se fez referência aos armazéns do conde de Oeiras situados precisamente na rua do Assento do Pão em Alcântara, mencionando-se que se encontravam arrendados por 640\$200 réis, tendo sido apurada para 1762 a décima de 14\$404 réis e para 1763 a décima de 57\$618 réis, confirmando-se o respetivo pagamento pelo conde de Oeiras⁶⁷.

⁶² ANTT, Cartórios Notariais, *11.º Cartório*, Ofício A, Livro 45, cx. 7 (6/7/10/2), f. 18v.-21v. É de referir que são conhecidas desde pelo menos 1640 ligações da família do marquês de Pombal a Alcântara, que aí possuiu uma quinta vendida entre a Quaresma de 1706 e a Quaresma de 1707 a José Fiúza Correia, juiz das capelas da Coroa: cf. TELLES, João Bernardo Galvão – *O palácio do Fiúza: memória de uma residência nobre em Alcântara, no termo de Lisboa*. Lisboa: LMT – Abreu Loureiro, Correia de Matos e Galvão Teles, Consultores de História e Património, 2014. p. 27-43.

⁶³ BNP, Reservados, *Coleção Pombalina*, Códice 668, f. 49-54. A este respeito, consultar SILVA, Augusto Vieira da – *A ponte de Alcântara e suas circunvizinhanças: notícia histórica*. In *Dispensos*. Lisboa: Câmara Municipal, 1960. vol. III, p. 66-67.

⁶⁴ ANTT, Cartórios Notariais, *11.º Cartório*, Ofício A, Livro 14, cx. 3 (6/7/10/1), f. 97-97v.

⁶⁵ Idem, *ibidem*, Livro 22, cx. 4 (6/7/10/1), f. 93-94.

⁶⁶ Sobre este imposto, consultar TORRES, Rui d'Abreu – Décima. In SERRÃO, Joel, dir. – *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, 1984. p. 274-275. Apesar de estabelecido em 1641, no Arquivo Histórico do Tribunal de Contas apenas se conservam registos da cobrança deste imposto nas freguesias de Lisboa para um período posterior a 1762.

⁶⁷ Arquivo Histórico do Tribunal de Contas (doravante AHTC), Décima da Cidade, *Santos*, Livro DC 1023 P, f. 119.

Nos anos seguintes a obra progrediu, existindo no total, em julho de 1768, um total de 24 armazéns integrados num complexo designado como *Tercenas e Fabrica de Pam e Biscouto* edificado junto à ponte de Alcântara no lugar do antigo moinho salgado, conforme consta da carta de quitação celebrada entre o conde de Oeiras e a viúva de Duarte Lopes Roza⁶⁸. A morte precoce deste último viria a dar ocasião à celebração de um novo contrato, em março de 1769, com a Junta da Administração Geral do Provitimento das Munições de Boca para as tropas, na sequência de uma proposta nesse sentido apresentada por Thomaz Caetano Fortier, administrador da Fábrica do Pão e mais provimentos das tropas da Corte, o qual representou à dita Junta as conveniências que resultavam à real fazenda “do estabelecimento das Fábricas e Armazens das ditas Munições sítos em Alcântara e a sua conservação naquele sítio à borda de água no terreno do moinho salgado e sua caldeira pertencentes ao Morgado dos Mellos Magalhães de que era administrador o Conde de Oeiras”, propondo o ajuste do contrato com o dito senhor, mantendo as

[...] Biscoitarias e Armazens dellas junto ao Moinho salgado de Alcântara, em que Duarte Lopes Roza, Fabricante do dito biscoito veio depois a fabricar também o mesmo Pão de Munição por elle arrematado com grande baixa no preço e utilidade da Fazenda Real, pela razão de se acharem as ditas oficinas à borda de água vindo a poupar todos os carros de terra que antes se pagavam desde o cais do Carvão até ao alto do Campo de Santa Clara e [...] havendo-lhe mostrado a experiência que os Armazens de que antes se serviu o dito Duarte Lopes Roza não eram bastantes depois do grande aumento das tropas desta corte e Provincia para se recolherem as grandes quantidades de trigo e cevada que se fazem precisas não só para o diário sustento das ditas tropas que sempre foi impraticável sem a prevenção de sobresselentes antecipados para alguns meses, que igualmente são precisos para se socorrerem com prontas expedições as Praças das Provincias do Reyno onde sucede haver falta, mas também para se aproveitarem com outro grande interesse da Fazenda Real, as oportunidades dos Navios, que chegando a este Porto com os referidos géneros em ocasião que não acham compradores tão prontos como é preciso aos donos deles vem a oferecer à Administração os mesmos géneros pelos preços diminutos que se não podia aproveitar a Administração se não tivesse amplos Armazens para os recolher [...]; vendo ao mesmo tempo o suplicante que o canal que se abria para o serviço das Reais Obras do Palácio de São João dos Bem Cazados fazem maiores os ditos interesses por virem os Barcos descarregar às Portas dos Armazens depois que o *Excelentíssimo* Conde de Oeyras dono do referido moinho salgado deo faculdade para este se demolir e entulhar-se a sua caldeira a benefício das ditas obras reais, mandou o mesmo suplicante com permissão da Junta edificar no terreno do dito moinho e no que depois delle corre pelo dito canal acima, os outros Armazens, huns que já se achão servido e outros que se vão continuando, ajustando-se com o procurador do dito conde para a dita edificação ficando a Administração a pagar os custos dela pelos rendimentos dos ditos armazens regulados pelos mesmos alugueres que antes pagava Duarte Lopes Roza⁶⁹.

Por esta altura, encontravam-se já edificados no local 18 armazéns, compostos de loja e sobrado, situados sobre o cais edificado no local onde antigamente estava implantado o moinho salgado que se demoliu e cuja caldeira se

⁶⁸ ANTT, Cartórios Notariais, 11^o Cartório, Officio A, Livro 42, cx. 7 (6/7/10/2), f. 89-90v.

⁶⁹ Idem, *ibidem*, Livro 45, cx. 7 (6/7/10/2), fls. 18v-21v. Sobre este assunto, vd. SILVA, A. Vieira da – *op. cit.*, p. 66-68.

entulhou⁷⁰. O novo contrato celebrado teria como término a data de 30 de abril de 1777, estipulando que não se pagaria renda, pois esta serviria de consignação à construção de seis novos armazéns⁷¹.

A cartografia produzida por essa época e nas décadas subsequentes permite confirmar a implantação do complexo de depósito de trigos e biscuitarias para o exército e para os navios mercantes, facilitando a compreensão sobre a evolução espacial registada nessa área da cidade (figs. 6 e 7), onde o contorno da ribeira de Alcântara, as novas construções ribeirinhas e a rede viária envolvente fossilizaram o contorno da antiga caldeira do moinho de maré de Alcântara, tornando perceptível a sua localização precisa na malha urbana que se viria posteriormente a desenvolver (fig. 8).

Após o terramoto de 1755 e sobretudo ao longo dos séculos XIX e XX, a paisagem de Alcântara alterou-se substancialmente. As quintas de recreio e as casas monásticas que outrora vizinhavam com o moinho de maré⁷² deram lugar à instalação de estabelecimentos industriais, os quais beneficiavam das facilidades de acesso proporcionadas pela localização ribeirinha e aproveitavam a situação periférica relativamente ao centro urbano para a instalação de atividades cuja perigosidade ou insalubridade constituíam fatores de afastamento de áreas mais habitadas. A instalação de estabelecimentos industriais de relativa importância sucedeu-se a ritmo acentuado⁷³, impulsionando, quer a constituição de bairros operários, quer as transformações operadas para a modernização do porto de Lisboa e a implantação de ferrovias⁷⁴, originando o aterro da margem do Tejo numa extensão de quase um quilómetro⁷⁵.

Entre as fábricas implantadas em meados do século XIX em Alcântara destacaram-se grandes unidades relacionadas com a indústria química, algumas das quais se encontram na génese da Companhia União Fabril (C.U.F.), constituída em resultado de uma fusão ocorrida em 1898, por iniciativa de Alfredo da Silva, da Companhia Aliança Fabril com a União Fabril, cujo complexo se viria a instalar no local correspondente ao medievo moinho de Alcântara⁷⁶.

⁷⁰ CUSTÓDIO, Jorge – Reflexos da industrialização na fisionomia e vida da cidade. In MOITA, Irisalva, coord. – *O livro de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1994. p. 463-466.

⁷¹ ANTT, Cartórios Notariais, *11.º Cartório*, Ofício A, Livro 45, cx. 7 (6/7/10/2), fls. 18v.-21v.

⁷² FREITAS, Jordão de – Paço Real de Alcântara: sua localização: elementos para a sua história desde o domínio filipino. *Olisipo*. Lisboa: Grupo Amigos de Lisboa. Ano IX Nº 36 (outubro 1946), p. 177-197.

⁷³ BARBOSA, Ignácio de Vilhena – A zona industrial da Lisboa ocidental. *Archivo Pittoresco: semanário ilustrado*. Lisboa. Tomo VIII (1865), p. 17-18; PISTOLA, Renato – *Alcântara: a evolução industrial de meados do século XIX ao final da 1.ª República*. Lisboa: [s.n.], 2009. p. 38-82. Dissertação de Mestrado em História pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade nova de Lisboa.

⁷⁴ Para uma visão mais pormenorizada sobre a evolução da morfologia urbana do vale de Alcântara, consultar MARQUES, Beatriz Rosa de Abreu Pereira – A avenida de Ceuta: de limite a caminho para o crescimento de Lisboa. *Cadernos do Arquivo Municipal*. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa/Câmara Municipal de Lisboa. II Série Nº 4 (julho-dezembro de 2015), p. 219-237.

⁷⁵ SILVA, Augusto Vieira da – *op. cit.*, p. 39-75; PISTOLA, Renato – *op. cit.*, p. 29-36.

⁷⁶ CUSTÓDIO, Jorge – *op. cit.*, p. 463-466.



Figura 6 Plano para a zona compreendida entre o Largo do Rato, S. Paulo, Alcantara e Arco do Carvalhão, por ordem do engenheiro-mor Manuel da Maia, da autoria de Filipe Roiz de Oliveira, Manuel Álvares Calheiros, Gualter da Fonseca, Lourenço Botelho e Thomaz Roiz da Costa. Feito segundo as diretrizes de Manuel da Maia, 5 de novembro de 1756. Museu de Lisboa, DES.0982.

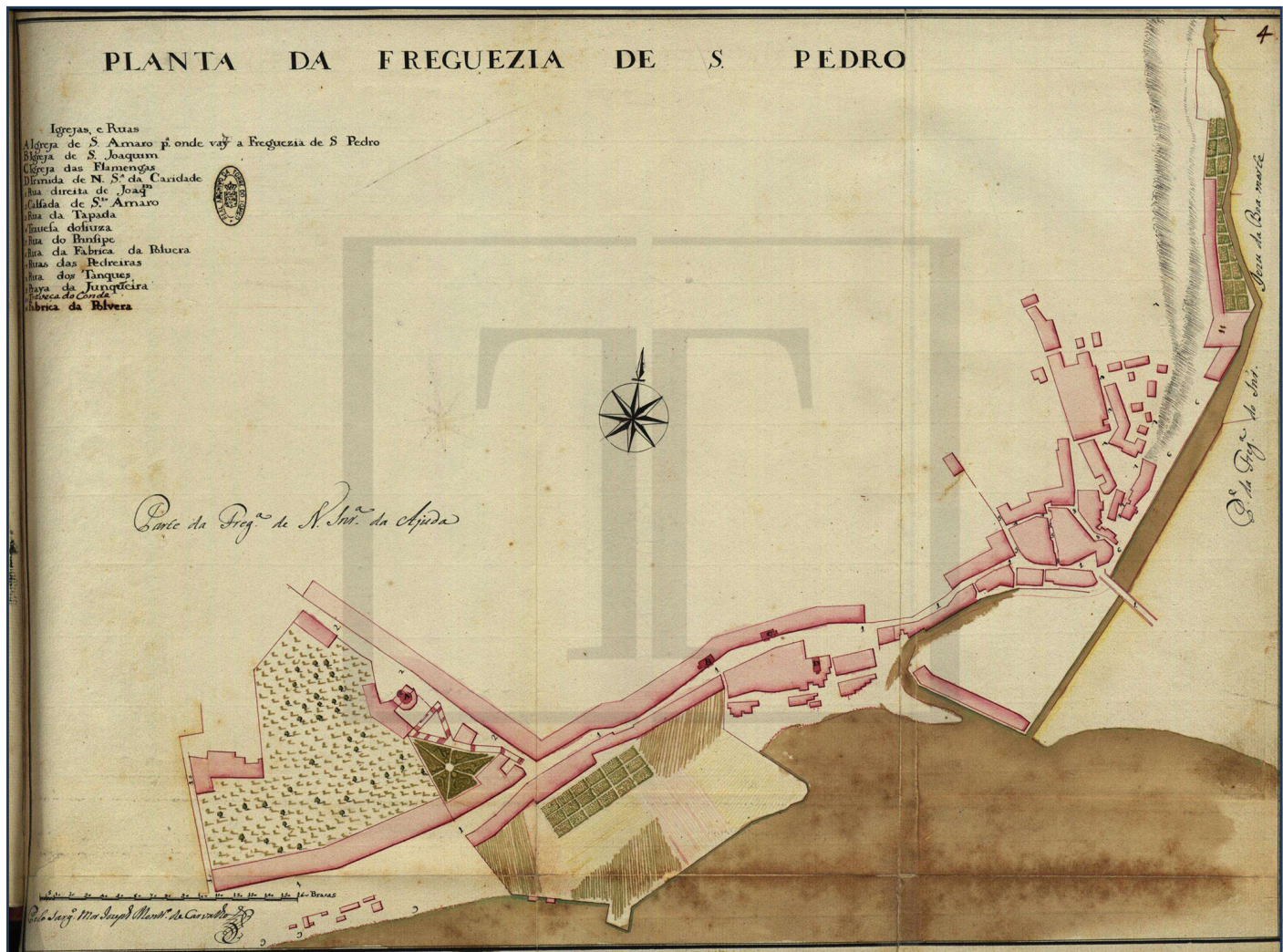


Figura 7 Planta da freguesia de Nossa Senhora da Ajuda. Livro das Plantas das Freguesias de Lisboa, nº 153 [1756-1768]. ANTT, Códices e documentos de proveniência desconhecida.

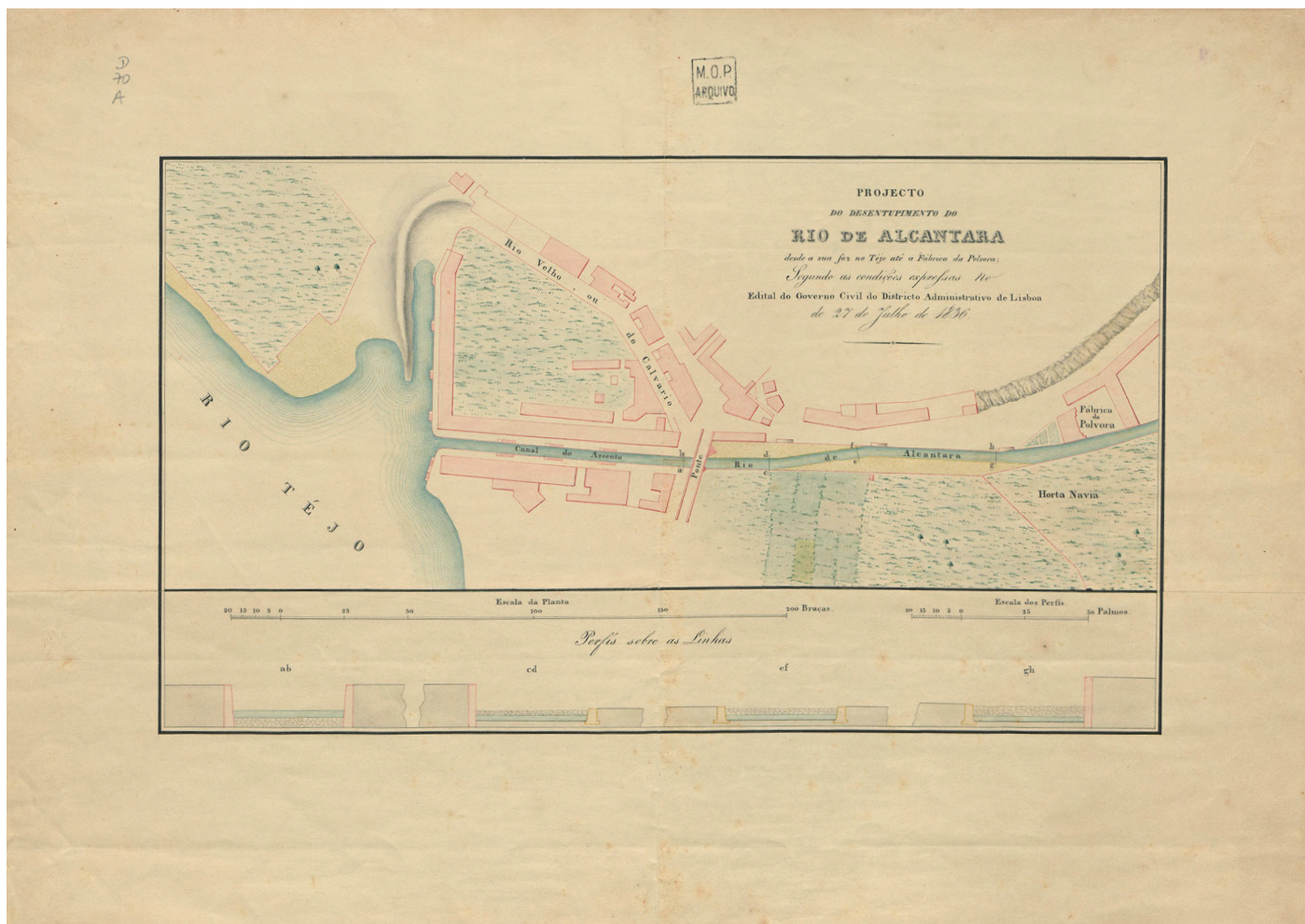


Figura 8 Projecto do desentupimento do Rio de Alcântara desde a Foz do Tejo até à Fábrica da Pólvora; segundo as condições expressas no Edital do Governo Civil do Districto Administrativo de Lisboa de 27 de Julho de 1836. BAHE, D. 70 A.

PROJETOS NÃO CONCRETIZADOS PARA EDIFICAÇÃO DE OUTROS MOINHOS DE MARÉ

Embora se conheça a existência de outros moinhos de diferente tipologia em funcionamento em Alcântara⁷⁷, o moinho de maré deveria ser de mais vantajoso rendimento, considerando que teria possibilidade de funcionar com maior regularidade por não depender da disponibilidade de água proveniente da rede fluvial, beneficiando antes da constância das marés, e por ser dotado, pelo menos no século XVIII, com um conjunto de seis moendas. Talvez por isso, ao longo dos séculos outros projetos de edificação de moinhos de maré entre Alcântara e Belém emergem da documentação, os quais julgamos que nunca se tenham chegado a concretizar. Os testemunhos existentes são parcos em elementos que nos permitam identificar os locais precisos a que se reportam e a atual configuração desse espaço, fruto de intervenções diversas e aterros sucessivos, também não facilita a tarefa, embora o painel de azulejos atribuído a Gabriel del Barco represente possíveis locais de implantação como a ribeira atravessada pela ponte de Pocinho, em Belém, ou uma outra ribeira na Junqueira, atravessada pela ponte da Junqueira.

Certo é que, em 1395, D. João I concedeu licença a Pero Gomes, filho de Gomes Lourenço, morador na cidade de Lisboa, casado com Mécia Pires, para fazer uma ou duas casas de moinhos ou azenhas no seu lugar que chamam a Lavandeira, na ribeira de Alcântara, no reguengo que aí existe, “nos quaaes moynhos se entende d ajudar d agoa da dicta Ribeira d alcantar e da agoa do mar pera os fazer moer a seus tempos que forem *compridouros*”, quitando o casal do pagamento do quarto que estes moinhos rendessem, pagamento que só se deveria começar a efetuar ao tempo de seus sucessores⁷⁸.

Posteriormente, em 1462, seria Lopo Vasques de Serpa, oficial do desembargo régio e cavaleiro da Casa Real⁷⁹, a receber de D. Afonso V doação de um esteiro junto à ponte de Alcântara, entre a estrada que vai para o Restelo e o mar, o qual entra no mar “aalem das nossas azenhas que ora trazem abrauanel e mestre llatam”, dando-lhe permissão para que fizesse nele o que entendesse, desde que não prejudicasse outrem⁸⁰.

Em 1499, D. Manuel autorizou o aforamento a Gaspar Correia, cavaleiro da Casa do Rei, que havia já edificado em 1483 os moinhos de maré da Verderena, junto ao Barreiro⁸¹, de um esteiro situado “aalem da pomte d alcamtara

⁷⁷ Em 1471, uma sentença regulava a partilha de água entre o pomar de João Afonso Crespim e o moinho hidráulico de Jácome Rolão: ANTT, Leitura Nova, *Estremadura*, livro 4, f. 189-189v. Conhece-se também a casa de moendas existente na quinta de Tomé Lopes de Andrade, feitor régio na Flandres, referida em 1509: vd. ANTT, Chancelaria Régia, *D. João III*, Livro 70, f. 111v.-112.

⁷⁸ *Chancelarias portuguesas: D. João I*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2005. vol. II, tomo 2 (1387-1402), p. 160-161.

⁷⁹ ANTT, Leitura Nova, *Estremadura*, Livro 8, f. 96v. Sobre Lopo Vasques de Serpa, conferir FREITAS, Judite Antonieta Gonçalves de – «*Teemos por bem e mandamos*». *A Burocracia Régia e os seus oficiais em meados de Quatrocentos (1439-1460)*. Cascais: Patrimonia Histórica, 2001. vol. II, p. 468-471 e ALMEIDA, Ana Paula – *A Chancelaria Régia e os seus oficiais em 1462*. Porto: [s.n.], 1996. p. 177-178. Dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

⁸⁰ ANTT, Chancelaria Régia, *D. Afonso V*, Livro 1, f. 103v; ANTT, Leitura Nova, *Estremadura*, Livro 8, f. 96v.

⁸¹ ANTT, Chancelaria Régia, *D. João II*, Livro 22, f. 30v.

o qual pertence ao *dicto* almazem *pera* nelle fazer certos emgenhos de moínhos”⁸². Sabemos, porém, que em 1503 os referidos moinhos se encontravam por construir devido à oposição de Fernão Lourenço, então foreiro dos moinhos de maré de Alcântara⁸³, a quem a concorrência de moinhos nas proximidades não convinha.

Decorrida uma década, seria António Carneiro, secretário de D. Manuel I, cavaleiro da Ordem de Santiago e comendador de Vila Nova de Milfontes e do Cercal⁸⁴, o qual viria depois a ser capitão da ilha do Príncipe⁸⁵, a receber em doação toda a terra do salgado entre os moinhos que foram de Fernão Lourenço contra Belém, com todos os esteiros, para aí fazer moendas⁸⁶.

Já após a demolição do moinho de maré de Alcântara no século XVIII, Jácome Ratton, tendo aforado um sapal na praia do Calvário em Alcântara, pertencente aos condes da Ponte, que utilizava para curtir madeiras provenientes da sua quinta da Barroca d’Alva, em Alcochete, e onde explorou fornos de cal e instalou fábricas de louça e de vidros que não vingaram, projetou implantar no local um moinho de maré, o que, todavia, não chegou a concretizar⁸⁷. Para os prédios do Calvário viria posteriormente a ser transferida a empresa de lanifícios dos Ratton, instalada inicialmente na rua Formosa, junto ao Palácio dos Carvalho e Melo, que depois pertenceu aos seus descendentes, a família Daupias⁸⁸.

Não deixa, porém, de ser curioso que, na época em que a máquina a vapor se impunha no nosso país, um dos mais arrojados empreendedores do seu tempo ainda reconhecesse o potencial energético das marés.



⁸² ANTT, Chancelaria Régia, *D. Manuel I*, Livro 16, f. 30v.-31v. Existe cópia em ANTT, *Leitura Nova, Estremadura*, Livro 2, f. 182-182v.

⁸³ ANTT, *Núcleo Antigo*, Livro 334, f. 51v.

⁸⁴ ANTT, MCO, *OS/CP*, Livro 5, f. 39v.-40v.

⁸⁵ ANTT, Chancelaria Régia, *D. Manuel I*, Livro 21, f. 19-19v.

⁸⁶ ANTT, Chancelaria Régia, *D. João III*, Livro 31, f. 2v.

⁸⁷ RATTON, Jácome – *Recordações de Jácome Ratton sobre ocorrências do seu tempo em Portugal de Maio de 1747 a Setembro de 1810*. Lisboa: Fenda Edições, 1992. p. 73-75; CUSTÓDIO, Jorge – Daupias (palácio e fábrica). In SANTANA, Francisco; SUCENA, Eduardo, dir. – *Dicionário de História de Lisboa*. Lisboa: Carlos Quintas & Associados, 1994. p. 329-331.

⁸⁸ CUSTÓDIO, Jorge – Reflexos da industrialização na fisionomia e vida da cidade. In MOITA, Irisalva, coord. – *O livro de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1994. p. 458.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO

Cartórios Notariais, *11^o Cartório*, Ofício A, Livros 14, 22, 42 e 45.

Chancelaria Régia, *D. Afonso V*, Livros 1 e 18.

Chancelaria Régia, *D. Dinis*, Livros 1, 3 e 4.

Chancelaria Régia, *D. João II*, Livro 22.

Chancelaria Régia, *D. João III*, Livros 30, 31, 70 e 72.

Chancelaria Régia, *D. Manuel I*, Livros 1, 16 e 21.

Códices e documentos de proveniência desconhecida, nº 153.

Colegiada de Santa Marinha do Outeiro de Lisboa, Maço 3, docs. 98, 82 e 83.

Gavetas da Torre do Tombo, *Gaveta XII*, Maço 2, doc. 5; Maço 9, doc. 11.

Leitura Nova, *Estremadura*, Livros 2, 4, 8 e 11.

Mesa da Consciência e Ordens, *Ordem de Santiago/Convento de Palmela*, Livro 5.

Núcleo Antigo, Livros 285, 317, 318, 319, 320, 321, 322 e 334.

Ordem do Carmo, *Santa Maria do Carmo de Lisboa*, Livros 7 e 61.

S. Vicente de Fora, 1^a inc., Maço 2, docs. 8, 9, 9 A, 19 e 20; Maço 3, doc. 13 e 29.

ARQUIVO HISTÓRICO DO TRIBUNAL DE CONTAS

Décima da Cidade, *Santos*, Livro DC 1023 P.

ARQUIVO MUNICIPAL DE LISBOA

Águas Livres, *Livro 1^o do provimento da água*, doc. 7.

Câmara Municipal de Belém, *Documentação avulsa sobre a administração do concelho de Belém*, doc. 22.

Chancelaria Régia, *Livro 2^o de consultas e decretos de D. João IV*.

Provimento da Saúde, *Livro de regimentos e posturas da saúde*.

BIBLIOTECA E ARQUIVO HISTÓRICO DA ECONOMIA

CARTOGRAFIA

Planta Topographica da marinha das cidades de Lisboa ocidental e oriental, desde o Forte de S. Joseph de Ribamar té ao Convento do Grilo (D 27 C).

Projecto do desentupimento do Rio de Alcântara desde a Foz do Tejo até à Fábrica da Pólvora; segundo as condições expressas no Edital do Governo Civil do Districto Administrativo de Lisboa de 27 de Julho de 1836 (D. 70 A).

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL

Iconografia, D 319 A.

Reservados, *Coleção Pombalina*, Ms. 668.

MUSEU DE LISBOA

Plano para a zona compreendida entre o Largo do Rato, S. Paulo, Alcântara e Arco do Carvalhão (DES.0982).

REAL ACADEMIA DE LA HISTORIA – MADRID

Planta do sítio de Nossa Senhora das Necessidades e seu contorno / Riscado pello Ajudante Jozé Custódio de Sá e Faria. Escala [ca. 1:2150] (1745-1749).

FONTES IMPRESSAS

Chancelarias portuguesas: D. Duarte. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1998. vol. I, tomo 1 (1433-1435).

Chancelarias portuguesas: D. João I. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2005. vol. II, Tomo 2 (1387-1402).

Chancelarias portuguesas: D. João I. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2006. vol. II, tomo 3 (1391-1407).

Chancelarias portuguesas: D. João I. Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2006. vol. III, tomo 1 (1385-1410).

Chancelarias portuguesas: D. João I. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2006. vol. III, tomo 2 (1394-1427).

Chancelarias portuguesas: D. João I. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2006. vol. III, tomo 3 (1402-1418).

Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa: livros de reis, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1959. vol. III.

Livro dos foraes, escripturas, doações, privilégios e inquirições: subsídios para a história da Ordem de Malta. Lisboa: Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, 1946. t. III, vol. 2º.

Monumenta Henricina. Coimbra: Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1973. vol. XIV (1460-1469).

RATTON, Jácome – *Recordações de Jácome Ratton sobre ocorrências do seu tempo em Portugal de Maio de 1747 a Setembro de 1810.* Lisboa: Fenda Edições, 1992.

ESTUDOS

AGUIRRE SORONDO, A. – *Tratado de Molinología (los molinos de Guipúzcoa).* San Sebastian: Fundacion Jose Miguel de Barandiaran/Editorial Eusko Ikaskuntza, 1988.

ALMEIDA, Ana Paula – *A Chancelaria Régia e os seus oficiais em 1462.* Porto: [s.n.], 1996. p. 177-178. Dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

AZURMENDI PÉREZ, Luis, dir. – *Molinos de mar y estuários.* Santander: Litoral Atlántico, 2005.

BARBOSA, Ignácio de Vilhena – *A zona industrial da Lisboa ocidental. Archivo Pittoresco: semanário ilustrado.* Lisboa. Tomo VIII (1865), p. 17-18.

BAS, Begoña – *Muiños de marés e de vento en Galicia.* Pontevedra: Fundación Pedro Barrié de la Maza, 1991.

BERNARD, Vincent – Les moulins à marée médiévaux dans l'ouest de la France: vecteur technique et catalyseur d'échanges trans-Manche?. In SONNIC, Ewan, ed. – *Énergie des marées hier, aujourd'hui, demain*. Rennes: École Nationale Supérieure d'Énergie de Bretagne (no prelo).

BLOCH, Marc – Avènement et conquêtes du moulin à eau. *Annales d'Histoire Economique et Sociale*. 7 (1935), p. 538-563.

CAETANO, Carlos – *A Ribeira de Lisboa na época da Expansão Portuguesa (séculos XV a XVIII)*. Lisboa: Pandora, 2004.

CARMONA, Rosalina – *Lavradio: a Igreja de Santa Margarida 1492-1569: visitas e provimentos da Ordem Militar de Santiago*. Lavradio: Junta de Freguesia do Lavradio, 2004.

CASTELO-BRANCO, Fernando – Existiu em Lisboa um problema moageiro?. *Revista Municipal de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal. II Série Nº 8-10 (2º a 4º trimestre de 1984), p. 17-28.

COSTA, João Paulo Oliveira e – Fernão Lourenço, tesoureiro e feitor da Casa da Mina e Índia (c. 1481-1504): uma carreira de sucesso. In THOMAZ, Luís Filipe, org. – *Aquém e além da Taprobana: estudos luso-orientais à memória de Jean Aubin e Denys Lombard*. Lisboa: Centro de História de Além-Mar, 2002. p. 57-69.

CUSTÓDIO, Jorge – Daupiás (palácio e fábrica). In SANTANA, Francisco; SUCENA, Eduardo, dir. – *Dicionário de História de Lisboa*. Lisboa: Carlos Quintas & Associados, 1994. p. 329-331.

CUSTÓDIO, Jorge – Moinhos de maré em Portugal: algumas questões do seu estudo e salvaguarda sob o ponto de vista do património industrial. In ENCONTRO NACIONAL SOBRE O PATRIMÓNIO INDUSTRIAL, 1, Coimbra, 1986 – *Actas e comunicações*. Coimbra: Coimbra Editora, 1989. vol. I, p. 343-389.

CUSTÓDIO, Jorge – Reflexos da industrialização na fisionomia e vida da cidade. In MOITA, Irisalva, coord. – *O livro de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1994. p. 435-492.

DAY, G. – *Tide mills in England and Wales*. [S.l.]: Friends of Woodbridge Tide Mill, 1994.

DIAHARCE-RIGODON, E. – Euskalkostako Itsaseiherak: les moulins à marée de la côte basque. *Moulins de France*. 72 (2007), p. 17-20.

DIAS, Mário Balseiro – *Documentos medievais de aldeia galega do Ribatejo (1235-1470)*. Montijo: [s.n.], 2000. Edição do autor.

DURAND, Robert – *Les campagnes portugaises entre Douro et Tage aux XII^e et XIII^e siècles*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian; Centro Cultural Português, 1982.

FERRÃO, Leonor – Lisboa Barroca: da Restauração ao Terramoto de 1755: desenvolvimento urbanístico: os palácios e os conventos. In MOITA, Irisalva, coord. – *O livro de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1994. p. 239-282.

FERRÃO, Leonor – *A Real Obra de Nossa Senhora das Necessidades*. Lisboa: Quetzal, 1994.

FREITAS, Jordão de – Paço Real de Alcântara: sua localização: elementos para a sua história desde o domínio filipino. *Olisipo*. Lisboa: Grupo Amigos de Lisboa. Ano IX Nº 36 (outubro 1946), p. 177-197.

FREITAS, Judite Antonieta Gonçalves de – «*Teemos por bem e mandamos*»: a Burocracia Régia e os seus oficiais em meados de Quatrocentos (1439-1460). Cascais: Patrimonia Histórica, 2001. vol. II.

GIL, Maria Olímpia Rocha – Engenhos de moagem no século XVI (técnicas e estruturas). *Do tempo e da história*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura; Centro de Estudos Históricos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. V 1 (1965), p. 161-192.

GOMES, Rita Costa – *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*. Linda-a-Velha: Difel, 1995.

GOODBURN, D.; HARDY, A. – The mid-Saxen mill at Northfleet. In ANDREWS, P., dir. [et al.] – *Settling the Ebbsfleet Valley: high speed 1 excavations at Springhead and Northfleet, Kent: the late Iron Age, Roman, Saxon and Medieval Landscape*. Salisbury: Oxford Wessex Archaeology, 2011. p. 307-349.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho – *O desembargo régio (1320-1433)*. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica; Centro de História da Universidade do Porto, 1990.

Lisbonne avant le tremblement de terre: le panneau (1700-1725) du musée de l'Azulejo. [S.l.]: Chandeigne, 2004.

LOPEZ ALVAREZ, J. – *Molinos de mar en Asturias*. Gijón: Fundación Municipal de Cultura, Educación; Universidad Popular del Ayuntamiento de Gijón, 1998.

LUCAS, Isabel Maria Mendes Oleiro – *Subsídios para a história do concelho do Montijo: cronologia geral*. Montijo: Câmara Municipal do Montijo, 1992.

MANSO PORTO, Cármen – *Cartografia histórica portuguesa: catálogo de manuscritos, siglos XVII-XVIII*. Madrid: Real Academia de la Historia, 1999.

MARQUES, Beatriz Rosa de Abreu Pereira – A avenida de Ceuta: de limite a caminho para o crescimento de Lisboa. *Cadernos do Arquivo Municipal*. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa/Câmara Municipal de Lisboa. II Série N. 4 (julho-dezembro de 2015), p. 219-237.

MARTINS, Miguel Gomes – Da Esperança a S. Vicente de Fora: um percurso em torno de Estêvão da Guarda. *Cadernos do Arquivo Municipal*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. I Série N. 3 (1999), p. 9-60.

MCERLEAN, Thomas; CROTHERS, Norman – *Harnessing the tides: the early medieval tide mills at Nendrum Monastery, Strangford Lough*. Belfast: Environment and Heritage Service, 2007.

- MINCHINTON, W. – Tidemills in the Netherlands. *TIMS: International Molinology*. N. 70 (2005), p. 35-36.
- MOLINA FONT, J. – *Molinos de marea de la bahia de Cadiz (siglos XVI-XIX)*. Cádiz: Junta Rectora del Parque Natural Bahía de Cádiz, Consejería de Medio Ambiente de la Junta de Andalucía, Instituto de Medio Ambiente e Mancomunidad de Municipios de la Bahía de Cádiz, 2001.
- MUNDUTEGUY, Laetitia – *Recensement et caractérisations des derniers moulins à marée du Pays Basque (français) : étude du mécanisme du moulin à travers deux études de cas*. Paris: Université Paris 1 – Panthéon Sorbonne, 2007. Mémoire de Master.
- MUNDUTEGUY, Laetitia – The basque country tide mills: a neglected subject. *TIMS : International Molinology*. N. 78 (2009), p. 6-18.
- NABAIS, António – *História do concelho do Seixal: património industrial: moinhos de maré*. Seixal: Câmara Municipal do Seixal, 1986.
- NABAIS, António; RAMOS, Paulo Oliveira – *100 Anos do Porto de Lisboa*. Lisboa: Administração do Porto de Lisboa, 1987.
- NOLTHENIUS, A. T. – Getijmolens in Netherland. *Tijdschrift von het Koninklijk Nederlands Aardrijkskundig Genootschap*. 71 (1954), p. 186-199.
- OLIVEIRA, António de – Um moinho de maré em aldeia galega do Ribatejo no século XVI. *O Instituto*. Coimbra. Vol. CXXIX (1967), p. 89-102.
- PAULO, Eulália de Medeiros; GUINOTE, Paulo – *A «Banda d'Além do Tejo» na História: roteiro histórico da margem sul do Estuário do Tejo das origens ao fim do Antigo Regime*. Lisboa: Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, 2000.
- PISTOLA, Renato – *Alcântara, a evolução industrial de meados do século XIX ao final da 1ª República*. Lisboa: [s.n.], 2009. Dissertação de Mestrado em História apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa.
- PONTES, Rui Manuel – Povoamento e desenvolvimento económico do senhorio de Coia (Estuário do Tejo) nos séculos XIII e XIV: a construção de uma paisagem rural. In *JORNADAS PAISAGENS RURAIS E URBANAS-FONTES, METODOLOGIAS, PROBLEMÁTICAS*, 2, 2006 – *Actas das segundas jornadas*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2006. p. 213-240.
- ROSA, Maria de Lurdes – Além da aventura, aquém do capitalismo?: elementos para a história de Fernão Lourenço (1480-1505), um «perito económico» na Expansão Portuguesa. In KRUS, Luís; OLIVEIRA, Luís Filipe; FONTES, João Luís, coord. – *Lisboa medieval: os rostos da cidade*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007. p. 335-367.

ROSSA, Walter – *Além da Baixa: indícios de planeamento urbano na Lisboa Setecentista*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico, 1998.

RYNNE, Colin – Water-power as a factor of industrial location in Early Medieval Ireland: the environment of the early Irish water mill. *Industrial Archaeology Review*. XXXI/2 (2009), p. 85-95.

SILVA, A. Vieira da – *Dispersos*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1960. vol. II e III.

SILVA, Manuela Santos – Gonçalo Lourenço (de Gomide) escrivão da puridade de D. João I, alcaide e senhor de Vila Verde dos Francos: trajectória para a constituição de um morgado. In JORNADAS INTERDISCIPLINARES, Lisboa, 1995 – *Poder e sociedade: actas das jornadas interdisciplinares*. org. Maria José Ferro Tavares. Lisboa: Centro de Estudos Interdisciplinares da Universidade Aberta, 1998. vol. I, p. 363-380.

SILVA, Maria João Violante Branco Marques da – *Aveiro medieval*. 2^a ed. Aveiro: Câmara Municipal de Aveiro, 1997.

SILVA, Teresa R. da – Azenhas e Moinhos no Algarve: segunda metade do século XIII e século XIV. *Arqueologia Medieval*. Porto: Edições Afrontamento. N. 6 (1999), p. 213-223.

SILVEIRA, Ana Cláudia – A edificação de moinhos de maré no salgado algarvio entre os séculos XIII a XVI. In ENCONTRO DE ARQUEOLOGIA DO ALGARVE, 7, Silves, 2009 – Actas. *XELB*. Silves: Câmara Municipal de Silves. N 10 (2010), p. 587-611.

SILVEIRA, Ana Cláudia – Novos contributos para o estudo dos moinhos de maré no Estuário do Tejo: empreendimentos e protagonistas (séculos XIII-XVI). In ANDRADE, Amélia Aguiar; FERNANDES, Hermenegildo; FONTES, João Luís, ed. – *Olhares sobre a História: estudos oferecidos a Iria Gonçalves*. Lisboa: Caleidoscópio, 2009. p. 581-610.

SILVEIRA, Ana Cláudia – The tide mills of Sado Estuary (Portugal). *TIMS. International Molinology*. N. 91 (2015), p. 65-68.

SILVEIRA, Ana Cláudia – Um contributo para o estudo dos moinhos de maré do Estuário do Sado. In ENCONTRO DE ESTUDOS LOCAIS DO DISTRITO DE SETÚBAL, Setúbal, 2011 – *Encontro de estudos locais do distrito de Setúbal*. Setúbal: Instituto Politécnico de Setúbal, 2011. p. 269-277.

TAVARES, Maria José Pimenta Ferro – *Os judeus em Portugal no século XV*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1984. vol. I e II.

TELLES, João Bernardo Galvão – *O palácio do Fiúza: memória de uma residência nobre em Alcântara, no termo de Lisboa*. Lisboa: LMT – Abreu Loureiro, Correia de Matos e Galvão Teles, Consultores de História e Património, 2014.

TORRES, Rui d'Abreu – Décima. In SERRÃO, Joel, dir. – *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, 1984. p. 274-275.

VAN DE WALLE, Werner, dir. – *Kruikeke – Rupelmonde: een molen komt weer tot leven*. Rupelmonde: Toerisme Kruikeke, 2002.

VARGAS, J. M. – O património das ordens militares em Lisboa, Sintra e Torres Vedras, segundo uma inquirição do reinado de D. Afonso II. In ENCONTRO SOBRE ORDENS MILITARES, 3, Palmela, 1998 – *Ordens militares: guerra, religião, poder e cultura: actas*. Lisboa: Edições Colibri; Palmela: Câmara Municipal de Palmela, 1999. p. 109-123.

VITERBO, Sousa – *Archeologia industrial portuguesa: os moinhos*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1896. p. 3-12.

**As casas régias construídas sobre a quinta do conde de
Barcelos no arrabalde de Santa Maria do Alcamim,
à Achada, atual Bairro de São Cristóvão.
Dinâmicas sociais e urbanas nos séculos XIV a XVI**

The King's houses built on the farm of the Count
of Barcelos in the suburb of Santa Maria do Alcamim,
at Achada, present District of São Cristóvão.
Social and urban dynamics in the fourteenth
to sixteenth centuries

João Miguel Ferreira Antunes Simões*

submissão/submission: 29/06/2017

aceitação/approval: 04/10/2017

RESUMO

O arrabalde extramuros de Santa Maria do Alcamim estruturou-se em torno de um eixo viário que ligava as portas da cidade moura às hortas de Arroios. Na íngreme encosta do castelo, dispuseram-se várias ruas paralelas, com um tecido urbano denso, onde se instalou a comunidade cristã moçárabe com a sua igreja. Após a reconquista, este bairro expandiu-se e formou o grande arrabalde ocidental de Santa Justa e Rufina, motor económico da cidade nos séculos seguintes. Junto ao Chão de Alcamim, havia uma quinta que pertencia ao 2º conde de Barcelos, tendo sido adquirida pelo príncipe D. Afonso (futuro D. Afonso IV) a qual foi urbanizada e as casas aforadas. Acompanhando a estrutura social dos enfiteutas e as condições dos seus aforamentos, concluímos que, por

* Licenciado e mestre em História da Arte pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa onde frequenta o curso de doutoramento. Foi historiador no Município de Borba onde publicou diversos estudos sobre o património local. Colaborou com instituições públicas e privadas do Alentejo, Algarve e Lisboa, publicando estudos sobre a arquitetura e história da arte, da economia e da sociedade em contextos locais. É atualmente investigador no Museu de São Roque da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

Correio eletrónico: fabricadahistoria@gmail.com

diversas vezes, o tecido social e económico se alterou abruptamente influenciando as tipologias, as funções e o valor do imobiliário.

PALAVRAS-CHAVE


Urbanismo / Arquitetura / Sociedade / Alcamim / Bairro de São Cristóvão

ABSTRACT

The outside wall's Santa Maria do Alcamim suburb was structured around a road axis linking the doors of the Moorish city to Arroios farms. On the steep slope of the castle, several parallel streets were set up, with a dense urban structure, where the Mozarabic Christian community and its church settled. After the reconquest, this neighborhood expanded and formed the great western suburb of Santa Justa and Rufina, economic booster of the city in the following centuries. Next to the ground of Alcamim, there was a farm that belonged to the 2nd count of Barcelos, having been acquired by the prince D. Afonso (future king D. Afonso IV), which was urbanized. Accompanying the social structure of the tenants and the conditions of their empowerment, we conclude that, on several occasions, the social and economic layers changed abruptly, influencing the typologies, functions and value of real estate.

KEYWORDS

Urbanism / Architecture / Society / Alcamim / Neighborhood of São Cristóvão



Na encosta poente do castelo, entre Alfama e a Mouraria, existe um pequeno núcleo urbano disposto em degraus que é um dos mais antigos e importantes da cidade de Lisboa: o Bairro de São Cristóvão¹. A sua origem remonta, pelo menos, ao período islâmico sendo um dos três bairros moçárabes da Lisboa medieval². O orago original da

¹ Cf. ANDRADE, Ferreira – *A freguesia de São Cristóvão: subsídios para a história das suas ruas, palácios e igreja paroquial*. Lisboa: Câmara Municipal, 1944-1945. 2 vol.

² Os quais eram Santa Maria do Alcamim (atual São Cristóvão), o mais importante bairro moçárabe da cidade, um núcleo intramuros junto a Santa Cruz do Castelo e outro núcleo na zona baixa junto à linha de água. Fora da cidade havia mais dois núcleos, um junto a Santos e outro a São Félix de Chelas associado a estas igrejas que possuíam importantes relíquias. Cf. MATOS, José Luis de – *Lisboa islâmica*. Lisboa: Instituto Camões, 1999. p. 13, 21, 26, 33. FERNANDES, Paulo Almeida – Os moçárabes de Lisboa e a sua importância para a evolução das comunidades cristãs sob domínio islâmico. In KRUS, Luís, coord. - *Lisboa medieval: os rostos da cidade*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007. p. 75.

igreja paroquial aí localizada era de Santa Maria do Alcamim, derivando este termo da palavra moçárabe que significa “caminho”³ ou “caminho das hortas”⁴.

O Alcamim ainda existe. É um eixo viário orientado no sentido sul-norte, obedecendo à linha de cota original, de forma orgânica, que foi criado naturalmente, sem pré-existências urbanas. Esse caminho, em nosso entender, corresponde às atuais Rua do Regedor, Rua de São Cristóvão, Beco das Farinhas e Rua de São Lourenço (fig. 1). A sua função seria permitir a circulação de pessoas e mercadorias entre a Porta do Ferro⁵, entrada principal da cidade voltada a ocidente, e as hortas do atual vale de Arroios, contornando a íngreme colina do castelo.

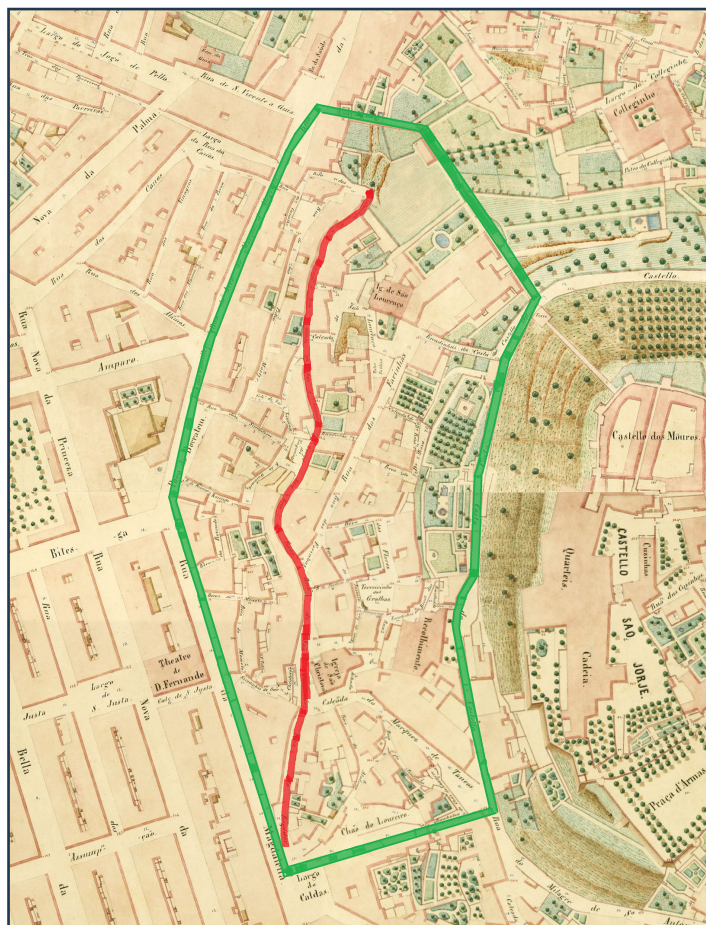


Figura 1 Proposta de localização do Alcamim (a vermelho) e dos limites do Bairro de São Cristóvão (a verde). Arquivo Municipal de Lisboa (AML), *Atlas da Carta Topográfica de Lisboa*, plantas nºs 36 e 43, Filipe Folque, 920 x 625 mm, 1858, imagem manipulada pelo autor.

³ Cf. SILVA, Carlos Guardado da – *Lisboa medieval: a organização e a estrutura do espaço urbano*. 2ª ed. Lisboa: Edições Colibri, 2010. p. 261.

⁴ Cf. REAL, Manuel – Os moçárabes do Gharb português. In TORRES Cláudio; MACIAS, Santiago, coord. – *Portugal islâmico: os últimos sinais do Mediterrâneo*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, 1998. p. 51.

⁵ Cf. SILVA, Augusto Vieira da – *A Cerca Moura de Lisboa: estudo histórico descritivo*. 2ª ed. Lisboa: Câmara Municipal, 1939. p. 79-93.

O Alcamim atravessa um pequeno planalto que existe a uma cota intermédia, entre o topo da colina do castelo e o leito da atual Baixa Pombalina, a que se chamou a Achada, palavra medieval que significa terra plana⁶. Na Achada, envolvendo o Alcamim, construíram-se casas que se expandiram para nascente, a uma cota mais elevada (Rua da Achada) e para a poente, a uma cota mais baixa (Rua de São Pedro Mártir) todas ruas paralelas ao Alcamim, que se dirigiam para Arroios.

Este arrabalde extramuros foi o palco das primeiras escaramuças aquando da conquista da cidade por D. Afonso Henriques em 1147⁷:

Os arrabaldes ficam albergados sob as muralhas, a modo de bairros recortados nas rochas, de tal forma que cada bairro se toma por castelo bem fortificado, tais são os obstáculos de que está rodeado⁸ (...) Os inimigos se vão infiltrando nos arrabaldes, travando aos nossos a entrada com pedras atiradas do telhado das casas que formavam uma cerca à maneira de muralha em toda a extensão. Os nossos, por sua parte, procuravam por todos os lados aberturas acessíveis, se é que as havia por algum sítio, e rechaçaram os inimigos até meio do arrabalde no lugar em que ele se cinge ao declive do monte na muralha. Aí, porém, foi-nos feita resistência tenaz. (...) Finalmente, à hora do sol posto, servindo-se de uns carreiros por onde mal passava gente mesmo desarmada, os nossos, no auge da refrega, foram ocupar uma parte da colina. Ao darem-se conta do sucedido, os inimigos puseram-se em fuga, pois estavam longe da fortificação da cidade mais alta⁹.

O arrabalde do Alcamim na Achada é descrito como possuidor de uma autonomia urbana em relação à restante cidade, definida pela Cerca Velha, sendo composto por um núcleo compacto de habitações, com entradas controladas, de forma a proteger os seus residentes. Segundo Manuel Real¹⁰, o arrabalde do Alcamim foi construído pelos cristãos de Lisboa, transferidos compulsivamente durante as perseguições dos muçulmanos no século XI. Aqui residia uma comunidade ou etnia distinta da dominante, de forma isolada (voluntariamente ou sob imposição), que necessitava de se defender. Seria um bairro cristão moçárabe que funcionava como gueto sob hegemonia dos mouros¹¹, como mais tarde veremos as judiarias e mourarias sob o domínio dos cristãos. A subsistência da sua população deveria provir do cultivo e venda dos produtos hortícolas das hortas de Arroios, para onde o Alcamim e as restantes ruas paralelas aparentam dirigir-se. Estes produtos seriam depois vendidos à restante população da cidade provavelmente no pequeno rossio que existia à entrada do bairro, o Chão do

⁶ Cf. ANDRADE, Ferreira – ob. cit., vol. 2, p. 6.

⁷ Cf. SILVA, Carlos Guardado da – ob. cit., p. 261.

⁸ Cf. NASCIMENTO, Aires – *Conquista de Lisboa aos Mouros: relato de um cruzado*. 2ª ed. Lisboa: Nova Vega, 2007. p. 79.

⁹ Cf. NASCIMENTO, Aires – ob. cit., p. 101.

¹⁰ Cf. REAL, Manuel – ob. cit., p. 49.

¹¹ Na Península Ibérica, as cidades de Lisboa, Mérida, Toledo, Lérida, Pamplona, Carmona, Córdoba, Sevilha e Múrcia celebraram pactos com os senhores muçulmanos que lhes preservavam alguma autonomia, ainda que com a imposição de alguns deveres extraordinários e cerceamento de alguns direitos. Os moçárabes viviam normalmente em espaços próprios, separados das comunidades muçulmanas, sendo governados e protegidos por um *comes*, por eles eleito mas nomeado pela autoridade muçulmana de quem dependia. Cf. LAVAJO, Joaquim Chorão – Islão e cristianismo: entre a tolerância e a Guerra Santa. In AZEVEDO, Carlos Moreira, coord. – *História religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000. vol. 1, p. 94-95.

Alcamim, o qual servia de charneira entre a cidade cristã, a judiaria¹² e a cidade moura, esta última com entrada pela Porta do Ferro.

Tal como Alfama e Mouraria, o Bairro de São Cristóvão é “um conjunto urbano” individualizado, com “autonomia interna que escapa à lógica do ordenamento racional do espaço urbano como um todo” numa “lógica de ocupação do espaço que efetivamente ainda hoje possuem as populações do Norte de África”¹³, o que comprova a sua conceção num contexto social e político de forte influência islâmica.

O Chão do Alcamim chegou ao século XV. Estava separado da Igreja de São Cristóvão por uma distância considerável, havendo a ligá-los, em 1470-1474, uma rua onde se implantavam os paços dos duques de Bragança, as casas de João Fidalgo¹⁴, de mestre Guilherme, lapidário, de Vasco Afonso, pedreiro¹⁵, de Lopo Rodrigues, escudeiro, e de Catarina Pires, tecedeira¹⁶, entre outros, hoje tudo ocupado pelo Palácio Vagos. O Chão do Alcamim corresponderia, sensivelmente, aos atuais Largo do Caldas e Chão do Loureiro.

A Igreja de Santa Maria do Alcamim (atual de São Cristóvão) era um templo cristão numa cidade islâmica, servindo a comunidade do bairro. Esta seria ainda de ritual hispânico (também chamado de moçárabe) pois não tinham adotado a liturgia romana, imposta em 1080 por Afonso VI em todo o Reino de Leão¹⁷. Segundo Manuel Real, num primeiro momento, os hispano-godos e os muçulmanos dividiam o espaço da Sé Catedral visigótica, como está documentado em Córdoba ou em Damasco, a qual se situava na atual Sé, que preserva elementos escultóricos desse período e utilização. Depois, no século XI, os cristãos foram expulsos pelos muçulmanos, e a Sé moçárabe foi convertida em mesquita grande, obrigando os moçárabes a construir uma nova igreja no seu bairro periférico, o Alcamim, a qual dedicaram a Santa Maria e onde passou a funcionar a Sé Catedral da comunidade cristã moçárabe até à Reconquista de Lisboa, em 1147¹⁸. Depois da tomada, passou a ser chamada de Santa Maria a Velha, por oposição à Catedral de Santa Maria Maior, governada pela nova elite nortenha de rito romano, acabando por ser convertida em São Cristóvão, gigante hercúleo de especial devoção dos normandos, em clara imposição religiosa sobre os moçárabes, que pelo Alcamim morriam de peste clamando por “Maria Boa, Boa Maria”¹⁹.

¹² Cf. SILVA, Vieira da – A Judiaria Velha de Lisboa. *O Arqueólogo Português*. Lisboa: Museu Etnográfico Português. Vol. 5 N.º 11-12 (1899-1900), p. 305-326. SILVA, Vieira da – *A Judiaria Nova e as Primitivas Terceiras de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1901. FIALHO, Manuel – A população judaica da Lisboa de D. Dinis. In CONGRESSO HISTÓRICO INTERNACIONAL, I, Braga, 2012 – *As cidades na História: população: actas*. Braga: Universidade do Minho, 2012. p. 181-193.

¹³ MATOS, José Luis de – ob. cit., p. 14.

¹⁴ Cf. Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), *Livro 4.º de Estremadura*, f. 8v. [28-08-1473].

¹⁵ Cf. ANTT, *Livro 4.º de Estremadura*, f. 38v. [16-03-1474].

¹⁶ Cf. ANTT, *Livro 8.º de Estremadura*, f. 37-37v. [12-12-1470].

¹⁷ Cf. MATTOSO, José – *Fragmentos de uma composição medieval*. 2.ª ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1993. p. 1-34.

¹⁸ Cf. REAL, Manuel – ob. cit., p. 51.

¹⁹ Cf. MATOS, José Luis de – ob. cit., p. 26 e 33.

O terreiro envolvente da Igreja de Santa Maria do Alcamim funcionava como cemitério (adro) ainda com enterramentos no século XVII²⁰. Este facto pode denunciar que esta pequena praça, aberta numa malha urbana originalmente muito densa, poderá ter sido o cemitério da comunidade cristã moçárabe que residia no bairro, ainda sob domínio islâmico. A localização da igreja e do cemitério no centro do bairro demonstra um forte sentido de auto-preservação e unidade étnico-social da comunidade residente. A existência do cemitério no

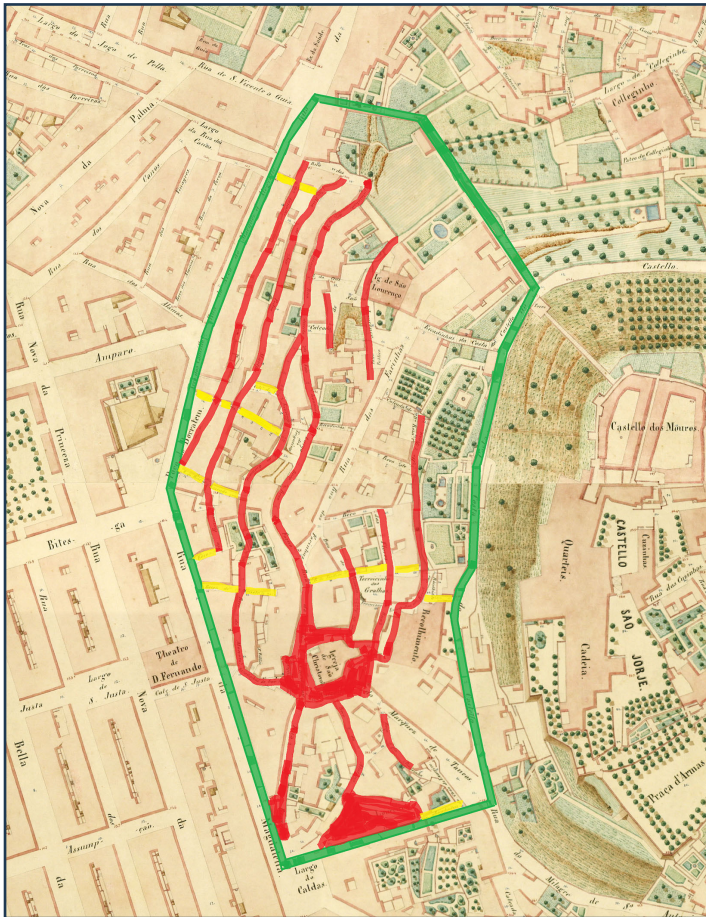


Figura 2 Proposta do traçado das ruas do arrabalde do Alcamim, com marcação dos limites do bairro (a verde), dos espaços públicos e arruamentos paralelos ao eixo principal (a vermelho) e travessas perpendiculares com a forma de escadinhas (a amarelo). AML, *Atlas da Carta Topográfica de Lisboa*, plantas nºs 36 e 43, Filipe Folque, 920 x 625 mm, 1858, imagem manipulada pelo autor.

²⁰ A maioria dos fregueses de São Cristóvão eram sepultados, nos primeiros anos do século XVII, no interior da igreja ou noutras igrejas, como a do Convento do Carmo. Porém, uma minoria, designadamente Rui Gonçalves Velho, falecido a 17-07-1606, Maria Gonçalves Vieira, falecida a 12-02-1606, Brites Rodrigues, falecida a 10-11-1607 de “morte suspeita”, foram sepultados no adro, demonstrando que, nesta época, a igreja era circundada por um cemitério. Cf. ANTT, Registos Paroquiais de Lisboa, Freguesia de São Cristóvão, *Livro 1 de Mistos* [1604-1634], f. 52 e seguintes, designadamente f. 54, 56 e 57v.-58. Tendo em conta que o tecido urbano do Bairro de São Cristóvão possui uma malha urbana muito densa, a manutenção da existência deste cemitério, ainda no século XVII, pode ser justificada, em nosso entender pela pré-existência no local de uma necrópole medieval (porventura moçárabe) que terá sido ocupada no século XVIII pelo edifício da atual igreja. Apenas sondagens arqueológicas no interior da igreja e no espaço público contíguo poderão comprovar esta hipótese.

arrabalde exterior da cidade moura está documentada na crónica da conquista de Lisboa aos Mouros: “depois de tomado o arrabalde (...) montaram sentinelas de vigia, pela noite dentro, a meio do monte em que se encontrava o cemitério deles”²¹. Naturalmente, temos de entender que este adro encontra-se hoje muito cerceado por sucessivas ocupações dos edifícios limítrofes e pela própria igreja que foi aumentada em sucessivas campanhas arquitetónicas nos séculos XVII e XVIII.

O tecido urbano do arrabalde do Alcamim estruturou-se num núcleo coeso e denso (fig. 2), que iniciava na pequena praça de intercâmbio comercial aberta a todas as comunidades, o Chão do Alcamim. Daqui o bairro iniciava por uma única rua, estreita, que serviria para controlar os acessos. Chegava-se rapidamente a uma pequena praça onde se localizava a igreja paroquial e o seu cemitério.

A partir daqui, as ruas abriam em leque, em várias vias paralelas ao Alcamim (fig. 3 e 4).



Figuras 3 e 4 O Alcamim na atualidade.

À esquerda, a Rua de São Cristóvão, arruamento plano num tecido urbano implantado numa encosta com forte inclinação. Negativo de gelatina e prata em vidro, Machado & Souza, 13 x 18 cm., 26/10/1901. AML, FAN002515. À direita, o Beco das Farinhas, que prolonga o eixo anterior. A Rua das Farinhas, ascendente e mais larga, que lhe está à direita só foi aberta no século XVI. Negativo de gelatina e prata em vidro, Machado & Souza, 13 x 18 cm, março de 1908. AML, FAN001373.

²¹ Cf. NASCIMENTO, Aires – ob. cit., p. 103. Cláudio Torres refere a existência de um cemitério islâmico instalado sob um cemitério paleocristão no arrabalde ocidental, a São Vicente de Fora. Cf. TORRES, Cláudio – Lisboa Muçulmana: um espaço urbano e o seu território. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia. Vol. 35 Fasc. 3 (1995), p. 431. Porém, julgamos que o relato citado remete para um cemitério moçárabe no arrabalde ocidental, eventualmente sob a atual Igreja de São Cristóvão.

A grande diferença de cotas que existe entre estas ruas não permitia a existência de travessas, pelo que o cruzamento era feito por escadinhas (figs. 5 e 6). O bairro teria assim, pela topografia e pela necessidade de auto-preservação, uma imagem de várias fiadas de casas dispostas horizontalmente em vários níveis, como em prateleiras, ou “a modo de bairros recortados nas rochas”, facto que ainda hoje visível.



Figuras 5 e 6 Dois exemplos de arruamentos transversais no Bairro de São Cristóvão / Arrabalde do Alcamim, constituídos por escadinhas estreitas que venciam a inclinação acentuada do terreno. À esquerda, Escadinhas da Achada. À direita, Escadinhas do Beco do Jasmim. Negativos de gelatina e prata em nitrato de celulose, POZAL, Fernando Martinez, 6 x 6 cm, 1945. AML, POZ000255 e POZ000275.

Não existia nenhuma rua que se dirigisse para poente, para o futuro arrabalde ocidental de Santa Justa e Rufina, o que denuncia serem todos estes arruamentos anteriores ao aparecimento daquele grande bairro que se tornou, mais tarde, o centro económico e social da cidade. Assim, o atual Bairro de São Cristóvão, com as suas ruas estreitas paralelas ao caminho das hortas de Arroios (o Alcamim), dirigidas para norte, cruzadas pontualmente por escadinha, com a pequena praça ao centro regulada pela igreja, num tecido urbano denso e impenetrável, com forte unidade e autonomia urbana, corresponde à observação de José de Luis de Matos para os casos da Mouraria e Alfama²². O Bairro de São Cristóvão, ou de Santa Maria do Alcamim integra-se, em nosso entender, na

²² Cf. MATOS, José Luis de – ob. cit., p. 14.

síntese que este autor expressa na passagem: “o tecido urbano da Lisboa renova-se geração após geração, mas a configuração fundamental do centro histórico da cidade de Lisboa mantém muitas características herdadas do período islâmico”²³, ou seja, preserva-se enquanto testemunho de uma realidade étnica, social e política muito distante, de quando os cristãos viviam num bairro autónomo sob domínio muçulmano. Este facto não tem sido suficientemente entendido e divulgado.

Apesar do seu peso e influência na cidade de Lisboa²⁴, constituindo, provavelmente a sua maioria²⁵, a população moçárabe foi sendo oprimida, no século XII, pela minoria governativa vigente, de cristãos do norte de rito gregoriano, como se pode ver por diversos episódios coevos à Reconquista: assassinato do bispo moçárabe pelos cruzados e sua substituição por um bispo anglo-normando (1147); aprisionamento e deportação de milhares de moçárabes lisboetas por D. Afonso Henriques; confisco das relíquias de São Vicente, resgatadas no Algarve pela comunidade moçárabe que as queria na Igreja de Santa Justa, e seu envio forçado para a Sé Catedral (1173)²⁶; e anulação do estatuto de Sé Catedral à Igreja de Santa Maria do Alcamim²⁷, entregando-o à antiga Mesquita Aljama (atual Sé Catedral de Lisboa) onde se praticava o rito romano. Por fim, a transferência do padroado da Igreja de Santa Justa do rei para os cónegos regrantes de São Vicente de Fora (1302)²⁸ e a supressão do termo moçárabe Alcamim e sua substituição por São Cristóvão (1327)²⁹, também podem ser vistos como sinais de supressão dos últimos resquícios de autonomia moçárabe e uniformização cultural da população cristã.

Após a conquista de Lisboa, em 1147, foram de imediato conquistadas a sul Almada, Palmela e, pouco depois, em 1217, Alcácer do Sal, assegurando assim a pacificação da cidade³⁰. A paz levou a uma prosperidade financeira que, por sua vez, levou ao aumento da população que se expandiu para fora da Cerca Velha, urbanizando as suas imediatas periferias. Nasceram três novos bairros fora da Cerca Velha: um a nascente (S. Vicente), outro a poente (S. Justa) e outro a norte (Mouraria). A localização do bairro ditava, tal como hoje, o preço dos terrenos e das habitações e, conseqüentemente, a classe social dos seus residentes.

Lisboa, pelo seu porto ameno, entre o Atlântico e o Mediterrâneo, com uma envolvência agrícola fértil, atraía as embarcações comerciais para abastecimentos, levando à criação de um tecido social assente no comércio, serviços e manufaturas. Este gerou, por sua vez, um extrato social composto por pequenos artesãos responsáveis

²³ Cf. MATOS, José Luis de – ob. cit., p. 7.

²⁴ Cf. FERNANDES, Paulo Almeida – ob. cit., p. 75.

²⁵ “Ainda em meados do século XII, quando o processo de islamização há muito fora concluído noutras cidades do Andalus, a população de Lisboa seria maioritariamente cristã”. TORRES, Cláudio – ob. cit., p. 432.

²⁶ Cf. PICOITO, Pedro - A trasladação de S. Vicente: consenso e conflito na Lisboa do século XII. *Medievalista* [Em linha]. 4 (2008). [Consult. 10.06.2017]. Disponível na Internet: <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA4/medievalista-picoito.htm>

²⁷ REAL, Manuel – ob. cit., p. 49-51.

²⁸ Cf. CASTILHO, Júlio de – *Lisboa antiga: bairros orientais*. 2ª ed. Lisboa: Câmara Municipal, 1936. vol. 4, p. 194.

²⁹ Cf. ANTT, *Mosteiro de São Vicente de Fora*, Primeira Incorporação, maço 11, doc. nº 35, cit. SILVA, Carlos Guardado da – ob. cit., p. 261, nota 740.

³⁰ Cf. MATTOSO, José – *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993. vol. 2, p. 76.

pelos seus próprios negócios e subsistência. Este estrato social, que hoje chamaríamos de “classe média”, e que ficará conhecida nos séculos seguintes por “Arraia Miúda”, será fundamental na história da cidade e do país no século XIV³¹, a qual se irá instalar, maioritariamente no grande arrabalde ocidental, em torno da Igreja de Santa Justa e Rufina.

O arrabalde do Alcamim, entendido enquanto unidade urbana autónoma da cidade moura, diluiu-se com esta expansão medieval, ficando naturalmente integrado no arrabalde ocidental (Santa Justa), não só pela proximidade geográfica e continuidade urbanística, mas principalmente pela comunhão étnico-social das suas populações. Assim, o mais importante arrabalde da cidade de Lisboa nos séculos XIV a XVIII mais não foi do que a natural expansão e multiplicação da semente urbana, étnica e social do arrabalde do Alcamim.

Porém, o Bairro de São Cristóvão sofreu inúmeras alterações urbanas que desvirtuaram o seu perfil medieval. O adro da Igreja de Santa Maria de Alcamim foi sendo cerceado sucessivamente, tendo perdido o seu aspeto de praça com uma igreja no centro. Para isto contribuíram diversos fatores: a própria igreja que recebeu sucessivas campanhas de obras no século XVII e XVIII (fig. 7). Em 1735, a Câmara Municipal de Lisboa autorizou a construção



Figura 7 Igreja de São Cristóvão no início do século XX. O atual edifício corresponde a uma campanha de finais do século XVII e inícios do século XVIII, porém, nas suas fundações estará a medieval Igreja de Santa Maria do Alcamim, que funcionou como Sé Catedral dos cristãos moçárabes sob domínio islâmico nos séculos XI e XII. Negativo de gelatina e prata em vidro, Machado & Souza, 13 x 18 cm, 26/11/1901. AML, FAN001854.

³¹ Cf. COELHO, António Borges – *A revolução de 1383*. 5ª ed. Lisboa: Editorial Caminho, 1984. p. 147-176. MATTOSO, José – *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993. vol. 2, p. 408-420.

de uma nova capela-mor sobre a via pública³². Depois, as casas da sua envolvência, que foram ocupando partes do antigo espaço público. Finalmente, o lançamento de novas ruas, mais largas e regulares, como a Rua das Farinhas, também conhecida como Rua Direita de São Cristóvão, ou a Calçada dos Marqueses de Tancos, desvirtuaram o tecido urbano original. A exiguidade dos arruamentos de um gueto medieval não era compatível com o conforto dos residentes aristocratas que, no século XVIII, habitavam a zona. Em 1744, o conde da Atalaia conseguiu da Câmara Municipal de Lisboa, por intermédio do rei D. João V, o direito de expropriar as casas que entendesse para melhorar a serventia das carruagens ao seu palácio (Palácio Tancos), pois o seu irmão, deão na Sé Patriarcal, manifestava-se “gravemente incomodado por causa da serventia”³³. Mais tarde, em 1746, o mesmo aristocrata conseguiu o direito de alargar a rua que existia entre o seu palácio e a Igreja de Santa Justa³⁴.

O Terramoto de 1755 e, principalmente, o lançamento da nova malha urbana anularam a ligação do Bairro de São Cristóvão à Baixa Pombalina pela imposição da linha artificial da Rua da Madalena, tornando-se aquele num enclave entre o Castelo de São Jorge, a Mouraria e a Baixa Pombalina, não pertencendo a nenhuma destas realidades urbanas. Acrescenta-se o facto de que se esqueceu o seu passado medieval, sendo por isso, desde o século XIX, associado à Mouraria, entendimento que hoje domina mas que necessita ser revisto. O Bairro de São Cristóvão, ou de Santa Maria do Alcamim, tem uma individualidade urbana, histórica e social no contexto medieval contemporâneo à Reconquista Cristã da cidade de Lisboa que se preserva e que importa recuperar e divulgar.

Entre o Chão de Alcamim e a Igreja de São Cristóvão existiu, nos inícios do século XIV, uma quinta agrícola que pertenceu a Martim Gil de Riba de Vizela, 2º conde de Barcelos³⁵. Neste terreno, existia também o paço do referido conde e um conjunto de casas, provavelmente construídas no limite da quinta, voltadas para a via pública.

Na documentação, como iremos ver, encontramos registo de nessas casas habitar uma população composta por profissionais ligados às confeções têxteis (alfaiates, tecelões, fanqueiros, tecedeiras), que dependiam da prestação de serviços à população residente no grande arrabalde ocidental (Santa Justa). A quinta e as casas passaram por aquisição para a Coroa, havendo até ao século XVI diversos registos envolvendo a sua gestão. O paço do conde de Barcelos foi vendido a particulares, havendo registo de ter aí habitado D. Martinho Afonso Pires de Miranda, bispo de Coimbra (1393)³⁶ e arcebispo de Braga que o deixou a Fernão Gonçalves de Miranda

³² Cf. AML, *Livro 12º de consultas e decretos de D. João V do Senado Ocidental*, f. 1-2v. [11-02-1735 a 31-05-1737].

³³ Cf. AML, *Livro 18º de consultas e decretos de D. João V do Senado Ocidental*, f. 178-181v. [12-06-1744 a 10-07-1744]; pub. OLIVEIRA, Eduardo Freire – *Elementos para a história do município de Lisboa*. Lisboa: Tipografia Universal, 1904. tomo 13, p. 508-509.

³⁴ Cf. AML, *Livro 22º de consultas e decretos de D. João V do Senado Ocidental*, f. 196-197 [21-07-1746].

³⁵ Cf. ANTT, *Livro 3º de D. Afonso IV*, f. 29v. [06-10-1331] pub. MARQUES, A. H. de Oliveira, coord. – *Chancelarias portuguesas: D. Afonso IV*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990. vol. 1, p. 271-272, doc. nº 251. ANTT, *Livro 1º de D. Pedro I*, f. 74v. [03-08-1362], pub. MARQUES, A. H. de Oliveira, coord. – *Chancelarias Portuguesas: D. Pedro I*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1984. p. 313, doc. nº 674.

³⁶ Cf. ANTT, *Livro 2º de D. João I*, f. 88 [12-07-1393].

que o habitava em 1450³⁷, que, por sua vez, terá cedido uma parte ao duque de Bragança que aí habitou em 1450, 1473 e 1474³⁸. A coabitação era feita de forma atípica: os Mirandas habitavam o piso térreo e os duques o piso superior, tendo ambos vendido a sua parte a Aires da Silva, regedor da Casa da Suplicação, que reunificou o velho paço dionisino em 1512³⁹. Neste paço residiu também, em 1451, a infanta D. Leonor, filha do rei D. Duarte, depois do seu casamento por procuração com o imperador Frederico III. Este edifício permaneceu nos Silvas, senhores de Vagos, sendo conhecido hoje como Palácio Vagos (fig. 8). Já nada se preserva desta realidade medieval, muito devido às obras de vulto realizadas no século XVIII e XX e do facto do local ser utilizado como residência de famílias pobres em meados do século XIX⁴⁰.



Figura 8 Palácio Vagos nos inícios do século XX, local dos paços do conde de Barcelos, do bispo de Coimbra, dos Mirandas e do duque de Bragança (em simultâneo) e por fim do regedor da Casa da Suplicação. O atual edifício corresponde a um palácio do final do século XVIII inacabado e com fortes alterações do século XIX e XX, não restando nada do seu passado medieval. Negativo de gelatina e prata em vidro, Machado & Souza, 13 x 18 cm, 26/11/1901. AML, FAN002684.

³⁷ Cf. ANTT, *Livro 8º de Estremadura*, f. 277-278 [26-06-1450].

³⁸ Cf. ANTT, *Livro 4º de Estremadura*, f. 7v.-8v. [28-08-1473] e f. 37v.-39 [16-03-1474].

³⁹ Cf. ANTT, *Livro 13º de Estremadura*, f. 51 [23-12-1512].

⁴⁰ Cf. AML, *Processo de obra nº 38161* e *Processo de vistoria no palácio do marquês de Vagos*, Caixa nº 3, 150. PT/AMLSB/CMSB/UROB-OP/06/0155.

Martim Gil de Riba de Visela, filho de um homónimo e de Emília Andrés de Castro, foi o 2º conde de Barcelos, por carta dada por D. Dinis, a 15 de outubro de 1304, sucedendo ao 1º conde, D. João Afonso Telo de Meneses, seu sogro. Casou-se com Dona Violante Sanches tendo sido, juntamente com a sua mulher, patronos do Mosteiro de Santo Tirso, fornecendo os terrenos e os capitais necessários à construção de uma nova igreja por volta de 1312. Foi alferes-mor de D. Dinis e mordomo-mor do príncipe D. Afonso, futuro D. Afonso IV. No início do ano de 1312 entrou em conflito com Afonso Sanches, filho bastardo mas predileto do rei D. Dinis, por causa de uma herança. O tribunal régio desautorizou-o e Martim Gil, ofendido com a sentença, exilou-se em Castela e morreu no final desse ano⁴¹, depois de 23 de novembro, data do seu testamento⁴².

Neste documento, Martim Gil distribuiu a pessoas da sua confiança alguns dos bens mais importantes do seu património, como os seus castelos em Portugal, Castela e Leão ou a quinta do Chão de Couce oferecida ao Mosteiro de Santo Tirso. Os restantes bens, onde se incluía o seu paço, quinta e casas em Lisboa, mandou vender, dando prioridade na aquisição ao príncipe D. Afonso, mas proibindo veementemente que os seus bens fossem adquiridos pelo infante bastardo D. Afonso Sanches, ou pelo seu irmão D. Pedro, certamente pelas já referidas incompatibilidades. Porém, se o príncipe os adquirisse, ficaria impedido de os vender, doar ou trocar, ingressando estes bens no património da Coroa do Reino.

D. Afonso terá exercido o direito de preferência e adquiriu aos testamentários de Martim Gil a quinta do Chão de Alcamim, depois de 1312. O paço terá ido para mãos de privados. A gestão destes bens correria pela casa do príncipe, portanto desligada da Coroa. Foi só depois de fevereiro de 1325, quando o príncipe foi coroado rei, que a administração destes bens entrou na gestão corrente da Coroa, localizando-se a partir daí os documentos de chancelaria que nos dão as informações que apresentamos.

Anexas à quinta existiam várias casas dispostas num eixo norte-sul, com fachada voltada a poente, para a via pública, e com as traseiras voltadas para nascente, para a quinta que foi do conde. A norte e a sul o conjunto também era delimitado por ruas públicas. Um dos lotes, composto por "casa, sotan e sobrado", foi aforado a Vicente Eanes, ourives (8 de junho de 1327)⁴³ sucedendo a João Afonso e confrontava com Pêro Fortes, alfaiate, e com Môr Martins. Um segundo lote composto apenas por "sotam" foi aforado a Pêro Eanes, alfaiate de pano de linho (6 de outubro de 1331)⁴⁴, sucedendo a Estêvão MIGUEIS e confirmando uma situação contratualizada a

⁴¹ Cf. MATTOSO, José – A família da Maia no Século XIII. In COLÓQUIO DE HISTÓRIA LOCAL E REGIONAL, Santo Tirso, 1979 – *Actas*. Santo Tirso: Câmara Municipal, 1982. p. 281-295. CORREIA, Francisco Carvalho - *O Mosteiro de Santo Tirso de 978 a 1588*. Santo Tirso: Câmara Municipal, 2009. vol. 1, p. 175-178; vol. 2, p. 226-228, doc. nº 98 e vol. 2, p. 228-231, doc. nº 100. REI, António - Os Riba de Vizela, Senhores de Terena (1259-1312). *Callipole, Revista de Cultura*. Vila Viçosa: Câmara Municipal. Nº 9 (2001), p. 13-22.

⁴² Cf. ANTT, *Gavetas*, gaveta 16, maço 1, nº 3 [21-11-1312]; transcrito no século XVIII em ANTT, *Reforma das Gavetas*, Livro 33, f. 5-10v.

⁴³ Cf. ANTT, *Livro 3º de D. Afonso IV*, f. 12v. [08-06-1327]; pub. MARQUES, A. H. de Oliveira – *Chancelarias Portuguesas: D. Afonso IV*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990. vol. 1, p. 125, doc. nº 120.

⁴⁴ Cf. ANTT, *Livro 3º de D. Afonso IV*, f. 29v. [06-10-1331]; pub. MARQUES, A. H. de Oliveira – ob. cit., vol. 1, p. 271-272, doc. nº 251; cit. SILVA, Carlos Guardado da – ob. cit., p. 261, nota 741.

28 de setembro de 1330. Também este confrontava com o lote de Pêro Fortes, alfaiate. Finalmente, fez-se um terceiro aforamento de um "sotam e sobrado" a Martim Esteves, tabelião (20 de março de 1332)⁴⁵, sucedendo a João Afonso e confrontando com Dona Lourença Esteves.

Todas estas três escrituras possuíam a cláusula que os usufrutuários teriam de fazer obras de beneficiações nas paredes e sobrados no prazo de um ano, pelo que se entende que as propriedades seriam já antigas e necessitavam de obras de conservação. Os antigos usufrutuários citados nas escrituras (Estêvão Migueis, João Afonso e Dona Lourença Esteves) devem ter celebrado os seus contratos ainda com o conde de Barcelos, D. Martinho Gil, antes de 1312, ou já com o príncipe D. Afonso, mas antes deste ser rei (1312-1325), pois não encontramos as respetivas escrituras nas chancelarias régias.

Nesta quinta existia o paço do conde de Barcelos em Lisboa, onde a sua mulher redigiu o respetivo testamento⁴⁶. A "quinta que foi do conde" e os "paços do conde" aparecem referidos como elementos geográficos para localizar as casas régias do Chão do Alcamim, em documentos do reinado de D. Pedro⁴⁷ e D. Fernando⁴⁸. Não sabemos se o paço terá sido construído pelo conde D. Martinho, ou se será anterior.

Nos cinco dias que mediaram entre 29 de julho e 3 de agosto de 1362, o rei D. Pedro I aforou cinco casas térreas no Chão do Alcamim, a São Cristóvão, "atrás do Paaço que foy do conde Dom Martinho"⁴⁹. Adquiriram o direito de usufruto destas casas João Gomes, João Afonso, João Lourenço besteiro (que adquiriu dois lotes), e Pêro Vicente "cuidador". São ainda citadas nas confrontações as casas régias aforadas a Afonso Martins, contador do infante D. Fernando; a Afonso Peres, mercador; e a Afonso Sirá. Uma das casas régias confrontava com uma casa propriedade da Igreja de Santa Maria da Alcáçova de Santarém.

O aforamento de tantas casas num período tão reduzido denuncia que as mesmas eram recém-construídas e foram aforadas pela primeira vez, o que concorda com o fato das escrituras não possuírem a cláusula da exigência das benfeitorias. Outro aspeto é o facto das casas serem descritas como dispostas num corpo longitudinal que corre no sentido este-oeste, delimitado a norte e a sul por ruas públicas, perpendicular, portanto, ao existente no reinado anterior. É possível que estas escrituras sejam decorrentes de um processo de urbanização da velha quinta agrícola, protagonizado pela Coroa como forma de potenciar os rendimentos, correspondendo estas novas casas à urbanização de outra frente dos limites da quinta, possivelmente no atual Mercado do Chão do Loureiro. Uma das casas é descrita como estando "sobre a porta da quinta que foy do conde".

⁴⁵ Cf. ANTT, *Livro 3º de D. Afonso IV*, f. 36v. [20-03-1332]; pub. MARQUES, A. H. de Oliveira – ob. cit., vol. 1, p. 332-333, doc. nº 314.

⁴⁶ Cf. CORREIA, Francisco Carvalho – ob. cit., vol. 2, p. 226-228, doc. nº 98.

⁴⁷ Cf. ANTT, *Livro 1º de D. Pedro I*, f. 74-74v. [03-08-1362], pub. MARQUES, A. H. de Oliveira – *Chancelarias portuguesas: D. Pedro I*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1984. p. 312, doc. nº 670.

⁴⁸ Cf. ANTT, *Livro 1º de D. Fernando I*, f. 43-43v. [28-06-1369]; cit. SILVA, Carlos Guardado – ob. cit., p. 261, nota 742.

⁴⁹ Cf. ANTT, *Livro 1º de D. Pedro I*, f. 74-74v. [29-07-1362; 31-07-1362; 02-08-1362; 03-08-1362], pub. MARQUES, A. H. de Oliveira – ob. cit., 1984, p. 310-313, docs. nºs 665, 667, 670 e 674.

Durante o reinado de D. Fernando, temos mais registos de aforamento: umas casas a Joane Anes, fanqueiro (28 de junho de 1369), dando como referência geográfica localizarem-se “a par dos Paços do Conde ao Chão do Alcamim”⁵⁰; umas casas, sótão e sobrado a Estêvão Eanes, homem da moeda régia (15 de abril de 1371)⁵¹; uma casa térrea a João Pires (11 de outubro de 1371 e 11 de agosto de 1373)⁵²; duas casas térreas pequenas a Afonso Sirá, sapateiro (13 de fevereiro de 1375)⁵³; e uma casa a Martim Anes, tabelião (26 de dezembro de 1375)⁵⁴. Pelas confrontações vemos que são pequenas casas térreas com a fachada voltada para sul (apenas uma delas tem a fachada voltada para norte, para a “azinhagaa que vay para Sam Christovam”) pelo que devem corresponder às casas construídas no reinado de D. Pedro na franja sul da antiga quinta agrícola.

A partir de 1377, verificamos que as casas régias a São Cristóvão perderam, subitamente, grande parte do seu valor e apresentam-se demolidas, em mau estado de conservação ou devolutas. A razão para este facto é desconhecida. A 13 de janeiro desse ano, D. Fernando faz o aforamento a Lourenço Martins, recebedor da chancelaria, não de uma casa mas de um “pardieiro” (denominação utilizada para um lote arruinado), que confrontava com a casa do usufrutuário e com outro pardieiro aforado a João Lourenço⁵⁵. Por este documento vemos a existência, no mesmo local, de dois lotes devolutos e arruinados. Posteriormente, os soberanos entregaram a título de empréstimo algumas casas para servirem de residência aos seus criados reformados. Isto aconteceu com Afonso Álvares, antigo criado da rainha D. Leonor Teles (18 de novembro de 1383)⁵⁶; com João de Ameixoeira (23 de agosto de 1385)⁵⁷ e com Nuno Gonçalves (12 de julho de 1393)⁵⁸, ambos antigos criados de D. João I. Este último aposentado recebeu duas casas e um pardieiro que confrontavam com os paços do bispo de Coimbra que corresponde aos antigos paços do conde D. Martinho.

A escolha do local para residência do bispo de Coimbra alterou o valor do imobiliário na zona de São Cristóvão. O documento mais antigo que nos refere a presença do prelado no bairro data de 12 de dezembro de 1392, quando D. João I doou um pardieiro “acima do Chão do Alcamim” a D. Martinho, bispo de Coimbra, retirando-o a Afonso Martins, contador régio, para o prelado construir aí uma torre, isentando-o de qualquer indemnização que os vizinhos pudessem pedir por lhes retirar as vistas. O pardieiro confrontava de um lado com os paços do referido bispo, que já lá residira há algum tempo, e, do outro lado, com casas onde morava o referido Afonso Martins⁵⁹.

⁵⁰ Cf. ANTT, *Livro 1º de D. Fernando I*, f. 43-43v. [28-06-1369], cit. SILVA, Carlos Guardado – ob. cit., p. 261, nota 742.

⁵¹ Cf. ANTT, *Livro 1º de D. Fernando I*, f. 73 [15-04-1371].

⁵² Cf. ANTT, *Livro 1º de D. Fernando I*, f. 82 e 134 [11-10-1371 e 11-08-1373].

⁵³ Cf. ANTT, *Livro 1º de D. Fernando I*, f. 163v. [13-02-1375].

⁵⁴ Cf. ANTT, *Livro 1º de D. Fernando I*, f. 185v. [26-12-1375].

⁵⁵ Cf. ANTT, *Livro 1º de D. Fernando I*, f. 200 [13-01-1377].

⁵⁶ Cf. ANTT, *Livro 2º de D. Fernando I*, f. 111 [18-11-1383].

⁵⁷ Cf. ANTT, *Livro 1º de D. João I*, f. 99v. e *Livro 11º de Estremadura*, f. 137v. [23-08-1385].

⁵⁸ Cf. ANTT, *Livro 2º de D. João I*, f. 88 [12-06-1393].

⁵⁹ Cf. ANTT, *Livro 11º de Estremadura*, f. 72-72v. [12-12-1392].

Martinho Afonso Pires de Miranda, doutorado em Leis na Universidade de Bolonha, foi bispo de Coimbra (1386-1398) e arcebispo de Braga (1398-1416) e um dos principais conselheiros de D. João I, de quem recebeu o padroado da Igreja de São Cristóvão, em 7 de dezembro de 1391⁶⁰. Aqui, patrocinou uma capela sepulcral que seria a sede do morgado que instituiu, denominado “das Patameiras”. D. Martinho esteve ao lado do Mestre de Avis nos momentos mais importantes da crise de 1383-1385, foi embaixador de Portugal em França e o seu conselho foi muitas vezes ouvido pelo rei até à data do seu falecimento, em 25 de março de 1416⁶¹.

A escolha da zona de São Cristóvão por este prelado poderá ter decorrido de ser uma zona emergente, com um valor imobiliário muito reduzido, mas com uma boa localização, entre a Alcáçova (centro político) e o arrabalde ocidental em torno de Santa Justa (centro financeiro), a que acrescia a existência de uns paços nobres já construídos mas devolutos. Depois da escolha do bispo de Coimbra, o bairro passa a ser ocupado por membros da administração régia. Em 1409, Joan’Eanes de Góis, meirinho na corte de D. João I, aforou uma das casas régias no local, sucedendo a Afonso Martins “que se finava”, mantendo-se porém o valor do foro do seu antecessor⁶². Pouco depois, as casas na zona valorizaram. A 4 de outubro de 1419, D. João I aforou a Afonso Gonçalves, alfaiate, uma casa régia ao Chão de Alcamim que confrontava com outras casas régias onde já habitavam Nuno Gonçalves, escudeiro, e Inês Pires⁶³.

No âmbito desta valorização do sítio de São Cristóvão, temos a informação que já residia no local, em maio de 1422, D. Afonso (1377-1461), conde de Barcelos, filho bastardo de D. João I e futuro 1º duque de Bragança (1442). D. Afonso pediu a seu pai a doação de duas casas régias que confrontavam com o seu paço, uma de cada lado, o que lhe foi concedido⁶⁴. A escolha de D. Afonso pelo paço que, em Lisboa, fora dos primeiros condes de Barcelos poderá relacionar-se com a importância e antiguidade do título que ostentava. A aquisição deve ter sido feita diretamente aos administradores do morgado de D. Martinho de Miranda, que possuíam o paço no final do século XIV.

A classe dos enfitetas (usufrutuários) que tradicionalmente residiam em São Cristóvão, tentou conter a valorização das casas, solicitando a renovação dos foros pelos valores antigos, mediante a promessa ou a execução efetiva de obras. A 3 de julho de 1426, Constança Afonso, tecedeira, arrematou umas casas régias ao Chão de Alcamim, compostas por “logea e sobrado”, sucedendo a Afonso Anes, criado de Pedro Eanes Lobato, as quais confrontavam com Afonso Gonçalves, alfaiate, e com Joana Gonçalves. O foro foi estabelecido em 10 libras e 15 soldos em moeda antiga “com comdiçom que as adubasse e repayrasse porquanto estavam damyficadas

⁶⁰ Cf. ANTT, *Livro 2º de D. João I*, f. 55v.-56 [07-12-1391].

⁶¹ Cf. RIO MAIOR, Marquês de – A casa dos Mirandas na Rua das Flores. *Revista Municipal*. Lisboa: Câmara Municipal. Nº 40 (1950). Separata. ; HOMEM, Armando Luís de Carvalho - Conselho Real ou Conselheiros do Rei? A propósito dos ‘privados’ de D. João I. *Revista da Faculdade de Letras. História*. Porto: Universidade do Porto. 2ª Série Nº 4 (1987), p. 59-60.

⁶² Cf. ANTT, *Livro 10º de Estremadura*, f. 167 [11-03-1435].

⁶³ Cf. ANTT, *Livro 4º de D. João I*, f. 34 [04-10-1419].

⁶⁴ Cf. ANTT, *Livro 3º de D. João I*, f. 160 [07-05-1422].

e queriam cahir”. Constança Afonso procedeu às reparações e, a 11 de abril de 1430, D. João I confirmou-lhe o aforamento “por quanto ella já corregera muy bem as ditas casas e gastara em ellas peça de dinheyros”⁶⁵.

A pequena aristocracia emergente que escolheu o Bairro de São Cristóvão para residir aproveitou este método de congelamento dos foros, como se vê pela escritura de aforamento feita a Joan’Eanes de Góis, antigo meirinho na corte de D. João I (11 de março de 1435), onde se manteve o mesmo valor de foro que estava definido na escritura do mesmo lote, feita em 1409, a Afonso Martins, antecessor no usufruto da casa, que morreu nesse ano⁶⁶. Este congelamento dos foros surge como reação às investidas de Gonçalo Afonso, almoxarife do armazém da cidade de Lisboa, representante da Coroa enquanto proprietária, tentando atualizar o valor dos foros, o que parece denunciar que as casas a São Cristóvão terão readquirido valor nesta época.

O mesmo fenómeno de valorização imobiliária é verificável num documento, datado de 15 de setembro de 1436⁶⁷. Como vimos, Constança Afonso, tecedeira, aforara as suas casas, em 1426, por 10 libras e 15 soldos, em moeda antiga, ao ano, com a condição de as reparar, o que fez, merecendo a confirmação do aforamento por D. João I em 1430. Porém, em 1436, Rui Fernandes, contador do rei, e Gonçalo Afonso, almoxarife do armazém, eram de opinião que o foro deveria ser atualizado para as 20 libras de moeda antiga ao ano, levando Constança Afonso a solicitar a D. Duarte uma nova confirmação do aforamento nos termos em que tinha sido feito originalmente.

Porém, a pequena aristocracia ligada ao poder utilizou da sua posição social e política para conter os aumentos pretendidos, como se pode ver, por exemplo, pela renovação do aforamento das casas em que vivia Pêro Vaz de Aguiar, fidalgo da casa d’El Rei, feita a 26 de junho de 1450, por D. Afonso V, onde o valor do foro não foi aumentado, permanecendo nas 10 libras de moeda antiga. As casas haviam sido aforadas originalmente a Joan’Eanes, meirinho de D. João I, e passaram para o seu filho, Henrique de Góis, e depois para a filha deste, Isabel de Aguiar, que morreu a 1 de agosto de 1446. As casas regressaram livres ao património régio, mas o rei renovou o aforamento pelo valor antigo ao herdeiro da última usufrutuária. As casas tinham entrada pela Rua de Santa Maria do Alcamim e seriam de grandes dimensões, pois ligavam de um lado, com as casas do duque de Bragança e com as casas de Fernão Gonçalves de Miranda, membro do Conselho do Rei, as quais haviam sido de D. Martinho Afonso Pires de Miranda, referido como arcebispo de Braga. Do outro lado, confrontava pela frente com casas régias aforadas a Gonçalo Antão e por detrás com casas régias aforadas a Lopo Fernandes, carpinteiro, e a Martin Afonso, pedreiro⁶⁸.

⁶⁵ Cf. ANTT, *Livro 10º de Estremadura*, f. 218-219v., e *Livro 1º de D. Duarte*, f. 208 [11-04-1430].

⁶⁶ Cf. ANTT, *Livro 10º de Estremadura*, f. 167 [11-03-1435].

⁶⁷ Cf. ANTT, *Livro 10º de Estremadura*, f. 218-219v., e *Livro 1º de D. Duarte*, f. 208 [15-09-1436].

⁶⁸ Cf. ANTT, *Chancelarias Régias – D. Afonso V*, *Livro 34*, f. 128-128v. ANTT, *Chancelarias Régias – Leitura Nova*, *Livro 8º de Estremadura*, f. 277-278 [26-06-1450].

Em 1458-59, o *Livro do Tombo dos Bens e Direitos Reais de Lisboa e seu Termo*⁶⁹ registou a existência de dez casas régias na freguesia de São Cristóvão, as quais estavam aforadas a: Gonçalo Pires, alfaiate, já falecido (estas descritas como: "a par do Chão do Loureiro (...) e agora jazem em terra que nom teem já synall de madeira nem telha e jazem em monturo e forom já muitas vezes metidas em pregam e nom se acha quem por ellas dê nenhuma cousa de foro"); Pero Vaz de Aguiar, que sucedeu a Joan'Eanes, meirinho; Antão Giraldes, alfaiate; Martim Gonçalves, criado de Diogo Fogaça, que sucedeu a João de Sousa, alfaiate; Catarina Pires; João de Sousa, alfaiate; Vasco Afonso, pedreiro; Vicente Guilherme, lapidário, que sucedeu a Lopo Fernandes, carpinteiro; Catarina Esteves, viúva de Álvaro Afonso, currador; e Pêro Anes, paceiro do duque de Bragança.

Posteriormente a este registo verificou-se na documentação que os pequenos artesãos, como os alfaiates, saíram do arrabalde do Alcamim. Muitos abandonavam as suas casas, e dirigiam-se para outros locais, provavelmente em busca de melhores condições de vida. Foram substituídos nas suas residências por uma pequena nobreza (escudeiros, cavaleiros, etc.) que detinham cargos na administração pública e conseguiam para si condições de aforamento mais vantajosas. A 27 de dezembro de 1461, D. Afonso V aforou umas casas "acima do Chão do Alcamym" a Vicente Anes, escudeiro do rei e escrivão da sisa do pão, sucedendo no aforamento a Antão Giraldes, alfaiate, "que desta terra foy e as leixou em perdiçam". Alegadamente, andaram durante mais de 12 meses em pregão sem que fossem licitadas, recebendo apenas a proposta do referido escudeiro, que se predispôs a pagar apenas 10 libras em moeda antiga ao ano, valor confirmado por D. Afonso V, a 20 de julho de 1468⁷⁰. Em outubro de 1470, Lopo Rodrigues, escudeiro do príncipe D. João, aforou por 250 reais brancos uma casa na rua "que vai do Chão do Allcamym pera Sam Christovão". As casas haviam sido de João Franco, tecelão, e confrontavam por um lado com as casas de Vasco Afonso, pedreiro, e pelo outro lado com casas de Catarina Pires, tecedeira⁷¹. Em julho de 1473, um lote de casas régias estava devoluto, com as estruturas derrubadas, e andava em pregão há mais de três anos sem que ninguém as quisesse aforar. Foi um vizinho, João Fidalgo, que as aforou por 120 reais brancos, com a obrigação de as reconstruir, provavelmente para expandir a sua habitação⁷². As confrontações dizem-nos que o lote era um estreito retângulo com 1,25 varas (1,38m) de largura, por 10,5 varas (11,55 m) de comprimento, com porta aberta para a "rua que vaae do Chão d'Alcamym pera Sam Chistovon", confrontando com casas do duque de Bragança, da Igreja de São Lourenço e da Igreja de São Lázaro. Havia sido de Pêro Anes, "paaceyro do dito duque, o quall as leixou derribadas e fugyo pera as ylhas e lá se finou".

Coloca-se a questão se a alegada falta de interesse nas casas devolutas existia de facto ou se foi o argumento utilizado para justificar os baixos preços, concedidos às classes de privilegiados, que passaram a ocupar o bairro, afastando os pequenos artesãos que tradicionalmente aí residiam.

⁶⁹ Cf. ANTT, Núcleo Antigo, *Livro nº 285*, f. 42v.-44 [1458-1459].

⁷⁰ Cf. ANTT, *Livro 5º de Estremadura*, f. 69-70 [20-07-1468].

⁷¹ Cf. ANTT, *Livro 8º de Estremadura*, f. 37-37v. [12-12-1470].

⁷² Cf. ANTT, *Livro 4º de Estremadura*, f. 7v.-8v. [28-08-1473].

Em São Cristóvão permaneceram apenas alguns artífices muito especializados, também ligados ao poder, mas que não conseguiam condições tão vantajosas como a pequena aristocracia. Como exemplo, temos o caso de mestre Guilherme, lapidário, que, em fevereiro de 1474, solicitou um novo contrato de aforamento para os dois lotes onde vivia, “na rua que vay do Chão do Alcamym pera Sam Christovam jumto com os Paaços do duque de Bragança”⁷³. Pagava por ambos 540 reais brancos, por atualização do valor original expresso em libras. Porém, o recebedor do armazém, Rui de Sequeira, quis atualizar o valor para uma verba muito superior. Mestre Guilherme queixou-se e conseguiu que se fizesse uma vistoria onde se concluiu que as casas estavam bem reparadas mas eram “muyto pequenas e em lugar que nom podem muyto valler”. Ainda assim, o foro foi atualizado para os 700 reais brancos tendo mestre Guilherme queixado-se que o aumento era um “agravo e grande encargo” mas optava por se manter na casa para não perder as benfeitorias realizadas. As confrontações referidas mostram que um dos lotes ligava, num dos lados, com o palácio do duque de Bragança e nas traseiras com pardieiros do mesmo duque. O outro lote confrontava atrás com as traseiras das casas de João de Aguiar, filho de Pêro Vaz de Aguiar, e na outra lateral com as casas de Vasco Afonso, pedreiro. Ambos tinham fachada para a rua “que vay do Chão d’Alcamym pera Sam Christovom”.

Por oposição a este caso temos o exemplo de Lopo Rodrigues, escudeiro do príncipe D. João, que conseguiu, nesse mesmo ano de 1474, que Lopo de Almeida, senhor de Abrantes e vedor da fazenda de D. Afonso V, emitisse uma ordem direta a Diogo de Lemos, almoxarife de Lisboa, e a Martim de Basto, escrivão do armazém do rei, para lhe cederem uma casa no Chão de Alcamim pelo foro de 160 reais⁷⁴. A casa era da sua sogra, Catarina Pires, e estava aforada por 10 libras e 15 soldos na moeda antiga, que atualizando daria 154 reais brancos. Como vimos, pelo documento de 1470, Catarina Pires era a tecedeira, sua vizinha do lado, pelo que Lopo Rodrigues terá casado com a filha desta, reunindo assim as duas casas no mesmo lote. Lopo Rodrigues desejava continuar nas casas, predispondo-se a fazer obras avultadas, avaliadas pelos mestres pedreiros, Afonso Gonçalves e Afonso Eanes, em não menos de 15 ou 16 mil reais. Assim, Lopo Rodrigues queria, e conseguiu, que lhe fosse renovado o aforamento das casas da sogra na sua pessoa, com extensão por mais duas vidas, pelo mesmo valor que pagava até então, para justificar o dispêndio nas casas. Estas casas são referidas como “sam ao Chão do Alcamym e partem de todas partes com casas do dito Senhor Rey e por diamte com ruas principaes, huuma que vay pera Sam Christovom e outra que vay pera as casas do Comde Dom Pedro”. Este aforamento foi confirmado pelo rei D. Afonso V, a 28 de abril de 1474.

Vemos nestes dois processos, feitos no mesmo ano, respeitantes a casas semelhantes, com a mesma localização, duas posturas distintas: ao lapidário que já tinha feito benfeitorias impôs-se um foro de 700 reais. Ao fidalgo manteve-se o foro antigo de 160 reais, aceitando-se apenas a garantia de as vir a realizar.

⁷³ Cf. ANTT, *Livro 4º de Estremadura*, f. 37v.-39 [16-03-1474].

⁷⁴ Cf. ANTT, *Livro 4º de Estremadura*, f. 33v.-35 [21-04-1474].

No final do século XV, começa-se a verificar também a agregação de vários lotes numa mesma habitação, fazendo-se uma obra de uniformização arquitetónica, diluindo a individualidade das várias habitações medievais. Três casas régias foram reunidas numa única escritura de aforamento, datada de 1 de abril de 1478, feita a Leonor Álvares, viúva de mestre Guilherme, e ama de D. Catarina de Ataíde. Como vimos, quatro anos antes, mestre Guilherme possuía apenas dois lotes pelo que, entretanto, anexou um terceiro. Confrontavam, por um lado, com os paços do duque de Bragança, pelo outro lado, com casas régias aforadas a Lopo Rodrigues e por detrás com casas régias aforadas a Tristão Inglês, à viúva de Estêvão Anes, e pela frente com “rua publica que vay do Chão d’Alcamy pera Sam Christovam”⁷⁵.

Em 1483, o 3º duque de Bragança, D. Fernando II (1430-1483) foi condenado por traição e executado em Évora. O seu palácio em São Cristóvão, tal como a generalidade dos seus bens, foi confiscado pela Coroa. Uma dessas casas, desmembrada do paço, foi aforada a Luis Gonçalves, carpinteiro, a 19 de junho de 1484⁷⁶. As confrontações dizem-nos que pegavam com as casas de João Fidalgo, do lado de São Cristóvão, e com as casas de Manuel Lopes, do lado do Chão de Alcamim. Nas traseiras havia uma “azinhagua em que tem parte de servidam as ditas casas”.

Em 1506, eram apenas seis os usufrutuários das casas régias ao Chão de Alcamim, o que nos diz que muitos dos lotes foram reunidos sob um mesmo enfiteuta. Eram eles: João Martins, cavaleiro da Ordem de Santiago (que tinha também um lote ocupado por um quintal com uma figueira e outras árvores de fruto, dependente das suas habitações, mas que estavam noutra terreno, propriedade da Igreja de Santa Maria da Alcáçova de Santarém); Joana de Aguiar, filha de Tristão Inglês, sucedendo a Pedro Vaz de Aguiar; Maria Álvares, viúva de Fernad’Eanes, sucessora de outra Maria Álvares, viúva de Vicente Eanes, escrivão da sisa do trigo; Lopo Rodrigues, que usufruía as casas de Catarina Pires, sua sogra, e de Inês Pais, sua esposa; Leonor Álvares, viúva de mestre Guilherme; e a viúva de João Fidalgo⁷⁷.

Na primeira metade do século XVI, vemos a permanência na zona da pequena aristocracia e artífices ligados ao poder, como os ourives, os mais ricos e influentes artífices na Lisboa renascentista. A 27 de março de 1514, Rui Garcia, cavaleiro, escrivão da Casa de Ceuta, viu confirmada por D. Manuel I a escritura de aforamento celebrada a 8 de fevereiro desse ano, das casas que recebeu por transmissão de sua tia, Maria Álvares, última pessoa do aforamento em três vidas⁷⁸. A 20 de junho de 1522, Gomes Eanes, ourives, aforou umas casas “na rua que vay do Chão d’Alcamym pera Sam Christovão”, as quais confrontavam com casas régias aforadas a Manuel Botado, por um lado, e a Isabel Álvares, por outro, sendo a escritura confirmada por D. João III a 28 de outubro de 1537⁷⁹.

⁷⁵ Cf. ANTT, *Livro 7º de Estremadura*, f. 109v.-110v. [08-04-1478].

⁷⁶ Cf. ANTT, *Livro 3º de Estremadura*, f. 140-141v. [29-07-1486].

⁷⁷ Cf. ANTT, Núcleo Antigo, *Livro nº 318*, f. 37v.-38 [1506].

⁷⁸ Cf. ANTT, *Livro 13º de Estremadura*, f. 94-95 e *Livro 15º de D. Manuel I*, f. 71-71v. [08-02-1514].

⁷⁹ Cf. ANTT, *Livro 24º de D. João III*, f. 220-220v. [28-10-1537].

Em 1528, D. João III recebeu por doação testamentária de Francisco de Almada, fidalgo da sua casa, “que Deus perdoe”, umas casas no Chão de Alcamim, que confrontavam com casas de Nuno da Cunha, com a Rua Direita, e com o beco que ía sair à Cutelaria⁸⁰. Estas casas estiveram pouco tempo na esfera régia tendo sido oferecidas a Nuno da Cunha, a 26 de março desse ano, certamente para expansão das suas casas. A 5 de abril de 1536, D. João III confirmou a escritura de aforamento de umas casas régias no Chão de Alcamim a Isabel Álvares, feita a 26 de agosto de 1535, com o contador-mor⁸¹. As casas estavam aforadas com um foro de 160 reais ao ano, mas a última pessoa no aforamento era o marido de Isabel Álvares, Pedro Afonso, bombardeiro. Pela profissão do marido, temia-se que Isabel Álvares ficasse, repentinamente, viúva e desalojada pois com a morte daquele, as casas teriam de ser entregues devolutas e seriam colocadas novamente no mercado mediante leilão. Para contornar a situação, Isabel Álvares e Pedro Afonso solicitaram a celebração de novo contrato por três vidas, aceitando um aumento de foro para os 300 reais. As casas confrontavam com as casas régias aforadas à viúva de Rui Garcia e com as outras casas régias aforadas a Gomes Eanes, ourives. A nova escritura impôs nova condição: Isabel Álvares teria de colocar na frontaria da sua casa uma pedra com as armas régias para atestar a propriedade do imóvel e a quem era devido o foro. A 25 de setembro de 1537, Jerónimo Afonso, carpinteiro de casas, aforou “humas casas que estam defronte do Regedor na Rua de Sam Christovam” as quais foram de João Fidalgo, e depois de sua mulher Catarina Dias e depois de Afonso Pires, carpinteiro, que as comprou e vagaram com a sua morte⁸².

A 6 de setembro de 1575, temos um dos últimos documentos que atestam o aforamento das casas régias ao Chão de Alcamim⁸³. Ana Botarda vendeu a Lourenço da Silva, regedor da Casa da Suplicação e proprietário do palácio dos senhores de Vagos, dois lotes das suas casas. Um deles, voltado a nascente, possuía 4,2 x 2,8 varas (4,62m x 3,08m). O outro, voltado a poente, tinha 4,4 x 3,3 varas (4,84m x 3,63m). Confrontavam a norte com as casas do regedor e foram destacados das casas de Ana Botarda, a sul, que continuou a residir no local. Em breve, todas as casas régias do Chão do Alcamim foram absorvidas pelo Palácio Vagos, não restando delas quaisquer evidências.

Os vários documentos apresentados, todos para o período de 1327 a 1575, referentes à gestão das casas régias que existiram entre o Chão de Alcamim e a Igreja de São Cristóvão, entretanto absorvidas pelo Palácio Vagos, demonstram a evolução do edificado nessa zona, a nível arquitetónico, económico e social.

As habitações resultaram de loteamentos ainda medievais, uns já existentes em 1327, outros delimitados e urbanizados em 1362, com a supressão da quinta agrícola. As casas mais antigas tinham “casa, sótão e sobrado” (3 pisos) e as mais modernas eram apenas térreas (1 piso) tendo sido aumentadas pelos usufrutuários com

⁸⁰ Cf. ANTT, *Livro 72º de D. João III*, f. 133 [26-03-1528].

⁸¹ Cf. ANTT, *Livro 21º de D. João III*, f. 87-87v. [05-04-1536].

⁸² Cf. ANTT, *Livro 24º de D. João III*, f. 223v.-224 [27-10-1537].

⁸³ Cf. ANTT, *Livro 33º de D. Sebastião*, f. 273v.-275v. [06-09-1575].

o decorrer do tempo. Nelas habitavam e trabalhavam famílias de pequenos artesãos, tal como alfaiates ou tecedeiras. Os lotes eram de planta longitudinal, em que a largura correspondia à dimensão da fachada voltada para a rua e o comprimento à dimensão da casa em direção às traseiras, incluindo o logradouro. A área útil destas construções variava entre os 14m² e os 18m² e seriam hoje consideradas diminutas e incompatíveis com as mais elementares normas de salubridade e conforto. Já no século XV eram consideradas pequenas, situação que foi sendo remediada com a construção de um segundo ou terceiro piso (sobrados) e com a anexação de dois ou mais lotes sob um mesmo proprietário (fig. 9). Verifica-se a prática de reconstruções integrais quando os lotes entram em degradação (sendo nessa estado referidos como pardieiros), mas não se verificam demolições do existente para se construir de acordo com um novo programa. Os vários proprietários trocavam entre si os vários lotes, desanexando-os de suas habitações e integrando-os nas outras, aspeto que decorre de duas razões: economia de recursos, poupando-se assim na mão-de-obra e materiais de uma demolição sucedida por reconstrução; e preservação dos limites das propriedades, pois os vários lotes e quintais integrados em habitações pertenciam a outras instituições (de mão morta), registando-se no contrato os seus limites que deveriam ser preservados. Este facto levou a que a configuração dos lotes medievais tenham chegado, em muitos casos, até à atualidade, sendo isso visível nas paredes interiores de um edifício.

Ao longo destes 250 anos vemos também uma evolução ao nível do valor do imobiliário. No século XIV as casas tinham um valor suficientemente alto e bastante procura para justificarem um loteamento no ano de 1362. Porém, em 1377, vemos um grande número de habitações arruinadas e outras a serem entregues, gratuitamente, a criados régios retirados do serviço. Em meados do século XV, o local começa a ser alvo de procura da pequena nobreza que emergiu com a ascensão da Casa de Avis. A escolha do local para residência do bispo de Coimbra e do duque de Bragança, figuras influentes no reinado de D. João I, poderá justificar a escolha do local pelos pequenos funcionários régios. O preço dos aforamentos, porém, sobe em flecha afastando os pequenos artesãos que haviam caracterizado o local nos anos anteriores. A nobreza utiliza o seu poder económico e influência junto

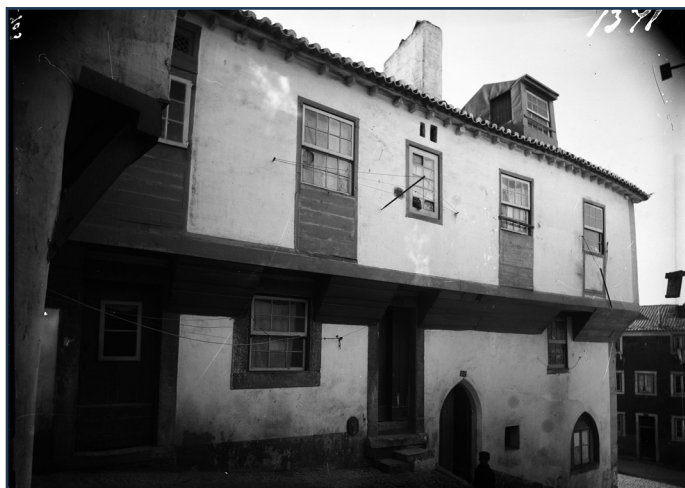


Figura 9 Casa de arquitetura medieval na Rua da Achada. Cada porta para a rua correspondia a um lote habitacional que em época posterior era unificado numa casa maior. Negativo de gelatina e prata em vidro, Machado & Souza, 13 x 18 cm, 29/11/1901. AML, FAN002703.

da Coroa para congelar o valor do foro e anexar às suas habitações os lotes vizinhos. Os artesãos abandonam o local e emigram nas aventuras dos Descobrimentos em busca de uma vida melhor. Ficam apenas alguns artesãos de elite, como lapidários e ourives, que possuíam boas relações com a nobreza e com a Coroa e os membros da nobreza que tentam, sempre que possível, expandir as suas habitações para os lotes vizinhos.

Tal como hoje, também no passado, o tecido social dominante num bairro determina o valor do imobiliário nessa unidade urbana, apenas pela sua presença, valorizando-o ou desvalorizando-o, mais que as condicionantes urbanas ou tipologias arquitetónicas existentes, que se acabam por adaptar às necessidades dos proprietários. Acresce que havia uma permeabilidade dos fatores sociais e políticos na gestão dos bens régios, dado que as classes dominantes (fidalgos) conseguiam, nesta época, manipular os representantes da Coroa para conseguir contratos de aforamento mais vantajosos que os artesãos. O Bairro de São Cristóvão era assim, na segunda metade do século XV, um bairro frequentado por fidalgos, mas de preço acessível por influência dos seus residentes aristocratas junto da Coroa. Estes eram indiferentes ao facto deste ter sido um bairro de uma comunidade oprimida, com quatro séculos de existência, com um urbanismo denso e intrincado.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES IMPRESSAS

NASCIMENTO, Aires – *Conquista de Lisboa aos Mouros: relato de um cruzado*. 2ª ed. Lisboa: Nova Vega, 2007.

MARQUES, A. H. de Oliveira – *Chancelarias portuguesas: D. Pedro I*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1984.

MARQUES, A. H. de Oliveira – *Chancelarias portuguesas: D. Afonso IV*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990. vol. 1.

OLIVEIRA, Eduardo Freire – *Elementos para a história do município de Lisboa*. Lisboa: Tipografia Universal, 1904. tomo 13.

TINOCO, João Nunes – *Planta da Cidade de Lisboa em que se mostram os muros de vermelho com todas as ruas e praças da cidade dos muros a dentro com as declarações postas em seu lugar delineada por João Nunes Tinoco, Arquitecto de Sua Majestade, ano 1650*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1853.

FONTES MANUSCRITAS

ARQUIVO MUNICIPAL DE LISBOA

Processo de Vistoria no Palácio dos marqueses de Vagos. 1846. PT/AMLSB/CMLSB/UROB-OP/06/0155.

Livro 12º de consultas e decretos de D. João V do Senado Ocidental, f. 1-2v.

Livro 18º de consultas e decretos de D. João V do Senado Ocidental, f. 178-181v.

Livro 22º de consultas e decretos de D. João V do Senado Ocidental, f. 196-197.

Processo de obra nº 38161 – Palácio Vagos.

ARQUIVOS NACIONAIS DA TORRE DO TOMBO

CHANCELARIAS RÉGIAS

Livro 3º de D. Afonso IV

Carta de aforamento a Vicente Anes, ourives, f. 12v.

Carta de aforamento a Per'Eanes, alfaiate de pano de linho, f. 29v.

Carta de aforamento a Martinho Esteves, tabelião, f. 36v.

Livro 1º de D. Pedro I

Carta de aforamento a João Gomes, f. 74.

Carta de aforamento a João Afonso, f. 74.

Carta de aforamento a João Lourenço, besteiro, f. 74.

Carta de aforamento a Pêro Vicente, cuirador, f. 74v.

Livro 1º de D. Fernando I

Carta de aforamento a Joan'Eanes, fanqueiro, f. 43-43v.

Carta de aforamento a Estêvão Anes, homem da moeda real, f. 73.

Carta de aforamento a João Pires, homem do almoxarifado, f. 82.

Carta de aforamento a João Pires, homem do almoxarifado, f. 134.

Carta de aforamento a Afonso Sira, sapateiro, f. 163v.

Carta de aforamento a Martinho Anes, tabelião, f. 185v.

Carta de aforamento a Lourenço Martins, recebedor da chancelaria, f. 200.

Livro 2º de D. Fernando I

Carta de mercê a Afonso Álvares, criado da rainha Dona Leonor Teles, f. 111.

Livro 1º de D. João I

Carta de doação a João de Ameixoeira, criado do rei D. João I, f. 99v.

Livro 2º de D. João I

Doação do padroado da Igreja de São Cristóvão, em Lisboa, a D. Martinho, arcebispo de Braga, f. 55v.-56.

Carta de mercê a Nuno Gonçalves, criado do rei D. João I, f. 88.

Livro 3º de D. João I

Carta de confirmação de doação a Martinho Afonso de Miranda, filho de D. Martinho, arcebispo de Braga, f. 114.

Carta de doação de casas em Lisboa a D. Afonso, duque de Bragança, f. 160.

Livro 4º de D. João I

Aforamento a Afonso Gonçalves, alfaiate, f. 34.

Livro 1º de D. Duarte

Carta de aforamento a João Anes de Góis, f. 120v.

Carta de empraçamento a Constança Afonso, tecedeira, f. 208.

Livro 34º de D. Afonso V

Carta de aforamento a Pedro Vasques de Aguiar, f. 128-128v.

Livro 8º de D. João II

Carta de aforamento a Luis Gonçalves, f. 86v.

Livro 15º de D. Manuel

Carta de aforamento e renovação de prazo a Rui Garcia, cavaleiro e escrivão da Casa de Ceuta, f. 71-71v.

Livro 17º de D. Manuel

Carta de aforamento a Diogo Fernandes, f. 72v.

Livro 22º de D. Manuel

Carta de aforamento a Diogo Rodrigues, f. 52v.

Livro 28º de D. Manuel

Doação do padroado da Igreja de São Cristóvão, em Lisboa, a D. Martinho, arcebispo de Braga, f. 59v.

Livro 31º de D. Manuel

Carta de aforamento a Martinho Álvares, f. 55v.-56.

Livro 21º de D. João III

Carta de aforamento a Isabel Álvares, f. 87-87v.

Livro 24º de D. João III

Carta de aforamento a Gomes Anes, ourives, f. 220-220v.

Carta de aforamento a Jerónimo Afonso, f. 223v.-224.

Livro 64º de D. João III

Carta de aforamento a Luís Martins Evangelho, f. 81v.-82.

Livro 72º de D. João III

Carta de doação a Nuno da Cunha, f. 133.

Livro 5º de D. Sebastião

Carta de aforamento a D. Antão Soares d'Almada, f. 100-100v.

Livro 33º de D. Sebastião

Carta de aforamento a Lourenço da Silva, f. 273v.-275v.

LEITURA NOVA

Carta de aforamento a Luís Gonçalves. *Livro 1º de Estremadura*, f. 262v.-264v.

Carta de aforamento a Luís Gonçalves. *Livro 3º de Estremadura*, f. 140-141v.

Carta de aforamento a João Fidalgo. *Livro 4º de Estremadura*, f. 7v.-8v.

Carta de aforamento a Lopo Rodrigues. *Livro 4º de Estremadura*, f. 33v.-35.

Carta de aforamento a mestre Guilherme. *Livro 4º de Estremadura*, f. 37v.-39.

Carta de aforamento a Vicente Anes, escrivão das sisas do pão. *Livro 5º de Estremadura*, f. 69-70.

Carta de aforamento a Diogo Fernandes. *Livro 6º de Estremadura*, f. 7-8v.

- Carta de aforamento a Diogo Rodrigues. *Livro 6º de Estremadura*, f. 59v.-61.
- Carta de aforamento a Leonor Álvares, viúva de mestre Guilherme. *Livro 7º de Estremadura*, f. 109v.-110v.
- Carta de aforamento a Lopo Rodrigues. *Livro 8º de Estremadura*, f. 37-37v.
- Carta de aforamento a Pedro Vaz de Aguiar. *Livro 8º de Estremadura*, f. 277-278.
- Carta de aforamento a Afonso Álvares. *Livro 9º de Estremadura*, f. 52v.-54.
- Carta de aforamento a Marcos Afonso. *Livro 9º de Estremadura*, f. 157v.-160.
- Carta de aforamento a João Anes de Góis, meirinho de D. João I. *Livro 10º de Estremadura*, f. 167.
- Carta de aforamento a Constança Afonso, tecedeira. *Livro 10º de Estremadura*, f. 218-219v.
- Doação a D. Martinho, arcebispo de Braga. *Livro 11º de Estremadura*, f. 72-72v.
- Doação a João da Ameixoeira. *Livro 11º de Estremadura*, f. 137v.
- Carta a Dona Isabel de Miranda para poder vender umas casas. *Livro 13º de Estremadura*, f. 51.
- Carta de aforamento e renovação de prazo a Rui Garcia, cavaleiro e escrivão da Casa de Ceuta. *Livro 13º de Estremadura*, f. 94-95.
- Treslado do testamento de D. Martinho, arcebispo de Braga. *Livro 8º de Guadiana*, f. 4v.

GAVETAS

- Testamento de Martim Gil de Riba de Vizela. Gaveta 16, Maço 1, nº 3. *Reforma das Gavetas*, Livro 33, f. 5.

NÚCLEO ANTIGO

- Livro do tombo dos bens e direitos reais em Lisboa e seu termo, 1421-1422, *Livro nº 314*.
- Livro do tombo dos bens e direitos reais em Lisboa e seu termo, 1453-1454, *Livro nº 317*.
- Livro do tombo dos bens e direitos reais em Lisboa e seu termo, 1458-1459, *Livro nº 285*.
- Livro do tombo dos bens e direitos reais em Lisboa e seu termo, 1465-1466, *Livro nº 319*.
- Livro do tombo dos bens e direitos reais em Lisboa e seu termo, 1498, *Livro nº 320*.

Livro do tombo dos bens e direitos reais em Lisboa e seu termo, 1502-1503, *Livro n.º 321*.

Livro do tombo dos bens e direitos reais em Lisboa e seu termo, 1503, *Livro n.º 334*.

Livro do tombo dos bens e direitos reais em Lisboa e seu termo, 1504-1505, *Livro n.º 322*.

Livro do tombo dos bens e direitos reais em Lisboa e seu termo, 1506, *Livro n.º 318*.

Livro do tombo dos bens e direitos reais em Lisboa e seu termo, 1508, *Livro n.º 333*.

Livro do tombo dos bens e direitos reais em Lisboa e seu termo, [s.d.], *Livro n.º 321-A*.

REGISTOS PAROQUIAIS DE LISBOA

Freguesia de São Cristóvão, *Livro 1 de Mistos*, 1604-1634.

ESTUDOS

ANDRADE, Ferreira – *A freguesia de São Cristóvão: subsídios para a história das suas ruas, palácios e igreja paroquial*. Lisboa: Câmara Municipal, 1944-1945. 2 vol.

CASTILHO, Júlio de – *Lisboa antiga: bairros orientais*. 2ª ed. Lisboa: Câmara Municipal, 1936. vol. 4.

COELHO, António Borges – *A revolução de 1383*. 5ª ed. Lisboa: Editorial Caminho, 1984.

CORREIA, Francisco Carvalho – *O Mosteiro de Santo Tirso de 978 a 1588*. Santo Tirso: Câmara Municipal, 2009. 2 vol.

FERNANDES, Paulo Almeida – Os moçárabes de Lisboa e a sua importância para a evolução das comunidades cristãs sob domínio islâmico. In KRUS, Luís, coord. - *Lisboa medieval: os rostos da cidade*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007. p. 71-83.

FIALHO, Manuel – A população judaica da Lisboa de D. Dinis. In CONGRESSO HISTÓRICO INTERNACIONAL, I, Braga, 2012 - *As cidades na História: população: actas*. Braga: Universidade do Minho, 2012. p. 181-193.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho – Conselho Real ou Conselheiros do Rei? A propósito dos ‘privados’ de D. João I. *Revista da Faculdade de Letras. História*. Porto: Universidade do Porto. 2ª Série Nº 4 (1987), p. 59-60.

LAVAJO, Joaquim Chorão – Islão e cristianismo: entre a tolerância e a Guerra Santa. In AZEVEDO, Carlos Moreira, coord. – *História religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000. vol. 1, p. 91-133.

MATTOSO, José – A família da Maia no século XIII. In COLÓQUIO DE HISTÓRIA LOCAL E REGIONAL, *Santo Tirso, 1979 – Actas*. Santo Tirso: Câmara Municipal, 1982. p. 281-295.

MATTOSO, José – *Fragmentos de uma composição medieval*. 2ª ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

MATTOSO, José – *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993. vol. 2.

MATOS, José Luis de – *Lisboa islâmica*. Lisboa: Instituto Camões, 1999.

PICOITO, Pedro – A trasladação de S. Vicente: consenso e conflito na Lisboa do século XII. *Medievalista* [Em linha]. 4 (2008). [Consult. 10.06.2017]. Disponível na Internet: <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA4/medievalista-picoito.htm>

REAL, Manuel – Os moçárabes do Gharb português. In TORRES, Cláudio e MACIAS, Santiago, coord. - *Portugal islâmico: os últimos sinais do mediterrâneo*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, 1998. p. 35-56.

REI, António – Os Riba de Vizela, Senhores de Terena (1259-1312). *Callipole: Revista de Cultura*. Vila Viçosa: Câmara Municipal. N.º 9 (2001), p. 13-22.

RIO MAIOR, Marquês de – A casa dos Mirandas na Rua das Flores. *Revista Municipal*. Lisboa: Câmara Municipal. N.º 40 (1950). Separata.

SILVA, Augusto Vieira da – *A Cerca Moura de Lisboa: estudo histórico descritivo*. 2ª ed. Lisboa: Câmara Municipal, 1939.

SILVA, Carlos Guardado da - *Lisboa medieval: a organização e a estrutura do espaço urbano*. 2ª ed. Lisboa: Edições Colibri, 2010.

SILVA, Vieira da – *A judiaria nova e as primitivas tercenas de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1901.

TORRES, Cláudio – Lisboa Muçulmana: um espaço urbano e o seu território. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia. Vol. 35, Fasc. 3 (1995), p. 427-434.

**Da escrita gótica à humanística na documentação
da Câmara de Lisboa:
Em torno da escrivania municipal quinhentista**

From gothic to humanistic writing in the documentation of
the Lisbon City Council:
Around the sixteenth-century municipal desk

Jorge Ferreira Paulo*

submissão/submission: 24/08/2017

aceitação/approval: 17/11/2017

RESUMO

A escrita gótica constituiu um dos últimos traços de medievalidade em Portugal, permanecendo em utilização ainda durante grande parte do século XVI, sob diferentes tipos e modalidades gráficas, até à entrada do cânone humanístico. Este estudo incide sobre o período final dessa escrita de raiz medieval, no âmbito da atividade burocrática da Câmara de Lisboa, em que se destaca o ofício, a ação e a produção escrita do escrivão da câmara. Para tal, caracteriza-se o seu gabinete escriturário e analisa-se a prática gráfica ao serviço da escrivania municipal.

* Investigador independente, Lisboa, Portugal.

Jorge Luís Ferreira Marques Paulo é licenciado em História e mestre em Paleografia e Diplomática, com a tese "A escrita humanística na documentação régia portuguesa de Quinhentos". Prossegue estudos na área da Paleografia. Como atividades profissionais, divide o tempo pelo ensino da História e pela Olisipografia, área a que se dedica através de estudos de carácter histórico e patrimonial, para entidades públicas e privadas, por toda a cidade de Lisboa, tendo já publicado alguns artigos nos *Cadernos do Arquivo Municipal*. A sua publicação mais recente data de 2016, em coautoria, História do Palácio Portugal da Gama. In *Palácio Portugal da Gama / S. Roque*. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia.

Correio eletrónico: jfpaulo@netcabo.pt

PALAVRAS-CHAVE

Paleografia / Escrita gótica / Escrita humanística / Escrivão da câmara / Escrivaninha municipal

ABSTRACT

The Gothic writing was one of the last traces of medievality in Portugal, remaining in use during much of the sixteenth century, under different types and graphic styles, until the entrance of the humanistic rule, the basis of current writing. This paper focuses on the final period of that medieval writing, within the ambit of the bureaucratic activity of the city council of Lisbon, which highlights the craftsmanship, activity and written production of the council clerk. In that sense, this article characterizes its clerk's office and analyzes the graphical practice within the service of the municipal desk.

KEYWORDS

Paleography / Humanistic writing / Gothic writing / City council clerk / Municipal desk



INTRODUÇÃO

Tratando-se de um arquivo com um vasto acervo documental, enriquecido ao longo dos séculos, a importância do Arquivo da Câmara de Lisboa para os estudos paleográficos e para a história da cultura da escrita, tantas vezes esquecidos, é incontornável. Sendo o documento um produto da ação gráfica, resultante da necessidade de ordenar e organizar a administração e o governo concelhios, a sua conservação é o garante da memória da instituição. Assim, a valorização da escrita não é menos importante. Sem ela, que encerra em si própria tanta história e é em si mesma fonte de conhecimento, dificilmente se teria construído essa memória secular.

Posto isto, este trabalho propõe uma abordagem ao estudo da escrita utilizada na prática gráfica concelhia, focando a atenção no período final da vigência do cânone gótico e na transição para o uso da escrita humanística. Na realidade, a escrita gótica constituiu um dos últimos vestígios de medievalidade na sociedade portuguesa, mantendo-se em uso ainda durante o século XVI, embora sob uma pluralidade de estilos e modalidades, até à chegada dos padrões humanísticos, base da escrita atual.

Para concretizar essa análise é necessário perceber a relevância do escrivão da câmara, cargo de reconhecido prestígio e poder, caracterizar a sua ação e produção escrita, enquadrando o seu papel na orgânica burocrática do concelho, através da produção escrita do seu gabinete escriturário. Nesse sentido, importa caracterizar

essa estrutura de apoio à escrivania municipal, suporte da sua atividade, e definir os percursos dos seus protagonistas associando-os à sua escrita e ao ambiente escriturário em que se inserem.

Uma vez que o Senado da Câmara sempre se constituiu como produtor e reproduzidor de documentação, neste caso como instituição reguladora de carácter municipal, há que perceber até quando é que a sua estrutura escriturária conservadora manteve os tipos gráficos tradicionais e identificar os primeiros contactos com os novos modelos humanísticos, caracterizando de forma sucinta as mãos que os redigem, isto é, dar a conhecer os autores paleográficos e a sua escrita.

1. O ESCRIVÃO DA CÂMARA

Durante muito tempo, o escrivão da câmara desempenhou um papel central na orgânica burocrática do concelho de Lisboa. Esta importância dada à escrivania municipal foi reconhecida desde cedo, levando mesmo o rei D. João I a tornar o cargo vitalício, atendendo aos

grandes dapnos aa dicta çidade porquanto nom podiam auer tam boa Recadaçom de suas escripturas e outras coussas que sse trautam per o dicto ofiçio sendo mudado em cada huum anno, como auendo o, Continuadamente huum demais que nom era honrra da dicta çidade mudar sse assi em cada huum anno, nem outrosi proueyto porque he huum ofiçio em que conpre homem que o sabha bem fazer. E que aja dell notiçia o que nom podem auer saluo husando o per tempo¹.

À semelhança dos juízes, dos vereadores, do procurador da câmara e os dos mesteres, o escrivão da câmara gozava de certas liberdades e privilégios². Igualmente, tinha assento frequente em reuniões de convocatória régia, juntamente com os principais oficiais da câmara³. Estava presente nas reuniões da vereação, secretariando-as, registando os despachos, sentando-se no mesmo banco do tesoureiro da cidade, do vereador das obras e do contador⁴. Esta disposição dos lugares só muito mais tarde viria a ser alterada, no reinado de D. José (1773), já no novo edifício do Senado da Câmara, tendo em vista a uniformização com os seus tribunais⁵.

¹ Cf. LISBOA. Arquivo Municipal – *Livro dos Pregos*. Lisboa: AML, 2016. p. 314.

² Por alvará de 1461/02/25, podia “andar em bestas muares” (Arquivo Municipal de Lisboa (AML), *Livro 2º de D. Duarte e D. Afonso V*, f. 43). Por carta régia de 1476/12/02, foi isento da prestação de serviço militar (Cf. LISBOA. Arquivo Municipal – *Livro dos Pregos*. Lisboa: AML, 2016. p. 577).

³ Veja-se, por exemplo, a convocatória de 1506, março, 03, de D. Manuel – “pera vos fallarmos” (Cf. AML, *Livro 1º de D. Manuel*, f. 121). Sobre a proximidade peculiar entre a coroa e a Câmara de Lisboa, veja-se LALANDA, Margarida Sá Nogueira – *Práticas notariais e o acervo histórico da Câmara Municipal de Lisboa*. In COLÓQUIO UM ACERVO PARA A HISTÓRIA, 2, Lisboa, 2015 - *Atas*. Lisboa: AML, 2015. p. 179-180.

⁴ Conforme o alvará de 1539/03/12, que definia o assento do tesoureiro da cidade sempre que fosse à câmara – “no bamquo onde se hasemta o esprivam da camara, e o veador das obras e o comtador” (Cf. AML, *Livro dos regimentos dos vereadores e oficiais da câmara [Livro Carmesim]*, f. 29). Em 1540, o rei reforçaria o estatuto daquele banco (Cf. AML, *Livro Carmesim*, f. 39).

⁵ Considerava o monarca que o estado dos assentos “perverte, e deturpa a boa armonia, gravidade, e ordem que deve haver no mesmo Senado”, isto em resultado da “variedade, que pelas Revoluçoens, e vicissitudes dos tempos cauzaram diversos interesses particulares na ordem dos Assentos”. Doravante, uma única mesa, com o presidente à cabeceira, ladeado pelos vereadores, escrivão da câmara, à direita, e procurador da cidade, à esquerda, todos em bancos estofados e de espaldar (Cf. AML, *Livro Carmesim*, f. 227-227v.).

No início do século XVI, e em resultado da dinâmica urbana de Lisboa, a intervenção régia na administração da cidade levou à elaboração do regimento de 30 de agosto de 1502, reconhecendo D. Manuel que era “muy neçesario algumas cousas serem emendadas E corrigidas”, uma vez que a “multiplicaçom de seu pobuo E Rendas vão em grande crescimento”⁶. Da definição deste novo regimento, a regulamentar a atividade dos vereadores e oficiais da câmara, deveria “sair todo boom emxenpro pera todallas çidades e villas dos ditos nossos Regnos e Senhorios”.

De acordo com o capítulo correspondente ao regimento do “spriuam da camara”, este deveria servir o escritório com boa diligência, obediência e acatamento ao mandado dos vereadores, competindo-lhe, fundamentalmente, o registo rigoroso das rendas, direitos e foros da edilidade – “a primçipall cousa de que deue ter boom cujdado assy he das Remdas E direitos ffooros E Remdas E eramças propiedades da dita çidade de tall guisa que todas venham a boa E verdadeira Reçepça E asy da despesa dellas”⁷. Para tal, o escrivão estava incumbido de fazer, anualmente, um conjunto de livros, à semelhança do que se praticava nos almoxarifados: uns, para as rendas, outros para os lanços e ainda outros para os aforamentos, além de cadernos de arrematações e de assentamentos. O acesso à arca que guardava esses livros – “das vereaçõens acordos e das outras couzas da Camera posturas e regimentos da gouernança della” –, a partir de 1499, passou a estar reservado ao escrivão e ao porteiro da câmara, cada um com a sua chave, considerando o monarca que assim ficariam em “muy boa guarda”⁸.

Lembra ainda o regimento que o escrivão da câmara deveria ter “mjllhor conheçimento por contino officçal que os Vereadores e precurador E outros offçiaes que cada huum anno sam”. Este princípio de “contino officçal” mantém o reconhecimento da importância da permanência em funções de quem ocupava o cargo, independentemente da mudança periódica e obrigatória dos vereadores e dos restantes oficiais, a quem ele, escrivão, lia anualmente o referido regimento.

De facto, esta estabilidade proporcionada pelo carácter vitalício e tendencialmente hereditário do escritório de escrivão da câmara, bem como o quadro jurídico estável relativo às funções que lhe estavam subjacentes, estabelecido desde cedo e continuamente reforçado pelos diferentes conjuntos normativos, naturalmente, acabariam por conferir ao cargo um poder considerável, proporcional à responsabilidade de, pela escrita, garantir a preservação da memória necessária à vida coletiva do concelho. Da mesma forma, a sua participação nas assembleias concelhias e a relação estreita com os sucessivos governos responsáveis pela administração do concelho e pelos destinos da cidade, assim como a proximidade com o funcionalismo régio e com diferentes

⁶ AML, *Livro Carmesim*, f. 8v.-28v.

⁷ AML, *Livro Carmesim*, f. 22-24.

⁸ Tudo porque recebera informação que aqueles livros “não andão naquella goarda que devem” (Cf. AML, *Livro 1º de D. Manuel*, f. 42-43). Alguns anos depois, em 1512, sobre a arca do concelho, um outro conjunto normativo – as *Ordenações Manuelinas* – estipula, no Título XI, sobre o “escriuam da camara e cousas que a seu officio pertencem”, que o escrivão “no consentira que cousa alguma das sobreditas que na dita arca esteuerem se tirem fora della pera nenhuma parte, saluo quando alguma escritura for necessaria se tirara na casa da camara onde tal arca esteuer” (Cf. FERNANDES, Valentim, ed. – *Ordenações Manuelinas*. Lisboa: CEHUN, 2002. Liv. I, f. LXXXI-LXXXII. ed. fac. simil., 1512-13).

figuras da corte, garantiam-lhe um estatuto de prestígio proeminente no seio do concelho. Portanto, em termos da escrita, é a peça chave no meio burocrático municipal, com acesso privilegiado à informação e corporizando quer o serviço ao concelho, quer a confiança régia, com cujas escrivaninhas mantinha contactos permanentes⁹. Ou não fosse a escrita um instrumento de centralização administrativo.

2. UM OFÍCIO DE FAMÍLIA

Tal como outros ofícios, o de escrivão da câmara transitava muitas vezes de pais para filhos. Em Lisboa, a venalidade deste cargo torna-se notória a partir de finais do século XV, ainda no reinado de D. João II, quando a família Moreira/Magalhães nele inicia funções, tornando-se naquela que teve uma ligação mais prolongada à escrivaninha do concelho, através de várias gerações no exercício do cargo, cuja propriedade manteve até finais do século XVII. Estes dois séculos no desempenho daquelas funções terão proporcionado a aquisição de um conhecimento profundo dos meandros da atividade municipal e da organização concelhia. No caso de Lisboa, na centúria de Quinhentos, não há como evitar a figura de Cristóvão de Magalhães, com uma longevidade assinalável no exercício do cargo de escrivão da câmara, ao longo de cerca de meio século de atividade. Tendo sucedido ao pai no ofício, destaca-se quer pela duração da carreira burocrática, quer por ter garantido a continuidade do cargo na sua descendência, o que pressupõe, desde logo, um aprendizado no que diz respeito à escrita, numa perspetiva de tirocínio de carácter familiar, sem descurar a respetiva transmissão para a geração seguinte.

Contudo, se em termos burocráticos o destaque vai para Cristóvão de Magalhães, já em termos históricos há que destacar Nuno Fernandes Moreira, que ocupou a escrivaninha da câmara por nomeação do rei, sendo escolhido pelo monarca para um lugar de grande prestígio, tornando-se o primeiro de uma linhagem de escrivães da Câmara de Lisboa que constituíram um bom exemplo da prática de patrimonialização do ofício, através do seu carácter hereditário, embora consentido e supervisionado pelo poder régio. O apreço de D. Manuel ficou patente na possibilidade que lhe foi conferida para continuar em funções enquanto assim o entendesse, isto apesar de ter renunciado ao cargo nas generosas mãos d'el Rei. Efetivamente manteve-se no ativo, possivelmente enquanto decorria a preparação do filho para o desempenho do serviço escriturário, como adiante se verá.

A primeira transmissão do ofício na família fez-se de Nuno Fernandes para o filho Cristóvão de Magalhães, que se casou com Ana de Torres, filha de Afonso de Torres e Elvira Castilho, de quem teve Nuno de Magalhães e Afonso de Torres de Magalhães. Destes, o primeiro exerceu o cargo por pouco tempo, pois morreu em Alcácer Quibir, sucedendo-lhe o filho Cristóvão de Magalhães, que por ser ainda muito jovem foi substituído pelo tio, Afonso de Torres de Magalhães, que viria a desempenhar as funções durante vários anos¹⁰. Em vésperas da Restauração, foi

⁹ Sobre o papel do escrivão da câmara na administração concelhia e como foi responsável pela produção, reprodução e conservação do património escrito daquele concelho, construindo memória, veja-se ROLDÃO, Ana Filipa Firmino Sequeira Pinto – *A memória da cidade: administração urbana e práticas de escrita em Évora (1415-1536)*. Lisboa: [s.n.], 2011. p. 157-173. Tese de Doutoramento em História Medieval, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

¹⁰ Cristóvão de Magalhães recebeu mercê do ofício de escrivão da câmara por alvará régio de 1579, maio, 18. Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT), Chancelaria de D. Sebastião, liv. 42, f. 263v.

a este Cristóvão de Magalhães que coube a responsabilidade de dar posse ao novo presidente da câmara, o conde de Cantanhede¹¹. Apesar de não ter deixado geração legítima acabou por ter um filho bastardo de uma manceba, “que dizem recebera a hora da morte”, assim ficando recordado¹². Igualmente, do uso que deu às mãos não se esqueceu a História, embora por motivos alheios à escrita, como se depreende do epíteto com que foi alcunhado – “o Carrasco” –, por enforcar um criado com as próprias mãos. De resto, o elo multissecular da família ao ofício prolongar-se-ia ainda até 1684, quando, por fim, um descendente, Cristóvão Francisco de Magalhães, renunciou ao cargo de escrivão da câmara, em António Rebelo, dando início a um outro ciclo, numa nova parentela¹³.

2.1. Percursos burocráticos ao serviço da escrivãzinha municipal

Nuno Fernandes Moreira era filho do senhor de Gestaço e alcaide-mor de Castelo Branco, Diogo Fernandes Moreira e de Violante de Magalhães.

Criado do Rey D. Affonso 5 muito bom cavalleiro, que se achou com seu Pay na tomada de Arzila, e na batalha do Touro e foi muito bem aceito do Rey D. João 2º que o mandou duas vezes por embaixador a Fez, e da ultima lhe deo o officio de escrivão da Camera de Lisboa hum dos mais honrados e rendozos¹⁴.

A sua atividade está bem documentada no Arquivo Municipal, pelo menos desde 1494¹⁵. Meramente a título ilustrativo, das suas funções e responsabilidades, registem-se as convocatórias régias ao oficialato municipal, onde se incluía o escrivão da câmara – “pera comvosco fallarmos algumas cousas”¹⁶; o seu papel no caso de extravio de provisão ou mandado, estipulando o rei que contaria com aquilo que o escrivão depusesse, lembrando que, para tal, seria necessário tomar-lhe o depoimento jurado, “serrado e aseelado” (1510)¹⁷; ou, ainda, as regulares e frequentes instruções do monarca para fazer os assentos ou treslados de cartas ou de provisões régias¹⁸.

Sobre Nuno Fernandes, dois aspetos são de realçar: por um lado, a referência ao “fiel escrivão”, que repete em vários documentos – “E eu sobredito Nuno fernandez que esta carta d’el Rej nosso Senhor a meu fiell spriuum fiz spreuer e sospreuy E assyney de meu Synall pubrico que tal [sinal de tabelião] he”¹⁹. Referir-se-ia a um escrivão

¹¹ AML, *Livro Carmesim*, f. 114. (carta régia datada de 1639, abril, 13)

¹² Cf. GAIO, Manuel José da Costa Felgueiras – *Nobiliário de famílias de Portugal*. Braga: Agostinho de Azevedo Meirelles, 1938. t. XIX, p. 228.

¹³ AML, *Livro Carmesim*, f. 159-160v. (carta régia datada de 1685, maio, 05).

¹⁴ GAIO, Manuel José da Costa Felgueiras – *op. cit.*, p. 228-229.

¹⁵ AML, *Livro primeiro do tombo das propiedades foreiras a Camara desta mvito noble, e sempre leal cidade de Lixboa*, f. 204.

¹⁶ AML, *Livro 1º de D. Manuel*, f. 121.

¹⁷ AML, *Livro 3º de D. Manuel*, f. 87 e 88, de 1510.

¹⁸ Em 1510 (maio, 07), por exemplo, recebe instruções para fazer o assento do treslado de uma carta régia, a fim de passar a haver quatro dias de câmara, em vez de três (Cf. AML, *Livro 3º de D. Manuel*, f. 73-73v.).

¹⁹ AML, *Livro dos Pregos*, doc. 494, f. 316v.

em particular, ou simplesmente ao cargo, àquele que por ele foi encarregado de redigir o acto? Por outro lado, a utilização do sinal público, que o escrivão da câmara de Lisboa deveria apor sempre nas escrituras feitas por si, por determinação régia de 1502 (julho, 13), sempre enunciada na documentação – “em presença de mjm Nuno fernandez stpriuam da dita camara E publico per autoridade Reall das stprituras que a ella pertencem e se em ella ham de fazer”²⁰ (V. Fig. 1).

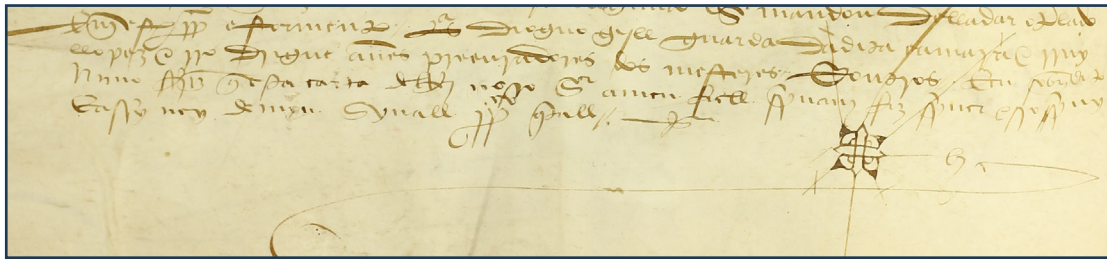


Figura 1 Treslado em pública forma de uma carta régia de privilégio, escrito por Nuno Fernandes. 1505, janeiro, 21. AML, *Livro dos Pregos*, doc. 499, f. 318v.

Ao fim de pouco mais de três décadas de carreira como responsável pela escrivania municipal, em 1521, Nuno Fernandes renunciou ao ofício. Contudo, manter-se-ia ao serviço, em simultâneo com o filho. Assim se verifica pela sua intervenção em várias escrituras de aforamento, já com o filho em funções, onde se lê – “em presença de mjm Nuno Fernandez stpriuam da dita camara e publico per autoridade Reall das stprituras que a ela pertence e se em ella ham de fazer”²¹; ou numa carta régia de 1523, em que ainda é mencionado no cargo; bem como em dois aforamentos por si subscritos – “sobscrita em publico, assinada por Nuno Fernandez, escrivão da Câmara” –, respetivamente em 1524 e 1526²².

Ao escrivão Nuno Fernandes Moreira sucedeu Cristóvão de Magalhães, que recebeu o ofício de escrivão da Câmara de Lisboa, “em sua vida”, no dia 1 de outubro de 1521, por carta de D. Manuel, que depositou confiança na sua “bomdade saber e descriçam”²³. Dois meses e meio antes de morrer, agradecia assim o Venturoso aos serviços prestados por Nuno Fernandes, seu pai, cavaleiro da Casa Real que tão fiel e diligentemente o servira a si e a D. João II naquelas funções. Com a morte de D. Manuel, Cristóvão de Magalhães solicitou a confirmação do cargo a D. João III, que lhe concedeu mercê por carta de 20 de setembro de 1524²⁴. Não foi a primeira mercê régia

²⁰ AML, *Livro dos Pregos*, doc. 494, f. 316v. – “E pera daquy em deante nos praz que o spriuam que o propio spriuam da camara per ssy lleixar tenha autoridade de fazer publico nas sprituras que fezer”.

²¹ Em várias escrituras de aforamentos, entre 1520 e 1522, há referências à sua atividade (AML, *Livro 8º de escrituras de aforamentos*).

²² AML, *Livro 2º de D. João III*, f. 8; AML, *Livro primeiro do tombo...*, f. 507 (dezembro, 31); Idem, *ibidem*, f. 119 (agosto, 23).

²³ ANTT, Chancelaria de D. Manuel, *liv. 18*, f. 124.

²⁴ ANTT, Chancelaria de D. João III, *liv. 37*, f. 141v.

que recebeu. Anteriormente, em 18 de agosto de 1514, na condição de fidalgo da Casa Real, recebera 7.000 reis de D. Manuel²⁵. Igualmente recebeu um padrão de 70.000 reis de tença e uma outra de 20.000 reis²⁶.

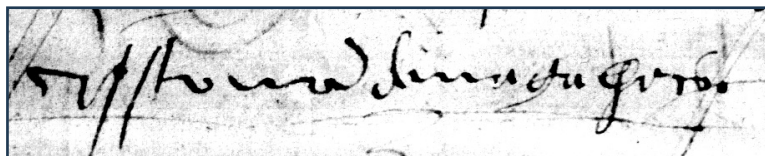


Figura 2 Assinatura de Cristóvão de Magalhães. 1514. ANTT, *Corpo Cronológico (CC)*, Parte II, mc. 50, n.º 168.

Em termos burocráticos, dois dos primeiros registos da sua responsabilidade datam de 1525 e 1526, ainda com o pai em exercício de funções²⁷. Em 18 de junho de 1527, como “scripvão da Câmara”²⁸, e na qualidade de subscritor, redige – “o fiz traladar”. De resto, são muitos os documentos que durante cinco décadas testemunham, de alguma forma, a sua intervenção quer como autor gráfico, quer, sobretudo, como subscritor, delegando tarefas em escrevães ajudantes ou serventuários, tornando-o responsável por grande parte da burocracia municipal, isto é, por os escrever, ou por os fazer escrever, ou, ainda, por os fazer tresladar. Nesse sentido, aqui ficam referenciados alguns exemplos dos níveis de intervenção mais comuns enunciados na documentação, pela sua transcrição. No que diz respeito a treslados (cartas régias e alvarás, sobretudo): “Eu Chrisptovam de Magalhães escripvão da Camara[...] fiz traladar[...]” (1528, alvará); “Eu Chrisptovam de Magalhães o fiz traladar da propria que esta no cartoryo da dita cidade” (1533, carta régia); “Eu Cristovam de Magalhaes o fiz traladar[...] e asiney[...]” (1539, alvará); “Eu Chrisptovam de Magalhães o fez treladar do proprio” (1540, alvará); “Eu Chrisptovam de Magalhães o fiz treladar da propya carta, que esta no maco deste ano e por my concertey e soespreuy e asyney” (1547)²⁹.

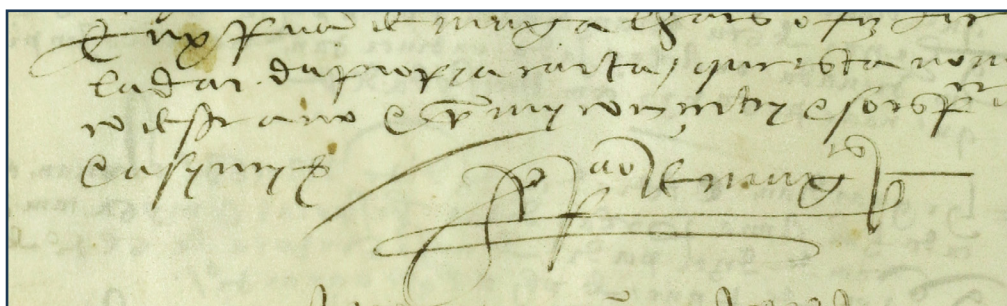


Figura 3 Subscrição de um treslado da responsabilidade de Cristóvão de Magalhães. 1547. AML, *Livro Carmesim*, f. 44v.

²⁵ ANTT, *CC*, Parte II, mc. 50, n.º 168; no recibo inserto nesta provisão de D. Manuel encontra-se a assinatura autógrafa de Cristóvão de Magalhães (V. Fig. 2).

²⁶ ANTT, Chancelaria de D. João III, *liv.* 49, f. 145, e *liv.* 37, f. 63v.

²⁷ AML, *Livro primeiro do tombo...*, f. 261v., de agosto, 25, e f. 128v., de novembro, 22.

²⁸ AML, *Livro Carmesim*, f. 40.

²⁹ AML, *Livro Carmesim*, f. 35v., de novembro, 17; f. 36v.-37v.; f. 29, de março, 12; f. 39, de agosto, 18; f. 44v.

Em relação a exemplos de documentos que fez escrever: “o fiz esprever” (1560); “eu Cristovão de Magalhães a fiz escrever” (1567)³⁰. Por último, quanto a documentos escritos por si, assinalem-se três assentos, redigidos em câmara de vereação: “E eu chrisptovam de magalhaes espriuão da dita camara o espreyu por asy pasar na verdade (1543)³¹; “Eu chrisptovam de magalhaes espriuão da dita camara o espreyu” (1545)³²; “eu chrisptouam de magalhaes o espreyu (no dito dia mes e ano) e eles o asynarão” (1554)³³.

Entretanto, o ano de 1569 parece anunciar a retirada de Cristóvão de Magalhães. A sua última intervenção identificada data de 7 de janeiro, subscrevendo em público e assinando uma escritura de aforamento³⁴. Desconhecemos a data da sua morte. Porém, uma década antes, em reconhecimento dos seus serviços, obtivera, por alvará régio de 9 de março de 1560, a garantia de que por seu falecimento o cargo ficaria para o filho mais velho, Nuno Fernandes de Magalhães, fidalgo da Casa Real. Assim, a este foi passada carta do ofício, em virtude do alvará, em 3 de junho de 1574³⁵. E aí, o rei foi claro ao reconhecer a sua aptidão para o desempenho exigido pela escrivania municipal, afirmando que já fora examinado “pera seruir ho dito oficio pelos meus desembargadores do paço”. Ora, uma vez considerado apto para aquele exercício, uma das suas primeiras intervenções nessa qualidade ocorreu em 21 de abril de 1569 – “feita em Camara per Nuno Fernandes de Magalhaes escrivão della”³⁶. Contudo, o início de funções como escrivão da câmara não foi muito regular. De facto, dois meses depois surge a “mão” de um outro escrivão como responsável pela documentação municipal.

Trata-se de António Nunes, que pelo menos em 16 de junho está em exercício de funções, ao subscrever uma escritura de aforamento³⁷. Valeram-lhe os serviços prestados como procurador da cidade, sendo nomeado dois meses depois para o lugar de escrivão da câmara, por tempo de dois anos, por alvará régio de 1 de setembro de 1570 – “vos mando que o metais em pose da serventia do dito oficio e lho leixeis servir e delle vzar pelo dito tempo”. A posse e juramento, como habitualmente, realizaram-se na câmara da vereação, mediante a apresentação da provisão régia – “a quall vista por elles mandarão *que se comprise* e foi loguo metido de pose e dado na dita camera juramento dos avamjelhos” –, seguindo-se o assento assinado por todos no verso do alvará, depois por ele devidamente guardado, por inerência do ofício³⁸. E ainda seria da sua responsabilidade o respetivo treslado para o livro de registo, sob a alçada de um dos procuradores da cidade – “foi conçertado este trelado asima com ho

³⁰ AML, *Livro Carmesim*, f. 48 e f. 49, respetivamente.

³¹ AML, *Livro Carmesim*, f. 46, de março, 30.

³² AML, *Livro 3º de D. João III*, f. 45-46v., de fevereiro, 02.

³³ AML, *Livro Carmesim*, f. 28v., de junho, 13, em que escreve o auto de assento de confrade do príncipe D. Sebastião, na Confraria de Santo António (1554, junho, 13).

³⁴ AML, *Livro primeiro do tombo...*, f. 258.

³⁵ AML, *Livro 3º de registo de ofícios, regimentos e alvarás...*, f. 62.

³⁶ AML, *Livro primeiro do tombo...*, f. 328v.

³⁷ AML, *Livro primeiro do tombo...*, f. 12.

³⁸ A posse ocorreu oito dias depois do alvará, a 9 de setembro (Cf. AML, *Livro 3º de registo de ofícios, regimentos e alvarás...*, f. 35v.).

propio per mim alluaro de morais *procurador* da cidade (...)”. Findos os dois anos, o rei prolongou-lhe o serviço por mais um, contanto que pagasse 60.000 reais de pensão ao detentor do cargo³⁹. A condição transitória com que desempenhou as funções está enunciada numa nota de margem num aforamento, onde se lê – “por Antonio Nunez que servio de escrivão da Camara aos 10 dias do mes de Fevereiro de 1572 anos”⁴⁰. Pode afirmar-se, que a sua atividade ao serviço da escrita concelhia está bem documentada. Subscrive, redige, assina, testemunha, assenta e faz tresladar a documentação municipal pela qual foi responsável durante o mencionado período⁴¹.

Desconhecemos as causas que levaram Nuno Fernandes de Magalhães a não exercer logo o cargo, permitindo o serviço de António Nunes. Ao certo, sabe-se que a 19 de abril de 1572, o filho mais velho de Cristóvão de Magalhães já exercia as funções, tresladando uma carta régia sobre a procissão da Saúde – “o fiz escrever e concertei com a propria que fica no almario junto da mesa e asinej”⁴². Em 31 de dezembro de 1574, subscrive o assento da vereação que confere a mercê de um ofício da câmara para Álvaro de Moraes, que, entretanto, volta a subscrever e assina, depois de o concertar com o próprio⁴³. Em 3 de março de 1575, tinha de estar em plenas funções, quando recebe a mercê para poder ter os escrivães que lhe fossem necessários, tal como o pai e o avô tinham recebido:

pera melhor aviamento e despacho das partes que tem negocio na camara da çidade de lixboa ej por bem e me praz de dar *Licença* a *nuno fernandez* de *magalhães* fidallgo de mjnha casa escriuam da camera da dita çidade *que* elle possa ter os escryuais que lhe forem necessaryos asy e da maneira *que* cristouam de magualhais seu pay e elle atee ora os tueram *pera* escreuer os Comtratos cartas de saquas aluaras aRecadaçois e fazerem todas as outras cousas que ao dito ofiçio tocarem Comtanto *que* elle as sobscreu a os quais escriuais apresentara na Camara ao presidente e vereadores dela e serão pessoas de boa vjda e costumes e que tenham calljdade e suficiencia *pera* nisso poderem serujr e achando que são tais lhes será dado juramento dos santos evangelhos pelo dito presidente e *vereadores* que bem e verdadeiramente escreuão e ffação as ditas cousas do *que* se fara asemto no lyuro da camera e sendo as ditas cousas feytas pellos ditos escryuais e sobscrytas pelo dito *nuno fernandez* na maneira *que* dito he ey por bem *que* tenha tanta força e vigor como se por elle fosse feytas e porem aquellas cousas que forem de segredo e pareser ao dito presidente e vereadores que *deuem* ser escrytas pello dito *nuno fernandez* elle as escreuera por sua mão⁴⁴.

Trata-se de uma mercê idêntica à que o pai recebera. Porém, o texto é mais completo e detalhado. O fundamento é o mesmo, justificando com a garantia de melhor “aviamento e despacho das partes que tem negocio na câmara da cidade de lixboa”. Outro aspeto interessante prende-se com as condições de recrutamento, o perfil e as características dos escrivães que o escrivão, por sua vez, deveria ter em conta ao recrutar para o seu serviço: ser

³⁹ AML, *Livro 3º de registo de ofícios, regimentos e alvarás...*, f. 36, por alvará de 1572, outubro, 15.

⁴⁰ AML, *Livro primeiro do tomo...*, f. 142-142v.

⁴¹ Como exemplo: uma subscrição de um documento (AML, *Livro Carmesim*, f. 50v., de 1572, abril, 10); redige e assina um recibo (AML, *Livro Carmesim*, f. 51, de 1573, janeiro, 10); em maio, 20, permanecia em funções, testemunhando num contrato entre a Câmara e a Coroa, na qualidade de escrivão da câmara (AML, *Livro Carmesim*, f. 60v.- 65); pouco depois, no dia 26, é responsável por um assento (AML, *Livro Carmesim*, f. 42v.-44).

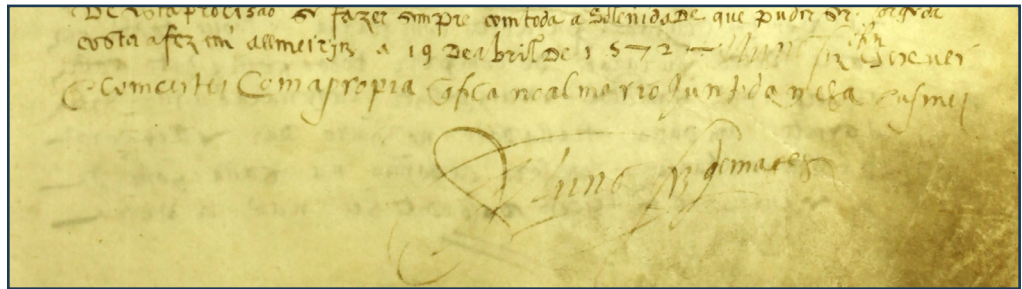
⁴² AML, *Livro Carmesim*, f. 51.

⁴³ AML, *Livro 3º de registo de ofícios, regimentos e alvarás...*, f. 57v.

⁴⁴ AML, *Livro 3º de registo de ofícios, regimentos e alvarás...*, f. 100.

pessoa de boa vida e costumes; ter qualidade e suficiência; “que bem e verdadeiramente escrevam”; e, finalmente, os escritos que fossem da sua responsabilidade, ele, escrivão, escrevê-los-ia “por sua mão”.

Figura 4 Subscrição de Nuno Fernandes de Magalhães, numa escrita humanístico-gótica, com forte predomínio da primeira modalidade e as características góticas já pouco presentes. 1572, abril, 19. AML, *Livro Carmesim*, f. 51.



Infortunadamente, Nuno Fernandes teve poucos anos no ativo, uma vez que acompanhou o rei D. Sebastião a Alcácer Quibir, de onde não consta que tenha regressado. Em 12 de maio, antes de embarcar para África, ainda subscreve uma escritura⁴⁵. Na sua ausência, para o substituir, D. Sebastião deixou nomeado Álvaro de Moraes, que fora procurador da cidade, por alvará de 25 de junho de 1578:

avendo Respeyto a Nuno fernandes de magalhaes fidalguo de minha casa e escriuam da camara da dita cidade me yr hora seruir nesta jornada d’africa ei por bem e me praz que aluaro de morais Caualeiro fidalguo de minha casa procurador da cidade sirua ho dito officio de escriuão da camara della em lugar do dito nuno fernandez de magalhaes e jsto enquanto durar sua ausencia⁴⁶.

Ora, prolongando-se a ausência mais do que previsto, Álvaro de Moraes viria a desempenhar o cargo durante cerca de cinco meses, até à nomeação do irmão do malgrado Nuno, Afonso de Torres de Magalhães, que recebeu carta de escrivão da câmara de Lisboa em 12 de dezembro do fatídico ano de 1578⁴⁷. Desconhecia-se, então, a verdadeira dimensão da realidade, como se depreende do texto da dita carta – “*ey por bem que elle sjrua o officio d’escriuão da camara da dita cidade enquanto durar a ausencia de nuno fernandez de magalhaes seu jrmão que ora se diz estar catjuo e eu o ouer por bem*”⁴⁸.

Enquanto aguardava pelo retorno do irmão, Afonso de Torres de Magalhães desempenhou o cargo, mantendo-se nele durante muitos anos, desta feita à espera que o sobrinho, Cristóvão de Magalhães, filho de Nuno Fernandes

⁴⁵ AML, *Livro primeiro do tombo...*, f. 156.

⁴⁶ AML, *Livro 3º de registo de officios, regimentos e alvarás...*, f. 126 e f. 126v. Em 1570, na qualidade de procurador do concelho, fora responsável pelo traslado do alvará que nomeia António Nunes. Em 1574, dezembro, 31, a cidade recompensa Álvaro de Moraes pelos serviços prestados, como procurador e como alcaide, fazendo-lhe mercê “de hum officio da dita cidade que nelle caiba o primeiro que vagar não prejudiquado aos prouidos” (AML, *Livro 3º de registo de officios, regimentos e alvarás...*, f. 57v.).

⁴⁷ AML, *Livro 3º de registo de officios, regimentos e alvarás...*, f. 132v.

⁴⁸ ANTT, Chancelaria de D. Sebastião, *liv. 43*, f. 109v. A posse foi-lhe dada em 1579 (janeiro, 03), cujo assento e o juramento foram feitos nas costas do alvará (Cf. AML, *Livro 3º de registo de officios, regimentos e alvarás...*, f. 135).

de Magalhães, atingisse a “idade conveniente”⁴⁹. Com o estatuto de fidalgo da Casa Real, como o pai e o avô, Afonso de Torres de Magalhães era detentor de várias mercês régias: dois padrões de juro, um de 50.000 reis e outro de 125.000 reis, e de uma tença de 70.000 reis⁵⁰. Em 1591, ainda estava à frente da escrivania municipal⁵¹.

2.2. Interrupções no desempenho do ofício

Parece interessante referenciar uma situação que, com alguma frequência, ocorria nos meios burocrático-profissionais, das escrivaninhas régias ao universo tabeliônico, à qual o gabinete escriturário municipal não foi exceção. Referimo-nos à substituição temporária de quem detinha o ofício, substituído em caso de ausência por motivos de impedimento.

Relativamente a Cristóvão de Magalhães, identificaram-se algumas situações em que foi substituído temporariamente por um outro escrivão, que subscreve o documento e justifica a que título nele intervém, desconhecendo-se as razões de tais substituições. Assim, além do ano de 1531, em que surge o nome de Vasco Serrão a assinar “em lugar de” Cristóvão de Magalhães, outras situações semelhantes ocorreram⁵². Nomeadamente em 1548, sendo então substituído por Afonso de Torres, como se verifica por dois registos que este subscreve na condição de substituto: em 27 de outubro – “afonso de torres que ora syruo de stprivam da camara o suspriuy” –, e em 3 de novembro – “afonso de torres que ora syruo de stprivam da camara em ausemça de christouam de magalhaes o suspriuy”⁵³. A situação repete-se alguns anos depois, em 1559, no treslado de uma provisão régia: “Eu afonso de torres que ora siruo de stprivam da camara em ausemça de cristovam de magalhaes o ffyz stprever e comcertey com o propio aluara de sua alteza que fica no cartorio e o asyney em lixboa xxb dias do mes doutubro de 1559”⁵⁴. Por último, em 1560 – “Registado no livro da camara [...] por mim Affonso de Torres que ora siruo de scripvão da camera em auzencia de Cristouam de Magalhães”⁵⁵. Nestes dois últimos registos repete-se o termo “ora sirvo”, indicando a situação de transitoriedade, e, noutro sentido, a expressão “na ausência de”, aludindo à substituição.

⁴⁹ AML, *Livro 3º de registo de ofícios, regimentos e alvarás...*, doc. 165, f. 135, 137-138.

⁵⁰ ANTT, *CC*, Parte I, mc. 112, nº 91; ANTT, Chancelaria de D. Sebastião, *liv. 44*, f. 339; ANTT, Chancelaria de D. Filipe I, *liv. 13*, f. 75 e *liv. 11*, f. 91v.

⁵¹ Há muita documentação com intervenção do escrivão Afonso Torres de Magalhães. Exemplificando, através do *Livro Carmesim*: f. 52v. e 54, de 1575, dezembro, 17, assina uma carta de confirmação; f. 54v.-55, de 1575, dezembro, 13; f. 55v.-57v., de 1579, julho, 12 – “o fez escrever”; f. 58-58v., de 1579, outubro, 9, registado por ordem do escrivão; f. 67v.-70v., 1585, maio, 23 – “o fez escrever”; treslado de vários documentos sobre os privilégios dos cidadãos de Lisboa – “o fiz treladar e asiney em publico”; f. 71, de 1585, junho, 22, assina o treslado do alvará que concedia à Câmara o provimento de nomeação dos seus ofícios; f. 71v., 1586, janeiro, 02 – “o fiz escreuer”, subscreve um doc. escrito por Domingos da Cunha; f. 72, 1514, subscreve e assina; f. 74v.-75, 1591, dezembro, 26, – “o qual asento se fez e asinou em Câmara [...] e o asinarão perante mim [...] escrivão da ditta Câmara que ho escrivi”; f. 77 a 85, 1591, julho, 30, registou o novo regimento, que definia que o escrivão da câmara estará presente às vereações e registará os despachos; f. 76v., 1591.

⁵² AML, *Livro primeiro do tombo...*, f. 394, de junho, 20.

⁵³ AML, *Livro 1º de assentos do Senado*, f. 88 e 89-89v.; AML, *Livro primeiro do tombo...*, f. 359.

⁵⁴ AML, *Livro 1º de registo de posturas e regimentos*, f. 97.

⁵⁵ AML, *Livro 1º de consultas e decretos de D. Sebastião*, f. 7v.

Quanto à identidade deste Afonso de Torres, duas hipóteses se colocam. Ou se trata do segundo filho de Cristóvão de Magalhães, então ainda jovem, que viria a ser nomeado escrivão da câmara em 1578, ou, então, tratar-se-ia do seu sogro, pai de Ana de Torres, homem abastado e oriundo de terras de Espanha, que parece a hipótese menos verosímil⁵⁶. Qualquer deles, filho e sogro, da mais estrita confiança de Cristóvão de Magalhães, como se exigiria para o exercício daquele ofício.

3. O GABINETE ESCRITURÁRIO

A parte mais visível da atividade do escrivão da cidade tinha lugar na câmara da vereação, isto é, nas casas da câmara propriamente ditas, ou Paços do Concelho, que em Lisboa, no século XVI, estavam situadas junto a Santo António da Sé, independentemente de haver referências pontuais a outras localizações, casos do Vale de Santo Antão ou Nossa Senhora do Paraíso, a caminho de Santa Apolónia, locais alternativos justificados por impedimentos em se “fazer câmara” na cidade, geralmente por motivos de peste⁵⁷.

Contudo, se existiam determinações régias específicas para a documentação concelhia de maior importância, obrigando a que fosse produzida no edifício da Câmara, de onde não poderia sair, nem toda a atividade concernente à escrita era ali concretizada. Assim se verifica, por exemplo, pela análise do *Livro 1º de fianças dos escravos*, que agrega registos redigidos durante um período de oito anos, entre 1549 e 1556, permitindo obter diversos tipos de informação acerca da organização da atividade do escrivão da câmara⁵⁸, nomeadamente quanto ao seu local de atividade e aos seus serventuários. Com efeito, a análise protocolar destes cerca de 170 registos revela a existência de um local de redação alternativo aos Paços do Concelho, mencionado de duas formas diferentes: “em casas de mim” ou “em pousadas de mim”. Apenas por duas vezes é mencionada a “camara da vereação desta cidade”, como data tópica⁵⁹. Se habitualmente o local onde é escrito o documento se reveste de menor importância diplomática e mesmo histórica, se comparado com a data “crónica”, neste caso é indiscutível a sua relevância, uma vez que demonstra que o escrivão também exercia o ofício em sua própria casa. Assim sendo, desta ambiguidade do termo “casas de mim”, no sentido de residência e de local de trabalho destinado ao exercício do ofício, é de conceber que nos seus aposentos ou habitação funcionaria igualmente o *scriptorium* que dirigia, uma espécie de extensão do seu gabinete que funcionava na sede concelhia.

⁵⁶ AML, *Livro da escritura da instituição do morgado de Afonso de Torres*, f. 27v.

⁵⁷ Cf. MACEDO, Luís Pastor de; ARAÚJO, Norberto de – *Casas da Câmara de Lisboa*. Lisboa: CML, 1951. p. 41-55.

⁵⁸ AML, *Livro 1º de fianças de escravos* [*Livro em que se tomam As fianças dos escravos cativos que Andam por companheiros nas barquas E bateis que começam a bj de nouembro de jr Rix*].

⁵⁹ A primeira forma é utilizada por 55 vezes, correspondendo a 32% dos casos, e a segunda por 102 vezes, correspondendo a 60% das situações (AML, *Livro 1º de fianças de escravos*). Em variantes esporádicas surgem igualmente as formas “em casa de mim” (Idem, *ibidem*, f. 13-13v. e f. 126v.-127) e “casas da morada” (Idem, *ibidem*, f. 3-4, f. 4-5, f. 5v.-6 e f. 11-11v.). Apenas por duas vezes é mencionada a “camara da vereação desta cidade” (Idem, *ibidem*, f. 81v.-82 e f. 143v.-144).

Concretamente sobre as suas casas de residência, apurou-se que Cristóvão de Magalhães viveu vários anos ao arco do Rossio, pelo menos entre 1548 e 1565, período em que ali é referenciado – “ao arco do Rossio nas casas da morada do *senhor Cristovão* de magalhães fidalgo da casa del Rey nosso *senhor* e escripvam da camara da dita cidade” (1548), ou no – “Arco do Rocio e Rua de Pero de Mendonça”, onde, em suas casas, tinha um “atafaneiro”, um surrador e um braçal (1565)⁶⁰. Para as bandas do Cabeço de Alperche (Penha de França) era proprietário de um olival⁶¹.

No que diz respeito ao corpo de ajudantes que tinha ao seu serviço, eram vários os agentes de escrita que a ele estavam ligados, tal como acontecia com outros profissionais da escrita. Estes serventuários não só redigiam como frequentemente assinavam e testemunhavam. O reconhecimento da sua importância ficou demonstrado na licença régia dada a Cristóvão de Magalhães, no ano de 1532, para que pudesse ter os escrivães que lhe fossem necessários – “*pera* melhor aviamento e despacho das partes” –, como seu pai tivera e ele, igualmente, na prática, já dispunha dessa ajuda:

[...] por folgar de fazer merçe a chrisptouão de magalhaes esprivam da camara desta çidade de lixboa e pera melhor aviamento e despacho das partes ey por bem e me praz de lhe dar Licença que posa ter os esprivais que lhe que lhe forem neçessarios como seu pay e elle athe ora teue *pera* escrever os *contrautos* cartas de sacas aluaras aRecadações e fazerem totalas outras cousas que ao dito seu officio tocarem contamto que ele os sobescpreva *pera* o quall apresentara os ditos *escriuães* na dita camara aos *vereadores* dela onde lhe sera dado Juramento dos santos avamgelhos que bem e verdadeiramente o facam e sendo factas pelos taes *escrivães* e sobescpritas pelo dito cristovam de Magalhães como dito he ey por bem que tenham tanto credito, força e vigor como se per elle fosem factas [...] ⁶².

Ao escrivão da câmara competia escrever e fazer escrever, subscrever o documento e responsabilizar-se pela redação dos ajudantes que, para entrarem ao serviço, deveriam ser apresentados na câmara da vereação, onde seriam devidamente ajuramentados. Ou seja, tratava-se de uma estrutura reconhecida e formalizada pelos poderes concelhios, uma espécie de gabinete destinado a ajudar no expediente burocrático, através de uma equipa de serventuários ou escrivães ajudantes que lhe garantiam a boa prossecução do seu ofício, recrutando-os de acordo com as suas necessidades, sem limitações. Contudo, de acordo com o entendimento dos vereadores, as “cousas que forem de segredo” deveriam ser feitas pelo escrivão da câmara, salvaguardando-se assim o sigilo inerente a questões mais melindrosas. Se, por um lado, esta mercê régia parece de alguma redundância, ao reconhecer que o escrivão da Câmara de Lisboa já beneficiava dessa prerrogativa, por outro, parece evidenciar a necessidade de o dotar com os meios necessários para fazer face à crescente burocratização do reino originada nas escrivatinhas régias⁶³, a que o concelho de Lisboa não foi alheio, como se constata, por exemplo, pela evolução

⁶⁰ AML, *Livro da escritura da instituição do morgado de Afonso de Torres*, f. 27v.; AML, *Livro do lançamento e serviço...*, f. 480.

⁶¹ AML, *Livro 1º de contratos*, doc. 10, f. 26, de 1555.

⁶² ANTT, Chancelaria de D. João III, *liv. 18*, f. 58v., de julho, 10; AML, *Livro dos Pregos*, doc. 515, f. 331 (redigida pelo escrivão régio Pero Henriques, um dos primeiros a introduzir elementos de hibridação humanísticos na sua escrita, ainda na década de 1530, cujo tipo gráfico se assemelha ao de João do Sal).

⁶³ Cf. PAULO, Jorge Ferreira – *A escrita humanística na documentação régia portuguesa de Quinhentos*. Lisboa: [s.n.], 2006. Dissertação de Mestrado em Paleografia e Diplomática, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. p. 71-79.

crescente do número de escrituras de aforamento com intervenção do escrivão da câmara, a partir de meados da década de 1530.

Cristóvão de Magalhães	1521	1522	1523	1524	1525	1526	1527	1528	1529	1530	1531	1532	1533	1534	1535	1536	1537	1538	1539	1540	1541	1542	1543	1544	1545
					1	2	3	2	5	6	4	1	3	4	6	10	8	7	10	13	10	9	8	4	4
(1521-1569)	1546	1547	1548	1549	1550	1551	1552	1553	1554	1555	1556	1557	1558	1559	1560	1561	1562	1563	1564	1565	1566	1567	1568	1569	
	9	6	5	6	12	7	15	8	7	8	7	17	4	4	2	7	3	5	2	1	0	2	1	1	

Tabela 1 Ritmo de produção documental (escrituras de aforamento (1521-1569) da responsabilidade do escrivão da câmara Cristóvão de Magalhães. AML, *Livro primeiro do tomo...*).

Outro aspeto que parece de realçar é o facto de, frequentemente, Cristóvão de Magalhães referir-se aos escrivães ajudantes como “meus criados”, expressão que parece mais plausível se interpretada com o sentido de terem sido criados por si, na sua casa. Ora, estando aqui em causa o universo da escrita, e sem pretender generalizar o termo, parece de considerar a hipótese de terem sido instruídos na arte e nas técnicas da pena, como aprendizes, desde jovens, nas casas do escrivão da câmara, à semelhança do início de percurso em outros ofícios. As *Leis Extravagantes* não deixam de os referenciar, no título sobre os escrivães e tabeliães, embora os deixem de fora das suas disposições – “E isto se entenderá, naquellas pessoas que não forem criados dos ditos escrivães, a que elles dem o necessario”⁶⁴. Ou seja, reconhecem um estatuto distinto para eles, individualizando-os, numa forte dependência relativamente àquele que detém o cargo, mas numa lógica meramente social, descurando a componente profissional.

Foi possível identificar vários dos “criados” da casa de Cristóvão de Magalhães⁶⁵. Uns constam na documentação na qualidade de testemunhas, participando no ato jurídico-administrativo, contribuindo para a sua validação. Outros testemunham e escrevem. No entanto, embora todos surjam mencionados como testemunhas, muitas vezes assinando o documento nessa qualidade, nem todos identificam a sua autoria gráfica. De facto, há várias “mãos” diferentes daquelas que estão identificadas, pelo que só a análise rigorosa e sistematizada das grafias não identificadas, ainda em curso, poderá permitir apurar a respetiva autoria gráfica. Para já, verifica-se que todos os que assinam revelam um pleno domínio da escrita, são detentores de uma cultura de ordem prática e administrativa, tendo em conta as assinaturas de um nível gráfico superior⁶⁶. Esta destreza gráfica evidenciada

⁶⁴ Cf. LEÃO, Duarte Nunes – *Leis extravagantes e repertório das Ordenações*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987. p. 54v., na Parte I, Lei XI, Título XXII. *fac. simile*, 1569.

⁶⁵ AML, *Livro 1º de fianças de escravos* – são exemplos: “diogo barbosa e symão luís meus criados” (f. 65v.; 1550); “diogo barbosa e dioguo barbosa meus criados [sic]” (f. 83v.; 1551); “amdre machado e amtonio varella que esta fez meus criados” (f. 114v.; 1553); “bertollameu barbosa e ffrancisco da costa meus criados” (f. 144v.; 1555); “Francisco da Costa e allvaro de gouvea meus cryados” (f. 148v.; 1555); “luis dante criado do sobredito Cristovão” (f. 168v.; 1556).

⁶⁶ Sobre a importância das assinaturas e a sua relação com o processo da escrita veja-se SANTOS, Maria José Azevedo – *Assina quem sabe e lê quem pode*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2004.

por estes criados do escrivão da câmara decorreria, por certo, de uma instrução ou formação que visava a prática administrativa corrente. Seriam, assim, preparados para um certo tipo gráfico, possivelmente em casas do escrivão da câmara. Em geral, conhecem-se as qualidades exigidas aos auxiliares que servissem pelos escrivães, ajudando-os a escrever no seu ofício, impondo como condições ser-se pessoa “maior de quatorze anos, e apta e pertencente pera nisso servir”⁶⁷. Desconhece-se, contudo, o grau de liberdade que poderiam ter para executarem em estilo gráfico próprio.

Quanto àqueles que não se integravam dentro da categoria de “criados”, o destaque vai para João do Sal, um dos escrivães que acompanha grande parte da atividade de Cristóvão de Magalhães ao serviço da escrivania do concelho, de cujo percurso burocrático se dá aqui uma nota. A sua longa atividade está documentada pelo menos desde o início da década de 1530. Conhecem-se duas notificações suas do conteúdo de duas cartas régias⁶⁸. Num contrato em que compra umas casas na Cordoaria Velha, em 1558, é referenciado como cavaleiro da Casa d'el Rei, exercendo o ofício de escrivão do tesouro da cidade de Lisboa⁶⁹, cargo que ainda mantinha em 1562 (setembro, 23), quando o rei o impede de anular o contrato de venda daquela mesma propriedade⁷⁰. Poucos anos depois, em 1565, residia na freguesia de Santa Justa, na zona do Cural, perto de São Lázaro⁷¹. Exercia o ofício de escrivão dos órfãos, quando elaborou um inventário com a avaliação da respetiva fazenda⁷², destinado ao “Lançamento do Serviço desta cidade de Lisboa [...] anno de 1563 [...]”⁷³. Ainda estava ao serviço no ano de 1573, quando é chamado a redigir um assento de vereação⁷⁴.

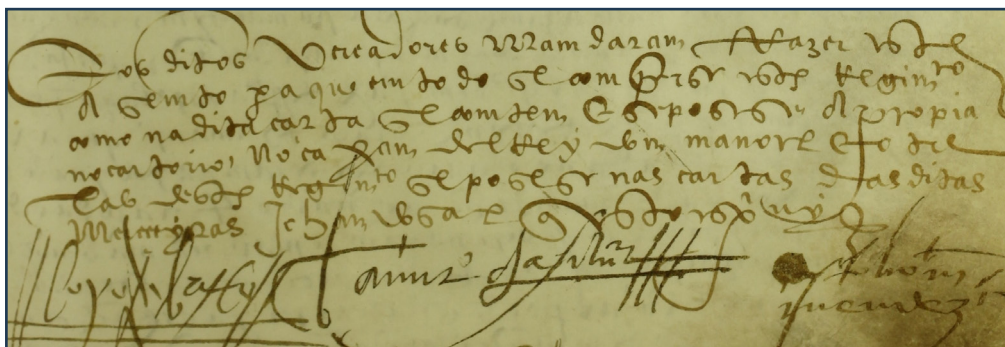


Figura 5 Escrita de João do Sal. 1546, setembro, 28. Modelo gráfico inspirado na letra cortesã espanhola, que evoluiu em Portugal para um tipo híbrido gótico-humanístico, muito usado pelos escrivães da rainha D. Catarina. AML, *Livro Carmesim*, f. 42v.-44.

⁶⁷ Cf. LEÃO, Duarte Nunes, *op. cit.*, p. 53 (Primeira parte, Título XXII, Lei III – “que qualidades teerão os que por elles seruirem”).

⁶⁸ AML, *Livro 2º de D. João III*, f. 159; AML, *Livro 2º de D. João III*, doc. 67B, f. 96, uma em 1535, fevereiro, 16, e outra em 1542, julho, 29. No ano de 1548, redige um assento de compra de um sino para Lisboa (outubro, 22).

⁶⁹ As casas que comprou eram foreiras à Câmara (Cf. AML, *Livro 10º de escrituras e aforamentos*, f. 14-15, de dezembro, 31); Confrontavam com casas suas (Cf. AML, *Livro do tombo...*, f. 444-444v.).

⁷⁰ AML, *Livro 1º de consultas e decretos de D. Sebastião*, f. 19-20; AML, *Livro do tombo...*, f. 321.

⁷¹ AML, *Livro do lançamento e serviço...*, f. 520.

⁷² “Dos orfãos que João do Sal escrivão delles mandou a esta Cassa do Lançamento per sua certidão” (AML, *Livro do lançamento e serviço...*, f. 685).

⁷³ AML, *Livro do lançamento e serviço...*, f. 2.

⁷⁴ AML, *Livro Carmesim*, f. 42v.-44, de maio, 26.

Dos restantes agentes da escrita ao serviço de Cristóvão de Magalhães, os tais “criados”, destaca-se Simão Luís, o escrivão com maior atividade gráfica ao serviço de Cristóvão de Magalhães, identificando devidamente a sua autoria⁷⁵. Exemplo da sua atividade intensa são os registos do *Livro 1º de fianças de escravos*, escritos durante oito anos, entre 1549 e 1556, tendo redigido, pelo menos, 25% daqueles registos. Em setembro de 1570, é ele que redige o trespado da provisão do cargo a António Nunes e dá posse para o livro de registo da Câmara⁷⁶. Foi ele o escrivão do *Tombo da Cidade*, “hum livro do tombo bem enquadrado”⁷⁷. De acordo com o alvará de 7 de junho de 1576, D. Sebastião determinara que o autor gráfico do livro seria o escrivão que acompanhou o juiz encarregado por D. João III de proceder às diligências necessárias “pera o tombo dos beens propriedades e cousas que pertencen à dita cidade e Camara della”⁷⁸. O seu percurso estende-se ainda pela década de 1570, sobrevivendo a Cristóvão de Magalhães.

A partir de então muitos dos registos da vereação são da lavra de Álvaro de Gouveia e do escrivão Domingos da Cunha. No ano de 1577, por exemplo, são responsáveis pela redação da maior parte da documentação, alternando a autoria gráfica entre si, embora vários registos não se encontrem identificados diretamente, o que não invalida a identificação de carácter gráfico, pela análise paleográfica da sua “mão”⁷⁹.

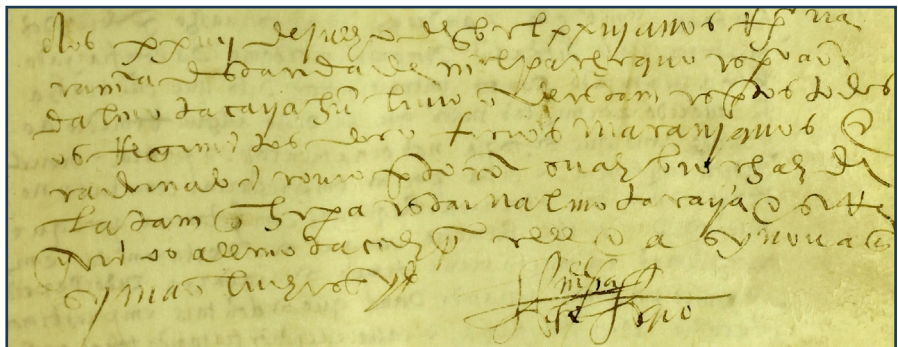


Figura 6 Escrita de Simão Luís, em versão menos cursiva, num recibo do Livro do regimento dos officios mecânicos. 1573, julho, 24. AML, *Livro Carmesim*, f. 51.

4. A ESCRITA DA ESCRIVANINHA MUNICIPAL

Durante a primeira metade do século XVI, a escrita do escrivão da câmara e do seu gabinete escriturário denotou um comportamento gráfico de tipo conservador, refletindo, segundo tudo indica, as modalidades gráficas emanadas das escrivaninhas régias. A partir da chancelaria régia e da câmara do rei, oficinas escriturárias superiores que

⁷⁵ AML, *Livro Carmesim*, f. 47-47v., 1557, “Simão Luis o fez”; Idem, *ibidem*, f. 51, 1573, “Simão Luis o scpreuy”. AML, *Livro 3º de registo de officios, regimentos e alvarás...*, f. 35v. e 36.

⁷⁶ Respetivamente, nos dias 1 e 9 (AML, *Livro 3º de registo de officios, regimentos e alvarás...*, f. 35v.).

⁷⁷ Cf. AML, *Livro primeiro do tombo...*, f. 3v. – “numerado e assinado em todas as folhas pelo juiz do Tombo, o licenciado Luís Lourenço”.

⁷⁸ AML, *Livro primeiro do tombo...*, f. 2-3.

⁷⁹ AML, *Livro 3º da vereação* (vários registos).

funcionavam como referencial para toda a sociedade, difundiam-se os modelos gráficos. Pode supor-se, então, que o gabinete do escrivão da câmara poderia atuar, em certa medida, como um mediador gráfico para a restante comunidade escrevente do concelho. É uma questão em aberto. De facto, os dois escrivães da câmara, pai e filho, Nuno Fernandes e Cristóvão de Magalhães, durante três quartos de século (1494-1569) replicam os modelos escriturários vigentes, de matriz gótica, de acordo com o que lhes chegava daqueles organismos. Contudo, com algumas diferenças entre si.

4.1. A escrita para o exterior: a imagem gráfica do concelho

É importante distinguir duas funções relativas à escrita produzida pelo concelho. Uma, de carácter administrativo, jurídico-normativo, destinada à própria instituição municipal, que corresponde a uma escrita de registo interno, para memória futura, resultante do expediente diário do escrivão da câmara e do seu gabinete escriturário. Como tal, supostamente, não é tão exigente quanto à clareza e ao esmero gráfico, o que dá origem à irregularidade e a uma menor legibilidade. Os documentos que a utilizam são abundantes. Constituem o espólio do concelho e do seu arquivo, a sua memória. Desta escrita tratar-se-á adiante. Já a segunda função dada à escrita pelo Senado da Câmara está relacionada com a comunicação para o exterior, assumindo um carácter institucional. Neste sentido, interessa aqui verificar se os autores gráficos alteram a sua escrita habitual, sobretudo quando se impõe a dignidade acrescida do destinatário, caso do monarca, por exemplo. Estando em causa uma comunicação de carácter institucional será expectável uma escrita mais formal, supostamente mais cuidada e regular no estilo e no aspeto. Para o efeito, a partir da documentação existente no *Corpo Cronológico*, foi feita uma seleção de documentos produzidos pelo concelho e destinados ao rei.

Assim, para o primeiro quartel do século XVI, cronologia correspondente à atividade da escrivãzinha de Nuno Fernandes, foram localizadas três cartas, duas dirigidas a D. Manuel e uma a D. João III. Analisando as três verifica-se que têm uma autoria gráfica diferente, correspondendo a outras tantas mãos, embora todas respeitem o cânone gráfico vigente, o gótico (V. Figs. 7, 8 e 9). Quanto ao período em que Cristóvão de Magalhães exerceu a atividade de escrivão da câmara, verifica-se que do seu próprio punho saíram várias cartas destinadas a D. João III, em nome da Câmara de Lisboa⁸⁰, nunca deixando de identificar a sua autoria – “Christovam de magalhaes o espreuy”. Não só as redige como utiliza a sua grafia usual, que o acompanha ao longo do exercício do ofício (V. Figs. 10 e 12). O mesmo se verifica com os documentos escritos pelo seu escrivão ajudante, João do Sal (V. Figs. 11 e 14). Desta forma, e atendendo aos dados obtidos, tudo leva a crer que não havia a obrigação, nem tão pouco a preocupação, em alterar a grafia em função do destinatário, mesmo tratando-se do rei. Ou seja, esta função da escrita não era tão valorizada como se poderia supor, a ponto de não haver necessidade de recorrer, por sistema, ao responsável pela escrivãzinha municipal para a redação das cartas dirigidas ao mais solene dos destinatários.

⁸⁰ 1541: um pedido para um despacho a requerimento do procurador da cidade (ANTT, CC, Parte I, mc. 69, nº 32); 1544: um pedido de compensação pela quantia exigida à cidade pelos oficiais régios (ANTT, CC, Parte I, mc. 74, nº 78); 1545: uma exposição acerca de umas galés chegadas ao porto de Lisboa (ANTT, CC, Parte I, mc. 76, nº 63); 1545: uma exposição sobre a prisão de um moedeiro (Cf. ANTT, CC, Parte I, mc. 76, nº 95).

Figura 7 Carta do Senado da Câmara dirigida ao rei, sem autor gráfico identificado ("sprita aos..."), pedindo a confirmação da eleição de vereadores, procuradores e juizes. 1507. ANTT, CC, Parte I, mc. 6, n.º 11.

Handwritten text in Gothic script, likely a petition to the king regarding the election of officials. The text is dense and difficult to decipher due to the cursive style.

Figura 8 Carta do Senado da Câmara dirigida ao rei, sem autor paleográfico ("sprita a..."), pedindo a confirmação do privilégio dos juizes do cível. 1515. ANTT, CC, Parte I, mc. 19, n.º 67.

Handwritten text in Gothic script, likely a petition to the king regarding the privilege of civil judges. The text is dense and difficult to decipher due to the cursive style.

Figura 9 Carta do Senado da Câmara dirigida ao rei, sem autoria gráfica ("sprita a..."), sobre o caminho aberto junto à Igreja de S. Lourenço. 1523. ANTT, CC, Parte I, mc. 29, n.º 32.

Handwritten text in Gothic script, likely a petition to the king regarding a path near the Church of S. Lourenço. The text is dense and difficult to decipher due to the cursive style.

Figura 10 Carta do Senado da Câmara dirigida ao rei, redigida por Cristóvão de Magalhães, com a sua escrita cursiva veloz, ainda com a angulosidade gráfica gótica bem presente. 1545. ANTT, CC, Parte I, mc. 76, n.º 34.

Handwritten text in Gothic script, likely a petition to the king, written by Cristóvão de Magalhães. The text is dense and difficult to decipher due to the cursive style.

Figura 11 Carta do Senado da Câmara dirigida ao rei, escrita por João do Sal. 1545. ANTT, CC, Parte I, mc. 76, n.º 73.

Handwritten text in Gothic script, likely a petition to the king, written by João do Sal. The text is dense and difficult to decipher due to the cursive style.

Figura 12 Escrita de Cristóvão de Magalhães, em carta do Senado da Câmara dirigida a D. João III. 1546. ANTT, CC, Parte I, mc. 78, n.º 8.

Handwritten text in Gothic script, likely a petition to the king, written by Cristóvão de Magalhães. The text is dense and difficult to decipher due to the cursive style.

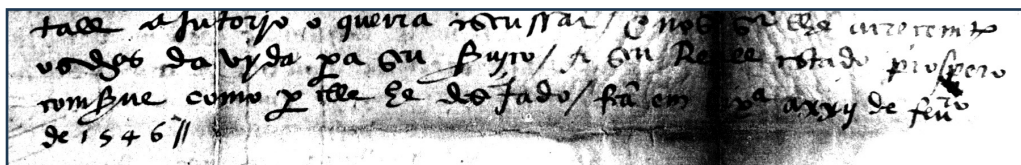


Figura 13 Carta do Senado da Câmara, dirigida ao rei, sem autoria gráfica ("fecta em..."), sobre a miséria em que se achava o povo. 1546. ANTT, CC, Parte I, mc. 77, n.º 87. Além de um tratamento já arredondado das letras, contém elementos de escrita humanística: o *R* maiúsculo e o *s* de dupla curva, em meio e final de palavra, e, ainda, o *e* de laço.

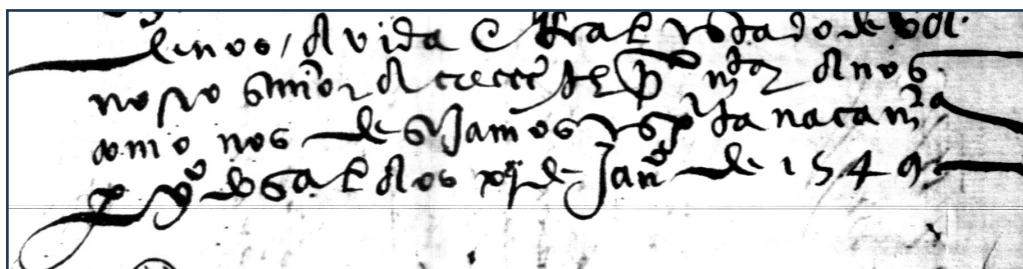


Figura 14 Carta do Senado da Câmara com queixas ao rei, escrita por João do Sal ("Esprita na camara per Yoão do Sal"). 1549. ANTT, CC, Parte I, mc. 82, n.º 14.

Estas cartas para o exterior dão ainda um outro contributo para a análise do ambiente gráfico vivenciado no concelho, em termos de contactos, influência e relacionamentos entre todos os executores gráficos, não apenas os agentes da escrita ditos oficiais. Repare-se nas assinaturas dos vereadores e do procurador da cidade, que acompanham estas cartas dirigidas ao rei. Veja-se como neste caso constituem um bom testemunho do ambiente gráfico concelhio totalmente impregnado dos modelos góticos⁸¹. Contudo, ressalve-se um dos vereadores, o doutor Fernão Martins, cuja assinatura revela o contacto com o cânone humanístico, pelo emprego de alguns elementos do novo padrão gráfico. Mais, a comparação da sua assinatura, redigida em dois momentos relativamente próximos no tempo, 1541 e 1544, mostra-se interessante, permitindo conjecturar sobre uma possível transição gráfica, ou simplesmente, tratar-se de experimentação através da introdução de elementos de hibridação (em particular, as letras *d*, *r* e *e*). Na verdade, trata-se de uma das primeiras mãos humanísticas no ambiente gráfico concelhio lisboeta, o que constitui um dado a ter em atenção em estudos futuros.

⁸¹ Dos vereadores D. Garcia de Sá (1535-1542), D. Pedro de Moura (1535-1542), D. António de Sousa (1544-1545), Lopo de Brito (1543-1549), Cristóvão Mendes de Carvalho (1543-1549) e do procurador da cidade Brás de Pina (1544-1549).

4.2. A permanência dos tipos góticos: Nuno Fernandes e Cristóvão de Magalhães







Nuno Fernandes apresenta duas variantes gráficas, uma mais cursivada e veloz e outra de índole mais caligráfica, apresentando-se esta última como uma escrita mais pesada no contraste de finos e cheios com bastantes traços de significação geral (V. Figs. 1 e 15), denunciando a sua formação na gótica joanina, condizente com o seu aprendizado tardo-quadrocentista. Contudo, um documento de 1511 mostra que a sua escrita também foi contaminada pelas características gráficas da escrita manuelina. Aliás, por inerência de funções, Nuno Fernandes terá lidado de perto com a escrita dos dois escrivães que deram corpo a esta modalidade gráfica de sabor português, Afonso Mexia e António Carneiro⁸². Mais, a sua escrita mais regular assemelha-se à deste último (no período de 1490 a 1509), o conhecido secretário régio, embora ainda deixe transparecer o substrato gráfico joanino, com o tratamento da letra mais anguloso. No entanto, para todos os efeitos, pode afirmar-se que Nuno Fernandes acompanha o movimento iniciado pelos escrivães da corte, de afastamento à letra joanina, integrando o grupo de utilizadores da “letra nova” que iniciam um processo caracterizado pela redução da agudeza das hastes, pelo alívio da compressão horizontal da escrita, pela acentuação da inclinação e o arredondamento do traçado das letras e sinais⁸³. Como exemplos de algumas características gráficas refira-se o uso dos *f* e dos *r caudatos*, o *i* sem o ponto, o *z* em forma de três concluído, em movimento dextrógiro de recuo, as diferentes formas de *s*, longos, ou de dupla curva no meio da palavra e o de tipo sigmático em várias posições.

A Nuno Fernandes “sucede-lhe” o filho, Cristóvão de Magalhães, no ofício concelhio. Com a escrita, contudo, não sucede o mesmo. Apesar de assumir uma gótica de tradição, que manterá inalterável durante o seu percurso escriturário, a sua escrita é já o reflexo de uma evolução da manuelina, que foi seguindo o seu curso, incorporando elementos da cortesã e degenerando num modelo gráfico a que a Paleografia espanhola designou por *processal* (processual ou processada, em português), declaradamente cursiva e com um menor apuro gráfico. Na realidade, o seu esmero de execução gráfica vai variar entre o cursivo veloz e o muito veloz, de acordo com a velocidade que imprime à sua escrita de base⁸⁴. Apresenta muitas vezes um espaço interlinear desigual e uma separação irregular das palavras, no interior das quais liga a maior parte dos grafemas entre si. Mais do que o pai, utiliza habitualmente uma versão gráfica em que, apesar de reduzir as fraturas das curvas, denotando uma intenção de dar um aspeto menos anguloso aos seus grafemas, mantém o referencial da escrita de matriz gótica

⁸² Sobre a escrita e a atividade gráfica destes escrivães veja-se COELHO, Maria Teresa Pereira – *Existiu uma escrita manuelina? Estudo paleográfico da produção gráfica de escrivães da corte régia portuguesa (1490-1530)*. Lisboa: [s.n.], 2006. Dissertação de mestrado em Paleografia e Diplomática da Faculdade de Letras de Lisboa da Universidade de Lisboa. Sintetiza a autora, como características daquela escrita, que se afirma a partir de 1500: a diminuição da extensão das hastes e prolongamentos; o arredondamento dos traços das letras com compressão horizontal da escrita; o aparecimento de novas formas de algumas letras; a libertação de espaço entre palavras e linhas, conferindo um aspecto mais leve à mancha de texto. Já sobre o escrivão Afonso Mexia, em particular, veja-se LOUREIRO, Sara de Menezes – *Afonso Mexia, escrivão da câmara e da fazenda de D. Manuel e de D. João III. Reconstituição e análise da sua atividade como redator e escrivão de diplomatas régios*. Lisboa: [s.n.], 2006. Dissertação de mestrado em Paleografia e Diplomática, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

⁸³ Cf. NUNES, Eduardo Borges, *op. cit.*, p. 20-24; COELHO, Maria Teresa Pereira, *op. cit.*

⁸⁴ Acerca dos conceitos-base a ter em conta na análise das escritas veja-se NUNES, Eduardo Borges, *op. cit.* (introdução); SANTOS, Maria José Azevedo – *Ler e compreender a escrita na Idade Média*. Coimbra: Colibri, 2000.

(V. Figs. 3, 15, 16, 17, 18 e 19). Da sua escrita destacam-se alguns elementos gráficos: o *a* muito aberto; o *e* anguloso com diversas feições e figuras; o *g* de figura e feitura gótica; rara utilização do ponto sobre o *i*; o predomínio do *s* sigmático, sistematicamente usado em final de palavra, embora também utilize o *s* longo; o *z* de forma grega (como um 3), ziguezagueante. Entre os elementos de cursividade que permitiam imprimir uma maior velocidade à sua escrita, veja-se, por exemplo, os traços descendentes reforçados em ligação à letra seguinte, caso do *s* longo: ; a abertura do *a*, permitindo uma mais rápida ligação entre grafemas ; o *h* com laçada superior e inferior; o *g* e o *q*, gotizantes na sua cabeça, mais ou menos aberta, permitindo frequentemente a ligação à letra seguinte pelo movimento em espiral envolvente: ; o nexos de ligação entre o grupo *st*: ; a estilização angulosa de alguns *e*: , letra que utiliza em diferentes formatos nas suas formas minúscula e maiúscula: .

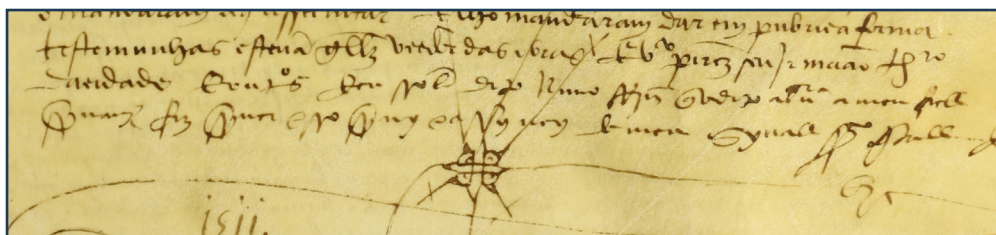


Figura 15 Subscrição de Nuno Fernandes, numa modalidade gráfica mais cursiva e irregular. Trelado em pública forma de uma carta régia de 1511, redigida pelo seu “fiell spruiam”. AML, *Livro das Pregos*, doc. 500, f. 319.

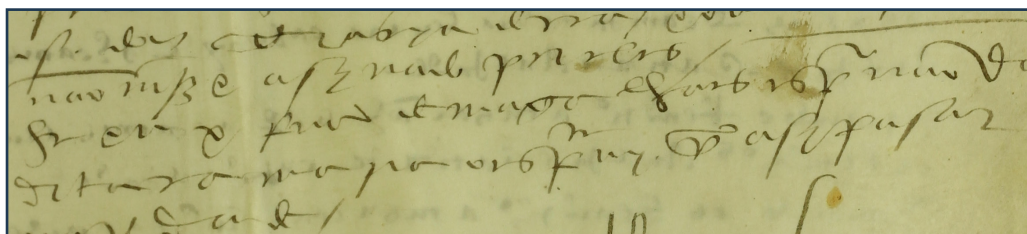


Figura 16 Subscrição de Cristóvão de Magalhães – “E eu chrisptovam de magalhaes espiuão da dita camara o espreuy por asy pasar na verdade”. 1543. AML, *Livro Carmesim*, f. 45v.-46.

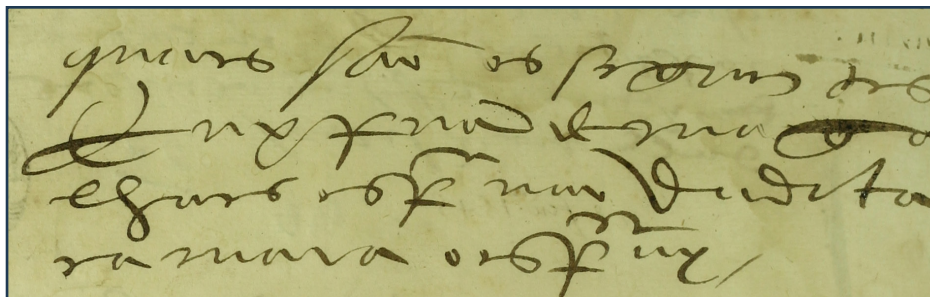


Figura 17 Escrita de Cristóvão de Magalhães num assento da vereação – “Eu chrisptovam de magalhaes espiuão da dita camara o espreuy”. 1545. AML, *Livro 3.º de D. João III*, f. 45-46v.

Figura 18 Subscrição e assinatura de Cristóvão de Magalhães. 1545.
AML, *Livro dos Pregos*, doc. 517, f. 332-332v.

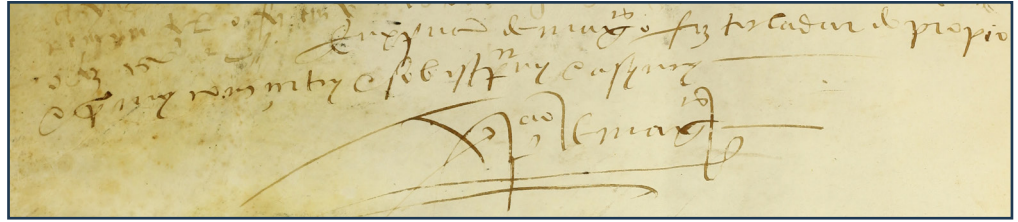
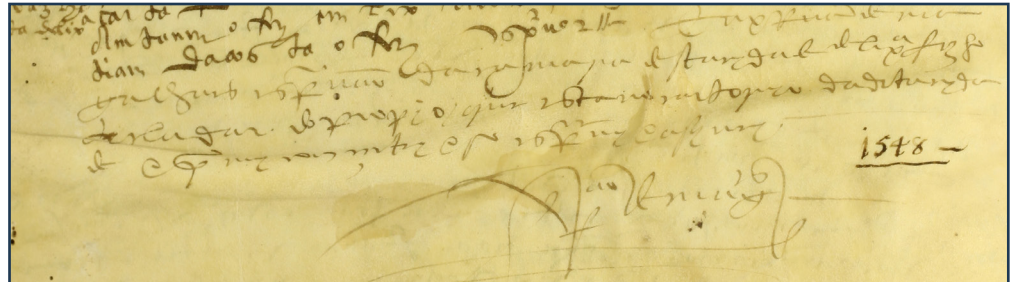


Figura 19 Subscrição e assinatura de Cristóvão de Magalhães. 1548.
AML, *Livro dos Pregos*, doc. 520, f. 337v.



4.3. A oficina escriturária

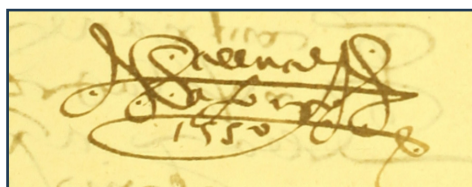
Todos os escrevães que trabalhavam com Cristóvão de Magalhães utilizavam o padrão de escrita gótica. Dos onze nomes associados à sua “casa”, de apenas cinco se conseguiu recolher testemunhos gráficos identificados diretamente, ou seja, do autor paleográfico devidamente identificado: de Simão Luís, João do Sal, António Varela, Bartolomeu Barbosa e Álvaro de Gouveia⁸⁵. Dos restantes, até à análise sistemática das escritas de autoria não identificada, existem as assinaturas, que permitem enquadrar o ambiente gráfico sob a responsabilidade de Cristóvão de Magalhães (V. Fig. 20). São os já mencionados “criados” de sua casa, seus serventuários ou escrevães ajudantes, que suportavam a ação escriturária da escrivaninha municipal. É interessante reparar que todos eles utilizam modalidades gráficas com semelhanças entre si, cursivas e velozes, não deixando dúvidas sobre a existência de uma natural contaminação gráfica recíproca (V. Figs. 21, 22, 23, 24, 25). Ou seja, parece haver uma formação de base comum, uma preparação para o exercício gráfico naquele gabinete, certamente supervisionado através de diretrizes de execução gráfica. Sobre isto, porém, não há dados concretos.

De forma sucinta, essa base pode ser descrita como um tipo de letra que denota a utilização das formas redondas em detrimento das angulosas. Em versão mais veloz, vários grafemas assumem um aspeto degenerado pelos enlases de união à letra seguinte, sobretudo através de um movimento em espiral que envolve a letra e ajuda os remates, as ligaduras e todo o tipo de ligação entre as letras e as palavras. De facto, esse traçado envolvente é

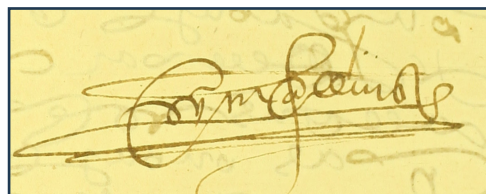
⁸⁵ Dos escrevães Bartolomeu Barbosa e Álvaro de Gouveia identificaram-se poucos testemunhos gráficos: “eu bertolameu barbosa que ho esprevy”, 1555 (AML, *Livro 1º de fianças de escravos*, f. 148-148v. e 149-149v.); “eu alluaro de gouuea que este escriuy”, 1556 (AML, *Livro 1º de fianças de escravos*, f. 168-168v.).

aproveitado pelas hastes ou pelas caudas de algumas letras que, ao alargarem-se de forma exagerada até atingir o ponto de ataque da letra seguinte, casos das letras *g*, *q*, *s*, *y*, acabam por distorcer o seu aspeto. Daí resulta a dificuldade no reconhecimento dos traços básicos das letras e na legibilidade da escrita. Contudo, há que ter em conta que os diferentes graus de cursividade que os escrivães imprimem à escrita não alteram o seu *ductus*. Na verdade, embora os caracteres externos das letras se possam modificar, ou seja, o seu aspeto, tornando a leitura mais difícil, a estrutura da escrita não se altera. Logo, o nível de cursividade não é suficiente para categorizar um determinado tipo gráfico, pelo que há que ter alguma cautela na análise paleográfica.

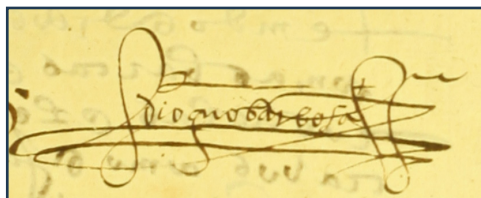
Entre todos os escrivães que integram a equipa escriturária de Cristóvão de Magalhães, Simão Luís é aquele que mostra uma maior versatilidade no seu desempenho gráfico, com uma letra habitualmente pouco cuidada à qual imprime uma grande cursividade através de um traçado veloz, fruto de uma grande rapidez de execução, com muitos encadeamentos, chegando a atingir registos de escrita pré-encadeada⁸⁶. No entanto, tem registos gráficos mais pausados.



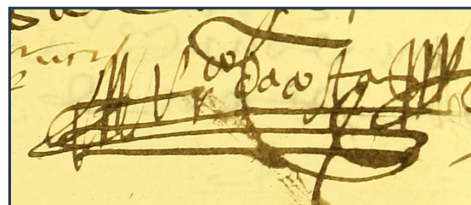
Álvaro Afonso (1550), f. 11.



Simão Luís (1550), f. 13v.

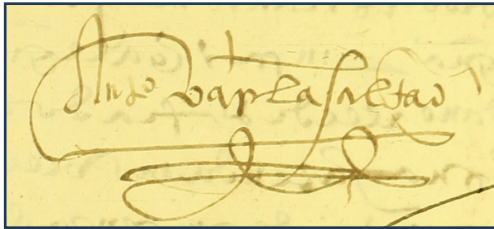


Diogo Barbosa, (1550), f. 62.

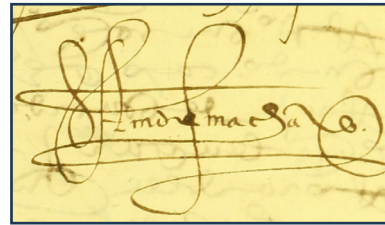


Francisco da Costa (1550), f. 64.

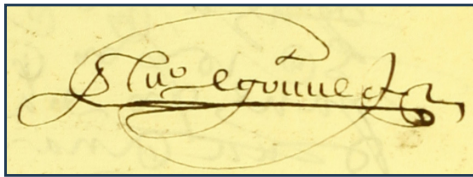
⁸⁶ A escrita pré-encadeada evoluirá em certos meios gráficos, sobretudo no notariado, para a encadeada, formando uma espécie de cadeia ininterrupta (Veja-se NUNES, Eduardo, *op. cit.*, doc. 114, de 1564).



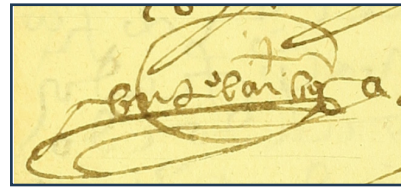
António Varela Saltão (1550), f. 125.



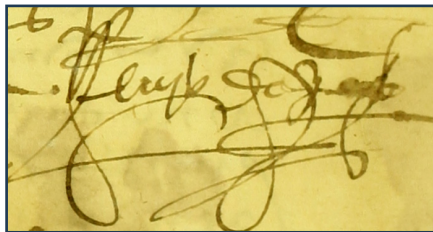
André Machado (1551), f. 78.



Álvaro de Gouveia (1554), f. 134.



Bartolomeu Barbosa (1555), f. 154v.



Luís Dante (1556), f. 173v.

Figura 20 Assinaturas de nove dos escrivães do gabinete escriturário de Cristóvão de Magalhães. AML, Livro 1.º de fianças de escravos.

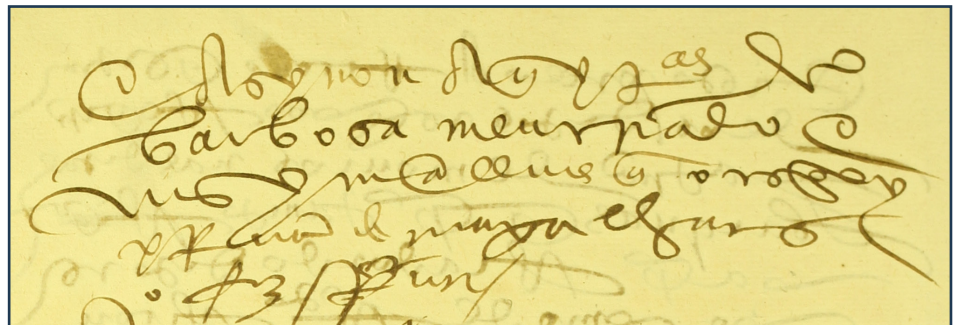


Figura 21 Escrita de Simão Luís e subscrição de Cristóvão de Magalhães. 1550. AML, Livro 1.º de fianças de escravos, f. 12v.

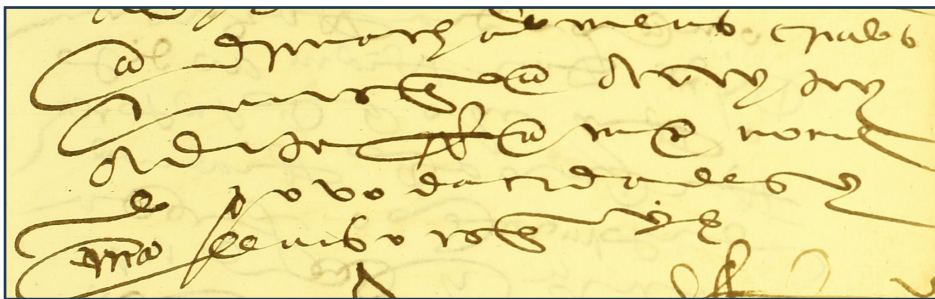


Figura 22 Escrita de Simão Luís. 1551.
AML, *Livro 1.º de fianças de escravos*, f. 80.

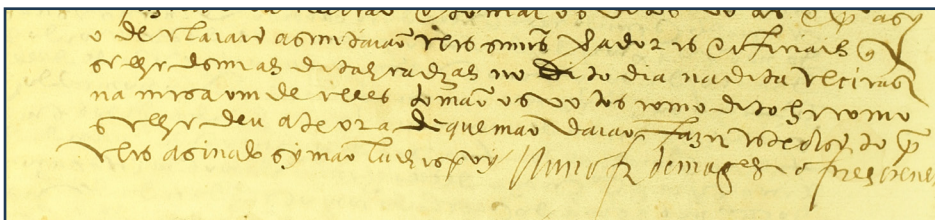


Figura 23 Escrita de Simão Luís, num registo mais pausado do que aquele que utilizava frequentemente. 1574, junho, 09. AML, *Livro 3.º de registo de officios, regimentos e alvarás...*, f. 58v.

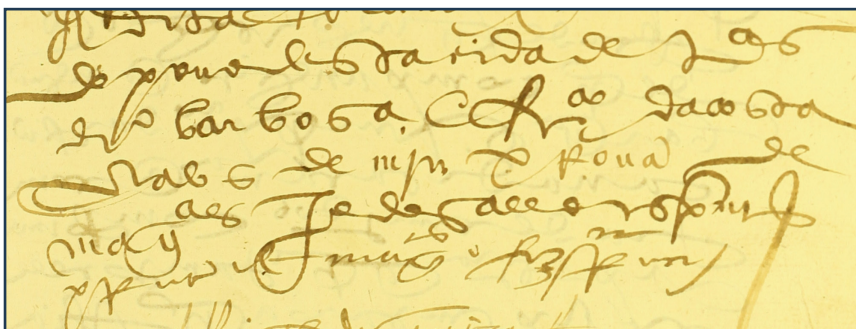


Figura 24 Escrita de João do Sal e subscrição de Cristóvão de Magalhães, num contraste gráfico entre as formas arredondadas do primeiro e a maior agudeza de algumas letras do segundo. O espaço inter-linear é frequentemente ocupado havendo mesmo letras que invadem as linhas de escritas contíguas, interferindo diretamente com outras. 1550.
AML, *Livro 1.º de fianças de escravos*, f. 33.

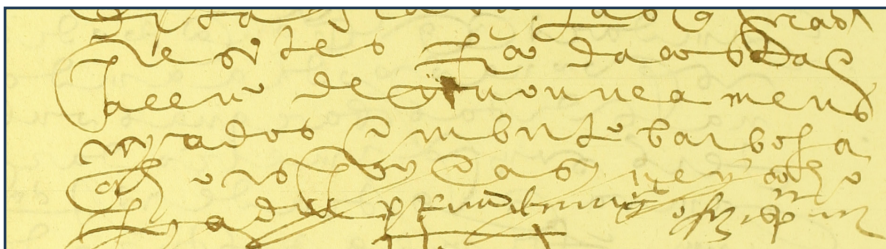


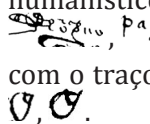

Figura 25 Escrita cursiva veloz de Bartolomeu Barbosa e subscrição de Cristóvão de Magalhães. 1555.
AML, *Livro 1.º de fianças de escravos*, f. 153v.

5. A TRANSIÇÃO PARA A ESCRITA HUMANÍSTICA

A progressiva utilização das formas humanísticas, inevitavelmente, acabaria por afetar o substrato gráfico vigente, originando o aparecimento de uma escrita híbrida, gótica de base, mas humanística no tratamento, através de uma maior regularidade e legibilidade e por um aspeto geral de arredondamento das formas. Este fenómeno resultou da coexistência de dois tipos gráficos diferentes, o gótico e o humanístico, num mesmo ambiente escriturário, não sendo outorgada a nenhum deles uma posição dominante. É o tipo de situação gráfica que foi denominado por Armando Petrucci de multigrafismo relativo desorganizado⁸⁷.

De uma forma geral, a difusão dos modelos gráficos humanísticos fez-se lenta e progressivamente. Debateu-se com resistências, tanto mais fortes quanto maior fosse o conservadorismo do ambiente gráfico. As vias de propagação foram diversificadas. Recorde-se o papel dos manuais de caligrafia, da imprensa, dos breves apostólicos, dos modelos emanados da corte e da chancelaria régia. As interações entre profissionais da escrita terão tido alguma importância nos primeiros contactos com os novos padrões gráficos. Em Lisboa, por exemplo, são identificados mais de sete dezenas de tipos diferentes de escrivães em 1565, de acordo com a especificidade do seu ofício⁸⁸. Ora, sabendo que ao longo da sua carreira ao serviço da atividade gráfica muitos deles desempenhavam diversos cargos, naturalmente, os diferentes tipos gráficos que iam importando para a sua escrita também circulavam, sendo adotados ou, pelo menos, tornando-se conhecidos enquanto novo referencial. Com a escrita humanística não terá sido diferente.

5.1. A introdução de elementos de hibridação

Como seria de esperar, não são muitos os documentos concelhios que acusam a receção precoce da escrita humanística. Os que existem têm uma particularidade em comum: não têm a identificação do autor paleográfico. O testemunho mais antigo data de 1535, em duas escrituras da responsabilidade de um escrivão ao serviço de Cristóvão de Magalhães. À semelhança da maioria das escrituras de aforamento não se identifica a autoria do executor gráfico. Não se trata de qualquer alteração ao tipo de escrita, em tudo idêntico ao utilizado na prática gráfica dos escrivães do seu gabinete escriturário, mas sim da introdução pontual de alguns elementos gráficos próprios da escrita humanística que testemunham a receção do novo cânone (V. Fig. 26). São algumas letras introduzidas no interior da escrita, através do fenómeno de hibridação, das quais a mais relevante é o *g* humanístico, pelo rompimento total com os modelos góticos, quer no que diz respeito à figura, quer à feita⁸⁹: ; de resto, maioritariamente, mantém a forma gótica mais utilizada daquele grafema, com o traço descendente, em movimento envolvente ascendente dextrógiro fazendo a ligação à letra seguinte: .

⁸⁷ PETRUCCI, Armando – Funzione della Scrittura e terminologia paleografica. In *Palaeographica Diplomática et Archivistica*. Roma: Edizioni di Storia e Letteratura, 1979. p. 10.

⁸⁸ AML, *Livro do lançamento e serviço...*

⁸⁹ AML, *Livro 9º de escrituras de aforamentos*, f.11, l. 19; f. 11, l. 35; f. 11v., l. 19; e f. 17, l. 18.

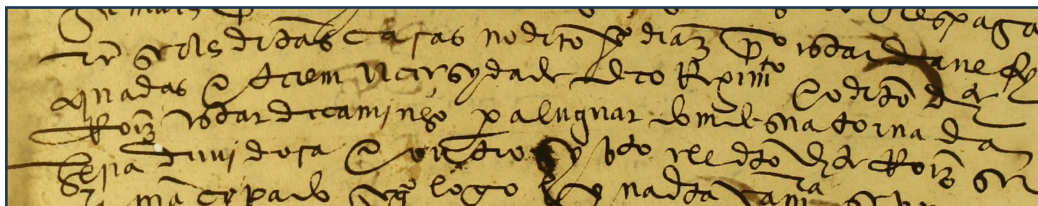


Figura 26 Escrita gótica com elementos de hibridação humanísticos, utilizada por um escrivão de Cristóvão de Magalhães, sem autoria gráfica, numa escritura de aforamento. 1535. AML, Livro 9.º de escrituras de aforamentos, f. 11v.

Relacionando este testemunho do contacto com os modelos humanísticos por parte da estrutura gráfica concelhia com o que se passava nas escrivatinhas régias em igual período, verifica-se a existência de um total paralelismo, pois é entre 1538 e 1540 que surgem as primeiras utilizações do *g* em forma de ponto de interrogação invertido, letra tipicamente humanística, na escrita documental produzida pelos escrivães do rei⁹⁰. Esta consonância também é válida para a manutenção da fidelidade aos tipos góticos, independentemente da utilização pontual de elementos gráficos inovadores.

Além do *g* humanístico, o referido escrivão utiliza o *s* de dupla curva e o *e* de laço, elementos característicos da escrita humanística, aqui utilizados esporadicamente, no meio de uma escrita em que predominam o *e* anguloso; o *f* longo, de traço descendente direito, isolado ou duplo; o *h* com laço superior e inferior; as diferentes formas do *s*, além do de dupla curva, quase sempre em final de palavra, mas também no meio: *nis*^{to}, o longo com o traço descendente direito: *ru*^{da} e o de tipo sigmático. Trata-se de uma escrita marcada pela utilização frequente de traços envolventes de ligação, a partir de certas letras, casos do *s*, do *q*, do *t* e do *A* de origem cortesã; bem como denota um tratamento gráfico de arredondamento, diminuindo parte do carácter anguloso de vários grafemas.

Um outro testemunho da ocorrência do fenómeno de hibridação, ainda relativamente cedo, data de 1550, redigido numa escrita de boa legibilidade, com a maior parte das palavras separadas entre si e recorrendo menos a abreviaturas (V. Fig. 27). Trata-se já de uma escrita híbrida gótico-humanística, um bom exemplo de hibridação entre os dois sistemas gráficos, em que ambos contribuem com elementos específicos do seu cânone de escrita. As persistências do gótico estão ainda visíveis, a exemplo do *d* uncial, com diferentes graus de cursividade, de acordo com a ligadura que estipula a união com a letra seguinte; o *f* duplo: *Ac*^{ita}, que alterna com o *f* longo de dupla curva: *f*; os traços descendentes de algumas letras (*g*, *s*, *p*) que interferem com a linha de escrita inferior. A convivência dos dois sistemas verifica-se na utilização aleatória de certas letras dos dois modelos gráficos, como o *r* minúsculo: *r* (direito na maior parte dos casos, mas também o longo e o redondo) e o maiúsculo; o *s* (de dupla curva, em final de palavra, alternando com o *s* longo e o de tipo sigmático) e o *e*, nas duas formas: *pe*^{ra}, sem qualquer critério; o *i*, com e sem ponto; já a utilização de uma única forma de *g*: *g*, o humanístico, e do *t* traçado apenas à direita: *ta*, denunciam uma fase avançada no processo de adesão à humanística.

A partir da década de 1560, começam a proliferar as híbridas humanístico-góticas, em múltiplas variantes, em que o substrato gráfico já é o humanístico (V. Fig. 28).

⁹⁰ Os primeiros escrivães régios a utilizar o *g* humanístico, nas provisões de sua autoria gráfica, foram Pêro Álvares de Landim (uma vez), Álvaro do Avelar (duas vezes) e Pêro Henriques (14 vezes, sendo a primeira em 1530), geralmente na primeira linha do texto. Acerca dos primeiros elementos de hibridação humanística utilizados na escrita documental das escrivatinhas régias veja-se PAULO, Jorge Ferreira, *op. cit.*, p. 97-105.

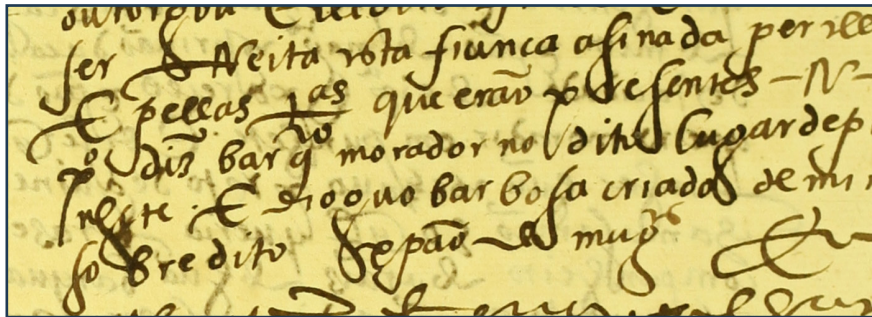


Figura 27 Escrita híbrida, gótico-humanística, sem autoria gráfica, subscrito por Cristóvão de Magalhães. 1550. AML, Livro 1.º de fianças dos escravos, f. 72-72v.

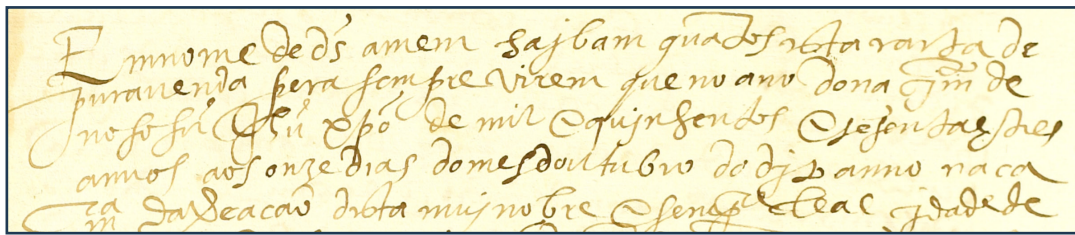


Figura 28 Escrita humanístico-gótica, sem autoria gráfica. 1563. AML, Livro 11.º de escrituras de aforamentos, f. 5.

5.2. A difusão dos modelos humanísticos: vias de contágio

Não há notícia de qualquer diretriz por parte do poder central relativamente ao tipo gráfico a utilizar na redação das provisões régias. Assim, as próprias escrivaninhas régias não se pautavam por uma uniformidade gráfica, nelas vigorando um ambiente de multigrafia⁹¹, cujos tipos gráficos circulavam aparentemente sem condicionalismos. Desse ambiente gráfico continuavam a chegar ao concelho, regular e frequentemente, provisões redigidas por mãos forjadas na tradição mais conservadora do cânone gótico, em modalidades mais ou menos cursivas, porém cada vez mais contrastantes com as novas formas, que lentamente se introduziam nos diferentes meios escriturários. Dos 35 escrivães régios identificados que redigem provisões destinadas ao concelho (“...vereadores, procurador e procuradores dos mesteres...”), entre a década de 1520 e 1570, há seis que redigiram pelo menos 14 documentos⁹². Destes, há dois que escrevem numa escrita híbrida, de tipo gótico-humanístico. Finalmente, João da Costa, já na década de 1570, usa os modelos humanísticos puros (V. Fig. 32).

⁹¹ Cf. PAULO, Jorge Ferreira, *op. cit.*, p. 96-136.

⁹² Manuel da Costa (1523-1558), 23; João de Seixas (1538-1579), 14; Gaspar Pimentel (1544-1547), 19; Jorge da Costa (1549-1576), 19; Gaspar de Seixas (1567-1579), 17; João da Costa (1572-1578), 14.

Para ilustrar esta disparidade gráfica vigente no mesmo ambiente escriturário, visto como gerador de modelos gráficos, registam-se dois exemplos, ambos escrivães do rei, contemporâneos, responsáveis e executores gráficos de várias provisões régias destinadas à Câmara de Lisboa: Sebastião da Costa e António Ferraz.

O primeiro, Sebastião da Costa, um dos escrivães régios graficamente mais conservadores do reinado de D. João III, manteve em uso uma escrita muito angulosa de tradição, um modelo gráfico com características semelhantes à de Cristóvão de Magalhães⁹³. Repare-se no traçado veloz, com soluções de cursividade típicas do gótico, de tipo processual, através de ligaduras envolventes que unem superiormente com o grafema seguinte, casos do *p* e do *q*; do *s* em espiral antes do *t*, ou, em final de palavra; os traços ascendentes de algumas letras que se sobrepõem aos descendentes permitindo a ligação à letra seguinte, caso do *f*, ou do *y*; o *d*, de tipo uncial (V. Fig. 29).

O segundo, António Ferraz, revela um elevado nível de esmero gráfico, redigindo com uma boa legibilidade já no novo cânone de escrita, embora também utilize modelos híbridos, conhecendo-se-lhe vários exemplos de um modelo gótico-humanístico bastante regular e até da sua grafia de base, gótica cursiva e veloz⁹⁴. Como escrivão, incorpora a transição entre os dois modelos escriturários, formado num cânone, mas aculturado em outro (V. Figs. 30 e 31). Pela sua mão foram traçadas muitas das novas formas gráficas humanísticas que, logo na década de 1540, se introduziram no ambiente gráfico municipal. Tudo indica que terá sido o primeiro a fazê-lo, a partir das escrivatinhas régias. Daí a sua relevância. Quanto às características da sua escrita humanística mais pura, note-se a existência de uma marcada inclinação para a direita das hastes de alguns grafemas, em especial do *b*, *d*, *l* e *h*; a supressão dos ângulos e a redução do contraste transmitindo uma maior leveza à mancha gráfica; mantém alguma cursividade, o que é observável em algumas ligaduras entre grafemas e lexemas e, em especial, no *ductus* do sinal da conjunção *e*, de origem taquigráfica, através de um movimento em espiral que permite escrever reduzindo pausas e remates.

Progressivamente, a humanística disseminava-se. Aos poucos, vários escrivães régios foram abandonando as formas gráficas conservadoras apesar de se manter um “núcleo gótico” na corte sob a alçada do escrivão Manuel da Costa. A década de 1560 consolidou a prática das novas formas gráficas, generalizando os modelos humanísticos entre os escrivães da corte, caso de João da Costa, que redige vários documentos destinados ao município⁹⁵ (V. Fig. 32). Aquando do desaparecimento do escrivão da câmara Nuno Fernandes de Magalhães, em Alcácer Quibir, o universo gráfico em torno do rei, já estava convertido à humanística. Veja-se, por exemplo, as cinco cartas missivas enviadas pelo cardeal-rei à cidade, a propósito das cortes de Almeirim, entre 13 de

⁹³ Sebastião da Costa esteve ativo entre 1522 e 1545, redigindo pelo menos 13 documentos endereçados à Câmara de Lisboa, sempre com o mesmo padrão gráfico (Cf. PAULO, Jorge Ferreira, *op cit.*, anexos, p. 69).

⁹⁴ António Ferraz esteve ativo entre 1542 e 1551, tendo redigido 11 provisões destinadas ao Senado da Câmara de Lisboa (Cf. PAULO, Jorge Ferreira, *op. cit.*, p. 126-129).

⁹⁵ Entre os anos de 1542 e 1578, estão identificados 17 escrivães régios a grafar em escrita humanística pura.

novembro de 1579 e 09 de janeiro de 1580, todas no mesmo tipo de humanística (V. Fig. 33). Para todos os efeitos, a humanística já imperava na documentação régia, em modalidades diversificadas⁹⁶.

Figura 29 Escrita gótica cursiva do escrivão régio Bastião da Costa. Provisão régia enviada à Câmara de Lisboa. 1544, fevereiro, 08. AML, *Livro 1.º de cortes*, doc. 37.

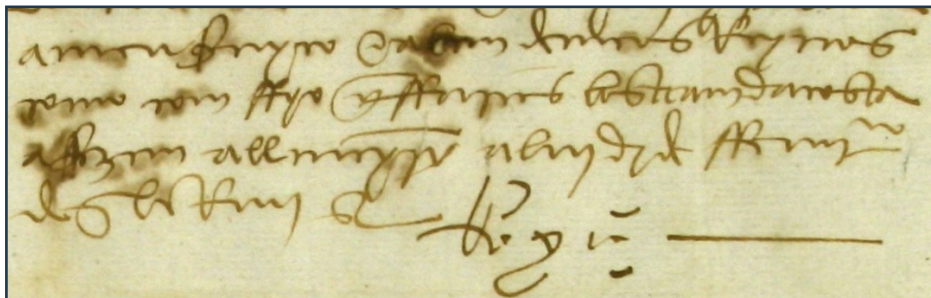


Figura 30 Escrita gótico-humanística de António Ferraz, em provisão régia enviada à Câmara. 1545, setembro, 15. AML, *Livro 2.º do provimento do pão*, doc. 93, f. 117-118v.

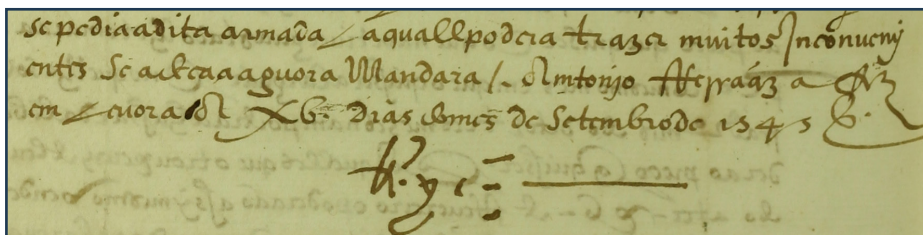
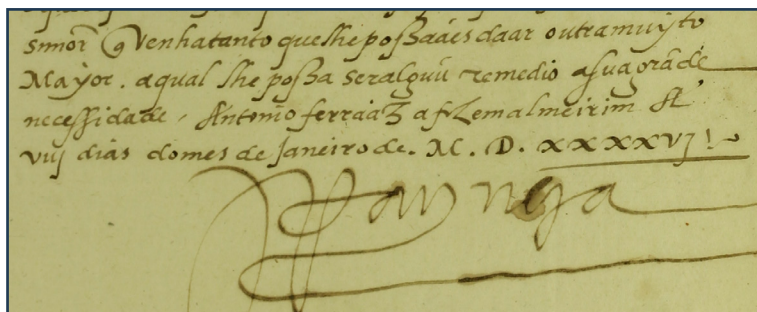


Figura 31 Escrita humanística de António Ferraz, em carta da rainha enviada à Câmara. 1546, janeiro, 08. AML, *Livro 2.º do provimento do pão*, doc. 101, f. 133-134v.



⁹⁶ 1579, novembro, 13: excluindo os oficiais régios da eleição para procurador fidalgo (AML, *Livro 1.º de cortes*, doc. 40); 1579, novembro, 22: relembrando que aguardava informação da eleição dos procuradores que representariam o concelho nas cortes de Almeirim (AML, *Livro 1.º de cortes*, doc. 41); 1579, dezembro, 13: estranhando o atraso dos procuradores da cidade, (AML, *Livro 1.º de cortes*, doc. 38); 1580, janeiro, 01: solicita o envio de novas procurações para os procuradores (AML, *Livro 1.º de cortes*, doc. 44); 1580, janeiro, 09: pede celeridade na resposta dos assuntos comunicados em cortes para que as cortes possam ser dadas por terminadas (AML, *Livro 1.º de cortes*, doc. 45).

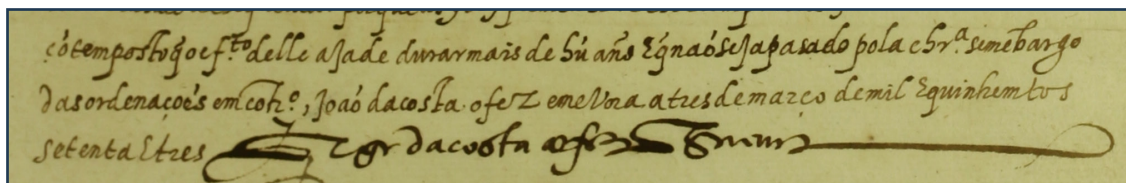


Figura 32 Escrita de João da Costa e subscrição de Jorge da Costa. 1573. AML, Livro 2.º do provimento do pão, doc. 133, f. 203-203v.

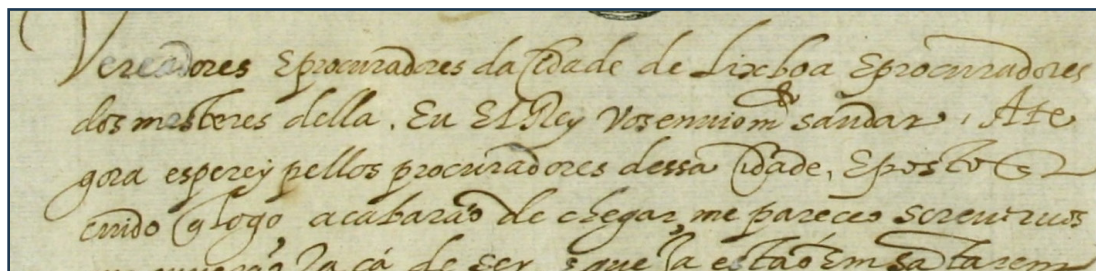


Figura 33 Carta missiva enviada pelo cardeal-rei à Câmara de Lisboa. Sem autoria gráfica ("scripta em..."). 1579. AML, Livro 1.º de cortes, doc. 38.

5.3. A substituição da gótica pela humanística: pela mão do escrivão da câmara

Com o afastamento de Cristóvão de Magalhães, por morte ou por doença, abre-se uma nova etapa no universo da escrita concelhia, com a nomeação do seu filho mais velho, Nuno Fernandes de Magalhães, para o ofício de escrivão da câmara. Este, porém, ainda esteve quase três anos sem exercer as funções. Nesse período, em que foi substituído no cargo por António Nunes, o referencial gráfico concelhio manteve-se inalterado, seguindo o padrão gráfico de tradição gótica (V. Fig. 34). O mesmo se passaria alguns anos depois, ao ser substituído por Álvaro de Moraes (V. Fig. 35). Estes dois escrivães, que substituíram temporariamente Nuno Fernandes de Magalhães, não só tinham em comum a fidelidade ao velho cânone, grafando num estilo irregular, como ambos tinham sido procuradores do concelho, informação que contribui para a caracterização da evolução do ambiente gráfico municipal.

O assumir de funções por parte de Nuno Fernandes de Magalhães traz uma novidade associada ao cargo de escrivão da câmara. Pela primeira vez, o responsável pela escrivania municipal grafa em escrita humanística. Numa primeira fase, ainda utiliza um modelo híbrido, evoluindo depois para um tipo gráfico já puro (V. Figs. 4, 36 e 37). Contudo, como atrás fica dito, o infortúnio deixou-o por terras africanas, pelo que não deixou uma herança gráfica representativa⁹⁷.

⁹⁷ Contudo, na década de 1570 são muitos os testemunhos documentais redigidos em escrita humanística, como se verifica, por exemplo, pelo *Livro de registos de ofícios, regimentos e alvarás...*, em que se verifica a diferença entre a produção escrita até 1570 e depois dessa data, em que, sobretudo, se afirmam duas modalidades de humanística, uma mais cursiva (f. 29, 37v.-38, 38-38v., 39, 39v.-41), anterior, e outra mais regular, a caminho da *cancelleresca* (f. 147-150v., 154-156v., 163v.-167), mais tardia.

Caberá ao segundo filho de Cristóvão de Magalhães, Afonso de Torres de Magalhães, o corte definitivo com o filão gótico de tradição medieval, adoptando a escrita humanística sem qualquer ambiguidade gráfica ou hibridação. Assume, basicamente, duas modalidades, uma de tipo itálico, pautada pela regularidade e legibilidade, com forte inclinação para a direita (V. Fig. 40). Nitidamente, trata-se de uma escrita “controlada”, enquanto a que utiliza na maior parte dos documentos em que intervém, na qualidade de subscritor responsável, quase todos redigidos numa humanística cursiva de pequeno módulo pelo seu escrivão Domingos da Cunha, é marcada pela irregularidade e pela velocidade do cursivo, certamente a sua escrita de base, em que foi formado (V. Figs. 38, 39 e 40). Daí poder-se classificá-la como espontânea, embora tal implique certas reservas quanto ao uso do termo, no que diz respeito à prática gráfica, uma vez que dificilmente se poderá associar a espontaneidade ao gesto da escrita. Estas serão as modalidades da humanística a marcar a escrita do escrivão da Câmara nas últimas duas décadas do século XVI.

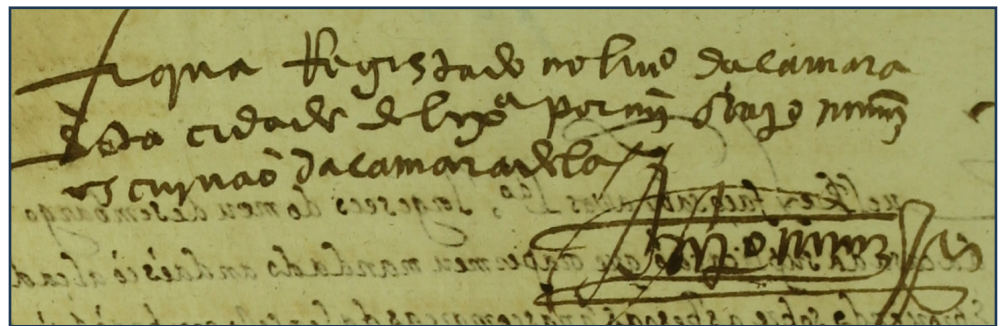


Figura 34 Escrita e assinatura de António Nunes, num registo de uma provisão régia. 1573. AML, Livro 2.º do provimento do pão, doc. 133, f. 203-203v.

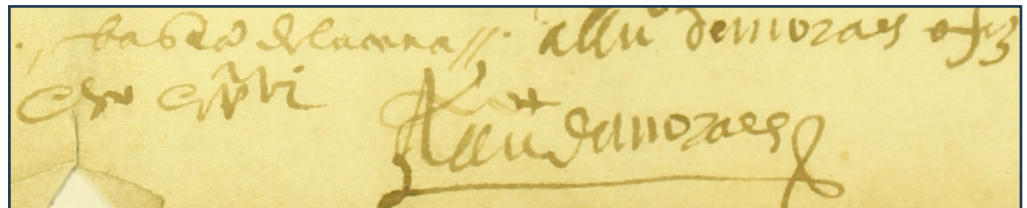


Figura 35 Subscrição e assinatura de Álvaro de Morais, escrivão da Câmara. AML, Livro 3.º de registo de ofícios, regimentos e alvarás..., doc. 158, f. 131v.

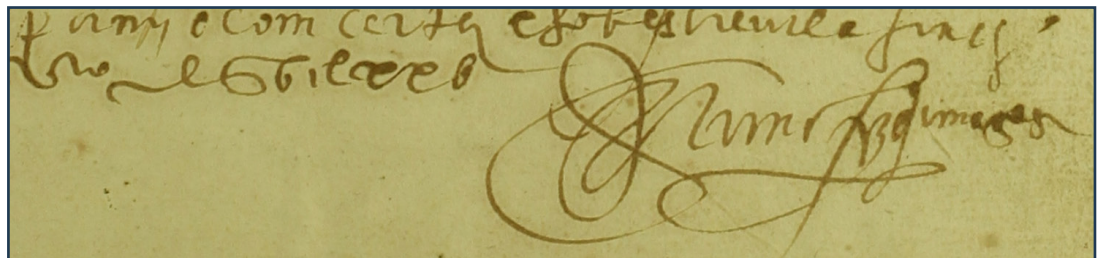


Figura 36 Subscrição de Nuno Fernandes de Magalhães, numa escrita híbrida de matriz gótica, já com características da humanística, bastante arredondada e desprovida de angulosidades, muito semelhante à praticada pelos escrivães ao serviço do gabinete escriturário de seu pai. 1570, novembro, 22. AML, Livro 1.º de consultas e decretos de D. Sebastião, doc. 14B, f. 23.

emara de le...
 breuer / Hey / Nuno Fernandes de Magalhães
 inter Com proprio que seto non ao quous nader Caline
 Nuno Fernandes de Magalhães

Figura 37 Subscrição de Nuno Fernandes de Magalhães, em escrita humanística cursiva. 1574. AML, *Livro 3.º de registo de officios, regimentos e alvarás*, doc. 65, f. 51v.

Afonso de Torres Magalhães
 Domingos da Cunha
 Afonso de Torres Magalhães

Figura 38 Subscrição de um assento da Câmara de 1582 por Afonso de Torres Magalhães, redigido por Domingos da Cunha, em escrita humanística cursiva. AML, *Livro Carmesim*, f. 65v.

Afonso de Torres de Magalhães
 Álvaro de Gouveia

Figura 39 Subscrição de Afonso de Torres de Magalhães de um assento da Câmara, redigido por Álvaro de Gouveia. 1583. AML, *Livro Carmesim*, f. 66.

mentos que da parte desta cidade se darão para se a fortificar em
 censas de tanto ser vico de Villag de's bom de seus Reynos
 qual a sento se fez ca sinore em camara o je vinte e seis do
 mes de dezembro de mil e quinhentos e noventa e hu's o
 sinario perante mim a souca de tores de magalhães da dita
 camara que ho accorri. ao detom de mais do m...
 Presidex d'India Andre velho: Jorge...

Figura 40 Duas modalidades de tipo humanístico, por Afonso de Torres de Magalhães, num assento da Câmara, uma muito cursiva e irregular (subscrição) e a do texto, de tipo itálico, marcada pela legibilidade e pela regularidade. 1591. AML, *Livro Carmesim*, f. 74v.-75.

CONCLUSÃO

O cargo de escrivão da câmara revestia-se da maior importância no espaço burocrático do concelho de Lisboa pela sua incumbência de documentar os atos da cidade, suportando a sua administração. Por direito próprio, participava na atividade e na organização concelhia, sempre próximo do governo municipal e em relação estreita com o funcionalismo régio. Era, por isso, um cargo de poder e prestígio.

Em Lisboa, desde finais do século XV e durante todo o século XVI, o ofício manteve-se na posse da mesma família, prática que constituiu o melhor exemplo da patrimonialização daquele cargo, no âmbito do município de Lisboa. Nesse sentido, se Nuno Fernandes foi importante, por ser o primeiro a ser investido naquelas funções, aquele que se destacou ao comando da escrivania municipal foi Cristóvão de Magalhães, sobretudo pela longevidade com que deixou marcado o seu percurso burocrático ao serviço do concelho.

Cristóvão de Magalhães tinha ao seu serviço vários agentes da escrita que, no seu conjunto, formavam uma espécie de gabinete escriturário responsável pela produção e reprodução da documentação do município, estrutura reconhecida formalmente pelos poderes concelhios. O seu tempo escriturário coincide com o período final de vigência das escritas góticas, de tradição medieval, mantendo-se sempre fiel ao velho cânone, adverso a mudanças, isto apesar do contacto com as novas formas gráficas humanísticas que, timidamente, se iam mostrando, a partir de finais da década de 1530, muito particularmente por via da receção da documentação régia.

Também a sua oficina escriturária refletiu e manteve esse conservadorismo gráfico, assim atuando até abandonar as funções ao serviço da escrita municipal, após meio século a documentar as ações do concelho. Na verdade, esse núcleo dirigido pelo escrivão da câmara integrava um ambiente gráfico alicerçado nos antigos modelos, que a todos formara e integrara, inviabilizando a alteração do cânone do seu aprendizado de base, independentemente da existência de modalidades mais personalizadas e das tímidas utilizações de pontuais formas inovadoras. Assim, ao que parece, a mudança dificilmente constituía uma opção, só vindo a concretizar-se com a atuação de novos protagonistas gráficos.

Reforçando a ideia do contributo destes agentes da escrita para a construção da memória concelhia, atente-se a dois documentos marcados pela intervenção de Cristóvão de Magalhães, onde se cruzam os dois cânones gráficos, o gótico e o humanístico, nas suas formas mais contrastantes, prenunciando o início de um novo capítulo no longo processo da história da escrita.

O primeiro documento, um assento de vereação redigido pelo seu punho, a pedido dos vereadores, em que elogia a escrita de certo moço de Viana de Caminha, que com dez anos e nascido sem braços, além de usar uma tesoura ou pentear-se, conseguia escrever com os pés uma letra “muyto boa e muyto limpa”. Custa a crer em tal qualidade, mas o encómio foi feito por um profissional da escrita com mão dotada e adestrada para a pena. Aceita-se. Mais dificilmente aceitaria Cristóvão de Magalhães de bom grado, ele que, tantos anos, trabalhou para a manutenção da memória da escrita do município, que lhe tivessem apostado na cabeceira do seu assento uma letra

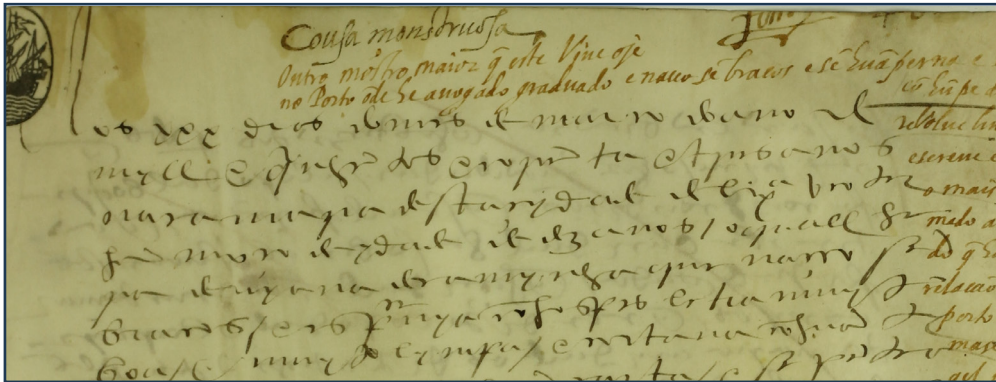


Figura 41 Assento destinado a “pôr lembrança”, redigido por Cristóvão de Magalhães, com uma nota datada de 1618, na margem, em escrita cancelleresca. 1543, março, 30. AML, Livro Carmesim, f. 46.

cancelleresca, tão desprovida das virtudes dos tipos gráficos medievais, tão contrastante com a cursividade da sua gótica (V. Fig. 41). Será exagerado pensar que para classificar esse tipo de letra poderia aproveitar o título da anotação – “Cousa monstruosa”, narrando um outro caso, de um advogado do Porto que escrevia apesar de ter nascido sem os braços e sem uma perna, apenas com “um pé direito”.

Isto da escrita e da “mão” escrevente também apela à congeminação. É o que terá feito Cristóvão de Magalhães ao subscrever o assento que os vereadores e procuradores concelhios, “zelosos do beem comum”, mandaram fazer no livro do regimento da Câmara, que viriam depois a assinar, “tomando-o por justo e bom”. Seguramente, o eventual desconforto sentido não decorreria do conteúdo do assento, sobre a reserva da 2ª feira à tarde para as reuniões da vereação, até porque, sentado no banco, terá assistido à deliberação. Já a escrita do assento não lhe terá sido indiferente. De facto, aquela letra anunciava novos tempos para a escrita. O próprio ambiente gráfico da câmara da vereação já estava contaminado pela humanística, basta olhar para algumas das assinaturas de vereadores e procuradores. Com efeito, o contraste não poderia ser maior para o conservador escrivão da câmara. Mais do que uma modalidade gráfica humanística, que já se enunciava nas escrivatinhas régias, mais ou menos híbrida, itálica ou *cancelleresca*, tratava-se de uma inusual redonda quatrocentista, de tipo *poggiana*, que viria a ser adotada pela imprensa passando a circular, sobretudo, através dos caracteres tipográficos (V. Fig. 42).

Posto isto, aquando da subscrição, a mão do escrivão treme. Não sabemos se de doença ou de velhice. Vacila no dígrafo *lh* e oscila no *g*, um dos grafemas que mais se demarcou do modelo gotizante. Coincidentemente treme no “Magalhães”, o nome da família que garantiu a permanência do cânone gráfico medieval na documentação do município, levando a escrita gótica até à segunda metade de Quinhentos. Mas o seu tempo estava a finar-se. Era chegado o tempo da escrita moderna, sob a forma da humanística, que os seus dois filhos, Nuno Fernandes de Magalhães e Afonso de Torres de Magalhães, acabariam por adotar, em prol da memória concelhia de Lisboa.

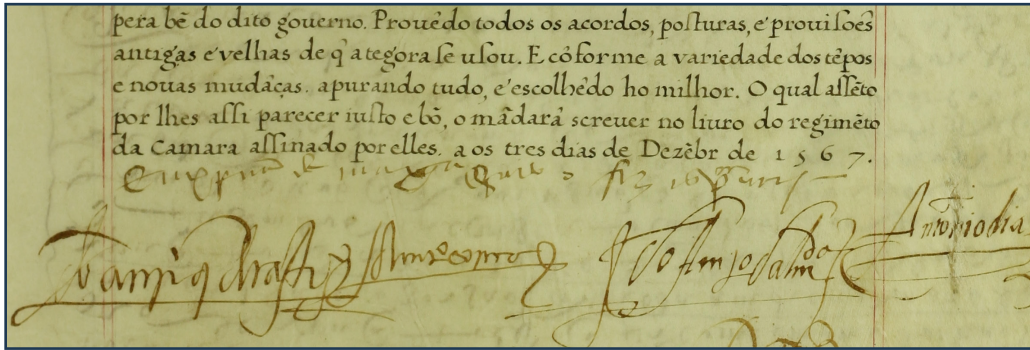


Figura 42 Subscrição de Cristóvão de Magalhães, num assento de vereação, que revela uma certa degradação e irregularidade. 1567, dezembro, 13 – “Eu Christouam de magalhais o fiz espreuer”. AML, *Livro Carmesim*, f. 49.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

MANUSCRITAS

ARQUIVO MUNICIPAL DE LISBOA

Livro 2º de D. Duarte e D. Afonso V

Livro 1º de D. Manuel

Livro 3º de D. Manuel

Livro 2º de D. João III

Livro 3º de D. João III

Livro 1º de consultas e decretos de D. Sebastião

Livro 2º do provimento do pão

Livro 1º de contratos

Livro 1º de cortes



Livro 8º de escrituras de aforamentos

Livro 9º de escrituras de aforamentos

Livro 10º de escrituras de aforamentos

Livro 11º de escrituras de aforamentos

Livro dos regimentos dos vereadores e oficiais da Câmara [Livro Carmesim]

Livro 3º de registo de officios, regimentos e alvarás dos reis D. João III, D. Sebastião, D. Filipe I

Livro 3º da vereação

Livro 1º de assentos do Senado

Livro 1º de registo de posturas e regimentos

Livro do lançamento e serviço que a cidade de Lisboa fez a el rei nosso senhor no ano de 1565

Livro primeiro do tombo das propriedades foreiras a Camara desta mvito nobre, e sempre leal cidade de Lixboa

Livro da escritura da instituição do morgado de Afonso de Torres

Livro 1º do Hospital de S. Lázaro

Livro 1º de fianças de escravos

Livro dos Pregos

ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO

Chancelarias régias

D. Manuel, *liv. 18*

D. João III, *livs. 18, 37, 49*

D. Sebastião, *livs. 42, 43*

D. Filipe I, *livs. 11, 13*

Corpo Cronológico

Parte I – mç. 6, nº 11; mç. 19, nº 67; mç. 29, nº 32; mç. 69, nº 32; mç. 74, nº 78; mç. 76, nº 34; mç. 76, nº 63; mç. 76, nº 73 e nº 95; mç. 77, nº 87; mç. 78, nº 8; mç. 82, nº 14; mç. 112, nº 91

Parte II – mç. 50, nº 168

ESTUDOS

COELHO, Maria Teresa Pereira – *Existiu uma escrita manuelina? Estudo paleográfico da produção gráfica de escritvães da corte régia portuguesa (1490-1530)*. Lisboa: [s.n.], 2006. Dissertação de mestrado em Paleografia e Diplomática, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

FERNANDES, Valentim, ed. – *Ordenações Manuelinas*. Lisboa: CEHUN, 2002. liv. I. ed. fac. simil., 1512-13.

GAIO, Manuel José da Costa Felgueiras – *Nobiliário de famílias de Portugal*. Braga: Agostinho de Azevedo Meirelles, 1938.

LALANDA, Margarida Sá Nogueira – Práticas notariais e o acervo histórico da Câmara Municipal de Lisboa. In COLÓQUIO UM ACERVO PARA A HISTÓRIA, 2, Lisboa, 2015 - *Atas*. Lisboa: AML, 2015.

LEÃO, Duarte Nunes – *Leis Extravagantes e repertório das Ordenações*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987. *fac. simile*, 1569.

LISBOA. Câmara Municipal – *A evolução municipal de Lisboa: pelouros e vereações*. Lisboa: Câmara Municipal, 1996.

LISBOA. Arquivo Municipal - *Livro dos Pregos*. Lisboa: AML, 2016.

LOUREIRO, Sara de Menezes – *Afonso Mexia, escrivão da câmara e da fazenda de D. Manuel e de D. João III*. Lisboa: [s.n.], 2006. Dissertação de mestrado em Paleografia e Diplomática, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

MACEDO, Luís Pastor de; ARAÚJO, Norberto de – *Casas da Câmara de Lisboa*. Lisboa: CML, 1951.

NUNES, Eduardo Borges – *Álbum de paleografia portuguesa*. Lisboa, 1969.

PAULO, Jorge Ferreira – *A escrita humanística na documentação régia de Quinhentos*. Lisboa: [s.n.], 2006. Dissertação de mestrado em Paleografia e Diplomática, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

PETRUCCI, Armando – *Funzione della Scrittura e terminologia paleográfica*. In *Palaeographica Diplomática et Archivistica*. Roma: Edizioni di Storia e Letteratura, 1979.

ROLDÃO, Ana Filipa Firmino Sequeira Pinto – *A memória da cidade: administração urbana e práticas de escrita em Évora (1415-1536)*. Lisboa, [s.n.], 2011. Tese de doutoramento em História Medieval, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

SANTOS, Maria José Azevedo – *Ler e compreender a escrita na Idade Média*. Coimbra: Colibri, 2000.

SANTOS, Maria José Azevedo – *Assina quem sabe e lê quem pode*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2004.



Documenta



Documentos medievais nos processos de reconhecimento de foros modernos no Arquivo Municipal de Lisboa

Pedro Pinto*

Entre o vasto e rico acervo arquivístico à guarda do Arquivo Municipal de Lisboa, há ainda muita documentação com potencial para surpreender os investigadores medievais e modernos. Publicam-se agora dois documentos de um conjunto de unidades de instalação denominada de “Foros”, os quais representam uma amostra da tipologia e temática documental aí existente.

Quando em 1950, a Câmara publicou o *Livro primeiro de tombo das propriedades foreiras à Câmara desta muy insigne cidade de Lisboa : documentos para a história da cidade de Lisboa*, divulgou uma fonte preciosa para a história da urbe lisboeta, o resultado do labor camarário no tombamento das propriedades foreiras à Câmara segundo o estipulado em alvará régio de 1573, na sequência de uma primeira iniciativa da Coroa após 1543. Coligiram-se quatro códices, hoje encadernados em três tomos, mas apenas o primeiro foi publicado, respeitante às freguesias da Sé, Madalena, São Julião, Mártires, São Nicolau, Santos, Loreto e Trindade. A informação contida nos tombos abrange todo o século XVI, até ao período filipino. Além da descrição dos imóveis, indica quem paga o foro e desde quando, e, muitas vezes, quem o antecedeu e como é que essa mudança ocorreu.

As unidades de instalação em apreço estão relacionadas com estes tombos. Estão organizadas por freguesias e dentro de cada unidade constam processos organizados cronologicamente. São processos de reconhecimento de foreiros à Câmara, muitos dos quais iniciados no ano de 1557, os quais incluem, regra geral, a descrição do prédio, a apresentação pelo foreiro da escritura que titula o seu direito sobre o prédio, bem como uma ou mais escrituras relativas aos foreiros que o antecedem, entre despachos, petições, certidões de processos de partilhas, testamentos, etc. Diferentemente dos tombos, a documentação aparece em pública-forma, em cópia integral, e em alguns casos remonta ao reinado de D. Afonso V. Se é verdade que ainda existem alguns livros de aforamentos da câmara para alguns anos do reinado de D. Manuel I e D. João III, muita da documentação contida nestes processos é inédita. É ainda frequente que a estes processos iniciados em meados do século XVI sejam cosidos

*CHAM – Centro de Humanidades, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas / Universidade NOVA de Lisboa, 1069-061 Lisboa, Portugal e Universidade dos Açores, 9500-321 Ponta Delgada, Açores e CEH – Centro de Estudos Históricos, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas / Universidade NOVA de Lisboa, 1069-061 Lisboa, Portugal.

os processos subsequentes de reconhecimento de foreiros, até ao século XVIII e mais além, permitindo destarte a reconstituição da exploração de prédios ao longo de vários séculos, bem como alterações à sua estrutura resultantes de obras, etc.

A lista de freguesias com estas unidades de instalação é a que consta do inventário do Arquivo, de 2015, embora apenas tenhamos consultado as freguesias do centro da cidade e zona ribeirinha, onde encontramos consistentemente a tipologia documental acima referida para o século XV e XVI. Ainda assim, é provável que na maioria das demais freguesias se encontre também documentação medieval e quinhentista de relevo: Almargem; Anjos; Azambuja, Cascais e Oeiras; Barcarena; Belas; Benfica; Bucelas; Calhandriz; Camarate; Campo Grande; Carnaxide; Fanhões; Loures; Lousã; Lumiar; Madalena; Mártires; Mercês; Milharado; Olivais; Nossa Senhora da Ajuda; Odivelas; Pena; Sacavém, São João da Talha, Vialonga e Frielas; Sacramento; Santa Catarina; Santa Cruz do Castelo, São Tiago, São Martinho, São Tomé e São Miguel de Alfama; Santa Engrácia; Santa Isabel; Santa Justa; Santo André e Santa Marinha; Santo André do Tojal; Santo Antão do Tojal; Santo Estêvão de Alfama; Santo Estêvão das Galés; Santos; São Bartolomeu do Beato; São Cristóvão e São Lourenço; São João da Praça; São João dos Montes; São Jorge; São José e Coração de Jesus; São Julião e Conceição Nova; São Julião do Tojal; São Miguel de Alfama; São Nicolau; São Paulo; São Pedro de Alcântara; Santo Quintino; São Sebastião da Pedreira; São Tiago dos Velhos; São Vicente; Sapataria; Sé; Socorro; e termo de Lisboa.

Documento 1

1485, Lisboa, fevereiro, 26 - *Testamento de Lourenço Gonçalves, mercador (traslado de 1557)*

AML, *Foros da freguesia da Madalena: processos de aforamentos e reconhecimento de prazos (1606-1672)*. Capilha sem nº relativa a um reconhecimento de foreiro em 1660, f. 598-599.

Em nome de deus Amen saybam quamtos este estromemto de testamemto vyrem que no Ano do naçimemto de noso senhor Jesuu christo de myl e quatroçemtos e oytemta e cimquo anos vymte e seys dias do mes de ffyuyrejro na çidade de llixboa nas casas honde vyue *Louremço gomçaluez mercador morador na dyta Çidade na fferarya Jumto com o aver do peso Jazemdo hy ho dyto Louremço gomçaluez doemte em cama de ymfermydade que lhe deus deu em todo seu syso e emtemdymemto Compryo logo por ele foy dyto que tememdo ele ho senhor deus A cujo poder ha de hyr e ho dya e hora de seu fynamemto que nam sabe quamdo ha de ser ffazyra e hordenava seu testamemto e sua postomeyra vomtade em esta gysa que se sege pymeynamemte emcomemda a sua alma a deus que ha ffez e cryou de nenhuma cousa que ele por sua merçee e piedade se queyra dela hamerçear quamdo deste mumdo partyr e Roga a *virgem marya* sua madre que por ele queyra ser Rogador e mamda emterar ho seu corpo honde lyanor affomso sua molher quyser / [f. 598v.] E porque ele nam tem fylhos nem ffylhas pay nem may nem houtros herdeyros lydymos que seus beems per direito AJam de herdar deixa por sua herdeyra ha dyta sua molher E todos seus bees de Rayz e moveis por honde quer que forem Achados que por sua morte ficarem que ela hos herdem e aJa per sy e faça deles ho que lhe Arouuer como de sua cousa suua propia e ho ffaça emterar Como he homde quyser e por bem teuer e mamda que pague ao almoxarife de bellas sogro do Carasquo quatroçemtos reaes em que lhe he obryguado e manda que page Ao mouro fermosynho oleyro myl e çem reaes que lhe deve e ho dyto mouro lhe tem A penhor delles huum copo de prata que pesa cimquo omsas pouco majs hou menos que he da gramdura e feyção doutro que ele tem e dyz que lhe deue fernam *Rodrijuez oleyro morador no aRebalde da mourarya tres fornos de Louça e mays huum forno pequeno e elle dyto Louremço gomçaluez* lhe deve da dyta Louça çemto he coremta reaes e mamda que ha dyta suua molher lhos pague e Reçeba ha dyta Louça e dyse que haRedava dos dytos seus bees todos seus dyujdos e parentes em qualquer grao que seyão A todos com huum preto soo e se majs quyserem manda que nam ayão Causa alguma e per este seu testamemto Revogou e houue per Revogados todos houtros testamemtos / [f. 599] Cedolas e comdeçilhos que hamtes deste aJa feytos e todos mamda que quebrem e nam valham Causa alguma saluo este que mamda que valha e tenha e seya ffyrme e valyoso pera sempre e se cunpra Asy e pola guysa que hem elle he Comteudo porquamto esto haa por seu verdadeiro testamemto e sua prostumeira vomtade e em caso que nam valha como testamemto mamdo que valha como comdeçilho e postomeyra vomtade e per outro qualquer modo que mylhor por direito valer posa e em testemunho dello lhe mamdou Asy ser feito este estromemto e quamtos neçesayros fforem testemunhas dyogo vaasquez e dyogo anes borzyguyeyros e fernam *gomçaluez e fernamd eannes e Rodrigo anes houtrosy borzygyeyros moradores na dyta Rua da fferarya e eu aluaro affomso pubryco taballyão geral d ell Rey Noso senhor em todos seus Reynos he senhoryos que este estromemto per outorgamemto do dyto Louremço gomçaluez stprevy e em ele meu pubrico synal ffyz que tal he**

Documento 2

1485, Lisboa, novembro, 29 - *Instrumento de empraçamento realizado pela Câmara de Lisboa com João de Albuquerque, do Conselho do Rei, de um pedaço de cano diante das suas casas junto aos Estaus Novos do Rossio, após uma contenda entre as partes sobre a cobertura do dito cano e a possibilidade de edificar casas sobre a cobertura. Segue-se uma certidão de 1498 da realização da cobertura do dito cano por João de Albuquerque (traslado de 1576).*

AML, *Foros da freguesia de Santa Justa: processos de aforamentos e reconhecimento de prazos (1485-1749)*, Processo sem nº relativa a um reconhecimento de foreiro em 1737, f. 104-108

Contrato do canno *que nam paga foro allguum*

Seyão çertos os que este estromento d enpraçamento emffatiota virem que no anno de nosso senhor Jesu Christo de mill e quatrocentos e oytenta e çymquo vynte e nove dias do mes de novembro da dita hera na Camara da vereaçam da muy noble e senpre leall çidade de llixboa estando hy João allvarez porto Carreyro e Ruy mendez de bryto e affonso Rodriguez vereadores e João barroso procurador e vycente affonso allfayate e Joam vicente tenoejro e affonso vaasquez barbejro e pero vaasquez borzegujejro procuradores dos mesteres em presença de mym Ruy vaasquez scprivão da dita Camara e publlico per autorydade Real das scpírituras que a ella pertemcem e se em ella hão de ffazer perante elles pareçeo João d allboquerque do Conçelho d ell Rey nosso senhor / **[f. 104v.]** e dise aos sobreditos que elle hera em Contenda Com o Juiz e officiais d aposentadorya da dita çidade sobre huum pedaço de canno que estaa antee humas suas casas e sarrado que elle Joam d allboquerque tem a par dos estaos novos do Rosyo da dita çidade o quall canno lhe hera dado per alluara do dito senhor pera ho ter Cuberto em praça E por elle nom poder cubrir ho dito Canno atee hora por allguuns negoçios Como pello trabalho que na çidade amda por bem da qual Cousa os officiais da dita aposemtadorya queryão lancar mam do dito canno pera ho averem de Cobrir de bobada e fazer em elle e sobre elle casas pera Rendimento dos ditos estaos no que elle Reçebera grande noyo porque lhe tolherião o lume e serujmtya das ditas suas casas e sarrado e esso mesmo o dito senhor per seu alluara manda que no dito Canno se nom ffaça casas / **[f. 105]** e ffiique a elle Joam d allboquerque que porem lhes pedia que lhe conprise o dito alluara e lhe desem ho dito Canno pera ho elle cobrir e fiugar Raso em Resyo porquanto os ditos officiais da dita aposemtadorya apraziam de lhe ser alexado e visto pellos ditos vereadores e procurador e procuradores dos mesteres o dizer do dito João d allboquerque que mandarão presemte sy vir pedr eanes fferrador Juiz da dita aposemtadorya e officiais della e lhe ffoy Relatado todo o que dito hera pello dito Joam d allboquerque e elles Respomderão que assy lhes aprazia e hera dello contentes Comtanto que lhe fosse asynado tempo Comvynhauel a que Cobrise ho dito Canno e nam ho Cobryndo atee o tenpo que lhe limitado seya que emtão ho dito Canno ffiique com a dita aposemtadorya pera ser Cuberto A Custa do dito / **[f. 105v.]** João d allboquerque sem fazer Casas e vendo elles officiais da dita aposemtadorya que dello som Contentes e ho Requerymento e pedindo dito Joam d allboquerque e vendo elles Como he bem e proueyto e nobreza dos ditos estaos de se no dito Cano não fazerem Casas por ser muyto chegado dos ditos estaos e ffiiqua melhor em praça pera serujmtya Cumña Acordarão por bem do que dito he de dar como loguo

derom emffatiota pera sempre ao dito Joam d allboquerque o dito pedaço de canno que assy estaa amte as ditas suas casas e çarrado Como parte com parede dos ditos estaos e de fundo entesta Com outro pedaço de Canno que a dita çidade afforado tem ao dito Joam d allboquerque por certo foro que delle ha de pagar A çidade / [f. 106] segundo tem per outro Comtrato O qual pedaço de Canno pellas ditas Comfrontaçois Como comfronta Com Resyo derom ao dito Joam d allboquerque emffatyota Como dito hee pera elle e seus herdeyros e sobçesores que depos elle vierem e as ditas suas casas e Çarrado ouuerem Com Condiçom que elle e os ditos seus herdeyros tenham sempre e pera sempre ho dito Canno Corregido e cuberto d aboboda asy como vay Cuberto per toda a Rua abaixo e com Comdição que ho dito Joam d allboquerque Cubra loguo o dito Cano d aboboda a sua propria custa e despesa e ho de de todo cuberto atee per todo ho mes de agosto que vem da hera de oytenta e seis ao quall tempo elle dito Joam d allboquerque dee ho dito Canno cuberto Como dito hee e nam ho dando que elle fique aos ditos estaos pera ho averem de cobrir sem fazerem em elle casas e pella despesa / [f. 106v.] que asy ho dito João d allboquerque ha de fazer no Cubrymento do dito Canno pera aver de fazer em serujntya Cumũa e asy elle e seus herdeyros e sobçesores ho averem de ter Cuberto e lympo e corrente d oje pera sempre ouuerão como chão por lyure elle dito Joam d allboquerque e seus herdeyros e sobçesores de em nenhum tempo pera sempre nam pagarem nenhum fforo nem pensão do dito Canno que lhe hora novamente damos e Com Condiçam que elle e seus herdeyros e sobçesores não fação nem posão fazer em nenhum tempo sobre ho dito canno nenhuma Casas nem outro nenhum alleuamtamento de paredes nem doutra Cousa salluo Como for Cuberto d aboboda fique e este Raso pera serujmtya Cumua do Comçelho pera se per çyma serujrem Com todas as Cousas que hao dito / [f. 107] Comçelho aprouer sem elle dito Joam d allboquerque nem seus herdeyros pagarem fforo delle como dito hee e o dito Joam d allboquerque que presentem estaa Recebeo em sy ho dito Cano pella maneira suso dita Com as ditas Condiçois as quaes fficou de conprir e manter em todo Como em ellas e em cada huma dellas he conteudo sob obrigaçom de todos seus bens moveis e de Rajz avidos e por aver que pera ello obrigou e os ditos offiçiais e mesteres obrygarão os bens e Remdas da dita çidade a lhe conprir este aforamento e o manter em posse do dito Canno pella maneja suso dita sem por elle ho dito Joam d allboquerque nem seus herdeiros pagarem nenhum fforo a qual Cousa asy outorgarão e asynarão e mandarão fazer dello dous estromentos anbos de hum theor testemunhas / [f. 107v.] dioguo gil guarda da dita camara e Joam deujo e fernand eanes e martym Rodrijuez homees della e outros e eu sobredito Ruy vaasquez que este estromento d enprazamento a meu ffeieell scprivão mandey scprever e per mym sobescreuy e de meu synall publico asyney que tall he „ Confirmaçam lopo d abreu ffidallguo da Casa d ell Rey nosso Senhor e o Licenciado fernam Rodrijuez Cavallejro da casa do dito senhor e de seu desembarguo ambos Juizes das propriedades desta çidade de llixboa per espiçiall mandado de sua allteza o quall estaa asemtdo na Camara desta çidade fazemos saber a quantos este nosso alluara de Comfirmaçam virem que vimos este Contrato desta outra parte esprito e Jssso vimos Como ho dito Joam d allboquerque nom paga coussa allguma pellas Comdiçois do dito Comtrato e como fomos enfformados e he notoryo / [f. 108] ho dito Joam d allboquerque ter feyto e comprido ho que ho dito contrato lhe manda e Como de todo foy dada vista ao bacharell affonso figueira sindiquo della e como nom disse Cousa allguma Contra ho dito Contrato o Jullgamos por bom e avemos por tall e o confirmamos ao dito Joam d allboquerque e mandamos que se cumpra e garde como se em elle comtem feyto em a dita çidade aos vynte e tres dias do mes de Janeyro Sebastião allvarez o ffez anno de nosso senhor Jesu christo de mill e quatrocentos e noventa e oyto ., lopo d abreu , fernanduz .,-

O abastecimento de carne à cidade de Lisboa (1495-1516): registos inéditos¹

Maria Filomena Melo*

A transcrição que em seguida se apresenta incide sobre um excerto, concretamente os fólios 1 a 19, do *Livro 5^o de obrigações de vender carne no açougue*, custodiado pelo Arquivo Municipal de Lisboa. Trata-se de um códice cujos fólios, num total de 196, são em papel, com encadernação a couro e dimensões 440x230mm. A transcrição parcial deve-se ao facto de esta ter sido desenvolvida no âmbito de uma parceria entre o Instituto de Estudos Medievais (IEM) da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e o Arquivo Municipal de Lisboa (AML), com o apoio da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), circunscrita ao período medieval, *grosso modo*, até ao final do reinado de D. Manuel I.

O âmbito cronológico do códice, contudo, é mais amplo, tendo como datas extremas 1495 e 1570, apesar de não apresentar uma sequência completa para todo este período. Pelo contrário, há hiatos de vários anos e a análise dos conteúdos leva a crer que a junção destes registos na forma de livro foi feita *a posteriori*, isto é, resulta de uma composição de cadernos ou outros avulsos, não se tratando, em sentido próprio, de um livro de registos preenchido sistematicamente. Além das lacunas cronológicas, corrobora esta hipótese o facto de se encontrarem múltiplas numerações dos fólios, desde logo no primeiro a que foi atribuído o número “1” (presentemente é o 2), mas que já teve a numeração “lxxbij”, entretanto cancelada, ou o fólio 9, que já foi “8”, “179” e “Clbj”, sendo precedido por um fólio “7” (agora 8) e seguido de um “9” (“10” na renumeração), que por sua vez indiciam, por outras numerações apostas, não terem estado sempre nesta posição. Como estes exemplos, muitos outros atestam tratar-se de uma reorganização de documentos que tiveram anteriormente outra ordenação. O códice tem, portanto, vários tempos de elaboração.

O conjunto transcrito apresenta-se organizado do seguinte modo. Após uma folha de rosto em que consta a designação do livro, o fólio 2 principia com um primeiro contrato, datado de 21 de janeiro 1495, subordinado ao “Titulo das Obrigações dos Carniçeiros E merchantes e emxerqueiros”. Este contrato foi elaborado pelo escrivão Estêvão Vaz, exercendo “por Nuno Fernandes, escrivão da câmara”, como declara o próprio. Posteriormente, aqui e ali, o mesmo escrivão diz ser o autor material de outros registos. Depois de um fólio deixado em branco, o fólio

¹ O presente trabalho fez parte do programa da bolsa de investigação (Projecto UID/HIS/00749/2013), financiada pelo Instituto de Estudos Medievais (IEM) da NOVA FCSH, que decorreu entre 15/7/2015 e 14/1/2016.

* IEM – Instituto de Estudos Medievais, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas / Universidade NOVA de Lisboa, 1069-061 Lisboa, Portugal.

8v., seguido de outro apenas iniciado com o “Título de registo dos memposteiros dos cativos” - um tópico em tudo alheio aos demais conteúdos -, no fólho 9v. retoma-se o “Titulo das obriguações dos carnyceiros e merchantes pera o anno vijndoiro”, constando sob este um único registo, de 14 de janeiro de 1496. No fólho 10, intitulado “Obrigacoos dos carniceiros”, começa então a ser apresentado outro conjunto de contratos, mais extenso, sendo o primeiro registo de 4 de abril de 1514. No fólho 16, inicia-se outra fase do livro, começando o “Título das obrigações para o ano vindoiro de 1515”, isto é, trata-se de compromissos que foram feitos a partir de outubro de 1514, para se virem a cumprir os contratos no ano seguinte. Porém, na sequência precedente, já haviam sido inseridos contratos com datas de 1515 e até 1516.

Quanto aos conteúdos, o códice patenteia um vasto conjunto de registos de contratos, tendo sido contemplados nestas transcrição os cento e quarenta e sete que se enquadram na cronologia já referida. Em cada contrato, os comerciantes de carne assumem o compromisso de trazer à cidade gado para abater e vender nos açougues municipais, em datas que lhes são fixadas. Os textos são lavrados por um escrivão da câmara e subscritos quase sempre pelos comerciantes ou seus representantes e avalistas, quando estes figuram no contrato. As subscrições são apostas quer por assinatura autógrafa, quer a rogo, com ou sem sinal. Embora alguns contratos tenham ficado por assinar, estes casos são, de um modo geral, raros, pelo menos para o período que esta transcrição abrangeu.

O teor de cada texto é muito simples e semelhante de caso para caso. Principia pela datação e identificação de um ou mais comerciantes, que podem ter comparecido pessoalmente perante o escrivão municipal e outros elementos da edilidade ou ter-se feito representar por terceiros. Tal é o caso dos comerciantes residentes fora da cidade que, normalmente, estabelecem o contrato por entreposta pessoa, precisando também de apresentar um avalista que lhes sirva de fiador e cumpra o estipulado, caso falhem ao compromisso. São referidos os nomes, profissões e local de residência dos contratantes, representantes e avalistas, quando estes também tomaram parte. Estabelecem-se os termos do contrato, propriamente dito, em que é declarado que os comerciantes se obrigam a trazer um determinado número de cabeças de gado para abater nos açougues da cidade, na estação de inverno ou de verão, na altura em que vierem a ser convocados. Nalguns, poucos, é dada uma indicação muito precisa sobre a banca de talho de que dispõem ou que lhes será atribuída. Em muitos casos, estabelece-se também uma pena pecuniária para o incumprimento, com a declaração de que o pagamento da pena não desobriga o comerciante de vir a honrar, posteriormente, o que fora estabelecido. Num caso apenas foi feita uma cláusula que salvaguarda o comerciante se não cumprir o contrato por impossibilidade de encontrar gado.

No conjunto de todas estas informações, o texto é bastante sintético, limitando-se a cinco ou seis linhas, em geral, havendo alguns mais pequenos e também outros maiores, mas que raras vezes excedem as oito linhas, de modo que, mesmo tendo ainda um espaço de assinaturas, estão normalmente entre três e seis contratos em cada uma das páginas.

Os primeiros fólhos, que correspondem aos registos mais antigos deste livro, datados de 1495, incluem anotações marginais, apostas à esquerda do texto principal dos contratos, nas quais se destaca o nome do contratante e o número de animais que se comprometeu a abater. Deste número resulta um somatório, inscrito no rodapé de

cada fólio. Este somatório já não se apresenta depois do fólio 7 e as anotações à margem vão mudar de padrão no fólio 10, onde principiam os registos de 1514. Passam então a indicar apenas, de forma abreviada, que o contratante “pagou”, se for o caso e, pontualmente têm mais alguma informação relativa ao cumprimento do contrato, ao nome do comerciante, ou outra. É plausível, tendo em conta o teor das anotações, que estas tenham sido feitas posteriormente, de onde se pode presumir que eventualmente serão de outra mão que não a de quem lavrou o contrato. Por outro lado, dado que o escrivão Estêvão Vaz foi deixando, aqui e ali, indicadores de que desempenhou esta tarefa amiúde e durante um largo período, fica em aberto a possibilidade destas adições não serem então heterógrafas, algo que a análise paleográfica não permite, com precisão, confirmar ou excluir. Do mesmo modo, não há indicadores suficientes para saber se, ao longo destes cerca de vinte anos abrangidos pela transcrição, os registos foram feitos por várias mãos, ou uma única mão, em tempos diferentes. Isto porque se trata de uma escrita rápida, interrompida e retomada inúmeras vezes e se se encontram alguns traços comuns, estes tanto podem ser tidos como características de uma época, como de uma mão, não havendo muitos pontos de apoio para os aproximar ou diferenciar, inequivocamente.

É de referir que os textos destes contratos, escritos com notória celeridade na maior parte dos casos, patenteiam lapsos de escrita de vários tipos e mesmo erros, corrigidos ou não, muitas rasuras e adições nas entrelinhas. Por exemplo, são frequentes as trocas de nomes que, por vezes, não conferem com a assinatura ou a nota à margem. Repetem-se palavras ou até trechos mais extensos, omitem-se outros, enfim, há um conjunto de descuidos formais que denotam o modo como foram produzidos estes textos, tornando-se evidente que serviriam de apontamentos para um eventual controlo, mas que, na maioria dos casos, não voltariam a ser consultados, uma vez cumpridos os contratos dentro da normalidade, como seria do interesse dos comerciantes e do município. Na verdade, não se encontra documentada, no trecho transcrito, qualquer menção a incumprimento, aplicação de sanções ou necessidade de convocar os fiadores. A terem existido, estes casos problemáticos não foram referenciados a par dos contratos.

Em suma, importa sublinhar que, pelo grande volume de registos desta natureza e pela riqueza informativa dos conteúdos, o códice é uma fonte historiográfica única no seu género, para esta cronologia. Sendo a mais antiga que, até agora, se conhece, deixa em aberto a questão acerca da prática administrativa de exarar os contratos de abastecimento à cidade. Além deste códice, um outro livro, designado *Livro 1^o da vereação*, contém registos idênticos, para uma cronologia muito próxima, sendo os mais remotos datados de 1515. Ambos fazem parte do conjunto documental que o Arquivo Municipal de Lisboa alberga e que é incontornável para a historiografia deste período.

*

Para a transcrição, foram consideradas as normas de publicação divulgadas pelo Arquivo Municipal de Lisboa.

Em conformidade com os referidos critérios, foi respeitada a ortografia do texto mantendo-se as maiúsculas e minúsculas, e foi dada às semi-maiúsculas a transcrição mais adequada à resolução de cada caso,

predominantemente como maiúsculas. Foram separadas as palavras, de acordo com a unidade morfológica, sem recurso a hífen ou apóstrofo, em caso de crase ou elisão. Todas as abreviaturas foram desenvolvidas, salvo os seguintes casos: a abreviatura “.s.” não foi desenvolvida em *scilicet*, mantendo a forma abreviada; as letras “c”, designando as centenas, ou “o”, designando uma terminação no género masculino, quando colocadas em índice após ou sobre expressões numéricas, foram transcritas mantendo a posição em índice.

Para a identificação dos fólhos, toma-se como referência a presente renumeração atribuída pelo AML a este documento. Não se replicam na transcrição as paginações anteriormente apostas nos fólhos, em números romanos ou árabes. Do mesmo modo, não são contemplados pela transcrição os números de ordem escritos a lápis no início de cada contrato.

As adições que mostram ser parte integrante do texto, entrelinhas, ou notas marginais coevas foram inseridas entre comas, seguidas de uma nota explicativa, quando necessário. Todas as adições de edição figuram entre “[]”. Dada a natureza contratual dos trechos transcritos, foi ainda utilizada a anotação “a)”, como é convencional, precedendo as assinaturas autógrafas ou a rogo e sinais associados.

*

1495-1516 - Contratos de abate de carne para fornecimento à cidade de Lisboa.

Cota: AML, *Livro 5º de obrigações de vender carne no açougue*, f. 1-19.

[f. 1]

Livro 5º de Obrigações de vender Carne no açougue nos annos de 1495 té 1570

[f. 2]

Titulo das Obrigações dos Carniçeiros E merchantes e emxerqueiros

<João Banha Lxxx>²

Jtem em xxj dias de Janeiro de iij^c IRb annos na camarara da vereação perante os oficiães pareço Joham banha e francisco ferrnandez moradores em esta çidade E sse obrigarom de cortar de Jnuerno des o primeiro dia d oytubro atee Jmtrudo vijndoiro em oytenta Resses vaquarijs comtanto que lhe seja dado o talho terçeiro da mão esquerda E as cortarom aos dias e tempos que lhe for mandado E nom as cortando que paguem dous mjll rreais pera as obras da çidade E por verdade asijnarom aquy esteuaam vaaz por Nuno fernandez stpriuam da dita camara esto stpriuy

a) francisco [sinal de cruz] ferrnandez

a) Joaom [sinal de cruz] banha

<João d eluas bj>³

Jtem em xxbij dias do dito mes na dita camara pareço Joham d eluas morador na azinhagua termo de Samtarem e sse obrigou de cortar de Jmuerno des o primeiro dia d [oytubro atee] emtrudo pella dita maneira em seis rresses vacarijs E nom as coratando como dito he Joham Alvarez contador d el Rey nosso senhor se obrigou de as cortar por elle ou pagar dous mjll rreais pera as obras da çidade E por verdade asinou aquy

a) Joham alvarez

² À margem. Em vários itens foi inserida uma informação semelhante a esta, com a indicação do nome do contratante, por vezes do número de reses constante no compromisso e, nalguns casos ainda, foram acrescentadas informações relativas ao cumprimento do contrato, o que leva a crer que, pelo menos estes últimos dados, foram adicionados posteriormente. Não é certo, portanto, se foi um acrescento elaborado pelo mesmo escrivão que lavrou o contrato, ou não, sendo de admitir a possibilidade de se tratar de uma possível adição heterógrafa.

³ À margem. Possível adição heterógrafa.

<gill pereira x>⁴

Item No dito dia pella dita maneira se obiogou gill pereira morador nesta çidade de cortar de Jnuerno des o primeiro dia d oytubro atee Jmtrudo vijndoiro em dez Reses vaquarijs sob a dita pena as quaaes cortaraa aos dias e tempos que lhe for mandado E por verdade asynou aqyui

a) gil pereira

lRbj⁵

[f. 2v.]

<fernam de pinhel x>⁶

Item em ix dias de feureiro de iiii^c LRb annos na camara perante os oficiãaes parecerom fernam de pinhell e afonso anes breziguyeiros moradores nesta cidade e se obrigarom de cortar des o primeiro dia d oitubro atee Jmtrudo que vynraa da era presente em dez Reses vaquarijs as quaaes cortarom aos dias e tempos que lhe for mandado sob pena de pagarem dous mjll rreais pera as obrras da dita çidade E por verdade asijnarom aqui

a) afonso [sinal de cruz] anes

<Rodrigo lopez pagou leouou carta>⁷

Item em xbiiij^o dias do dito mes na camara peramte os oficiãaes pareçeo Ruy lopez caryçeiro morador na dita çidade E sse obrigou de cortar de Jmuerno des o primeiro dia d oytubro ate Jmtrudo em Coremta rreses vaquarjs sob a dita pena as quaaes cortara aos dias e tempos que lhe for mandado E por verdade assynou aqui <E elle dito Ruy lopez se obrigou aos bj dias de mayo em vijnte E asy sam sasemta Reses por mandado dos vereadores Eu esteuam vaz o estpreuy>⁸

a) Ruj [sinal de cruz]lopez

<maria[sic] Rodrigujz xx>⁹

Item em xxiiiij^o dias do dito mes Na camara perante os oficiãaes pareçeo margarida Rodriguijs emxerqueira molher de Joham ferrnandez merchamte e sse obrigou de cortar pella dita guysa em vijnte Reses vaquarijs as

⁴ À margem. Possível adição heterógrafa.

⁵ No final dos primeiros fólhos deste livro encontra-se uma verba como esta, contabilizando o somatório geral de reses mencionadas até ali. Possível adição heterógrafa.

⁶ À margem. Possível adição heterógrafa.

⁷ À margem. Possível adição heterógrafa.

⁸ Este trecho foi adicionado ao primitivo registo.

⁹ À margem. Possível adição heterógrafa.

quaaes Cortara aos dias e tempos que lhe for mandado E nam as cortamdo pague dous mjll Reais pera as obras da dicta cidade E porquamto ella nom sabe stpriuer Rogou a diogo gill guarda da dita camara que asynasse por ella
a) diego gyll

<Rodrigo ffernandjz ij>¹⁰

Jtem em xij dias do mes de março de iiij^c LRb anos se obrigou Ruj fernandez morador na freguesia de samta maria dos olyuaaes de cortar duas Resses vaquarijs as quaaes cortara des o primeiro dia d oytubro atee Jmtrudo vyndoiro sob a dita pena E por verdade asynou aqui

a) Ruj [sinal de cruz] ferrnandez

lxxij¹¹

[f. 3]

<gonçalo vaaz bj>¹²

Jtem em xiiij dias do mes d abrjll de iiij^c LRb anos na camara perante os ofiçiaaes pareceo gonçalo vaaz bruziguieiro morador Jumto com as duas portas da Ribeira E se obrigou de cortar des o primeiro dia d oytubro atee Jmtrudo em seijs Resses vaquarijs E por cada rres que nom cortar cortara quatro porcos aos dias e tempos que lhe for mandado per os ditos ofiçiaaes sob pena de pagarem dous mjll Reais pera as obras da çidade E por verdade asinou aquy

a) gonçalo vaz godinho

<siluestra C^{to} R>¹³

Jtem em xiiij^o dias do mes d abrjll de iiij^c LRb anos na camara da vereaçom estando hy os ofiçiaaes pareceo Jsabell annes a siluestra morador nesta cidade E sse obrigou de cortar des o primeiro dia d ouytubro atee Jmtrudo em Çemto e quoremta rresses vaquarijs emtrando nesta obriguaçom xx rresses que lhe ficou por pagar do ano pasado E por cada rrees que faleçer cortaraa quatro porcos por Res Ou carneiros dez por rrees segundo Rui custume E nom comprindo ella a dita obriguaçom que pague seis mjll rreais pera as obras da çidade as quaaes cortara aos djas e tempos que lhe for mandado E porquanto ella nom sabe stpriuer Rougou a mym esteuam vaaz que asynase por ella

a) esteuam vaaz

¹⁰ À margem. Possível adição heterógrafa.

¹¹ Neste somatório não foi tido em conta o acréscimo de vinte reses feito no segundo registo deste fólio ao compromisso de Rui ou Rodrigo Lopes.

¹² À margem. Possível adição heterógrafa.

¹³ À margem. Possível adição heterógrafa.

<Lourenço macho xx>¹⁴

Item em xb dias do dito mes na dita camara estando hy os ofiçãaes peramte elles pareçeo Lourenço macho ho moço morador nesta cidade E sse obrjguou de cortar de Jmuerno des o primeiro dia d ouytubro atee Jmtrudo em vijmte Reses vaquarijs aos dias e tempos hordenados pella çidade sob pena de dous mjll rreais pera as obras da dita çidade E por verdade asijnou aqui

a) Lourenço [sinal de cruz] macho

<catarina afonso xb>¹⁵

Item No dito dia peramte os ditos ofiçãaes pareçeo Catarina afomso molher de vicente rrodriguiz enxerqueira e se obriguou pella dita maneira de cortar quimze Reses vaquarijs aos dias e tempos hordenados pella çidade e ssob a dicta pena E porquamto ella nom sabya stprier Roguou a mym esteuam vaaz que asynasse por ella

a) esteuam vaaz

<Clxxxj>¹⁶

[f. 3v.]

<francisco Rodrigujz Ç^{to}>¹⁷

Item em bj dias do mes de mayo de lRb annos na camara peramte os ofiçãaes e mesteres pareçeo françisco rrodriguiz carnyceiro E se obriguou de cortar de Jnuerno nos açougues da dita cidade em Cem Reses vaquarijs aos dias e tempos que lhe for mandado pellos vereadores E nom as cortamdo que pague seis mjll rreais pera a çidade E por verdade asijnou aqui

a) francisco rodrigues

<catarina dias CL leuou carta>¹⁸

Item no dito dia pella dita maneira se obriguou catarina diaz por Ruy ferrnandez E em seu nome de cortar de Jmuerno em çemto e L^{ta} rresses sob a dita pena E porquamto ella nom sabe stprier Roguou a mym espriam que asynase por ella

a) esteuam vaaz

¹⁴ À margem. Possível adição heterógrafa.

¹⁵ À margem. Possível adição heterógrafa.

¹⁶ Foi escrita uma verba, riscada, e substituída por esta.

¹⁷ À margem. Possível adição heterógrafa.

¹⁸ À margem. Possível adição heterógrafa.

<afonso Rodriguiz Lxx leuou carta>¹⁹

Item No dito dia pella dita maneira se obrigou afonso rrodriguiz de cortar de Jnuerno em satemta rreses vaquarijs sob a dita e corta llas ha aos dias e tempos que lhe for mandado pellos vereadores E por verdade assynou²⁰ aqui por a quall pena he tres mjll Reais pera as obras da çidade

<fernando afonso Lb>²¹

Item no dito dia pella dita maneira se obrigou de cortar fernamd afonso em cincoemta e cinco rreses sob pena de pagar dez mjll Reais as quaees cortaraa aos dias e tempos que lhe for mandado pellos oficiãaes E por verdade assynou aqui

a) fernam [sinal de cruz] d afomso

<pero corchado Lx leuou carta>²²

Item no dito dia pella dita maneira se obrjguou pero corchado de cortar de Jmuerno em sasemta rreses vaquarijs sob a dita pena e aos dias e tempos que lhe for mandado pellos vereadores E por verdade assynou aqui

a) pero corchado

iiij^c xxxb

[f. 4]

<João pereira bj> ²³

Item aos xij dias de mayo na camara da uereaçam João pirejra morador em bocelas se obrigou de cortar de Jmuerno sejs Reses camdo lhe for mandado per os almotaçes so pena de dous mjl Reais pera as obras da çidade

a) João [sinal] pirejra

<João perjz b>

Item aos xiiij dias de mayo Na camara da uereaçam perante os oficiãaes e mesteres pareço Joham perjz morador em vylla longa E se obrigou de cortar de Jnverno çinquo Reses cando lhe for mandado per os almotaces E elle se uera apresentar a elles cada mes pera cando lhe for mandado E nom ho irem buscar so pena de dous mjll Reais

a) João [sinal de cruz] perjz

¹⁹ À margem. Possível adição heterógrafa.

²⁰ Não obstante esta declaração, o registo não foi assinado.

²¹ À margem. Possível adição heterógrafa.

²² À margem. Possível adição heterógrafa.

²³ À margem. Possível adição heterógrafa.

<João Rodrigujz²⁴ coronheiro xxb>²⁵

Item aos xiiij dias de mayo na camara da uereaçam perante os oficiãaes e mesteres pareço Joham gonçallvez coronheiro E se obrigou de cortar de Jnverno cando lhe for mandado per os almotaces <vinte e çinquo rreses> so pena de dous mjll Reais pera as obras da dita çidade nom seja duujda onde diz vinte e çinço Reses

<o gramdaço x>²⁶

Item aos xiiij dias de mayo na camara da uereaçam perante os oficiãaes e mesteres pareço o gramdaço e se obrigou de cortar de Jnverno dez Reses vacarijs so pena de tres mjll Reais pera as obras da çidade

a) [sinal]

<Lourenço periz maRecos bj>²⁷

Item aos xxij dias de mayo na camara da uereaçam perante os oficiãaes pareço Lourenço perjz marecos carnençejro morador em carnjde e se obrigou de cortar de Jnverno sejs Reses cando lhe for mandado per os almotaçes so pena de dous mjll Reais

a) Lourenço perjz

Lij

[f. 4v.]

<João Rodrigujz L>²⁸

Item aos xij dias de junho se obrigou Joham Rodrigujz merchante²⁹ na camara da uereaçam perante os oficiãaes se obrigou³⁰ de cortar de Jnverno çincoenta Reses so pena de tres mjll Reais pera as obras da çidade E por verdade assynou aquy

a) João[sinal] Rodrigujz

²⁴ O nome difere do que consta no texto do contrato.

²⁵ À margem. Possível adição heterógrafa.

²⁶ À margem. Possível adição heterógrafa.

²⁷ À margem. Possível adição heterógrafa.

²⁸ À margem. Possível adição heterógrafa.

²⁹ Segue-se, riscada, a expressão: “ de cortar”.

³⁰ Segue-se, riscada, a palavra: “deste”.

<manuell Rodrigujz xx>³¹

Item aos bj dias de Julho Se obrigou manuell Rodriguiz merchante E se obrigou de cortar de Jnuerno cando lhe for mandado vinte rresses so pena de tres mjll rreais e por verdade asynou aqui

a) manuel rrodryges

<pero gonçallvez xb>³²

Item aos biiij dias de Julho Se obrigou pero gonçallvez duque de cortar de emverno quinze Reses cando lhe for mandado so pena de dous mjll rreais pera as obras da çidade

a) pero [sinal] gonçallvez

<pero diaz xij>³³

Item aos xxiiij dias de Julho Se obrigou pero diaz morador em heura de cortar de Jnuerno doze Reses E deu por seu fiador vasco paaez spriuam dos contos so pena de pagar tres mjl Reais pera as obras da çidade E esto cando lhe for mandado per os almotaces E se ello nom for achado sera Requerido o fiador e compra so a dita pena

a) vasquo paaez

a) pero [sinal] diaz

<João lujs bj>³⁴

Item aos³⁵ iij dias de agosto Se obrigou de cortar de Jnuerno Joham lujs morador a sam bento sejs Reses vacuas cando lhe for mandado per os almotaçes So pena de dous mjll rreais E deu por seu fiador gonçalo afonso mercador

a) gonçalo affomsso

Ciiij

³¹ À margem. Possível adição heterógrafa.

³² À margem. Possível adição heterógrafa.

³³ À margem. Possível adição heterógrafa.

³⁴ À margem. Possível adição heterógrafa.

³⁵ Segue-se, riscado: “x”.

[f. 5]

<João ffernandjz bj>³⁶

Jtem aos iij dias de agosto Se obrigou de cortar <Joham ffernandjz> de Jnverno sejs Reses No mes de dezembro cando lhe forem Requeridos per os almotacees so pena de dous mjll [reais] e por verdade asynou aqui este Joham ffernandjz he yenrro de pero gonçallvez ho [...]

a) João [sinal de cruz] andre[sic]

<João afonso xij>³⁷

Jtem aos biiij dias de agosto se obrigou Joham afonso morador n alcacoua Se obrigou [sic] de cortar de Jnverno doze rreses cando lhe for mandado so pena de dous mjll rreais e por verdade asynou aqui

a) [sinal de cruz] Joham afonso

<alvaro perjz biiij>³⁸

Jtem aos biiij dias d agosto Se obrigou alvaro periz morador em hunhos de cortar de Jnverno oyto rreses so pena de dous mjll rreais E esto cando lhe for mandado

a) alvaro [sinal d cruz] perjz

<pero diaz xx>³⁹

Jtem aos biiij dias d agosto se obrigou pero diaz morador na mouraria de cortar de Jnverno vinte vacas as quaees⁴⁰ cortara quando lhe for mandado so pena de tres mjll rreais e por verdade asynou aqui

a) pero [sinal de cruz] diaz

<cateljna ffernandjz x>⁴¹

Jtem aos biiij dias [de] agosto se obrigou catelina ffernandjz molher de joham Rodriguiz de cortar de Jnverno dez Reses cando lhe for mandado so pena de dous mjll rreais E asynou por ella diogo gill

a) diego gill

³⁶ À margem. Possível adição heterógrafa.

³⁷ À margem. Possível adição heterógrafa.

³⁸ À margem. Possível adição heterógrafa.

³⁹ À margem. Possível adição heterógrafa.

⁴⁰ Segue-se, riscada, a palavra: "lhe".

⁴¹ À margem. Possível adição heterógrafa.

<alvaro afonso bj>⁴²

Item aos biiij dias d agosto se obrigou alvaro afonso morador n alcaçoua de cortar de Jnverno sejs Reses as quaes cortara cando lhe for mandado so pena de dous mjll rreais e por verdade asynou aqui

a) alvaro [sinal] afonso

lxij

[f. 5v.]

<afonso Rodrigujz bj>⁴³

Item aos xj dias de agosto de mjll iiiij^c LRb na camara da uereaçam Se obrigou⁴⁴ afomso Rodriguiz morador na ferraria de cortar de Jnverno sejs rreses so pena de dous mjll reais cando lhe for mandado per os ofiçiaaes

a) afonso Rodriguiz

<vasco gonçallvez ij>⁴⁵

Item aos xj dias d agosto na camara da uereaçam se obrigou vasco gonçallvez <morador na mealhada> de cortar de Jnverno duas <Reses> so pena de dous mjll reais pera as obras da çidade cando lhe for mandado per os ofiçiaaes E fiador bras afonso morandor na c[a]lldeiraria

a) bras [sinal de cruz] afonso

<vasco alvarez bj>⁴⁶

Item aos xj dias d agosto na camara da uereaçam se obrigou de cortar de Jnverno vasco alvarez de njsa sejs Reses so pena de dous mjll reais E deu por seu fiador e prinçipall pagador se majs aver de seer Requerydo o dito vasco alvarez pero gomes morador nesta cidade a caldeiraria

a) pero gomez

⁴² À margem. Possível adição heterógrafa.

⁴³ À margem. Possível adição heterógrafa.

⁴⁴ Segue-se, riscada, a palavra: “de”.

⁴⁵ À margem. Possível adição heterógrafa.

⁴⁶ À margem. Possível adição heterógrafa.

<pero tripas x>⁴⁷

Item ao primeiro dia de setembro Se obrigou pero tripas morador na mouraria de cortar de Inverno dez Reses E cando lhe for mandado per os almotacees E por esta mesa so pena de tres mjll reais pera as obras da çidade E por verdade assynou aqui per sua maao

a) pero [sinal de cruz] tripas

<diogo [de]njs iij>⁴⁸

Item ao primeiro dia de setembro Se obrigou diogo denjs morador em penella de cortar de Inverno tres Reses E deu por seu fiador Joham vaaz morador na Rebeira de loures que nom pagando o dito diogo denjs que elle page e corte as ditas Reses so pena de dous mjll rreais pera as obras da çidade

a) João [sinal] vaz

a) diogo

xxbij

[f. 6]

<bras afonso xb>⁴⁹

Item ao primeiro dia de setembro na camara da uereçam se obrigou bras affonso morador no ameall termo de torres vedras de cortar de Inverno quinze Reses E deu por seu fiador njcollaao ffernandiz morador na capataria que nom pagando elle que elle page as ditas xb rreses so pena de tres mjll rreais pera as obras da çidade E trazem as no mes de dezembro ou Janeiro que as posa cortar todas em dous dias e por verdade asynaaram aqui anbos

a) [sinal de cruz]

a) njcolaaoo [sinal de cruz] ffernandiz

<simam Rodrigujz iij>⁵⁰

Item em primeiro dia de setembro na camara da uereacam se obrigou simam Rodriguiz morador a porta do ferro de cortar de Inverno tres rreses so pena de dous mjll rreais pera as obras da çidade cando lhe for mandado per os almotaçees

a) simam [sinal de cruz] Rodriguiz

⁴⁷ À margem. Possível adição heterógrafa.

⁴⁸ À margem. Possível adição heterógrafa.

⁴⁹ À margem. Possível adição heterógrafa.

⁵⁰ À margem. Possível adição heterógrafa.

<briatiz lopez xx>⁵¹

Jtem em b dias de setembro na camara da uereçam se obrigou briatiz lopez de cortar de Jnverno xx vacas so pena de quatro mjl rreais pera as obras da çidade E asynou por ella diogo homem Jujs do crime por que ella nom sabya asynar

a) dieguo homem

<fernam manoel bj>⁵²

Jtem em b dias de setembro na camara da uereacam se obrigou⁵³ de cortar de Jnverno fernam manoell⁵⁴ de cortar de Jnverno[sic] sejs Reses E deu per seu fiador Ruy gonçallvez capatejro morador aa porta de sant antam E nom podendo dar vacas que as page em precos .s. quatro por huma Res E esto so pena de dous mjll rreais pera as obras da çidade E assynaram per suas mãaos

a) Rodrigo [sinal] gonçallvez

a) fernam [sinal] manoell

xxiiij⁵⁵

[f. 6v.]

<Rodrigo anes biiij>⁵⁶

Jtem aos bj dias de setembro na camara da uereçam se obrigou Rodrigo anes criado da siluestra E se obrigou de cortar no mes de Janeiro oyto uacas E deu por seu fiador fernamde anes pesador que nom pagando o dito Rodrigo anes que elle page E esto so pena de hum E outro pagarem de pena pera as obras da çidade tres mjll rreais E por verdade assynaram

a) Rodrigo [sinal] anes

<martim afonso bj>⁵⁷

Jtem aos bj dias de setembro na camara da uereçam se obrigou martim affomso morador aa porta dos canos merchante E se obrigou de cortar de Jnverno sejs vaquas cando lhe for mandado E por verdade assynou aquy

a) martim [sinal de cruz] afomso

⁵¹ À margem. Possível adição heterógrafa.

⁵² À margem. Possível adição heterógrafa.

⁵³ Segue-se, riscada, a expressão: “ briatiz lopez”.

⁵⁴ Segue-se, riscada, a expressão: “ E se obri”.

⁵⁵ O total deste fólho são quarenta e quatro reses e não vinte e quatro, como foi escrito por lapso, não corrigido pelo autor.

⁵⁶ À margem. Possível adição heterógrafa.

⁵⁷ À margem. Possível adição heterógrafa.

<João vicente ij>⁵⁸

Jtem aos bj dias se obrigou na camara da uereaçam João vicente morador n area termo de cascascas[*sic*] de cortar de Jnverno duas vacas E deu por seu fiador afomso perjz pillo morador a cata que faras so pena de mjll rreais pera as obras da çidade e asynaram per ssuas maaos

a) João [sinal] vicente

<alvaro gonçalvez ij>⁵⁹

Jtem aos bj dias de setembro na camara da uereaçam se obrigou de cortar de Jnverno alvaro gonçalvez morador em alcabedeche termo de cascaes duas Reses e deu por seu fiador João viçente morador n area açima obrigado So pena de dous mjll rreais pera as obras da çidade e por verdade assynaram aqui

a) [sinal de João Vicente]

a) alvaro gonçalvez

<vasco Lourenço ij>⁶⁰⁶¹

Jtem aos bij dias de setembro na camara da uereaçam se obrigou vasco Lourenço morador em santiago de caçem de cortar de Jnverno doze porcos E deu por seu fiador diogo ffernandjz portejro que nom pagando o dito que elle o page a dita obrigaçam so pena de dous mjll Reais e por verdade asynaram aqui

a) djogo [sinal] ffernandez

a) vasco nunez⁶²

xix⁶³

[f. 7]

<João afonso morador na charneca b>⁶⁴

Jtem aos bj dias de setembro se obrigou na camara da uereaçam João afonso morador na chançelarya de cortar de Jnverno çinco rreses E deu por seu fiador franco mendez morador em esta çidade a porta de sant ana porque nom comprindo o dito João afonso que elle compriryra so pena de dous mjll rreais

a) françisco [sinal de cruz] mendez

a) João [sinal de cruz] afonso

⁵⁸ À margem. Possível adição heterógrafa.

⁵⁹ À margem. Possível adição heterógrafa.

⁶⁰ Este valor, três, não coincide com o indicado, em seguida, no contrato.

⁶¹ À margem. Possível adição heterógrafa.

⁶² O nome da assinatura não coincide com o nome indicado no registo.

⁶³ Provavelmente devido aos enganos nos valores registados no último contrato deste fólio, esta verba não está certa e não foi corrigida pelo autor.

⁶⁴ À margem. Possível adição heterógrafa.

<João afonso biiij>⁶⁵

Jtem aos b dias⁶⁶ d oytubro se obrigou duarte ffernandjz morador aa porta de santa cateljna em biiij Reses de as cortar de Jnverno E deu E deu [sic] por seu fiador martim afonso morador aas⁶⁷ porta dos estauos so pena de tres mjll rreais

a) martim [sinal de cruz] afonso

a) João [sinal de cruz] afonso

<baçias ffernandjz biiij> ⁶⁸

Jtem aos bj dias d oytubro em a camara da uereaçam se obrigou baçias ffernandiz morador na golegaam de cortar de Jnverno oyto Reses cando lhe for mandado per os almotaces e deu por seu fiador gonçalo anes que o fara comprir so pena de tres mjll reais pera a çidade

a) baçias [sinal] ffernandiz

a) [sinal] gonçalo anes

<Rodrigo vaaz xb>⁶⁹

Jtem aos ij dias d oytubro em a camara da uereaçam se obrigou Rodrigo vaaz morador na Rua dos caujudes e se obrigou de cortar este Jnverno quinze Reses vacuas so pena de tres mjll reais

<aluaro afonso iij>⁷⁰

Jtem aos ij dias d oytubro em a camara da uereacam se obrigou⁷¹ aluaro affonso morador na Rua do carro[?] E se obrigou de cortar este Jnverno tres vacas so pena de dous mjll reais E esto cando lhe for mandado per os almotaces Jenrro de manoell Rodrigujz

a) [sinal]

xxxix

⁶⁵ À margem. Possível adição heterógrafa.

⁶⁶ Segue-se, riscada, a expressão: “de sete”.

⁶⁷ Segue-se, riscada, a palavra: “portas”. A concordância com esta palavra eliminada, explica o plural “aas” que permaneceu por lapso do autor.

⁶⁸ À margem. Possível adição heterógrafa.

⁶⁹ À margem. Possível adição heterógrafa.

⁷⁰ À margem. Possível adição heterógrafa.

⁷¹ Segue-se, riscada, a palavra: “Rodrigo”.

[f. 7v.]

<Jsabell vaaz iij>⁷²

Jtem em bj dias do mes de nouembro de iiii^c LRb anos na camara perante os oficiãaes pareceo Jsabell vaaz enxerqueira molher d afonso fernandjz e se obrigou de cortar de Jnuerno nos açougues da dicta çidade⁷³ tres Reses vaquarijs sob pena de tres mjll rreais pera as obras da dicta çidade E porquamto ella nom sabe stprier rrogou a diogo gill guarda da dicta camara que asynase por ella

a) diego gill

<briatiz lopez iij>⁷⁴

Jtem em o dito dia se obrigou pella dita maneira de cortar de Jmuerno briatiz lopez morador na mouraria em tres Reses vaquarijs sob a dicta pena E porquanto ella nom sabe stprier Rogou a gomez franco que asynase por ella

a) franco

<Catarina diaz iij>⁷⁵

Jtem no dito dia pella dita maneira se obrigou de cortar de Jnuerno Catarina diaz morador ao arco do rresyo nas casas de Nuno fernandjz em tres rreses vaquarijs sob a dita pena E porquamto ella nom sabe stprier Rogou a gomez franco que asynase por ella

a) franco

<Jnes gonçallvez b porcos>⁷⁶

Jtem em dez dias do mes de Nouembro de iiii^c IRb anos na camara peramte os [o]ficiãaes pareceo Jnes gonçallvez ama de manuel pestana que deus tem E se obrigou de cortar de Jnuerno Cimquo porcos sob pena de tres mjll rreais pera as obras da çidade E porquamto a dicta Jnes gonçalvez nom sabe stprier Rogou a francisco pestana çidadãao que asynasse por ella

a) francisco pestana

⁷² À margem. Possível adição heterógrafa.

⁷³ Segue-se, riscada, a palavra: “quatro”.

⁷⁴ À margem. Possível adição heterógrafa.

⁷⁵ À margem. Possível adição heterógrafa.

⁷⁶ À margem. Possível adição heterógrafa.

[f. 8]

<Myçia lopez iiiij^o >⁷⁷

Jtem em xij dias do mes de Nouembro de iiiij^c LRb se obrigou mjçia lopez molher vyuuua enxerqueira morador no rresyo em quatro Resses vacarijs sob pena de tres mjll rreais pera as obras da çidade de Jnverno quando lhe for mandado pellos oficiãaes E porquanto ella nom ssabe stpriuer rrogou a mym esteuam vaaz que asynasse por ella
a) esteuam vaaz

<pero gonçallvez xx rreses>⁷⁸

Jtem em xiiij^o dias do mes de nouembro de iiiij^c LRb anos na camara peramte os oficiãaes pareceo pero gonçallvez merchante morador na freguesia de sam njcollãao e se obrigou de Cortar de Jnuerno vjmte rreses vaquarijs sob pena de tres mjll rreais pera as obras da çidade E por verdade asynou aquy
a) pero [sinal] gonçalvez

<françisco mendez ix>⁷⁹

Jtem aos xbj dias de nouembro na camara da uereacam se obrigou françisco mendez em noue rreses de as cortar em este Jnuerno cando lhe for mandado so pena de tres mjll rreais morador aa porta de sant antam
a) [sinal de cruz]

Jtem aos xbij dias de nouembro na camara da uereaçam se obrigou cateljna anes tenoejra <morador no barrejro> E a briatiz afomso da verderena em biiij porcos boos de os cortar em este Jnverno cando lhe for mandado E deram por seu fiador aluaro de lixboa morador no barrejro so pena de dous mjll rreais
a) aluaro de lxxboa

[f. 8v.]⁸⁰

⁷⁷ À margem. Possível adição heterógrafa.

⁷⁸ À margem. Possível adição heterógrafa.

⁷⁹ À margem. Possível adição heterógrafa.

⁸⁰ Este fôlio foi deixado em branco.

[f. 9]

Titulo dos Registos das cartas dos priuilegios
dos meemposteiros dos catiuos

Item⁸¹**[f. 9v.]**

Titulo das obriguações dos carnyceiros e merchantes
pera o anno vijndoiro

Item em xiiij^o dia do mes de Janeiro de iiii^c LRbj anos na camara perante os oficiãaes e mesteres pareço Joam Ruy o castelhano merchante morador em esta çidade no arrualde da mourarja E se obrigou de cortar pera o anno vijndoiro des primeiro dia d outubro atee Jmtrudo em quinze Resses vacarijs E nom as cortando que pague tres mjll rreais pera as obras da çidade E nom as cortando como dito he que manuell rrodrgujz merchante morador no rresio as corte por elle E elle dise que lhe aprazia E por verdade asijnou aquy

a) manuel rrodryges⁸²

[f. 10]

Obrjgacooees dos carnjceiros

<pagou>⁸³

item aos iiii^o dias de o mes de abryll de quinhentos E quatorze se hobrygou ffrancjsco garcyia merchante Castelhana morador Em allffaatas de trazer a esta cidade E cortar em ella Cem Carneijros ate despojs de pascoa qujmze dias E dez vaquas de Jnverno nos aCougues desta cidade sso pena de dez Cruzados e todavia Comprir E deu por seu fiador E primcypall pagador <a João de torres> as ditas dez vaquas E por verdade asynarom aqui morador na mourarya

a) João [sinal de cruz] de torres

a) ffrancisco [sinal de cruz] garcyia

⁸¹ O restante fólio foi deixado em branco.

⁸² O restante fólio foi deixado em branco.

⁸³ À margem. Possível adição heterógrafa.

<pagou>⁸⁴

item no dito dia se hobrygou Joham lopez tryncham morador em heuoramonte de Cortar nos acougues desta Cidade de Jnverno e quando lhe ffor mandado doze⁸⁵ Resses vacuas E de uerom Cem Resses E deu por seu ffiador E prymçijpall pagador frfrancisco alluarez Curalleiro as doze Resses E por verdade assynou aqui

a) francisco aluarez

<pagou>⁸⁶

Jtem no dito dia se obrjgou martjm afomso merchamte morador a sam mamede de cortar de Jnverno nos acouges desta çidade quando lhe for mandado dez Resses e de veraao quoremta Resses e cem carneiros e trezemtos bodes e cabras e ovelhas e cemto e çinquoemta porcos e deu por seu fiador e prinçipall pagador a pero barreto seleiro morador a madanela e por verdade asjnaram aqui

a) Martim afonso

a) perro barreto

<pagou>⁸⁷

Jtem no dito dia se obrjgou marcos lujs merchamte morador em villa longa de cortar de Jnverno nos acougees desta çidade quamdo lhe for mandado quatro Resses e de veram çemto e çimquoemta cabeças de gaado cabrum e por verdade asjnou aqui

a) marcos [sinal] lujs

[f. 10v.]

<pagou>⁸⁸

item aos x dias d abryll se obrjgou afomso Rodrigujz merchamte morador ao poco do chãao de cortar de Jnverno nos acougees desta çidade quamdo lhe for mandado Çimquoaenta Resses e de verrãao mjll Carneiros e qujnhemtos bodes e cabras e ovelhas e duzemtos porcos E esto so penna de L^{ta} cruzados e por verdade asynou aqui E esto com sua bamca defromte do seu talho E asy sse obrygou de veraao em çem Resses vacuas

a) afonso [sinal] Rodrigujz

⁸⁴ À margem. Possível adição heterógrafa.

⁸⁵ Seguem-se, riscadas, as letras: “ss”.

⁸⁶ À margem. Possível adição heterógrafa.

⁸⁷ À margem. Possível adição heterógrafa.

⁸⁸ À margem. Possível adição heterógrafa.

Item no dito dia se obrjgou gonçalo dias merchamte morador em monte alluam de cortar de Inverno nos acouges desta çidade quando lhe for mandado sejs Resses⁸⁹ vacuas e deu por seu fiador e primçipall pagador a lujs eanes barrosso morador ao arquo do rrosio e por verdade asynaram aqui

a) gonçalo [sinal] diaz

a) lujs [sinal] eanes

<atras fica por que lhe nom derom talho>⁹⁰

Item aos xj dias do mes de abryll se obrygou diogo gomez merchamte morador a samta de[sic] Justa de cortar de Inverno nos acouges desta çidade quamdo lhe for mandado alem de trimta que ja he obrjgado vimte Resses e esto so penna de xx cruzados e per verdade asynou aqui

a) diogo [sinal de cruz] gomez

<pagou>⁹¹

Item a vimte dias d abryll se obrjgou Joham afomso morador em castell picam termo desta çidade em seu nome e de afonso anes capateiro de cortar de Inverno nos acouges desta çidade quamdo lhe for mandado sejs Resses e de verãao vimte Resses e çem cabeças de gaado cabrum e por verdade asynou aqui

a) João [sinal] afonso

<pagou>⁹²

Item no dito dia se obrjgou bras fernamdez merchamte morador em allfama de cortar de Inverno nos acouges desta çidade quamdo lhe for mandado qujnze Resses e de veraao sasemta Resses e iij^c carneiros e sejsçemtas cabeças de gado cabrum e esto so penna de xb cruzados e esto com huma bamca de Jnes afonso ou com outra tam boa⁹³ como ela e por verdade asynou aqui

a) bras [sinal de cruz] fernamdez

[f. 11]

< [...] porcos pagou>⁹⁴

item aos xx dias do mes d abryll sse hobrygou Jeronjmo affomssso merchamte morador nesta cidade de Cortar de Inverno nos açouges desta cidade quamdo lhe ffor mamdado quatro Resse[s] vacuas e de veram quoremta e sseys bodes e cabras e ovelha[s] e cymquoemta porquos E por verdade asynou aqui

a) Jeronjmo [sinal] affomssso

⁸⁹ Segue-se, riscada, a palavra: “e”

⁹⁰ À margem. Possível adição heterógrafa.

⁹¹ À margem. Possível adição heterógrafa.

⁹² À margem. Possível adição heterógrafa.

⁹³ Seguem-se letras riscadas.

⁹⁴ À margem. Possível adição heterógrafa.

Item a xxbj dias se obrjgou Joham esteuez amgarjno[?] merchamte morador ao poco do chaao de cortar de Jnverno nos acouges desta Çidade quamdo lhe for mandado quaorenta Resses e de veram çem Resses e oitoçemtos Carneiros E esto so pena de quorremta cruzados e por verdade asjnou aquj e qujnmentos porcos e quinhentas cabeças de gaado cabrum

a) João estevez

Item a Primeiro dia de maJo se obrygou pero afomsso merchamte morador em terra de samta maria de paramos⁹⁵ de cortar de Jnverno nos acouges desta çidade quamdo lhe for mandado dez Resses e de veram vimte e duzemtos Carneiros e duzemtos bodes e cabras e ovelhas e cem porcos e deu por seu fiador e primsipall pagador a bast[i] am gonçallvez morador a samto bastiam e por verdade asynou aquy o quall deu tambem por fiador pero anes carnjceiro de carnjde

a) pero [sinal] afonso

a) bastiam [sinal de cruz] gonçallvez

a) pero [sinal] anes

Item aos ij dias se obrijgou lujs bello merchante morador em cabeça da ujde em seu nome e de martjm gonçallves hi morador de cortar de Jnverno nos acouges desta Çidade quamdo lhe for mandado sejs Resses e de veraao⁹⁶ quatorze e qujnhemtos carneiros e duzentos bodes e cabras e ovelhas e deu por seu fiador e primcipall pagador a pero fernamdez tecelam morador a porta da madanela e por verdade asjnaram aquj

a) pero [sinal] ffernandjz

a) lujs belo

[f. 11v.]

<pagou>⁹⁷

Item a biiij dias de maJo se obrjgou fernam gomez morador em viana e louremce anes morador em villa Rujua de cortarem de Jnverno nos açouges desta çidade quamdo lhe for mandado doze Resses e de veram <quorenta>⁹⁸ e oitemta porcos E⁹⁹ deram por seu fiador e principall pagador afomso martjnz esfolador morador na mourarja e por verdade asynaram aquj

a) fernam [sinal de cruz]gomez

a) afonso[sinal de cruz]martjnz

a) Lourenço anes

⁹⁵ Segue-se, riscada, a expressão: “fiou por fiador de”.

⁹⁶ Segue-se, riscada, a palavra: “quatorze”, de cuja repetição o autor se apercebeu.

⁹⁷ À margem. Possível adição heterógrafa.

⁹⁸ Palavra entrelinhada sobre a palavra, riscada: “trinta”.

⁹⁹ Segue-se, riscada, a palavra “cem”.

¹⁰⁰ À margem. Possível adição heterógrafa.

<pagou>¹⁰⁰

Item no dito dia se obrigou garcia mendez merchamte morador em Cabeca da ujde de cortar de Inverno nos acouges desta çidade quamdo lhe for mandado dez Reses E mjll carneiros e quinhentos bodes e cabras e ovelhas E deu por seu fiador e primçipall pagador a tome Rodrigujz merchamte morador na Rua dos ferros e por verdade asinou aquj

a) tome [sinal de cruz] Rodrigujz

a) garcia mendez

<Aos xxj dias d outubro comprio ese vicente anes desta obrigação Çimquo Reses>¹⁰¹

Item em a noue dias se obrigou vicente anes morador em viana de cortar de Inverno nos acouges desta çidade quamdo lhe for mandado dez Reses e de veram sassemta e duzentos carneiros e duzentos bodes e cabras e ovelhas E duzentos porcos e deu por seu fiador e principal pagador a pero corchado merchamte e por verdade asynaram aquj

a) Vicente anes

a) pero corchado

Item a ix dias se obrigou Jorge diaz morador em mexegena do campo d ouRique de cortar de Inverno nos acouges desta çidade quamdo lhe for mandado quatro Reses vacuas e em este veram trezemos e çinquoemta carneiros E deu por seu fiador a louremco macho merchamte e por verdade asynaram aquj¹⁰²

Item a xj dias se obrigou Joham lopez morador em terrena e manoell fernandez morador no lamdroar de cortar de Inverno nos açouges desta çidade quamdo lhe for mandado vimte Reses vacuas e de veram çemto e sejsçentos carneiros E mjll cabeças de gaado cabrum e dusentos porcos E derom por seu fiador e primçipaall pagador a aluaro anes carnçeiro da Rainha nosa senhora o quall Renoçiou o privilegio que de sua alteza tem e por verdade asjnou aquj

a) joão lopez

a) manuell fernandez

a) aluaro anes

[f. 12]

Item no dito dia se obrigou Joham vaaz e Joham baregam merchamtes moradores em garuam e João baregam morador em mexegena de cortar de Inverno nos acouges desta çidade quamdo lhe for mandado dez Reses vacuas e mjll¹⁰³ carneiros e quatroçentas cabecas de gaado cabrum E deu por seu fiador e principall pagador a ffrancisco cerueira merchamte morador a porta de sam vicente e por verdade asinaram aquj

a) João [sinal] vaaz

a) francisco [sinal] cerueira

¹⁰¹ À margem. Possível adição heterógrafa.

¹⁰² Não obstante esta declaração, não foi assinado.

¹⁰³ Segue-se, riscada, a expressão: “e oitentos”.

Item a xb dias se obrjgou Joham fernamdez merchamte morador a sam njcolao de cortar este <Inverno x Reses> [e este] veram em que estamos çem cabeças de gado vacum e qujnhemtos carneiros E b^c cabeças de gado cabrum¹⁰⁴ e duzemos porcos e por verdade asjnou aqui

a) João fernandez

Item a xbj dias do mes de majo se obrygou afomsso pirjz morador em samto antonio em seu nome e de Joham freire morador na fonte d outeiro de cortar de Inverno nos acouges desta Çidade quamdo lhe for mandado quatro Reses vacuas e de veram sasemta Reses E qujnhentas cabeças de gaado Cabrum E çem porcos E esto so penna de sejs cruzados e por verdade asjnou aqui

a) afonso [sinal de cruz] pirez

<aos xxj dias d outubro comprio este diogo pimto desta obrigacam çimquo Reses>¹⁰⁵

item a xbiiij dias se obrjgou diogo pimto merchamte morador em viana de cortar de Inverno nos acouges desta Çidade quamdo lhe for mandado dez Reses vacuas e de veram Çimquoemta e cemto e çimquoenta carneiros e satemta porcos E deu por seu fiador e prinçipall pagador a pero corchado camareiro[?] da Rainha e por verdade asjnaram aqui

a) djogo pinto

a) pero corchado

Item no dito dia se obrigaram afomso touro e Joham soarjz merchamtes moradores em viana de cortarem de Inverno nos acouges desta Cidade quamdo lhe for mandado vimte Reses e de veram çem Reses e trezemos carneiros E cem Cabeças de gaado cabrum Çeemto e çimquoemta porcos e deu por seu¹⁰⁶ fiador e principall pagador a tome correa outrosj merchante morador na mourarja e por verdade asinaram aqui

a) tome [sinal de cruz] correa

a) affomso toujrro

ass)joão [sinal] soariz

[f. 12v.]

<pagou>¹⁰⁷

Item no dito dia se obrjgou João diaz e diogo lopiz merchamtes moradores em abrantas de cortarem de Inverno nos acouges desta cidade quamdo lhe for mandado dez Reses e de veram çimquoenta e cem¹⁰⁸ carneiros e duzentos acabecas[sic] de gado cabrum e sasenta porcos e deram por seu fiador e principall pagador a João da ujlla sonbreiro[sic] morador na rrua nova e por verdade asjnaram aqui

a) diogo lopez

a) joão djaz

a)joam da vyla

¹⁰⁴ Segue-se, riscada, a expressão: “E cem porcos”.

¹⁰⁵ À margem. Possível adição heterógrafa.

¹⁰⁶ Seguem-se letras riscadas.

¹⁰⁷ À margem. Possível adição heterógrafa.

¹⁰⁸ Segue-se, riscada, a letra: “p”.

<pagou>¹⁰⁹

Item a xxij dias de mayo se obrjgou afomsso aluarez merchamte morador em aluor de cortar de Jnverno nos acouges desta çidade quamdo lhe for mandado dez Resses E de veram quatrocentos carneiros e¹¹⁰ qujnhemtas cabecas de gado cabrum e deu por seu fiador e primcipall pagador affomso martjnz capateiro morador n allfama e por verdade asjnaram aquj

a) afonso martjnz

a) [sinal]

<pagou>¹¹¹

Item a xxbij dias de mayo se obrjgou framcisquo garçia merchamte morador em allfaiates de cortar este veraao vimte cabecas de gaado vacum e duzentos carneiros e qujnhemtos bodes e cabras e ovelhas e por verdade asjnou aquj

a) francisco [sinal de cruz] garcia

Item a xxix dias se obrjgou amdre rrodrigjz merchamte morador em allmodroua de cortar de Jnverno nos acouges desta çidade quamdo lhe for mandado¹¹² oito Resses e sejsçemtos Carneiros e¹¹³ trezemtas cabecas de gaado cabrum e vimte Resses vacuas E deu por seu fiador e primçipall pagador a amdre lopiz alfai[a]te morador a porta do ferro e por verdade asjnaram aquj

a) amdre [sinal de cruz] Rodrigjz

a) amdre [sinal de cruz] lopez

<esta obrigacam he ja comprida>¹¹⁴

item aos biiij^o dias de Junho de^{bc} xiiij^o Se obrygou Rodryguo moreno¹¹⁵ E luis bello merchamtes moradores Em cabeça da ujde de cortarem nos acougues desta cidade quamdo lhe ffor mandado vimte E cymquo Resses vacuas Esto e por todo ho mes do agosto deste ano pressemte sso pena de vimte e cimquo cruzado[s] e em todavia Comprir E derom por sseus ffiadores e prymcypall pagadores a pero ffernandjz merchamte morador na rrua do dom rolym E alluaro llopez mercador morador ao pelhorynho velho e por verdade asynarom aqui

a) alluaro [sinal] lopez

a) Rodrigo moreno

a) pero [sinal] ffernandjz

a)lujs belo

¹⁰⁹ À margem. Possível adição heterógrafa.

¹¹⁰ Segue-se, riscada, a palavra: “quatro”,

¹¹¹ À margem. Possível adição heterógrafa.

¹¹² Segue-se, riscada, a expressão: “sejs Resses”.

¹¹³ Segue-se uma letra riscada.

¹¹⁴ À margem. Possível adição heterógrafa.

¹¹⁵ Seguem-se letras riscadas.

[f. 13]

item no dito dia ss obrygou pero ffernandjz merchamte morador na rua de dom rolym de cortar nesta cidade quamdo lhe ffor mandado <sejs Resses> de veram trjmta vacas vacuas [sic] e quinhentos carneiros E quinhentos bodes e cabras e ovelhas E cem porquos E por verdade asjnou aqui

a) pero [sinal] ffernandjz

item a xij dias dias[sic] se obrjgou Joham louremco merchamte morador na mourarja em seu nome e de vasquo martjnz morador em vaell[sic] verde termo d agujar da beira e de pero afomso de cerueira morador em termo de tramquosso de cortar este veram çinquoenta Resses e mjll carneiros E por verdade asjnou aqui

a) João [sinal de cruz] louremco

item no dito se obrjgou tome Rodrigjz merchamte morador na Rua dos fornos de cortar de Jnverno nos acouges desta çidade quamdo lhe for mandado cinco Resses vacuas e de veram vimte e duzertos carneiros e oyoçemtas Cabecas de gaado cabrum E cem porcos e deu por seu fiador e principall pagador a framcisquo Rodrigjz porteiro e por verdade asjnaram aqui

a) francisco [sinal] rodriguiz

a) tome [sinal de cruz] Rodrigjz

item a xix dias se obrjgou tristam d oliueira merchamte morador em allmodrova de cortar de Jnverno nos acouges desta Cidade quamdo lhe for mandado Sejs Resses vacuas e oitocentos carneiro[s] e qujnhemtos bodes e cabras e cem porcos e deu por seu fiador e primçipall pagador a Lourenço xemenes ferreiro morador a santo antam e por verdade asjnaram

a) [sinal de cruz]

a) lourenço simenez

item no dito dia se obrjgou manoell Rodrigjz morador na mourarja de cortar de Jnverno quamdo lhe for mandado quatro Resses vacuas e esto so pena de quatro cruzados e por verdade asjnou aqui

a) manuel Rodrigujs

[f. 13v.]

Jtem aos xxij dias de Junho se obrjgou manoell fernandez merchamte morador em sacauem de cortar de Jnverno nos acouges desta çidade quamdo lhe for mandado oito Resses e de veraao çemto e quatroçemtas cabecas de gaado cabrum¹¹⁶ e esto so penna de oito cruzados e por verdade asjnou aqui

a) manoell [sinal de cruz] fernandez

¹¹⁶ Segue-se, riscado: “e por”.

Item a xxiiij dias do dito mes se obrjgou manoell goteres merchamte morador em mexegena em seu nome e de Joham goterres seu pay de cortar de Inverno nos acouges desta çidade quamdo lhe for mandado dez Resses sassemta Reses [sic] e mjll Carneiros e qujnhetas cabeças de gaado cabrum e duzentos porcos e deu por seu fiador e primçipall pagador geronjmo afomso cabrjteiro morador a Rua das mudas E por verdade asjnaram aqui

a) manoell [sinal] goteres

a) geronjmo [sinal] afomso

item no dito dia se obrjgou Joham martjnz morador no torram de cortar de Inverno nos acouges desta Cidade quamdo lhe for mandado dez Resses e de veram vimte e cento e çinquoemta cabeças de gaado cabrum E deu por seu fiador e prinçipall pagador a João alvarez esfolador morador a sam lazaro e por verdade asinou aqui

a) João [sinal] martjnz

a) João [sinal] alvarez

Item aos iij dias do mes de Julho se obrjgou framçisquo Rodrigjz morador em allujto de cortar de Inverno nos acouges desta çidade quamdo lhe for mandado sejs Resses e de veraao sassemta Resses vacuas e qujnhemtos carneiros e qujnhemtos bodes e cabras e ovelhas e çem porcos e deu por seu fiador e primçipall pagador a diogo mendez mercador morador em allfama e per verdade asynaram aqui

a) francisco rodriguez

a) diogo mendez

[f. 14]

item aos x dias do mes de Julho se obrygou ffrancjsco d euorra merchamte morador n allfama¹¹⁷ de Cortar de veram Sassemta¹¹⁸ Resses e qujnhemtas Cabeças de gado cabrum .s. bodes E cabra[s] e ovelha[s] E Cymquoemta porquos Eesto em sseu nome [e] de de[sic] ffrancjsco diaz Seu parceiro E por verdade asynou aqui e de Inverno oyto Resses

a) ffrancisco [sinal] d euora

item aos xbij dias do mes de Julho Se obrygou afonso annes merchamte e morador a ssam lazaro de cortar nos acouges desta cidade de Ynverno quando lhe ffor mamdado este ano de b^c xiiij^o oito Resses vacuas E de veram trymta resses E quatroCemtos Carneiros E duzentos bodes e cabras e ovelhas E cymquoemta porquos e por verdade asynou aqui

a) afonso [sinal de cruz] annes

¹¹⁷ Palavra corrigida pelo autor, sobrepondo-a a outra.

¹¹⁹ item aos biiij^o dias do mes de agosto de b^c xiiij^o Se obrygou Joham Rodrigz Sylluestre merchamte morador nesta cidade de cortar de¹²⁰ veram no[s] acougues desta cidade quatrocentos Carneiros e Seyscemtas cabecas de gado cabrum .s. bodes e cabras E ouelhas E cem porquos e por verdade asynou aqui

a) João Rodriguez

[f. 14v.]

¹²¹Item a xbj dias do dito mes se obrigou diogo periz morador em villa vicosa de cortar de Inverno nos acouges desta çidade quamdo lhe for mandado des Resses vacuas e de veram sasemta Resses vacuas e qujnhemtos Carneiros e qujnhemtos bodes e cabras e ovelhas e çem porcos e deu por seu fiador e primçipaall pagador a manoell Rodrigujz ventanjilha merchamte e por verdade asynaram aqui

a) manoell [sinal] rrodriguiz

a) dyego peryz

Item aos xbij dias do mes de agosto se obrigou Joham alluarado merchamte morador em cabeça da ujde de cortar de Inverno nos acouges desta çidade quamdo lhe for mandado sejs Resses e de verãao dez Resses e qujnhemtos Carneiros e quinhemtos bodes e cabras e ovelhas e çimquoemta porcos E deu por seu fiador e primçipall pagador a marcos fernamdez amzoleiro morador a conceiçam E por verdade asinaram aqui

a) João [sinal] alluarado

a) marcos ffernandez

item aos xbij dias do mes de agosto Se obrygou Ruy lopez framquo merchamte morador nesta cidade de cortar este veram¹²² <Cem>¹²³ resses vacuas e quinhemtos carneiros e quinhemtatas cabecas de gado cabrum .s. bodes e cabras E ovelhas E nom seja duujda homde diz Cemto porque se fez por verdade asynou aqui

a) Ruy [sinal de cruz] lopez framquo

¹¹⁸ Seguem-se, riscadas, as letras: “cabe”.

¹¹⁹ Segue-se um item cancelado pelo autor, com a anotação, à margem, “adiamte vay”: “item aos xbiij^o dias do mes de Julho Se obrygou diogo perjz merchamte morador Em villa vicosa de cortar nos acougues desta Çidade Camdo lhe ffor mandado este ano de b^c xiiij^o treze Resses vacuas E de veram quinhemtos Carneiro[s] e quinhemtos bodes e cabras e ovelha[s] e cem porquos E deu por seu ffiador E prymcypall pagado[r] [espaço em branco] E por verdade asynarom aqui

a) dyego peryz”

¹²⁰ Segue-se, riscada, a palavra: “Inverno”.

¹²¹ Segue-se um item cancelado pelo autor, com a anotação, à margem, “atras fica”: “Item aos xij dias de agosto se obrjgou Joham Rodrigujs syluestre merchamte de cortar este veraao quarenta Resses e quatrocentos carneiros e seyscemtatas cabras e bodes e ouelhas e cemto e vimte porcos e por verdade asjnou aqui

a) João Rodriguez”

¹²² Segue-se, riscada, a palavra: “Sessemta”.

¹²³ Segue-se, riscada, a sílaba: “to”.

<[sinal]>¹²⁴

Item no dito dia se obrjgou Ruj lopez da mora merchamte morador no Rosio de cortar de veraao nos acouges desta Çidade¹²⁵ duzentas Resses vacuas e mjll Carneiros e duzentas cabeças de gaado cabrum e¹²⁶ trezemos porcos e por verdade asinou aqui

a) Ruj [sinal] lopez

[f. 15]

<[sinal]>¹²⁷

Item aos xxjx dias se obrjgou martjm lopez da mora merchamte morador em esta cidade de cortar este veraao çemto e çimquoemta Cabeças de gaado vacuum e por verdade asynou aqui

a)[sinal]

Item a b dias do mes de setembro se obrjgou Joham alvarez morador em viana de cortar este Inverno primeiro que bem atee emtrudo quando lhe for mandado çimquo Resses e de verãao quoremta e qujnhemtos carneiros e trezemos porcos e deu por seu fiador e primjcipaall[sic] pagador a lopo garcia cortador morador na padarja e por verdade asinou aqui

a) João allvarez

a) lopo [sinal] garcia

Item a xjx dias de setembro se obrjgou bras fernandez merchamte morador n allfama de cortar daquj atee emtrujdo em cimquoemta Reses vacuas e duzemos porcos e por verdade asynou aqui

a) bras [sinal de cruz] fernandez

Item a xbiiij^o dias d outubro se obrjgou manoell Rodrigujz de cortar atee entrudo quorenta Resses e bj^c carneiros e bj^c cabeças de gaado cabrum e iij^c porcos e por certesa asynou aqui

a) manuel Rodrigues

Item a ij dias d outubro se obrijuou diogo gomez de cortar nos acouges desta çidade çem Resses e qujnhemtos carneiros e iij^c porcos e trezemas cabeças de gaado cabrum e esto so pena de cem cruzados as quaaes cortara atee este jmtrudo e por verdade asinou aqui E d Inverno oyto Reses

a) diogo [sinal de cruz] gomez

¹²⁴ À margem, um sinal que se repete no primeiro item do fólío seguinte.

¹²⁵ Seguem-se letras riscadas.

¹²⁶ Segue-se, riscado: “duzen”.

¹²⁷ À margem, um sinal idêntico ao do último item do fólío precedente.

Item aos¹²⁸ xbiij^o dias do mes de novembro se obrjgou antonio martjnz e bras afonso moradores nesta çidade a samto espirito da pedreira de cortar neste Jnverno atee emtrudo çem porcos e esto so penna de trimta cruzados E por verdade aynaram aquj

a) antonyo martins

a) brras afomso

[f. 15v.]

Item aos xjx de dezembro se obrigou brjatrjz perjz molher de francisquo mexias morador ao chafariz dos cavallos de cortar este Jnverno atee emtrudo¹²⁹ çem porcos e esto so penna de dez cruzados e por verdade asynou aquj eu lourenço de paiua que ha rroguo de breatis periz asyney aquy por elaa por nam saaber espreuer

a) lourenço de payua

item aos xix dias do mes [de] dezembro Se obrygou alluaro ssoaires merchante e morador a porta de Sant a[n] tam de Cortar nos acouguys desta cidade quamdo lhe for mamdado ate emtrudo duzentos porquos So pena [de] dez cruzados E todavia Comprir¹³⁰ E por verdade assynou aqui E deu por seu fiador e principall pagador a manoell Rodrigujz merchante morador a mourarya

a) alluaro [sinal] ssoaires

a) manuel Rodrigues

1514 anos

Item x dias de Janeiro de b^c xb se obrigou afomso correa merchante de cortar este Jnverno Çimquoemta porcos e duzentos carneiros e duzentos bodes e cabras e ovelhas e dez vacas e por verdade asynou aquj a quall obrigacam se acabera por entrudo

a) [sinal] afonso correa

item aos xbj de janeiro se obrigou João Rodriguiz de cortar cem vacas e mjll carneiros e sejscentas cabeças de gado cabrum e trezentos porcos e por verdade asynou aquj a qual obrigacam fez pera o ano vjndoiro

a) [sinal de cruz]

¹²⁸ Segue-se, riscada, a expressão: “xb dias de novembro”.

¹²⁹ Segue-se uma letra riscada.

¹³⁰ Segue-se, riscada, a expressão: “E deu por Seu fiador e pryncipall pagador”.

< fez certo que ho nom acharam>¹³¹

Item aos xxbij dias de Janeiro se obrigou lujs de portilho mercador morador nesta cidade de trazer a esta cidade vinte rreses e duzemos carneiros e duzentas cabeças de gado cabrum e çem porcos e esto achando o dito gaado e nom ho achando nom seja por ele costramgido e asjnou

a) lujs de portillo

[f. 16]

Titulo das obrygacoos pera ho anno vimdoiro de qujnhemtos e qujnze

Item a xj dias do mes d outubro de b^c xiiij^o se obrjgou aluaro louremco morador em alter do chaa de cortar nos acouges desta çidade de Jnverno quamdo lhe for mandado doze Resses e de veraao sasemta e sejsçemtos carneiros e outros sejsçemtos bodes e cabras e ovelhas e duzemos porcos e deu por seu fiador e primçipaall pagador a bemto martjnz mercador morador a porta da portajem o quall o fiou e ficou de comprir por ele e por verdade asynou aqui

a) bemto martinz

a) aluaro lourenco

Item a bj dias de nouembro se obrjgou fernam lopez merchamte morador no cano em seu nome e de Joham Rodrigiz outrosj morador no cano de cortarem de Jnverno nos acougees desta çidade quamdo lhe for mandado doze Resses vacuas e de veraao Cinquoemta Resses e setecemtos carneiros e duzemas Cabeças de gaado Cabrum E¹³² cimquenta porcos e deu por seu fiador e principall pagador a duarte periz morador a <porta do ferro>¹³³ e por verdade asynaram aqui

a) fernam [sinal] lopez

a) duarte periz

<novembro>¹³⁴

Item a xij dias de dezembro¹³⁵ se obrjgou francisquo correa morador em o crato e diogo lopez de gusmam e diogo lopez seu genrro de cortarem de Jnverno nos acouges desta çidade quamdo lhe for mandado vijmte Resses

¹³¹ À margem. Possível adição heterógrafa.

¹³² Segue-se, riscado: “deu por s”.

¹³³ Palavras entrelinhadas sobrepostas a uma expressão riscada pelo autor.

¹³⁴ À margem. Possível adição heterógrafa.

¹³⁵ Esta palavra não foi cancelada pelo autor, não obstante ter escrito à margem “novembro”.

vacuas e de veraao quorenta e sejsçemtos carneiros e sejsçemtias cabecas de gaado cabrum e duzentas ovelhas e duzemtos porcos¹³⁶ so penna de pagarem trimta cruzados e derom por seu fiador e prinçipall pagador a diogo diaz mercador morador na correarja e por verdade asinaram aquy

a) diogo lopez

a) diogo diaz

a) diogo lopes

[f. 16v.]

Item aos xxbj dias do mes de Janeiro de quynhemtos e quynze se obrigou Joham louremço merchamte morador na mourarya de cortar de Jnverno nos acouges deste çidade quando lhe for mandado quorenta Resses e de verrãao çemto E dous mjll Carneiros e esto so penna de quorenta cruzados e por verdade asynou aquj E esto com seu talho e o pee do esteo diamte delle

a) João [sinal de cruz] louremço

Item ao primeiro dia de feuereiro se obrigou Jorge vaaz morador em avis de cortar de Jnverno nos acouges deste çidade cinco Resses vacuas e de veraao trezemtias carneiros e sasemta cabras e bodes E deu por seu fiador e principall pagador a duarte lopez Rendeiro do pescado morador na Rua dos pastes e assynaram

a) duarte lopes

a) Jorje vaaz

Item aos bij dias de feuereiro se obrigou fernam gonçallvez merchamte morador a vall verde de cortar de jnverno nos acouges deste çidade quando lhe for mandado quynze Resses vacuas e de verao satemta e sejsçemtias carneiros e quynhemtas Cabecas de gaado cabrum e esto so pena de xb cruzados e asynou

a) fernam [sinal de cruz] gonçallvez

Item aos xb dias se obrjgou pero lopez da mora de cortar de Jnverno nos acouges deste çidade quando lhe for mandado vimte Resses e de vera[m] oytenta e mjll carneiros e quatrocentas cabecas de gado cabrum e assjnou¹³⁷

item aos xbij dias do mes de feuereiro se obrigou martim fernamdes merchamte morador nesta cidade de Cortar de Jnverno nos acouges deste cidade quamdo lhe for mandado doze rresses vacuas E de veram Cem rresses E carneiros E sseicemtias e quynhemtos [sic] bodes e cabras e ovelhas e duzemtias porquos E por verdade asynou aqui

a) martjm [sinal] fernandjz

¹³⁶ Segue-se, riscada, a palavra: “e”.

¹³⁷ Não obstante esta declaração, não foi assinado.

[f. 17]

Item aos xx dias do mes de feureiro se obrigou martjm lopez da mora merchamte morador nesta çidade de cortar de Jnverno nos acouges deste Çidade quando lhe for mandado Sasemta cabecas de gaado vacum e de veraaom novemta e mjll carneiros e iijçentas cabecas de gado cabrum e esto com seu talho e banca diante dello e por verdade asynou

a) martim [sinal] lopez

Item no dito dia se obrigou tome correa¹³⁸ merchamte e morador nesta çidade de Cortar nos acouges de Jnverno quamdo lhe for mandado vimte rresses vacuas E de veram trymta Resses E sseysCemtos Carneiros e duzemtos bodes E cabras e ovelhas E cem porquos e por verdade asynou aqui Esto Com a mesa que teue o ano pasado

a) tome [sinal] Correa

Item no dito dia se obrigou Ruj lopez da mora de cortar de Jnverno nos acouges desta çidade sasenta Resses¹³⁹

Item aos xxij dias do mes de feurereio sse obrygou fernam da ujlla¹⁴⁰ merchante morador nesta cidade de Cortar de Jnverno nos acouges della¹⁴¹

item aos xxij dias do mes de feureiro sse obrygou Ruy lopez framquo merchamte morador nesta cidade de Cortar nos acougues della de Jnverno quamdo lhe for mandado quoremnta rreses vacuas e esto Com ho Seu talho que tem ho ano pasado e de veram duzemtas Resses E sseysCemtos Carneiros e quinhemtos bodes e Cabras e ovelhas E trezemtos porquos E por verdade asynou aqui

a) Ruy [sinal de cruz] lopez

[f. 17v.]

Item aos xxij dias se obrygou domjngos diaz morador em gouea de cortar de Jnverno nos acouges desta çidade quamdo lhe for mandado dez Resses vacuas e trezemtos carneiros e çem cabecas de gaado cabrum e deu por seu fiador e principall paguador a João Rodriguiz syluestre me[r]chamte e asjnaram

a) domjngos [sinal de cruz] diaz

a) joão Rodriguez

¹³⁸ Segue-se uma letra riscada.

¹³⁹ Segue-se um espaço em branco, presumivelmente destinado a completar este compromisso.

¹⁴⁰ Seguem-se, riscadas, as letras: "merch".

¹⁴¹ Segue-se um espaço em branco, presumivelmente destinado a completar este compromisso.

item aos xxbj dias do mes de feureiro se obrygou francisco cerueira merchamte morador nesta cidade de Cortar nos acouges d enverno quamdo lhe for mandado quoremta resses vacuas e de veram Cemm[?] Resses E mjll Carneiros e mjll Cabras e bodes e ovelhas E duzemos porquos E por verdade asynou aqui

a) francisco [sinal] Cerueira

Jtem no dito dia se obrjgou afonso gill E diogo fernandez merchamtes moradores em avis de cortar de Jnverno nos acouges desta çidade quamdo lhe for mandado dez Resses e de verãao <vimte>¹⁴² Resses vacuas e deram por seu fiador e principall pagador <a francisco lopez>¹⁴³ e por verdade asynou aquj o quall fiador he francisco lopez escudeiro do comendador mor d avis morandor a madanela

a) diogo [sinal de cruz] fernandez

a) afonso [sinal] gill

a) ffrancisco lopez

Jtem no dito dia se obrigou louremco macho merchamte morador nesta çidade de cortar de jnverno nos acouges desta çidade quamdo lhe for mandado trimta Resses vacuas e de veraao trezemas e qujnhemtos carneiros e sejsçemtos bodes e cabras e ovelhas e qujnhemtos porcos e esto so penna de xxx cruzados e asjnou aqui e esto com seu talho

a) Lourenco [sinal de cruz] macho

Jtem no dito dia se obrigou¹⁴⁴ manoell Rodriguis merchamte morador na mouraria em nome [de] João Rodriguiz de couua seu Jrmaao de cortar de Jnverno nos acouges desta çidade quamdo lhe for mandado vimte Resses e de veraao cemto e cinquenta e biijc carneiros e sejsçemtas cabeças de gado cabrum e duzentos porcos e esto so penna de vimte cruzados e asjnou

a) manuel Rodrigues

1515 anno

eluas

[f. 18]

Jtem no dito dia se obrigou fernam da villa marchamte morador nesta cidade de cortar de Jnverno nos acouges desta çidade quamdo lhe for mandado vimte Resses vacuas e de veraao çemto e vimte Resses e biijc carneiros e mjll cabeças de gaado cabrum e cem porcos e esto so penna de xx cruzados e esto com o seu talho

a) fernam [sinal de cruz] da villa

¹⁴² Palavra entrelinhada sobrepostas à palavra riscada pelo autor: “trimta”.

¹⁴³ Expressão entrelinhada sobreposta a outra, riscada pelo autor: “a gonçalo diaz o loiro”.

¹⁴⁴ Segue-se, riscada, a expressão: “pero escudeiro”.

< pero escudeiro>¹⁴⁵

Item no dito dia se obrigou pero escudeiro merchamte morador nesta cidade de cortar de Inverno nos acouges desta cidade quando lhe for mandado em quorenta Resses vacuas e de veraao duzentas e dous mjll carneiros e duzentos porcos e duzentas cabeças de gado cabrum e esto com o talho que foy de afonso Rodriguiz se lho dar qujserem e por verdade asynou aquj

a) pero [sinal] escudeiro

< bras>¹⁴⁶

Item aos xxbij dias de feuereiro se obrigou bras fernandez merchamte morador em alfama de cortar de Inverno nos acouges desta cidade quando lhe for mandado trimta Resses vacuas e de veraao cincoemta e trezemos carneiros e quatroçemtos bodes e cabras e ovelhas e duzentos porcos e esto so pena [de] xxx cruzados com o talho que foy d aluaro anes que esta defromte do outro talho grande que tijnha contamto que se outra pessoa der majs por elle que lho posam tirar e por certeza asynou ou lhe daram outro talho tam bom como aquelle e nom lhe damdo talho nenhum pagara a obrjgacam do ano pasado

a) bras [sinal de cruz] fernandez

< fernam cachado>¹⁴⁷

Item no dito dia se obrigou fernam cachado merchamte morador ao curall de cortar de Inverno nos acouges desta cidade quando lhe for mandado doze rresses vacuas e de veram quoremta e trezemos carneiros e trezemtás cabeças de gaado cabrum e çem porcos e por verdade asynou aquj

a) ferna chacodo[sic] [sinal]

<Jorje fernandjz>¹⁴⁸

Item aos xxbij^o dias se obrigou Jorge fernandez merchamte morador em sacauem de cortar de Inverno nos açouges desta cidade quando lhe for mandado oyto Resses e de veram oytemta e trezemos carneiros e sejsçemtás cabeças de gado cabrum e trezemos porcos e esto so penna de dez cruzados e por verdade asynou

a) jorge fernandjz

¹⁴⁵ À margem. Possível adição heterógrafa.

¹⁴⁶ À margem. Possível adição heterógrafa.

¹⁴⁷ À margem. Possível adição heterógrafa.

¹⁴⁸ À margem. Possível adição heterógrafa.

[f. 18v.]

<ffrancisco devesa>¹⁴⁹

Item no dito dia se obrigou fransicquo deuesa merchamte morador nesta çidade ao chafariz dos cavalos de cortar de Inverno nos açouges desta cidade quamdo lhe for mandado dez Resses e de veraao oytenta e setecentos carneiros e qujnhemtas cabecas de gado cabrum e cem porcos e por verdade asjnou aqui

a) fransico [sinal] devesa

<afonso lopez da mora>¹⁵⁰

Item aos iij dias de marco Se obrigou afomso lopez da mora merchamte morador em aldea galega de cortar de Inverno nos acouges desta çidade quamdo lhe for mandado qujnze Resses e de veraao oytenta e cimquo e b^c carneiros e bj^c sejscentos [sic] bodes e cabras e ovelhas e ij^c porcos e deu por fiador a João cabaco e por verdade asjnaram aqui

a) [sinal]

a) João [sinal de cruz] cabaco

<symam gomez pagou>¹⁵¹

item aos iij dias do mes de março sse obrygou ssymam gomez morador em ho pedroguam Em nome de afonso alvarez sseu cunhado morador em alluaro de Cortar nos acougues desta cidade de Inverno quamdo lhe for mandado <dez>¹⁵² Resses E de veram ssejsCemtos Carneiros e quatroCemtos bodes e cabras e ovelhas e esto sso penna de xb Cruzados e todavia Comprir e deu por sseu fiador e pryncipall pagador do dito gado a duarte fernandjz Comtador dante o Jujzo das Sysa[s] morador ao Espritall¹⁵³ dos pallmeiros E por verdade asynarom aqui

a) duarte fernandiz

a) symam gomez

<pagou francisco Rodrigujz>¹⁵⁴

item aos biiij^o dias do mes de março framcisco Rodrigujz Carpinteiro morador Em samt atonjo sse obrygou de trazer esta pasqoa primeira que vem E Cortar nos acougues della quando lhe for mandado duzemtos Carneiros E por verdade asynou aqui

a) francisco rodriguiz

item a obrigacam d aluaro periz morador em seda esta com as do trigo

¹⁴⁹ À margem. Possível adição heterógrafa.

¹⁵⁰ À margem. Possível adição heterógrafa.

¹⁵¹ À margem. Possível adição heterógrafa.

¹⁵² Palavra entrelinhada sobre a palavra, riscada: “qujmze”.

¹⁵³ A letra “E” desta palavra foi escrita sobre a letra “p”, cancelada pelo autor.

¹⁵⁴ À margem. Possível adição heterógrafa.

[f. 19]

< Joham fernandjz cunhado de pero cochado>¹⁵⁵

Jtem aos xij dias de marco se obrigou João fernandez cunhado de pero corchado morador a sam domjngos de cortar de Jnverno nos acouges desta çidade quamdo lhe for mandado quoremta Resses com o talho que foy da syluejra e¹⁵⁶ esto so pena de quorenta cruzados e asynou

a) João [sinal de cruz] fernandez

Jtem aos xxiiij^o dias do mes de marco de b^c xb se obrygou francisco vaaz em seu nome e de martim duarte moradores em portoalegre de cortar de Jnverno nos acouges desta çidade de Jnverno[sic] dez Resses e¹⁵⁷ de veraao qujnhemtos carneiros E deu por seu fiador e primçipall pagador a martim fernando morador na comceicam por verdade asjnaram aquj

a) francisco vaaz

a) martim fernando

Jtem aos xxbij dias de marco se obrjgou martim Rodrigo Rendeiro da carne em nome de João lujs morador em bucelas de cortar de Jnverno cinco Resses e de de [sic] verao quorenta e qujnhentos carneiros e duzentuos bodes e por verdade asinou

a) martim Rodrigo

Jtem a xxjx dias de marco se obrigou brjatjz perjz morador n allfama e aluaro perjz morador no couto d allcobaca de cortar de Jnverno nos acouges desta Çidade dez Resees e de veraao quorenta e iij^c carneiros e iij^c bodes e cabras e ovelhas e ij^c porcos e derom por seu fiador e primçipall pagador alonso Nunez curralaro e por verdede asynaram

a) alonso [sinal de cruz] nunez

a) alluaro periz



¹⁵⁵ Possível adição heterógrafa

¹⁵⁶ Segue-se, riscada, a palavra: “de”.

¹⁵⁷ Seguem-se, riscadas, as letras: “qu”.



Varia

Lisboa medieval: um tema de investigação no Instituto de Estudos Medievais

Medieval Lisbon: a research topic at the Instituto de Estudos Medievais

Amélia Aguiar Andrade*
Mário Farelo**

O estudo da cidade medieval esteve presente desde sempre no Departamento de História da FCSH/NOVA mercê do trabalho de historiadores como A. H. de Oliveira Marques, Iria Gonçalves e Ângela Beirante. O lançamento em 1981 do 1º Curso de Mestrado em História Medieval existente em Portugal integrou um seminário bianual

* IEM - Instituto de Estudos Medievais, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa, 1069-061 Lisboa, Portugal.

Professora catedrática de História Medieval da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Membro do Instituto de Estudos Medievais, do qual foi Diretora entre 2011 e 2015. Integra o comité científico da European Association for Urban History (desde 2008), o ESF College of Expert Reviewers e o Comité Científico de Nájera: Encuentros Internacionales del Medioevo (desde 2005). Integrou, em 2009/2010, o review panel do Eurocores programmes in the Humanities da ESF para o concurso subordinado ao tema European Comparisons in Regional Cohesion, Dynamics and Expressions (EuroCORECODE). A sua investigação desenvolve-se em torno do estudo da articulação entre espaços e poderes, nomeadamente ao nível dos contextos urbanos no Portugal medieval. Coordenou dois projetos de investigação financiados pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, participando regularmente em projetos de investigação no estrangeiro, particularmente em dois projetos europeus.

Correio eletrónico: amelia.andrade@fcs.unl.pt

** IEM - Instituto de Estudos Medievais, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa, 1069-061 Lisboa, Portugal.

CEHR - Centro de Estudos de História Religiosa, Universidade Católica, 1649-023 Lisboa, Portugal.

CHUL - Centro de História da Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1600-214 Lisboa, Portugal.

Mestre-ès-Arts (1999), mestre e doutor em História Medieval (2004 e 2009). Bolseiro de pós-doutoramento da FCT entre 2009 e 2014. Membro do Instituto de Estudos Medievais, do Centro de Estudos de História Religiosa e do Centro de História da Universidade de Lisboa. O seu trabalho tem incidido de forma particular sobre a história da Lisboa medieval, nomeadamente no que respeita ao estudo do recrutamento e da institucionalização das elites de poder lisiponenses no período medieval. Tem como outras áreas de trabalho a História eclesiástica, urbana, diplomática e cultural do reino de Portugal.

Correio eletrónico: mario.farelo4@gmail.com

inteiramente centrado no estudo da cidade medieval, cujos resultados constituíram um importante contributo para o avanço do conhecimento sobre esta temática¹.

Não admira pois que a história de Lisboa medieval fosse uma das áreas de trabalho desde os primeiros tempos do Núcleo Científico de Estudos Medievais, que esteve na origem do Instituto de Estudos Medievais (IEM)². Os investigadores de um amplo leque interdisciplinar aí reunidos estavam perfeitamente conscientes de que o estudo desta cidade era determinante não só para a compreensão do Portugal urbano medieval, em todas as suas dimensões, mas também para o conhecimento do processo da afirmação do poder da realeza portuguesa, que fez desta cidade o seu principal cenário de manifestação dos rituais de poder. Essa preocupação conduziu Luís Krus³ a lançar, em janeiro de 2002, o *I Encontro Nova Lisboa Medieval*, para o qual pretendia uma periodicidade regular e a constituição de um fórum de discussão e apresentação de investigações recentes que pudesse lançar problemáticas mais atualizadas e relevantes para o estudo de Lisboa medieval⁴.

Contudo, a investigação sobre a história medieval da capital só viria a ganhar maior dinamismo depois da sua institucionalização em Grupo de Investigação (GI), no âmbito do processo de avaliação das Unidades de Investigação (UI) realizado em 2007 pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Durante os quatro anos seguintes, foi possível estruturar a investigação sobre a cidade no seio do IEM, enquadrando-a em quatro áreas então consideradas como prioritárias: a oferta formativa e letiva; a discussão interna e externa da investigação e respetivas metodologias; o desenvolvimento do trabalho em rede com vista à formação de uma equipa de investigação para efetivar candidaturas a projetos; e potenciar a disseminação do trabalho realizado dentro e fora do país.

Em 2011, na sequência de um intenso debate interno em torno do Projeto Estratégicos da UI, o referido GI foi integrado numa nova formulação, agora mais abrangente intitulada *Espaço e Poderes na Idade Média*. Sem perder a sua identidade, a história da Lisboa medieval ganhou com a crescente convivência com os arqueólogos e os historiadores do mundo rural que entretanto tinham aderido ao GI. Integrada na linha de investigação «Paisagens de poder: grandes cidades e pequenas vilas», que observa a dinâmica dos centros urbanos como cenários de atração para a esfera da Corte e da burocracia régia, Lisboa medieval é perspetivada como a mais importante das chamadas «cidades do rei», sem deixar de ser incluída numa escala mais global do reino que engloba pequenos, médios ou grandes centros de jurisdição, dos quais dimana o domínio tanto da Coroa como da aristocracia.

¹ ANDRADE, Amélia Aguiar; COSTA, Adelaide Millán – Medieval portuguese towns: the difficult affirmation of a historiographical topic. In MATTOSO, José, dir; ROSA, Maria de Lurdes; SOUSA, Bernardo Vasconcelos e; BRANCO, Maria João, ed. – *The Historiography of Medieval Portugal c. 1950-2010*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2011. p. 283-301.

² Uma apresentação da referida instituição em <http://iem.fcsh.unl.pt/section2.aspx?kind=apresentacao>.

³ Sobre a sua biografia e obra, veja-se <http://iem.fcsh.unl.pt/section.aspx?kind=noticia&id=264>.

⁴ Leiam-se os resultados deste primeiro encontro em *A nova Lisboa medieval: actas*. Lisboa: Colibri, 2005. 174 p. ISBN 972-772-590-2.

Tendo em vista potenciar a investigação sobre a cidade, o IEM tem respondido ou promovido o desenvolvimento de parcerias com instituições de cultura associadas à cidade de Lisboa. Assim, na sequência do acordo de cooperação celebrado entre a FCSH e o Município de Lisboa, em 23 de maio de 2011, foi estabelecido uma adenda de colaboração entre o IEM e o Arquivo Municipal de Lisboa (AML), com vista ao estudo e à valorização do acervo documental custodiado por este último. Do mesmo modo, em 2014, foi concretizado um protocolo de colaboração entre a NOVA FCSH e a Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural (EGEAC)-Castelo de S. Jorge, pelo qual o IEM se responsabilizou pela coordenação científica da investigação sobre a Alcáçova medieval de Lisboa e a sua área envolvente⁵.

Tais projetos têm funcionado, desde então, como elementos estruturadores da investigação realizada no IEM sobre o tema, mantendo-se, no entanto, a articulação do trabalho em três polos concomitantes: a produção de conhecimento, a formação de investigadores e a disseminação da história da Lisboa medieval junto de públicos variados.

A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO E A FORMAÇÃO DE INVESTIGADORES

Sem nunca esquecer o contributo dos membros do IEM, disperso por diferentes áreas de trabalho (veja-se a esse respeito a bibliografia anexa ao presente texto), cabe ainda destacar o papel de alguns membros do Instituto no âmbito de projetos de valorização patrimonial de espaços da cidade, como sejam o Castelo, a Sé de Lisboa ou a «Cerca Velha»⁶.

Contudo, os objetivos estabelecidos nas parcerias com o AML e com a EGEAC-Castelo de São Jorge têm absorvido o grosso da investigação recente da UI sobre Lisboa, polarizando-a em torno dos programas de atividades ligados ao estudo da documentação medieval e da organização espacial e social da sua alcáçova. Com efeito, o IEM financiou uma bolsa de investigação de 6 meses a um mestre para o estudo dos fundos documentais do Arquivo Municipal, enquanto a EGEAC-Castelo de S. Jorge, sustentou financeiramente 2 bolsas de investigação para levantamentos documentais sobre o castelo, a alcáçova e sua envolvente⁷.

Para além do seu potencial para a investigação de cariz fundamental, o estudo da Lisboa medieval tem sido considerado pelo Instituto e pelos seus membros como uma temática de excecional qualidade para a formação

⁵ Vd. <http://iem.fcsh.unl.pt/section.aspx?kind=noticia&id=629>.

⁶ Ana Gomes participou nos projetos de musealização da área arqueológica da Praça Nova e Núcleo Museológico do Castelo (exposição permanente) e das estruturas arqueológicas do claustro e da instalação do respetivo núcleo museológico, ao passo que Amélia Aguiar Andrade e Miguel Gomes Martins asseguraram a consultadoria científica ao *Projeto Integrado de Estudo e Valorização da “Cerca Velha” de Lisboa (PIEVCVL)*/Museu da Cidade, nomeadamente para os textos da sinalética hoje disponibilizados no centro histórico da cidade de Lisboa.

⁷ A bolsista que trabalhou no AML integra a equipa de produção de conteúdos para a exposição *O pão, a carne e água: memórias da Lisboa medieval* e produziu no âmbito da bolsa, para este número dos *Cadernos do Arquivo Municipal*, a contribuição *O abastecimento de carne à cidade de Lisboa (1495- 1516): registos inéditos*. Os bolsistas de investigação do programa com a EGEAC-Castelo de S. Jorge apresentaram 3 comunicações e têm em preparação 2 artigos para serem publicados em 2018.

de jovens investigadores, nomeadamente através da oferta letiva formal e da investigação no âmbito dos cursos de licenciatura e mestrado da NOVA FCSH. A possibilidade concedida pela NOVA FCSH aos seus Centros de Investigação para fortalecerem a oferta pedagógica associada à prática de investigação, permitiu que o IEM pudesse oferecer ou apoiar unidades curriculares para os três ciclos de ensino, nas quais a história de Lisboa se encontra representada. Na licenciatura, a UI assegura o *Atelier de Iniciação à Investigação em Estudos Medievais I e II*⁸ que tem servido como um espaço privilegiado para a promoção do contato dos discentes com o processo de construção e constituição de ferramentas digitais, como as bases de dados. Originalmente pensadas como objetos pedagógicos, as duas bases de dados do IEM sobre Lisboa medieval constituem hoje um poderoso recurso de trabalho sobre o tema e encontram-se disponíveis *online*⁹.

Atingido o mestrado, os estudantes podem optar por uma unidade curricular especificamente dedicada à temática. O seminário *História de Lisboa Medieval*, regido por Amélia Aguiar Andrade, possibilita-lhes um contato com a historiografia e as fontes sobre a Lisboa medieval, sendo depois possível a exploração de temáticas relacionadas com a cidade, muitas das vezes em clara associação com a pesquisa desenvolvida no seio do Instituto¹⁰. Ao nível do terceiro ciclo, a UI assegura o enquadramento dos alunos inscritos nas especialidades de História Medieval e de Arqueologia Medieval do Curso de Doutoramento em História da NOVA FCSH, e, conseqüentemente, de qualquer tese que venha a ser realizada sobre Lisboa medieval.

Para além da oferta letiva da NOVA FCSH, a temática em apreço fez igualmente parte da oferta formativa da UI no âmbito da tradicional Escola de Verão da referida Faculdade. Ministrado entre 2010 e 2013, o módulo Lisboa Medieval procurou levar a investigação realizada na UI sobre os espaços e as gentes da urbe a um público mais alargado¹¹.

Os medievalistas do IEM têm ainda orientado dissertações de mestrado propiciadoras de novos conhecimentos sobre algumas instituições de cariz religioso¹² e assistencial¹³ da cidade. No âmbito do protocolo assinado com

⁸ A coordenação do módulo reservado ao estudo da Lisboa medieval tem sido da responsabilidade de Amélia Aguiar Andrade, com a colaboração de Gonçalo Melo da Silva e de Mário Farelo.

⁹ Coordenado por Amélia Aguiar Andrade, o trabalho de revisão dos dados foi assegurado nos últimos anos por Gonçalo Melo da Silva.

¹⁰ Nos dois últimos anos os alunos colaboraram na produção de informação para os conteúdos da exposição *Pão, carne e água: memórias de Lisboa medieval*, comissariada por Amélia Aguiar Andrade e Mário Farelo, a realizar, em 2018 no âmbito do protocolo de trabalho IEM/AML.

¹¹ A edição de 2010 foi assegurada por um conjunto de membros do GI, enquanto no biénio seguinte o módulo foi ministrado por Mário Farelo. Cf. <http://iem.fcsh.unl.pt/section2.aspx?kind=formacao&id=46>.

¹² SILVA, Gonçalo Melo e – *Espiritualidade e poder na Lisboa dos finais da Idade Média: a Colegiada de São Lourenço e os seus Patronos (1298-1515)*. Lisboa: [s.n.], 2012. Dissertação de Mestrado em História (especialização: História Medieval) (orientação de Amélia Aguiar Andrade e coorientação de Mário Farelo) [<https://run.unl.pt/handle/10362/10759>].

¹³ NÓVOA, Rita Luís Sampaio da – *A Casa de São Lázaro de Lisboa: contributos para uma história das atitudes face à doença (sécs. XIV e XV)*. Lisboa: [s.n.], 2010. Dissertação de Mestrado em História (especialização: História Medieval) (orientação de Maria de Lurdes Rosa) [<https://run.unl.pt/handle/10362/4822>] e LOPES, Paulo Jorge Rodrigues – *A assistência hospitalar na Lisboa medieval até à instituição do Hospital Real de Todos-os-Santos (sécs XIII-XV)*. Lisboa: [s.n.], 2016. Dissertação de Mestrado em História (especialização: História Medieval), (orientação de Maria de Lurdes Rosa e coorientação de Mário Farelo) [<https://run.unl.pt/handle/10362/20741>].

a EGEAC-Castelo de São Jorge, o IEM concedeu uma bolsa de mestrado e uma outra de doutoramento com o propósito de custear as propinas correspondentes nos cursos de mestrado e doutoramento da NOVA FCSH em História e em Arqueologia, respetivamente nas áreas de especialização e especialidades de História Medieval e de Arqueologia Medieval. Neste momento, e dando cumprimento ao regulamento das referidas bolsas, foi entregue (aguardando a prestação das respetivas provas) a dissertação de mestrado de Diana Martins, intitulada *O Paço da Alcáçova de Lisboa: uma intervenção manuelina* (2 volumes), e encontra-se em desenvolvimento, com entrega prevista para 2019, a tese de Ana Gomes, subordinada ao tema *De al-Ušbūna a Lisbōna – A Alcáçova entre os meados dos séculos XI e XIII*¹⁴.

A DISSEMINAÇÃO DO CONHECIMENTO: ENCONTROS E PUBLICAÇÕES¹⁵

O IEM tem dado particular atenção, ao longo da sua existência, à realização de encontros científicos destinados a promover a discussão e a difusão do conhecimento sobre a Lisboa medieval. Esta temática foi, como antes referido, objeto de uma das primeiras iniciativas no Núcleo Científico de Estudos Medievais, com a realização do *I Encontro da Nova Lisboa Medieval*, seguido dois anos mais tarde, já na qualidade de IEM, do *II Colóquio Nova Lisboa Medieval: os Rostos da Cidade*. Fruto de um conjunto apreciável de investigadores que então se debruçavam sobre diversos grupos inseridos na sociedade lisiponense, foi então possível gizar um colóquio que permitiu um importante avanço no estudo do recrutamento sociológico de diversos grupos socio-funcionais inseridos na urbe, da oligarquia camarária aos mesteiros, dos mosteiros a importantes famílias da cidade como os Palhavã, os Avelar ou os Nogueiras (Fig. 1).

Após um interregno de quase uma década considerou-se, no âmbito do projeto estratégico do IEM para o período 2013-2015, que esta atividade tinha potencial para servir de polo agregador da investigação sobre a Lisboa medieval. Com esse propósito, o grupo de investigação *Territórios e Poderes* passou a assegurar a sua realização bienal, tendo sido concretizada em novembro de 2013 a sua terceira edição dedicada às *Gentes, Espaços e Poderes*. A questão espacial mereceu ainda as honras da sua quarta edição, dois anos mais tarde, sob o título de *IV Colóquio A Nova Lisboa Medieval: “Os territórios de Lisboa”*. A quinta edição, ocorrida no passado mês de outubro, teve por mote *1147-1217. Caminhos do Ocidente & do Oriente*, numa clara associação à comemoração dos 870 anos da Tomada da Cidade (Fig. 2).

Para além dos encontros periódicos *Nova Lisboa Medieval*, a história da cidade encontra-se plasmada em diversas reuniões científicas integradas nos programas de trabalho estabelecidos no âmbito dos protocolos em vigor

¹⁴ A tese de Diana Martins foi orientada por Amélia Aguiar Andrade e coorientada por Mário Farelo e a tese de Ana Gomes é orientada por Catarina Tente.

¹⁵ Sendo o objeto de estudo do presente trabalho a análise da produção científica dos membros do IEM sobre Lisboa medieval, não se consideraram os trabalhos sobre a temática, na maior parte dos casos bastante importantes do ponto de vista historiográfico, de autores ligados exclusivamente a outros centros de investigação. Os algarismos entre parêntesis retos correspondem à numeração da bibliografia detalhada em anexo. Nesta última, definiu-se como critério de inclusão a data de entrada do autor no IEM, pelo que a produção anterior não foi considerada ou foi elencada em nota, quando significativa para a temática abordada.

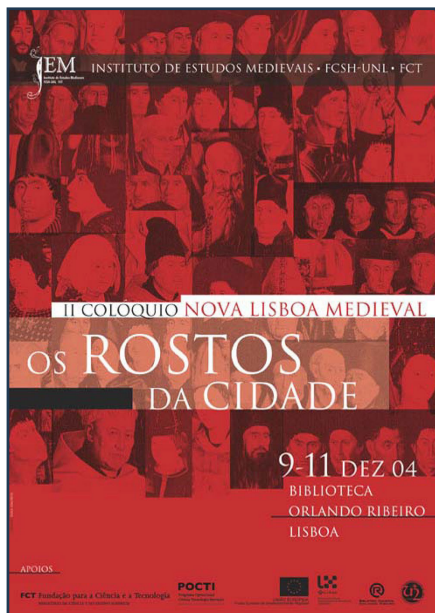


Figura 1 Cartaz do II Colóquio Nova Lisboa Medieval: Os Rostos da Cidade, realizado de 9 a 11 de dezembro de 2004, na Biblioteca Orlando Ribeiro, em Lisboa.

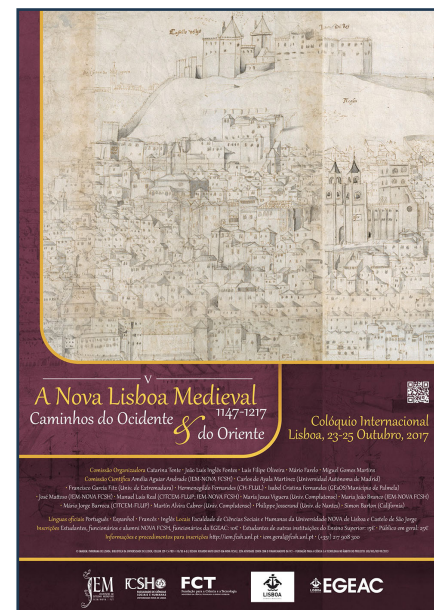
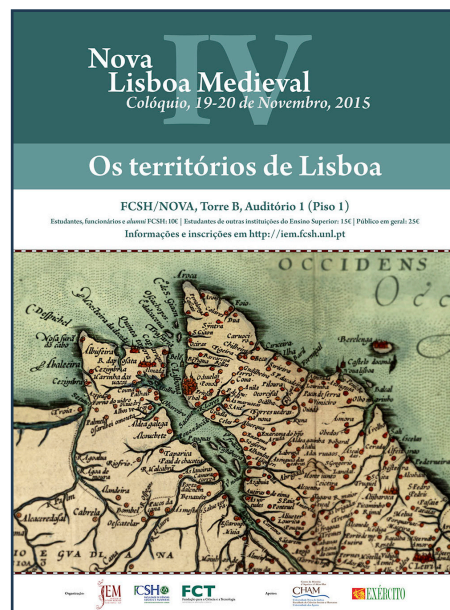


Figura 2 Cartazes dos III, IV e V Colóquios Nova Lisboa Medieval (2013, 2015, 2017).

com o Arquivo Municipal de Lisboa e com a EGEAC-Castelo de São Jorge. Tais encontros, apesar de centrados na investigação sobre as fontes documentais custodiadas pelo Arquivo Municipal e sobre a história do Castelo e da Alcáçova de Lisboa, propuseram momentos de disseminação científica, mas também de reflexão sobre a convivência de diversas disciplinas científicas, da arquivística à conservação e restauro.

Assim, no âmbito da parceria de investigação com o Arquivo Municipal de Lisboa, realizaram-se duas iniciativas que tiveram por objetivo primeiro a valorização do vasto acervo documental conservado na referida instituição. A 13 de novembro de 2015, decorreu o *I Workshop Lisboa Medieval – Arquivo e História*, o qual pretendeu refletir sobre as problemáticas de conservação de documentos medievais e da sua exploração e disseminação científicas, com a participação de um conjunto de representantes de arquivos municipais portugueses e de medievalistas especializados na História Urbana no Portugal medieval (Fig. 3).

No ano seguinte, a discussão – já no âmbito de um congresso de dois dias – centrou-se uma vez mais no debate e na partilha de experiências entre arquivistas e historiadores. *Desvendar memórias: arquivos e história medieval* foi então o mote para refletir sobre os desafios científicos que se colocam a ambas as disciplinas e as novas oportunidades de entendimento criadas por um quadro de apoio à investigação propiciador de um crescente trabalho em comum (Fig. 4).

O programa de atividades do protocolo IEM/AML não se limitou à realização das atividades supracitadas. Com o propósito de dar a conhecer o acervo documental do arquivo camarário, julgou-se por bem dedicar este

WORKSHOP
Lisboa Medieval
ARQUIVO E HISTÓRIA
13 NOVEMBRO 2015

Faculdade Ciências Sociais e Humanas
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA
Auditório 1 - Torre B
INFORMAÇÕES E INSCRIÇÕES: iem_geral@fch.unl.pt

PROGRAMA

1 - A PERSPETIVA DAS ENTIDADES DETENTORAS
13000-13002 - Arquivo Municipal de Lisboa: percurso de modernização - Mariana Barreira - IEM/AML
13000-13010 - O Arquivo Nacional de Torre do Tomar e a digitalização da série de documentação medieval - Bárbara Lacerda - IEM/AML
13010-13020 - A documentação medieval de origem italiana do Porto: apresentação de tratamento aplicado e divulgação - Mariana Barreira - IEM/AML
13020-13030 - Isabel
13030-13040 - Paula Leão

2 - O OLHAR DOS MEDIEVALISTAS
13110-13105 - História em arquivo: conceitos e métodos - Rita Ramos - IEM/AML
13105-13100 - O arquivo Municipal de Lisboa: uma janela para o conhecimento do castelo medieval - Mota Faria - IEM/CSH/NOVA
13100-13110 - A preservação documental entre a torre e o arquivo municipal: entre o Castelo, a Universidade Nova de Lisboa e o Arquivo Municipal de Lisboa - IEM/AML/CSH/NOVA
13110-13115 - Dina
13115-13100 - Apresentação do programa de investigação IEM/AML/2012/2013 - apresentação
13100-13100 - Arquivo forte
13100 - Visita ao Arquivo Municipal de Lisboa - Inês Pereira - IEM/AML

COMISSÃO ORGANIZADORA:
Lisboa Medieval - Instituto de Estudos Medievais (IEM) - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH) - Universidade Nova de Lisboa (UNL) - Arquivo Municipal de Lisboa (AML) - EGEAC - Castelo de São Jorge

arquivomunicipal de lisboa **FCSH** **FCT**

Figura 3 Cartaz do *I Workshop Lisboa Medieval - Arquivo e História* (2015).

Desvendar memórias: ARQUIVOS E HISTÓRIA MEDIEVAL

CONGRESSO NACIONAL - 17 a 18 novembro 2016
Lisboa, Teatro Aberto - Sala Vermelha

ENTRADA GRATUITA
INSCRIÇÃO PRÉVIA até 13 de novembro de 2016
Confirmação limitada à lotação da sala

PROGRAMA E FICHA DE INSCRIÇÃO
<http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt>

INFO
TEL: 21 380 71 54
<http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt>
<https://www.facebook.com/arquivo.mun.lisboa>
<http://iem.fch.unl.pt>
<https://www.facebook.com/InstitutoEstudosMedievais>

arquivomunicipal de lisboa **IEM** **FCSH** **FCT**

Figura 4 Cartaz *Desvendar memórias: arquivos e história medieval* (2016).

número temático dos *Cadernos do Arquivo Municipal* à Lisboa medieval, mediante a associação de um dossiê temático à publicação de fontes custodiadas pela instituição camarária.

De igual modo, encontra-se em preparação – com abertura prevista para o primeiro-trimestre de 2018 – a exposição *Pão, carne e água: memórias da Lisboa medieval*. Partindo do desejo de valorizar junto do grande público a riqueza e a diversidade do património arquivístico, arqueológico e museológico conservado pela Câmara Municipal de Lisboa pretende-se recordar aspetos do quotidiano das gentes lisboetas dos séculos XIV e XV. O catálogo integrará, para além de informação e imagens das peças exibidas, um conjunto de textos científicos destinados a elucidar, com rigor mas em linguagem acessível ao grande público, aspetos como a alimentação, o abastecimento de água, de pão ou de carne, entre outros.

A investigação, estudo e divulgação do património histórico e arqueológico do Castelo de S. Jorge e da Alcáçova de Lisboa constitui o tema do acordo de cooperação científica e técnica assinado em 2014 entre o IEM e a Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural (EGEAC) - Castelo de São Jorge. O respetivo programa de atividades daí decorrente consubstanciou-se na realização de dois encontros científicos. O *I workshop sobre a alcáçova e castelo de Lisboa*, realizado em junho de 2015, afirmou-se como um primeiro momento de apresentação e de projeção do trabalho efetuado, nomeadamente pelos bolseiros de mestrado, doutoramento e investigação que o acordo financia. O segundo, mais ambicioso, prosseguiu a necessidade de diálogo interdisciplinar entre os diversos agentes envolvidos na conservação e gestão de monumentos fortificados. O colóquio *Fortificações medievais: história, conservação e fruição* tornou-se assim um fórum privilegiado para a discussão entre historiadores, especialistas em conservação e restauro, gestores culturais de monumentos e decisores, de modo a partilhar saberes e a criar momentos de reflexão que possam contribuir para um melhor conhecimento desse tipo de monumento, numa visão integrada que permita uma fruição mais sustentada por parte da sociedade (Fig. 5).

Acessoriamente, a Lisboa medieval encontra-se presente em outros encontros promovidos pelo Instituto, desde logo nos que se organizaram em torno de temáticas associadas à cidade, como os colóquios *O culto medieval de São Vicente* (outubro 2014) ou *Rolando de Lisboa: arte, matemática, medicina e astrologia no século XV* (novembro 2011). No primeiro, o culto medieval do padroeiro da cidade foi abordado numa perspetiva interdisciplinar e comparativa, enquanto o segundo teve como mote a plurifacetada personalidade de Rolando de Lisboa, um matemático, médico e astrólogo que se distinguiu na corte da Borgonha, no século XV (Fig. 6).

As diversas parcerias mantidas pelo IEM têm possibilitado a realização de encontros científicos, nos quais a história da cidade tem tido um papel importante, à semelhança do recente colóquio internacional *Da conquista de Lisboa à conquista de Alcácer: definições e dinâmicas de um território de fronteira*, organizado conjuntamente com o Centro de História da Universidade de Lisboa, com o Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades (CIDEHUS) da Universidade de Évora, com o Gabinete de Estudos sobre a Ordem de Santiago (GEoOS), e com os municípios de Alcácer do Sal, de Palmela e de Sesimbra (Fig. 7).

ORGANIZAÇÃO
Instituto de Estudos Medievais
Conselho de São Jorge

COMISSÃO ORGANIZADORA
Ana Amândia (IEM-FCSH/NOVA)
Miguel Martins (IEM-FCSH/NOVA)
Teresa Oliveira (EGEGAC-CNH)

PROPOSTA DE INSCRIÇÃO
20€ - Público em geral
5€ - Estudantes e alunos FCSH
5€ - Estudantes de outras instituições
20€ Público em geral

CONTACTOS E INFORMAÇÕES
(+351) 21 9983509
sem.geral@fch.unl.pt
http://sem.fch.unl.pt

**FORTIFICAÇÕES
MEDIEVAIS**
HISTÓRIA, CONSERVAÇÃO E FRUIÇÃO
LISBOA, FCSH/NOVA ■ 26-27 JUNHO, 2017

TORRE B, AUDITÓRIO 1
FACULDADE DE CIÊNCIAS
SOCIAIS E HUMANAS
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA
Av. Berni, 26 C - 1049-001 Lisboa
tel. 92400, 24 C - 3089-003 Lisboa, Portugal

IEM
EGEGAC
RSHO
FCT

Figura 5 Cartazes dos encontros / Workshop sobre a alcáçova e castelo de Lisboa (2015) e fortificações medievais: história, conservação e fruição (2017).

**I WORKSHOP
SOBRE A
ALCÁÇOVA E
CASTELO
DE LISBOA**

FCSH/NOVA | 24 Junho, 2015
Edifício ID, Sala Multiusos 2 (Piso 4)

Organização
Instituto de Estudos Medievais
Conselho Organizador
Amélia Aguiar/André
Catarina Torres

Programa de trabalho
Alunos e alumni FCSH, funcionários EGEGAC, 24
Alunos de outras instituições: 18
Público em geral: 5€

Inscrições / Informações adicionais
Instituto de Estudos Medievais
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da
Universidade Nova de Lisboa
Av. Berni, 26 C
1049-001 Lisboa
T: (+351) 21 9983509
E: sem.geral@fch.unl.pt
W: http://sem.fch.unl.pt

9h30 Abertura
Directora do IEM
Presidente do EGEGAC
Directora do Castelo de S. Jorge
Director da FCSH

Sessão I
Guerra e defesa na Idade Média: os castelos

9h45 A defesa do território no Garh al-Andalus entre os séculos XII-XIII: *Coçar, Qatir e Mujin* (Doutor Villalón (IEM-FCSH/NOVA))

10h15 O castelo de Lisboa: as pedras, os homens e a guerra. Miguel Martins (IEM-FCSH/NOVA; GEO/CML)

10h45 Debate

11h00 Pausa café

Sessão II
Novas investigações sobre a Alcáçova medieval de Lisboa

11h20 O Paço da Alcáçova de Lisboa nos finais da Idade Média: primeiras abordagens Diana Martins (IEM-FCSH/NOVA)

11h40 As necrópoles medievais do Castelo de S. Jorge Ana Gomes (DGPC; IEM-FCSH/NOVA)

12h00 Debate

12h15 Encerramento
Sessão reservada a investigadores do projecto (14h30-17h00)

FACULDADE DE CIÊNCIAS
SOCIAIS E HUMANAS
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA
Av. Berni, 26 C - 3089-003 Lisboa, Portugal

IEM
EGEGAC
RSHO
FCT

COLÓQUIO
**O CULTO MEDIEVAL
DE SÃO VICENTE**
TEXTOS, IMAGENS, PROBLEMAS
20 e 21 de Outubro, 2014 | Edifício ID, Sala 0.06 e Sala Multiusos 3

Organização
Instituto de Estudos Medievais
Conselho organizador
Marta de Lencastre
Pablo Picasso

Programa de inscrição
10€ Estudantes e alunos FCSH
5€ Estudantes de outras instituições
20€ Público em geral

Informações adicionais
Instituto de Estudos Medievais
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
da Universidade Nova de Lisboa
Av. Berni, 26 C - 1049-001 Lisboa
sem.geral@fch.unl.pt
http://sem.fch.unl.pt

IEM
RSHO
FCT

Figura 6 Cartazes dos encontros *O culto medieval de São Vicente* (2014) e *Rolando de Lisboa: arte matemática, medicina e astrologia no século XV* (2011).

COLÓQUIO
ROLANDO DE LISBOA
ARTE, MATEMÁTICA, MEDICINA
E ASTROLOGIA NO SÉC. XV
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
11 DE NOVEMBRO
EDIFÍCIO I&D - MULTIUOS 2
10H-15H30

ORGANIZAÇÃO
Instituto de Estudos Medievais

INFORMAÇÕES
colquio.projeto@fch.unl.pt | 21 790 83 00

INSCRIÇÕES | 5 € - Estudantes | 10 € - Não Estudantes
http://sem.fch.unl.pt

IEM
RSHO
FCT

1147 ————— 1217
**Da Conquista de Lisboa
à Conquista de Alcácer**
Definições e dinâmicas de um território de fronteira

19, 20 e 21 de Maio de 2017 | Palmela | Alcácer do Sal | Sesimbra

IEM
EGEGAC
Palmeira
CH
EJPANUS
ANEM
SCS/FEI
EGEGAC
RSHO
FCT

Figura 7 Cartaz do colóquio internacional *Da conquista de Lisboa à conquista de Alcácer: definições e dinâmicas de um território de fronteira* (2017).

Mas a disseminação do conhecimento sobre Lisboa no Instituto não se tem limitado à organização e promoção de encontros científicos. Fruto das necessidades de trabalho dos investigadores e, mais recentemente, da exigência de disponibilização dos dados em virtude da política de acesso aberto da investigação produzida em Portugal com fundos públicos, o IEM mantém uma série de recursos em linha sobre a história da cidade de Lisboa no período medieval. Inicialmente pensadas como ferramentas de aprendizagem de metodologias de trabalho em história medieval destinadas aos discentes da NOVA FCSH interessados na Idade Média, o IEM acolhe no seu sítio internet duas bases de dados sobre a temática, em permanente atualização. *Fontes publicadas sobre Lisboa Medieval* é uma base de dados relacional que pretende reunir, tratar e disponibilizar, de forma sistemática e uniformizada, a documentação já publicada relacionada com a Lisboa medieval (1147-1521), até agora dispersa por distintas coletâneas documentais. Os instrumentos de pesquisa disponibilizados permitem cruzar a informação sobre o teor de cada documento, a cronologia de produção e os intervenientes neles registados – produtores, destinatários, redatores ou testemunhas –, bem como a indicação exata do local ou locais de publicação de cada diploma e a cota arquivística dos respetivos testemunhos manuscritos [11]. A base de dados *Bibliografia sobre Lisboa medieval* tem como objetivo o recenseamento da bibliografia produzida sobre a referida temática, entre obras dedicadas ao estudo da cidade ou com ela relacionadas e os mais diversos trabalhos dispersos por atas de reuniões científicas e publicações periódicas. A base faculta ainda a localização das obras nas principais bibliotecas portuguesas e, quando existente, o endereço eletrónico da respetiva versão digital [10] (Fig. 8).

The image shows a screenshot of a web application interface for searching medieval sources. It is divided into two main sections. The top section, titled 'Bibliografia sobre Lisboa Medieval', features a header image of a castle and a search bar with a 'Procurar' button. Below the search bar are several filter checkboxes: 'Publicações Periódicas', 'Monografias', 'Obras Gerais', and 'Fontes Impressas'. The bottom section, titled 'Fontes publicadas sobre Lisboa Medieval', features a header image of a medieval scene and a series of search filters: 'Bibliografia', 'Arquivo', 'Cota', 'Local de emissão do documento', 'Palavra no Sumário', 'Nome do Interveniente', 'Papel do Interveniente', and 'Anos'. Each filter has a dropdown menu or text input field and a small red icon with the letter 'I' next to it.

Figura 8 Página de acesso às bases de dados *Fontes publicadas sobre Lisboa medieval* e *Bibliografia sobre Lisboa medieval*.

Em paralelo, o IEM procura levar os resultados do estudo da Lisboa medieval a públicos além-fronteiras. Através das redes de contactos científicos, mantidas pelo Instituto e pelos seus membros, foi possível constituir um conjunto de recursos sobre a história da cidade, em língua francesa, no sítio internet de *Ménéstrel*, uma importante rede internacional de medievalistas. Mantida por Maria Alessandra Bilotta e Mário Farelo, a página *Lisbonne médiévale* destina-se a recensear e a caracterizar as instituições detentoras de material arquivístico, cartográfico e artístico sobre a cidade (arquivos, bibliotecas, academias, museus); a elencar os centros e instituições de investigação com trabalho feito sobre a temática, assim como os instrumentos bibliográficos associados à história da cidade (revistas, bibliotecas digitais). Foi igualmente considerado um levantamento de projetos, teses de doutoramento e de dissertações de mestrados sobre a Lisboa medieval [12]¹⁶.

Contudo, são as publicações que constituem a coluna dorsal da disseminação do conhecimento sobre Lisboa medieval efetuada no seio do Instituto. Neste particular, destacam-se a edição pelo IEM (ou em parceria) das contribuições apresentadas no âmbito dos encontros *Nova Lisboa medieval*, encontrando-se publicados os textos apresentados na primeira edição (*A Nova Lisboa medieval: actas*, em 2002), segunda (*Lisboa medieval: os rostos da cidade*, em 2007) e terceira edições (*A nova Lisboa medieval: gentes, espaços e poderes*, em 2017) [1 a 3] (Fig. 9).



Figura 9 Capas d'*A Nova Lisboa medieval: actas* (2005); *Lisboa medieval: os rostos da cidade* (2007) e *A nova Lisboa medieval: gentes, espaços e poderes* (2017).

¹⁶ Cf. a página do sítio internet em <http://www.menestrel.fr/spip.php?rubrique1924&lang=fr>.

Tal como seria de esperar, estas edições não esgotam a disseminação do conhecimento sobre a Lisboa medieval produzido no seio do IEM, uma vez que muito deste último é carreado através das publicações individuais ou coletivas dos seus membros¹⁷. A organização temática da produção científica da UI mostra de forma cabal que a investigação se tem polarizado, por um lado, no estudo da própria cidade e, por outro lado, na análise dos espaços adjacentes que com ela se relacionaram a diferentes níveis.

Começando pelos trabalhos relativos à cidade, importa sublinhar que a publicação de fontes ou de instrumentos de descrição documental não tem merecido a devida atenção da parte do Instituto. Os únicos trabalhos dignos de nota, devidos a Miguel Gomes Martins, inserem-se no âmbito das responsabilidades do autor enquanto funcionário da Câmara Municipal de Lisboa, sendo significativo que as obras entretanto publicadas a este nível ostentem a chancela do respetivo Arquivo Histórico [64 e 82]¹⁸. Espera-se que a publicação neste número dos *Cadernos do Arquivo Municipal* de documentação do Arquivo pela investigadora Filomena Melo seja ponto de partida para o inverter desta situação.

Se a tarefa de publicação de fontes sobre Lisboa tem sido pouco evidente no seio do Instituto, o mesmo não pode ser dito do trabalho hermenêutico sobre essas mesmas fontes. Com efeito, na esteira de anteriores trabalhos de Maria João Branco sobre o primeiro século da Lisboa cristã¹⁹, as fontes dessa época têm sido objeto de uma revisitação periódica, seja em textos temáticos específicos [19-20, 140], seja em trabalhos de recorte mais lato, como no caso da santidade em Lisboa [94]. O papel do IEM no estudo monográfico das fontes sobre Lisboa, pode ser encontrado nos trabalhos sobre a presença literária da cidade, seja na geografia árabe [108-109 e 111], na literatura trovadoresca [74] ou na cronística régia [25]. Tais fontes podem contribuir igualmente para a caracterização da importância da cidade, um tema que espera ainda um seu estudo específico, apesar dos contributos de Amélia Aguiar Andrade sobre as relações da cidade com o mar [14, 16, 146-148].

É sem surpresa que se verifica a proliferação no seio do IEM de estudos sobre a espacialidade na cidade, geralmente centrados num determinado arco cronológico, como acontece com o período islâmico [106-107 e 110], ou em

¹⁷ Deve-se ainda assinalar a importante produção da prof.^a Iria Gonçalves sobre Lisboa medieval realizada antes da sua adesão ao IEM. Vd. GONÇALVES, Iria – Aspectos económico-sociais da Lisboa do século XV estudados a partir da propriedade régia; Na Ribeira de Lisboa, em finais da Idade Média; Posturas municipais e vida urbana n Baixa Idade Média: o exemplo de Lisboa; Defesa do consumidor na cidade medieval: os produtos alimentares (Lisboa-séculos XIV-XV); Uma realização urbanística medieval: o calcetamento da Rua Nova de Lisboa. In *ead.*, *Um olhar sobre a cidade medieval*. Cascais: Patrimonia, 1996, p. 11-60, 61-76, 77-96, 97-116 e 117-138.

¹⁸ Note-se que o autor havia anteriormente dado à estampa um catálogo intitulado *Documentos medievais (1179-1383): Arquivo Municipal de Lisboa*. coordenação de VIEGAS, Inês Morais; MARTINS, Miguel Gomes; investigação, textos e índices de MARTINS, Miguel Gomes. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa – Departamento de Património Cultural/Arquivo Municipal de Lisboa, 2003.

¹⁹ BRANCO, Maria João – A conquista de Lisboa revisitada: estratégias de ocupação do espaço físico, político e simbólico. In CONGRESSO HISTÓRICO DE GUIMARÃES, 2, Guimarães, 1997 - *Actas do Congresso*. Guimarães: Universidade do Minho, 1997. vol. 2, p. 121-137; Reis, bispos e cabidos: a diocese de Lisboa durante o primeiro século da sua restauração. *Lusitânia Sacra*. Lisboa: CEHR. 2ª Série Vol. 10 (1998), p. 55-94; A conquista de Lisboa revisitada. *Arqueologia medieval*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola. Vol. 7 (2001), p. 217-234; A conquista de Lisboa na estratégia de um poder que se consolida. In *A Conquista de Lisboa aos Mouros: relato de um cruzado*. Tradução e edição crítica de Aires Augusto Nascimento. Lisboa: Vega, 2001. p. 9-51.

torno de espaços específicos. Nesta última vertente, destacam-se as abordagens efetuadas sobre as judiarias da cidade [15, 149]²⁰ e os recentes trabalhos em curso sobre o paço e a alcáçova [8 e 9], sucedâneos de uma importante linha de investigação propiciada pelos artefactos arqueológicos recenseados nesses espaços [30, 53, 55-57, 60, 99]. Através do estudo da sua ocupação, do seu simbolismo e dos artefactos aí recolhidos, a Sé de Lisboa tem-se constituído igualmente como tema de múltiplos trabalhos por parte de vários investigadores do Instituto [46, 112-113, 54-58, 90]. Neste sentido, poder-se-iam ligar a estes últimos os estudos de História da Arte de Paulo Almeida Fernandes e de Carla Varela Fernandes sobre a referida catedral, mas realizados antes da efetivação dos respetivos autores como membros do Instituto²¹. Por fim, a temática da ocupação do espaço urbano tem sido abordada pelos estudos de análise dos dados arqueológicos recolhidos nas diversas escavações da cidade em que participaram membros do IEM [13, 22, 23, 28, 29, 45, 47, 59, 102-104]. Ainda assim, o estudo da espacialidade privilegiou pouco, até ao momento, os trabalhos sobre os processos construtivos e os materiais usados na construção da cidade [9, 21, 90]. Contudo, anuncia-se para breve a disponibilização de uma dissertação de mestrado focada nesta temática.

Em paralelo com a questão do espaço, uma outra corrente estruturante na produção científica dos membros do IEM tem sido o interesse suscitado pelos poderes na Lisboa medieval, desde logo através da reconstituição da sociologia dos grupos e instituições existentes na cidade. Na sequência dos anteriores trabalhos de Miguel Gomes Martins sobre diversas famílias presentes na Câmara²², de Maria Filomena Andrade sobre as donas de Chelas²³ ou de Mário Farelo sobre o Cabido da Sé da cidade²⁴, diversos estudos publicados na última década por membros do Instituto têm renovado o conhecimento sobre o recrutamento da oligarquia camarária [4, 75, 78] e das instituições eclesiásticas da cidade [6, 18, 52, 91-92, 93, 100, 143, 161-164], assim como dos processos de afirmação linhagística, institucional (via ligações preferenciais à Coroa ou ao comércio) e mesmo simbólica (através da heráldica) de alguns dos grupos familiares aí radicados [31, 33, 34, 35, 37, 62, 84, 114, 116, 118, 120-129, 136, 175-6].

²⁰ Saliente-se a existência de um trabalho, hoje clássico, sobre a mouraria da cidade realizado nos anos 90 do século XX por dois futuros membros do IEM: OLIVEIRA, Luís Filipe; VIANA, Mário – A mouraria de Lisboa no século XV. *Arqueologia Medieval*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola. Vol. 3 (1993), p. 191-210.

²¹ FERNANDES, Carla Varela – Memórias de pedra: escultura tumular medieval da Sé de Lisboa. Lisboa: IPPAR, 2002; D. Afonso IV e a Sé de Lisboa: a escolha de um lugar de memória. *Arqueologia e História: Revista da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. Nº 58-59 (2006-2007), p. 143-166; FERNANDES, Paulo Almeida – O sítio da Sé de Lisboa antes da Reconquista. *Revista Artis*. Lisboa: Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Vol. 1 (2002), p. 57-87; A grade medieval da Sé de Lisboa. *Olisipo: Boletim dos Amigos de Lisboa*. Lisboa: Grupo “Amigos de Lisboa”. 2ª Série Nº 17 (jul. – dez. 2020), p. 23-34; Iconografia do Apocalipse: uma nova leitura do programa do portal ocidental da Sé de Lisboa. *Revista Estudos – Património*. Lisboa: IPPAR. Nº 7 (2004), p. 91-100; O claustro da Sé de Lisboa: uma arquitectura “cheia de imperfeições”? *Revista Murphy*. Coimbra: Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra - Imprensa Universitária de Coimbra. Nº 1 (2006), p. 18-69.

²² Sobretudo de artigos no âmbito dos *Cadernos do Arquivo Municipal*.

²³ ANDRADE, Maria Filomena – *O Mosteiro de Chelas: uma comunidade feminina na Baixa Idade Média: património e gestão*. Cascais: Patrimonia, 1996.

²⁴ FARELO, Mário – *O Cabido da Sé de Lisboa e os seus cónegos (1277-1377)*. Lisboa: [s.n.], 2003. Dissertação de Mestrado em História Medieval, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 3 vol.

É preciso ter presente que nem todas as instituições na Lisboa medieval deixaram informações arquivísticas suficientes para o estudo detalhado do seu recrutamento. Para aquelas em que a parcimónia documental constitui um óbice a esta perspetiva de trabalho, privilegiaram-se abordagens mais genéricas, tendentes a perceber as lógicas de implantação, de funcionamento e da relação com a cidade. Cabem neste âmbito os estudos efetuados sobre o Estudo Geral e a «rede» de instituições parauniversitárias criadas na cidade [32, 36, 38, 41, 126, 158], da mesma forma que diversos membros do IEM procuraram contribuir para um melhor esclarecimento da organização e funcionamento da leprosaria [5, 87-88] e dos hospitais [63] da urbe, na sequência de um significativo número de trabalhos efetuadas sobre as instituições assistenciais na Lisboa medieval²⁵. O estudo de recorte institucional tem sido também seguido pelos diversos membros do Instituto ligados à História da Arte. Centrado em torno de edifícios como os mosteiros de Santa Maria de Belém e de Odivelas e de monumentos específicos como o túmulo de D. Dinis ou de obras de arte em particular [7, 42-43, 132-135, 137-138], a investigação efetuada tem contribuído para redimensionar historiograficamente a cidade, concebendo-a também como um importante espaço artístico.

Norteados pelo estudo prosopográfico de tais grupos e pelo trabalho sobre as «redes institucionais» existentes na cidade, a análise de grandes figuras, à semelhança de Lopo Fernandes Pacheco, o grande valido de D. Afonso IV enterrado na Sé de Lisboa, ou de Manuel Pessanha, o primeiro almirante genovês do reino e grande proprietário imobiliário da cidade [165, 187-188], não tem merecido o mesmo grau de interesse. Os trabalhos de Eleanora Lombardo sobre Santo António de Lisboa/Pádua [65-73] mostram que é no campo da História religiosa que o estudo desses protagonistas tem sido mais efetivo no seio da UI, alimentado concomitantemente pela análise do santoral associado à cidade [61, 86, 94, 139 e 166], em especial através do culto de São Vicente, perspetivado no seu elemento litúrgico [49-50] ou na sua associação à comunidade moçárabe olisiponense [95-98]. Igualmente importante foi, nos últimos anos, o desenvolvimento da investigação realizada por Maria de Lurdes Rosa em torno da religiosidade dos leigos, nomeadamente sobre a fundação de capelas na cidade e o significado político da comemoração predicatória e litúrgica da memória associada a D. João I [51, 115, 117, 177 e 174].

Mas, na verdade, a própria cidade é também ela protagonista do discurso histórico. Como demonstração, refira-se os recentes trabalhos de Adelaide Millán da Costa que aprofundam e caracterizam a «voz» da oligarquia da cidade em Cortes [26-27] até então somente esquissada²⁶, ainda que permaneça deficitário o conhecimento das relações mantidas pelas elites urbanas com a Coroa, tema abordado parcialmente nos diversos trabalhos sobre a instituição municipal ou sobre o funcionamento do oficialato régio com responsabilidades militares, judiciais e fiscais na urbe [4, 39-40, 76].

²⁵ Nos quais participaram autores que viriam a integrar-se no IEM, como foi o caso de MARTINS, Miguel Gomes – Da gestão às ingerências: o concelho de Lisboa e a administração hospitalar no século XV. In *João Afonso de Santarém (catálogo da exposição)*. Santarém: Câmara Municipal de Santarém, 2000. p. 121-131.

²⁶ FARELO, Mário – Lisboa nas Cortes da primeira dinastia (1254-1383). In COLÓQUIO INTERNACIONAL, Leiria, 2004 - As Cortes e o Parlamento em Portugal: 750 anos das Cortes de Leiria de 1254. Lisboa: Assembleia da República; Leiria: Câmara Municipal de Leiria, 2006. p. 129-142.

²⁷ Na sequência, aliás, do interesse demonstrado anteriormente por Miguel Gomes Martins sobre a referida temática: "Ficou aquela terra estragada que maravilhosamente era de ver". Guerra e paisagem no Portugal medieval (1336-1400). In GONÇALVES, Iria, coord. – In SEGUNDAS JORNADAS, Lisboa, 2006 - *Paisagens rurais e urbanas: fontes, metodologias, problemáticas: actas*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade de Lisboa, 2006. p. 125-146.

O protagonismo da cidade identifica-se igualmente a outros níveis. No caso da guerra, a evidência da sua importância remonta ao período islâmico e aos ataques sofridos às mãos dos viquingues [101, 144, 171-172], embora o grosso da investigação dos membros do IEM neste capítulo pretenda esclarecer os contornos da tomada da cidade por forças cristãs em meados do século XII ou analisar a conjuntura político-militar e o quotidiano dos lisboetas aquando dos cercos sofridos às mãos dos castelhanos, durante o reinado de D. Fernando [77, 80-81, 83]²⁷. Apesar de menos evidente do ponto de vista historiográfico, o protagonismo da cidade revela-se também enquanto o mais importante centro económico e de consumo do reino [17, 85, 24-25].

A exploração desta última temática constitui um bom exemplo de como o estudo da Lisboa medieval não pode ser seccionado na análise das relações da cidade com os espaços adjacentes. Com tradição no estudo das áreas de influência de Lisboa desde o período muçulmano [14, 16, 107, 110, 146-148], o IEM encontra-se particularmente bem talhado para trabalhos desse recorte, uma vez que vários dos seus investigadores, na esteira de José Augusto Oliveira, especializaram-se no estudo da organização espacial e social de núcleos populacionais da *Outra Banda*, como são os casos de João Costa para Palmela [141-142, 151-156], de José Augusto Oliveira, Ana Cláudia Silveira e Alice Gago para Setúbal, Almada e Sesimbra [169, 179-186] e, mais recentemente, da possibilidade do IEM em participar em leituras arqueológicas dos artefactos aí encontrados, como sugerido pelo caso da Quinta do Rouxinol, no Seixal [173].

Com este perfil de produção científica sobre a Lisboa medieval, o IEM pretende a curto termo consolidar o adquirido e promover o trabalho em áreas menos estudadas, nomeadamente em termos da publicação de fontes e de recursos didáticos sobre a história medieva da cidade. Desde modo, é missão do Instituto promover leituras integradas desta última, pré-requisito necessário a um estudo da Lisboa medieval, abrangente e rigoroso do ponto de vista científico, que se reclama de viva voz.

ANEXO

[1] FONTES, João Luís Inglês, coord. [et al.] – *Lisboa medieval: gentes, espaços e poderes*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2017. 463 p. ISBN 978-989-99567-4-2.

[2] KRUS, Luís; OLIVEIRA, Luís Filipe; FONTES João Luís, coord. – *Lisboa medieval: os rostos da cidade*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais; Livros Horizonte, 2007. 463 p. ISBN 978-972-24-1563-7.

[3] NÚCLEO CIENTÍFICO DE ESTUDOS MEDIEVAIS – *A nova Lisboa medieval*. Lisboa: Colibri, 2004. 174 p. ISBN 972-772-590-2.

2 – TRABALHOS SOBRE LISBOA MEDIEVAL

TESES DE DOUTORAMENTO E DISSERTAÇÕES DE Mestrado NÃO PUBLICADAS

[4] FARELO, Mário – *A oligarquia camarária de Lisboa (1325-1433)* [Em linha]. Lisboa: [s.n.], 2008. Tese de Doutoramento em História Medieval, apresentada à Universidade de Lisboa. Disponível na Internet: <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/569>.

[5] NÓVOA, Rita Luís Sampaio da – *A Casa de São Lázaro de Lisboa: contributos para uma história das atitudes face à doença (sécs. XIV e XV)*[Em linha]. Lisboa: [s.n.], 2010. Dissertação de Mestrado em História (especialização: História Medieval), apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Disponível na Internet: <https://run.unl.pt/handle/10362/4822>.

[6] SILVA, Gonçalo Melo da – *Espiritualidade e poder na Lisboa dos finais da Idade Média: a Colegiada de São Lourenço e os seus patronos (1298-1515)*[Em linha]. Lisboa: [s.n.], 2012. Dissertação de Mestrado em História (especialização: História Medieval), apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Disponível na Internet: <https://run.unl.pt/handle/10362/10759>.

[7] VAIRO, Giulia Rossi – *D. Dinis del Portogallo e Isabel d’Aragona in vita e in morte: creazione e trasmissione della memoria nel contesto storico e artistico europeo* [Em linha]. Lisboa: [s.n.], 2014. Tese de Doutoramento em História da Arte, apresentada à Universidade Nova de Lisboa. Disponível na Internet: <https://run.unl.pt/handle/10362/13854>.

TESES DE DOUTORAMENTO E DISSERTAÇÕES DE Mestrado EM PREPARAÇÃO

[8] GOMES, Ana – *De al-Ušbūna a Lisbona: a alcáçova entre os meados dos séculos XI e XIII*. Tese de Doutoramento em Arqueologia, a apresentar à Universidade Nova de Lisboa.

[9] MARTINS, Diana – *O Paço da Alcáçova de Lisboa: uma intervenção manuelina*. Lisboa: [s.n.], 2017. Dissertação de Mestrado em História (especialização: História Medieval), apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa [Entregue, aguarda provas].

BASES DE DADOS

[10] ANDRADE, Amélia Aguiar, coord. – *Bibliografia sobre Lisboa medieval* [Em linha]. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais; FCSH; NOVA, 2008-. [Consult. 1.10.2017]. Disponível na Internet: <http://iem.fcsh.unl.pt/section.aspx?kind=bd1>.

[11] ANDRADE, Amélia Aguiar, coord. – *Fontes publicadas sobre Lisboa medieval* [Em linha]. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais; FCSH; NOVA, 2009. [Consult. 1.10.2017]. Disponível na Internet: <http://iem.fcsh.unl.pt/section.aspx?kind=bd4>

SÍTIOS INTERNET

[12] BILOTTA, Maria Alessandra; FARELO, Mário – *Lisbonne medieval* [Em linha]. Paris: Réseau Ménéstrel, 2014- . [Consult. 15.10.2017]. Disponível na Internet: <http://www.menestrel.fr/spip.php?rubrique1924&lang=fr>.

BIBLIOGRAFIA

- [13] ALVES-CARDOSO, Francisca; **CASIMIRO, Sílvia**; ASSIS, Sandra – Panorama geral do espólio osteológico da necrópole do antigo Hospital Real de Todos os Santos: Lisboa, séc. XVI-XVIII. In CONGRESSO DE ARQUEOLOGIA DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES, 1, Lisboa, 2013 – *Arqueologia em Portugal: 150 anos: actas*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2013. p. 1103-1109.
- [14] ANDRADE, Amélia Aguiar – O papel da Estremadura na formação e consolidação do Portugal medieval. In CICLO DE ESTUDOS OEIRENSES, 1, Oeiras, 1996 – *Oeiras: a terra e os homens*. Oeiras: Celta Editora; Câmara Municipal de Oeiras, 1998. p. 9-21 (= *A construção medieval do território*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001. p. 106-116).
- [15] ANDRADE, Amélia Aguiar – O desaparecimento espacial das judiarias nos núcleos urbanos portugueses de finais da Idade Média: o caso de Lisboa. In *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Marques*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006. vol. I, p. 143-163. Publicado igualmente em língua francesa: *La disparition physique des juiveries dans les villes portugaises à la fin du moyen age*. *Revue des Etudes Juives*. Paris : Société des Études Juives. Vol. 168 Nº 1-2 (janvier-juin 2009), p. 51-83.
- [16] ANDRADE, Amélia Aguiar – La dimensión urbana de un espacio atlántico: Lisboa. In SEMANA DE ESTUDIOS MEDIEVALES, 33, Estella, 2006 – *Mercado inmobiliario y paisajes urbanos en el occidente europeo (siglos XI-XV): actas*. Pamplona: Gobierno de Navarra – Institución Príncipe de Viana, 2007. p. 347-376.
- [17] ANDRADE, Amélia Aguiar; MIRANDA, Flávio – Lisbon: trade, urban power and the king's visible hand. In BLOCKMANS, Wim; WUBS-MROZEWICZ, Justyna; KROM, Mikhail, ed. – *The routledge handbook of maritime trade around Europe, 1300-1600: commercial networks and urban autonomy*. London: Routledge, 2017. p. 333-351.
- [18] ANDRADE, Maria Filomena Pimentel de Carvalho – Opções religiosas das elites lisboetas: o Convento de Chelas na Baixa Idade Média. In *Lisboa medieval: os rostos da cidade...*[2]. p. 221-231.
- [19] BRANCO, Maria João – Crónica da fundação do Mosteiro de S. Vicente. In DUNPHY, Graeme; BRATU, Cristian, ed. – *Encyclopedia of the medieval chronicle*. Leiden; Boston: Brill, 2010. p. 338.
- [20] BRANCO, Maria João – De Expugnatione Lyxbonensi. In DUNPHY, Graeme; BRATU, Cristian, ed. – *Encyclopedia of the Medieval Chronicle*. Leiden; Boston: Brill, 2010. p. 511-512.

- [21] CARVALHO, Ana Paula – Alguns aspectos do abastecimento de matérias-primas destinadas à construção da Lisboa Medieval. In ENCUNTROS INTERNACIONALES DEL MEDIEVO, 3, Nájera, 2006 – *La ciudad medieval y su influencia territorial*. La Rioja: Instituto de Estudios Riojanos, 2007. p. 137-160.
- [22] CASIMIRO, Sílvia; PRATA, Sara; SILVA, Rodrigo Banha da – Enterramentos infantis em espaços não funerários na cidade de Lisboa: séculos V – VIII. In *Lisboa medieval: gentes, espaços e poderes...* [1]. p. 37-55.
- [23] CASIMIRO, Sílvia; SILVA, Rodrigo Banha da – Enterramentos infantis tardo-antigos da Rua de S. Nicolau (Lisboa). In CONGRESSO DE ARQUEOLOGIA DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES, 1, Lisboa, 2013 – *Arqueologia em Portugal: 150 anos: actas*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2013. p. 859-863.
- [24] CATARINO, Maria Manuela – A carne e o peixe nos recursos alimentares das populações do Baixo Tejo. In ALARCÃO, Miguel ; KRUS, Luís; MIRANDA, Maria Adelaide, coord. – *Animalia: presença e representações*. Lisboa: Edições Colibri, 2002. p. 49-59.
- [25] CATARINO, Maria Manuela – A fome e a abundância: Lisboa cercada na prosa de Fernão Lopes. In CONGRESSO A NOVA LISBOA MEDIEVAL, 1, Lisboa, 2002 - *Actas*. [1]. Lisboa: Edições Colibri, 2005. p. 111-120.
- [26] COSTA, Adelaide Millán da – Le discours politique de la "caput regni" portugaise (XIV^e-XV^e siècles). *Revue d'Historie Urbaine*. Paris: Société Française d'Histoire Urbaine. Vol. 46 N^o 2 (2016), p. 157-175.
- [27] COSTA, Adelaide Millán da – A maioral das cidades portuguesas em discurso (in)direto. In *Lisboa medieval: gentes, espaços e poderes...* [1]. p. 267-285.
- [28] DE MAN, Adriaan; SILVA, Rodrigo Banha – Palácio dos Condes de Penafiel: a significant late antique context from Lisbon. In CONGRESSO INTERNACIONAL, 10, Silves, 2012 – *A cerâmica medieval no Mediterrâneo: actas*. Silves: Câmara Municipal de Silves, 2012. vol. 1, p. 455-460.
- [29] DE MAN, Adriaan; SILVA, Rodrigo Banha – Um refinamento de dados alto-medievais encontrados no Palácio dos Condes de Penafiel. In *Lisboa medieval: gentes, espaços e poderes...* [1]. p. 57-65.
- [30] GOMES, Ana [et al.] – Tecnologias de produção de cerâmicas pintadas dos meados do séc. XI-XII do Castelo de S. Jorge (Lisboa-Portugal). In CONGRES INTERNATIONAL SUR LA CERAMIQUE MEDIEVALE EN MEDITERRANEE, 8, Ciudad Real, 2006 - *Actas*. Ciudad Real: Asociación Española de Arqueología Medieval, 2009. vol. II, p. 963-966.
- [31] FARELO, Mário – Ao serviço da Coroa no século XIV: o percurso de uma família de Lisboa, os “Nogueiras”. In *Lisboa medieval: os rostos da cidade...*[2]. p. 145-168.
- [32] FARELO, Mário – La vocation scolaire de la chapelle de maître Pierre de Lisbonne au XIV^e siècle. *Medievalista on-line* [Em linha]. 7 (2009), p. 1-44. [consult. 13.3.2015]. Disponível na Internet: <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA7/medievalista-farelo7.htm>.
- [33] FARELO, Mário – Os morgadios dos Nogueiras: entre a estratégia de poder e a lógica documental. In ROSA, Maria de Lurdes, org. – *Arquivos de família, séculos XIII-XIX: que presente, que futuro?*. Lisboa: IEM; CHAM; Caminhos Romanos, 2012. p. 185-203.

- [34] FARELO, Mário – A heráldica das elites dirigentes de Lisboa, sécs. XIII-XIV. In SEIXAS, Miguel Metelo de; ROSA, Maria de Lurdes, coord. – *Estudos de Heráldica medieval*. Lisboa: IEM; Universidade Lusíada; Caminhos Romanos, 2012. p. 355-376.
- [35] FARELO, Mário – O padroado régio na diocese de Lisboa durante a Idade Média: uma instituição “in diminuendo”. *Fragmenta Historica – História, Paleografia e Diplomática* [Em linha]. 1 (2013), p. 39-107. [Consul. 3.4.2014]. Disponível na Internet: http://www2.fcsh.unl.pt/ceh/pdf/rev/2013/02_FRAGMENTAHISTORICA_1_MarioFarelo.pdf.
- [36] FARELO, Mário – Lisboa numa rede latina? Os escolares em movimento. In FERNANDES, Hermenegildo, ed. – *A universidade medieval em Lisboa, séculos XIII-XVI*. Lisboa: Tinta-da-China, 2013. p. 237-265.
- [37] FARELO, Mário – Les pouvoirs du parvis: pour une comparaison des élites ecclésiastique et municipale à Lisbonne (1325-1377). In VILAR, Hermínia Vasconcelos; CUNHA, Mafalda Soares da; FARRICA, Fátima, ed. – *Centros periféricos de poder na Europa do sul (sécs. XII-XVIII)*. Lisboa: Edições Colibri; Évora: CIDEHUS-UÉ, 2014. p. 115-141.
- [38] FARELO, Mário – Garcia de Orta, the Faculty of Medicine at Lisbon, and the portuguese overseas endeavor at the beginning of the sixteenth century. *Journal of Medieval Iberian Studies*. UK: Taylor & Francis. Vol. 7 Nº 2 (2015), p. 218-231.
- [39] FARELO, Mário – Tributos sobre o espaço e sobre os homens em Lisboa ao tempo das inquirições de D. Afonso II. In ANDRADE, Amélia Aguiar; FONTES, João Luís, ed. – *Inquirir na Idade Média: espaços, protagonistas e poderes (sécs. XII-XIV): tributo a Luís Krus*. Lisboa: IEM, 2015. p. 225-245.
- [40] FARELO, Mário – Redes de justiça e conhecimento da cidade medieval portuguesa. O exemplo de Lisboa (séculos XII-XV). *s-Legal History Review* [Em linha]. Nº 22 (2016). [Consul. 3.5.2017]. Disponível na Internet: http://www.iustel.com/v2/revistas/detalle_revista.asp?id_noticia=416908.
- [41] FARIA, Tiago Viúla de – From Norwich to Lisbon: factionalism, personal association, and conveying the *Confessio Amantis*. In SÁEZ-HIDALGO, Ana; YEAGER, Robert F., ed. – *John Gower in late Medieval Iberia: manuscripts, influences, reception*. Woodbridge: Boydell & Brewer, 2013. p. 131-138.
- [42] FERNANDES, Carla Varela – O (des)conhecido retábulo da Capela do Espírito Santo de Bucelas. *Arqueologia e História: Revista da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. Nº 62-63 (2013), p. 195-227.
- [43] FERNANDES, Carla Varela; BARROCA, Mário Jorge – Uma imagem de S. Bartolomeu do MNAA: questões em torno da sua estética, iconografia e importância do culto dos anos do Românico. In FERNANDES, Carla Varela, ed. – *Imagens e liturgia na Idade Média*. Lisboa: Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja, 2015. p. 89-108.
- [44] FERNANDES, Lúdia; BUGALHÃO, Jacinta; **FERNANDES, Paulo Almeida** – A exposição temporária debaixo dos nossos pés: pavimentos históricos de Lisboa. *Al-Madan*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada. IIª Série Nº21 (jul. 2017), p. 168-171.
- [45] FERNANDES, Paulo Almeida – A Capela de Santo Estêvão na Sé de Lisboa. In FERNANDES, Lúdia; BUGALHÃO, Jacinta; **FERNANDES, Paulo Almeida**, coord. – *Debaixo dos nossos pés: pavimentos históricos de Lisboa*. Lisboa: Museu de Lisboa, 2017. p. 144-149.

- [46] **FERNANDES, Paulo Almeida**; FERNANDES, Lúcia – Entre a antiguidade tardia e a época visigótica: novos dados sobre a decoração arquitetónica na cidade de Lisboa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Direção-Geral do Património Cultural. Vol. 17 (2014), p. 225-243.
- [47] FERREIRA, Manuel Pedro – Relatório preliminar sobre o conteúdo musical do fragmento Sharrer. In CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO HISPÂNICA DE LITERATURA MEDIEVAL, 4, Lisboa, 1991 - *Actas*. Lisboa: Edições Cosmos, 1991. vol. I, p. 35-42.
- [48] FERREIRA, Manuel Pedro – The Lisbon Office for the translation of St. Vincent. In NELSON, Kathleen; GÓMEZ, Maricarmen, ed. – *A musicological gift: libro homenaje for Jane Morlet Hardie*. Lions Bay (Canada): The Institute of Mediaeval Music, 2013. p. 57-86.
- [49] FERREIRA, Manuel Pedro – São Vicente em Lisboa: dois protagonistas (leitura histórica de um fragmento musical). In *Lisboa medieval: gentes, espaços e poderes...* [1]. p. 205-222.
- [50] FERREIRA, Manuel Pedro – Observações sobre o regimento e o enquadramento horário da Capela de D. Duarte. In BARREIRA, Catarina Fernandes; SEIXAS, Miguel Metelo de, coord. – *D. Duarte e a sua época: arte, cultura, poder e espiritualidade*. Lisboa: Caminho Romano; IEM; CLEGH, 2014. p. 29-47.
- [51] FONTES, João Luís – Reclusão, eremitismo e espaço urbano: o exemplo de Lisboa na Idade Média. In *Lisboa medieval: os rostos da cidade...*[2]. p. 259-277.
- [52] GASPARG, Alexandra; **GOMES, Ana** – Cerâmicas pintadas a branco do século XV/XVI encontradas no Castelo de S. Jorge, Lisboa, Portugal. In CONGRESSO INTERNACIONAL A CERÂMICA MEDIEVAL NO MEDITERRÂNEO, 10, Silves, 2012 – *Actas do X Congresso Internacional*. Silves: Câmara Municipal de Silves, 2012. vol. I, p. 326-331.
- [53] GASPARG, Alexandra; **GOMES, Ana** – Cerâmicas comuns da antiguidade tardia provenientes do claustro da Sé de Lisboa. In CONGRESSO INTERNACIONAL A CERÂMICA MEDIEVAL NO MEDITERRÂNEO, 10, Silves, 2012 – *Actas do Congresso Internacional*. Silves: Câmara Municipal de Silves, 2012. vol. II, p. 851-860.
- [54] **GOMES, Ana**; GASPARG, Alexandra – A cerâmica moderna do Castelo de S. Jorge. In CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUEOLOGIA MODERNA, Lisboa, 2011 - *Velhos e novos mundos: estudos de arqueologia moderna*. Lisboa: CHAM, 2012. vol. II, p. 719-732.
- [55] **GOMES, Ana**; GASPARG, Alexandra – O Castelo de S. Jorge na transição do mundo islâmico para o cristão. In FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira, ed. – *Fortificações e território na península ibérica e do Magreb: séculos VI a XVI*. Lisboa: Colibri, 2014. p. 393-404.
- [56] **GOMES, Ana**; GASPARG, Alexandra – Ocupação medieval na Sé Catedral de Lisboa. In *Lisboa medieval: gentes, espaços e poderes...* [1]. p. 113-128.
- [57] **GOMES, Ana**; GASPARG, Alexandra; AREZES, Andreia – Recipientes de medidas da cidade de Lisboa. In CONGRESSO INTERNACIONAL, 10, Silves, 2012 – *A cerâmica medieval no Mediterrâneo: Actas*. Silves: Câmara Municipal de Silves, 2012. vol. I, p. 236-241.

- [58] GOMES, Ana [et al.] - Cerâmicas medievais provenientes do Beco do Forno, Castelo de S. Jorge, Lisboa. In CONGRES INTERNATIONAL SUR LA CERAMIQUE MEDIEVALE EN MEDITERRANEE, 8, CIUDAD REAL, 2006 - *Actas* . Ciudad Real: Asociación Española de Arqueología Medieval, 2009. vol. II, p. 955-962.
- [59] GOMES, Ana [et al.] – Cerâmicas do séc. XV–XVI da Casa do Governador, Castelo de S. Jorge, Lisboa. In CONGRESSO INTERNATIONAL SUR LA CERAMIQUE MEDIEVALE EN MEDITERRANEE, 8, CIUDAD REAL, 2006 - *Actas* . Ciudad Real: Asociación Española de Arqueología Medieval, 2009. vol. II, p. 653-672.
- [60] GOMES, Ana [et al.] – Evolução das tecnologias de produção cerâmica do séc. XI a XVI na cidade de Lisboa. In CONGRES INTERNATIONAL SUR LA CERAMIQUE MEDIEVALE EN MEDITERRANEE, 8, CIUDAD REAL, 2006 - *Actas*. Ciudad Real: Asociación Española de Arqueología Medieval, 2009. vol. I, p. 509-514.
- [61] GOMES, Ana [et al.] – O estabelecimento romano republicano de Olisipo: estrutura e contextos no Beco do Forno do Castelo, lote 40, Lisboa. In CONGRESSO INTERNACIONAL CONQUISTA E ROMANIZAÇÃO DO VALE DO TEJO – *Actas. CIRA Arqueologia*. Vila Franca de Xira: Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. N^o3 (dez. 2014), p. 122-148.
- [62] GOUVEIA, Mário de – O culto dos santos mártires de Lisboa na fronteira ocidental do reino de Leão (séc. X-XI). In *Lisboa medieval: os rostos da cidade...*[2]. p. 388-399.
- [63] LEME, Margarida – Os Lemes: um percurso familiar de Bruges a Malaca. *Sapiens: História, Património e Arqueologia* [Em linha]. 0 (2008), p. 51-83. [Consul. 2.1.2010]. Disponível na Internet: <http://www.revistasapiens.org/Biblioteca/numero0/oslemes.pdf> .
- [64] LEME, Margarida – O património dos hospitais medievais na Lisboa Manuelina. In *Lisboa medieval: gentes, espaços e poderes...* [1]. p. 393-437.
- [65] LOMBARDO, Eleonora – Antonio specchio dei laici e dei religiosi. Il sermone in onore di sant’Antonio di Bertoldo di Ratisbona. In BERTAZZO, Luciano [et al.] – *Arbor ramosta: miscellanea di studi in onore di Antonio Rigon offerta da colleghi, allievi, amici*. Pádua: Centro Studi Antoniani, 2011. p. 357-372.
- [66] LOMBARDO, Eleonora – I sermones de sancto Antonio tra XIII e XIV seculo: status quaestionis ed edizione del sermone Venezia, Lat. Z, 158 (1779), f. 120v-122v. *Il Santo*. Pádua: Centro Studi Antoniani. Vol. 52 (2012), p. 9-44.
- [67] LOMBARDO, Eleonora – Les sermons sur saint Antoine et le bon usage de la prédication comme vertue. *Medieval Sermon Studies*. UK : Taylor & Francis. Vol. 56 (2012), p. 46-62.
- [68] LOMBARDO, Eleonora – Parlare di Sant’Antonio al Capitolo Generale del 1310: le due versioni del sermone “Accessistis ad montem Syon” nei manoscritti Vaticano, Biblioteca Apostolica Vaticana, Borgh. 80, f. 123v-125v e Todi, Biblioteca Comunale L. Leonii, ms. 126, f. 101ra-103rb. *Il Santo*. Pádua: Centro Studi Antoniani. N^o 53 (2013), p. 347-372.
- [69] LOMBARDO, Eleonora – Auctoritates e sermoni: un caso di studio: i sermoni su sant’Antonio di Padova (XIII-XIV secolo) e l’agiografia. In MUÑOZ, María José; CAÑIZARES, Patricia; MARTÍN, Cristina, ed. – *La compilación del saber en la Edad Media*. Porto: Brepols, 2013. p. 315-332.

- [70] LOMBARDO, Eleonora – Predicare la santità. L'evoluzione dell'immagine di sant'Antonio di Padova in alcuni sermoni medieval. *Il Santo*. Pádua: Centro Studi Antoniani. N° 54 (2014), p. 357-378.
- [71] LOMBARDO, Eleonora – The development of devotion to Saint Anthony of Padua/Lisbon between localism and universalism. In INTERNATIONAL CONGRESS, Dubrovnik, 2012 – *Cuius patrocinio tota gaudet region: saints' cults and the dynamics of regional cohesion: acts*. Zagreb: Croatian Hagiography Society, 2014. p. 231-253.
- [72] LOMBARDO, Eleonora – Da praça ao pergaminho: os Sermones In circulum anni para Sovramonte da Varese, Omin, na Lombardia Franciscana. *Varia Historia* [Em linha]. Vol. 31 N° 55 (jan- april 2015), p. 53-80. [Consul. 8.6.2017]. Disponível na Internet: <http://www.scielo.br/pdf/vh/v31n55/0104-8775-vh-31-55-00053.pdf>.
- [73] LOMBARDO, Eleonora – Multipliciter commendatur beatus Antonius. “Sant'Antonio di Padova come modello di virtù per i frati minori (ca. 1232 - 1350). In *Models of virtues: the role of virtues in sermons and hagiography for new saints' cult (XIII - XV cent.)*. Pádua: Centro Studi Antoniani, 2015. p. 47-73.
- [74] LOPES, Graça Videira – Em Lisboa sobre lo mar: imagens de Lisboa na lírica profana galego-portuguesa. In *Lisboa medieval: os rostos da cidade...*[2]. p. 422-432.
- [75] MARTINS, Miguel Gomes – O concelho de Lisboa durante a Idade Média: homens e organização municipal (1179-1383). *Cadernos do Arquivo Municipal*. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. N° 7 (2005), p. 64-110.
- [76] MARTINS, Miguel Gomes – *A Alcaldaria e os alcaides de Lisboa durante a Idade Média (1147-1433)*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2006.
- [77] MARTINS, Miguel Gomes – *A vitória do quarto cavaleiro: o cerco de Lisboa de 1384*. Lisboa: Prefácio, 2006.
- [78] MARTINS, Miguel Gomes – Para mais tarde regressar: percursos na administração municipal da Lisboa Medieval. In *Lisboa medieval: os rostos da cidade...*[2], p. 278-287.
- [79] MARTINS, Miguel Gomes – A participação das milícias de Lisboa na campanha de 1386. In COLÓQUIO TEMÁTICO AS ESCALAS DE LISBOA, 4, Lisboa, 2001 - *Actas das sessões*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2009. p. 17-38.
- [80] MARTINS, Miguel Gomes – Abastecer as cidades em contexto de guerra: o cerco de Lisboa em 1384. In ENCUENTROS INTERNACIONALES DEL MEDIEVO, 5, Nájera, 2008 – *Alimentar las ciudades en la Edad Media*. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 2009. p. 131-151.
- [81] MARTINS, Miguel Gomes – Lisboa e a guerra (1367-1411): documentos para o seu estudo. *Cadernos do Arquivo Municipal*. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. N° 10 (2010), p. 45-90.
- [82] MARTINS, Miguel Gomes, introd., transc., índices - *Rey de Portugal e Senhor de Çepta: livros I e II de D. João I*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2011. (Documentos do Arquivo Municipal de Lisboa).

- [83] MARTINS, Miguel Gomes – *A conquista de Lisboa na rota da segunda cruzada*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2017.
- [84] MENINO, Vanda – Os Avelar: percurso de uma linhagem em Lisboa (1325-1367). In *Lisboa medieval: os rostos da cidade...*[2]. p. 169-181.
- [85] MIRANDA, Flávio; FARIA, Tiago – Lisboa e o comércio marítimo com a Europa nos séculos XIV e XV. In *Lisboa medieval: gentes, espaços e poderes...* [1]. p. 241-266.
- [86] MOITEIRO, Gilberto – Da Lisboa de Nun'Álvares à Lisboa do Santo Condestável: uma nova devoção na cidade dos reis de Avis. In *A nova Lisboa medieval* [3]. p. 121-132.
- [87] NÓVOA, Rita Sampaio da – Los leprosos en el Portugal de los siglos XIV y XV: contribución para una “historia de los asistidos”. *Miscelánea Medieval Murciana*. Murcia: Universidad de Murcia. Vol. 33 (2009), p. 143-173.
- [88] NÓVOA, Rita Sampaio da – As atitudes face à doença no Portugal dos séculos XIV e XV: a lepra, os leprosos e as leprosas. In MIRANDA, Flávio; SEQUEIRA, Joana, coord. – *Incipit 1. Workshop de estudos medievais da Universidade do Porto, 2009-10*. Porto: Universidade do Porto; Faculdade de Letras; Biblioteca Digital, 2012. p. 77-87.
- [89] OLIVEIRA, José Augusto – Atravessar o Tejo: mercadores de Lisboa em Almada no século XV. In *Lisboa medieval: os rostos da cidade...*[2]. p. 214-220.
- [90] OLIVEIRA, José Augusto – Um estaleiro medieval: as obras no claustro da Sé de Lisboa. In *Lisboa medieval: gentes, espaços e poderes...* [1]. p. 177-204.
- [91] OLIVEIRA, Luís Filipe – Uma barregã régia, um mercador de Lisboa e as freiras de Santos” in *Lisboa medieval: os rostos da cidade...*[2]. p. 182-196.
- [92] OLIVEIRA, Luís Filipe – O mosteiro de Santos, as freiras de Santiago e o culto dos Mártires. In BARATA, Maria Rosário Themudo; KRUS, Luís, dir.; ANDRADE, Amélia Aguiar.; FERNANDES, Hermenegildo; FONTES, João Luís, coord. – *Olhares sobre a História: estudos oferecidos a Iria Gonçalves*. Lisboa: Caleidoscópio, 2009. p. 429-436.
- [93] OLIVEIRA, Luís Filipe – Lisboa. In BÉRIOU, Nicole ; JOSSERAND, Philippe, dir. – *Prier et Combattre : dictionnaire européen des ordres militaires au Moyen Age*. Paris: Fayard, 2009. p. 545-546.
- [94] PEREIRA, Armando de Sousa – Guerra e santidade: o cavaleiro-mártir Henrique de Bona e a conquista cristã de Lisboa. *Lusitania Sacra*. Lisboa: CEHR. 2ª Série Vol. 17 (2005), p. 15-38 (=A Nova Lisboa Medieval [3]. p. 51-71).
- [95] PICOITO, Pedro – O rei, o santo e a cidade: o culto de São Vicente em Lisboa e o projecto político de Afonso Henriques. In CARDOSO, Isabel Maria Alçada, coord. – *São Vicente, Diácono e Mártir: padroeiro de Lisboa: 1700 anos do martírio de São Vicente*. Lisboa: Centro Cultural de Lisboa Pedro Hispano, 2005. p. 57-87.
- [96] PICOITO, Pedro – A trasladação de S. Vicente: consenso e conflito na Lisboa do século XII. In ENCUENTROS INTERNACIONALES DEL MEDIEVO, 4, Nájera, 2007 – *La convivencia en las ciudades medievales*. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 2008, p. 179-189.

- [97] PICOITO, Pedro – A trasladação de S. Vicente: consenso e conflito na Lisboa do século XII. *Medievalista on-line* [Em linha]. 4 (2008), p. 1-11. [Consult. 4.9.2015]. Disponível na Internet: <http://www.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA4/PDF4/picoito-PDF.pdf>.
- [98] PICOITO, Pedro – Identidade e resistência: São Vicente e os moçarabes de Lisboa. *Xarajīb: Revista do Centro de Estudos Luso-Árabes*. Silves: Centro de Estudos Luso-Árabes de Silves. Vol. 7 (2009), p. 21-34.
- [99] PINA, Isabel Castro – Os conventos dos Lóios em Lisboa no século XV: problemas de inserção no espaço urbano. In COLÓQUIO DE HISTÓRIA E DE HISTÓRIA DA ARTE – *Lisboa e as ordens religiosas: actas*. Lisboa: Fundação das Casas de Fronteira; Alorna e Câmara Municipal de Lisboa, 2010. p. 95-109.
- [100] PIRES, Hélio – Sigurðr's attack on Lisbon: where exactly?. In LARRINGTON, Carolyne [et al.], ed. – *Viking and medieval Scandinavia*. Turnhout: Brepols Publishers. 2012, p.199-205.
- [101] **PRATA, Sara**; DIAS, Diana; CUESTA-GÓMEZ, Fabián – A memória de um espaço urbano: trabalhos de acompanhamento arqueológico na reabilitação do nº 2 da Rua da Saudade (Freguesia de Santiago, Lisboa). In CONGRESSO DE ARQUEOLOGIA DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES, 1, Lisboa, 2013 – *Arqueologia em Portugal: 150 anos: actas*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2013. p. 1141-1148.
- [102] PRATA, Sara [et al.] – Paisagem Urbana de Olisipo: a propósito de algumas edificações na envolvente do teatro romano. *Rossio: estudos de Lisboa* [Em linha]. 4 (2014), p. 132-145. [Consul. 24.9.2017]. Disponível na Internet : https://issuu.com/camara_municipal_lisboa/docs/rossio_4_simples/5.
- [103] QUARESMA, José Carlos [et al.] - Produção, consumo e comércio de alimentos entre os séculos II e III d. C. em Olisipo: contextos romanos da Casa dos Bicos, Lisboa (intervenção de 2010). In JÁRREGA, Ramon; BERNI, Piero, ed. – *Amphorae ex Hispania: paisajes de producción y consumo*. Tarragona: ICAC-SECAH, 2016. p. 423-445.
- [104] **RAMÔA, Joana**; **VAIRO, Giulia Rossi**; SILVA, José Custódio Vieira da – Escultura tumular medieval do Museu Arqueológico do Carmo (Lisboa): algumas reflexões e propostas de identificação. In DIAS, Fernando Rosa; QUARESMA, José, coord. – *Chiado: efervescência urbana, artística e literária de um lugar*. Lisboa: Faculdade de Belas-Artes/Universidade de Lisboa, 2010. p. 172-207.
- [105] REI, António – As portas da cerca de Lisboa no período islâmico. *Arqueologia e História: Revista da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. Nº 53 (2001), p. 35-43.
- [106] REI, António – Ocupação humana no Alfoz de Lisboa durante o período Islâmico (714-1147). In *A nova Lisboa medieval* [3]. p. 25-42.
- [107] REI, António – Os rostos do poder na Lisboa das taifas (1009-1093): novas leituras. In *Lisboa medieval: os rostos da cidade...* [2]. p. 60-71.
- [108] REI, António – *O Gharb al-Andalus al-Aqsâ, na Geografia Árabe (séculos III h. / IX d.C.–XI h. / XVII d.C.)* [CD-ROM]. Lisboa: IEM / FCSH / UNL, 2012. Apresentação, tradução e edição de coletânea de fontes geográficas árabes.

- [109] REI, António – Lisboa e o seu alfoz, em relatos árabes do «maravilhoso». In *Lisboa medieval: gentes, espaços e poderes...* [1].p. 105-112.
- [110] REI, António; SIDARUS, Adel – Lisboa e seu termo, nos Geógrafos Árabes. *Arqueologia Medieval. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola*. Vol. 7 (2001), p. 37-72.
- [111] RODRIGUES, Jorge – A Sé de Lisboa, de panteão régio de D. Afonso IV a «necrópole» de enterramentos privilegiados no final da Idade Média. In MELO, Joana Ramôa de; AFONSO, Luís Urbano, ed. – *O fascínio do gótico: um tributo a José Custódio Vieira da Silva*. Lisboa: Artis, 2016. p. 33-52.
- [112] RODRIGUES, Jorge – The portuguese cathedrals and the birth of a kingdom: Braga, Oporto, Coimbra, and the historical arrival at Lisbon: capital city and shrine of St Vincent. In BOTO VARELA, Geraldo; KROESEN, Justin, ed. – *Romanesque cathedrals in mediterranean Europe: architecture, ritual and urban context*. Turnhout: Brepols Publishers, 2016. p. 169-185
- [113] ROSA, Maria de Lurdes – *Pero Afonso Mealha: os bens e a gestão de riqueza de um proprietário leigo do século XIV*. Redondo: Patrimonia, 1995.
- [114] ROSA, Maria de Lurdes – Contributos para o estudo da reforma dos “corpos pios” no reinado de D. Manuel: a história institucional do Juízo das capelas de Lisboa. In CONGRESSO HISTÓRICO DE GUIMARÃES, 3, Guimarães, 2001 - *D. Manuel e a sua época: actas*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, 2004. vol. II, p. 519-544.
- [115] ROSA, Maria de Lurdes – Além da aventura, aquém do capitalismo?: elementos para a história de Fernão Lourenço (1481-1505), um “perito económico” na expansão portuguesa. In *Lisboa medieval: os rostos da cidade...*[2]. p. 335-367.
- [116] ROSA, Maria de Lurdes – Catálogo de testamentos e tombos (1296-1521) da provedoria das capelas de Lisboa. In BARATA, Maria Rosário Themudo; [et al.], coord. – *Olhares sobre a História: estudos oferecidos a Iria Gonçalves*. Lisboa: Caleidoscópio, 2009. p. 539-552.
- [117] ROSA, Maria de Lurdes – Em torno de Álvaro Vaz, cavaleiro de Santiago (m. 1513): um estudo das formas de estruturação das elites sociais “intermédias”. In ENCONTRO SOBRE ORDENS MILITARES, 5, Palmela, 2006 – *As ordens militares e as ordens de cavalaria entre o Ocidente e o Oriente: actas*. Palmela: GEOS-Câmara Municipal de Palmela, 2009. p. 187-245.
- [118] ROSA, Maria de Lurdes – As “missas do Infante” no Padrão dos Descobrimentos: colonizar com a Idade Média, colonizar a Idade Média. *Ciências Humanas e Sociais em Revista*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Vol. 31 Nº 2 (jul. – dez. 2009), p. 159-151.
- [119] SEIXAS, Miguel Metelo de – Interesse e perspectivas da heráldica para o estudo da casa senhorial: o caso lisboeta do Palácio Cabral Metelo. In MALTA, Marize; MENDONÇA, Isabel M. G., ed. – *Casas senhoriais Rio-Lisboa e seus interiores*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro; Lisboa: Universidade Nova de Lisboa; Fundação Ricardo Espírito Santo Silva, 2014. p. 213-232.

- [120] SEIXAS, Miguel Metelo de – As pinturas armoriadas do Palácio Cabral Metelo. *Armas e Troféus. Revista de História, Heráldica, Genealogia e Arte*. Lisboa: Instituto Português de Heráldica. IX Série Vol. 16 (2014), p. 35-60.
- [121] SEIXAS, Miguel Metelo de – Inventário heráldico do palácio dos condes de Óbidos, em Lisboa. *O Timbre*. Lisboa: Academia Lusitana de Heráldica. Vol. 2 (2015), p. 16-25.
- [122] SEIXAS, Miguel Metelo de – Selo do concelho de Lisboa. In ANDRADE, Amélia Aguiar; FONTES, João Luís, ed. – *Anões às costas dos grandes gigantes do passado: poder, mitos e memórias na sociedade medieval: contributos de Luís Krus*. Lisboa: IEM, 2015. p. 32-33.
- [123] SEIXAS, Miguel Metelo de; SILVA, Isabel Côrrea de – *Belém: monografia histórica*. Lisboa: Junta de Freguesia de Santa Maria de Belém, 2009.
- [124] SILVA, Gonçalo Melo da – Um prelado em tempos de reformas: o percurso de D. Afonso Nogueira (1399-1464). *Lusitânia Sacra*. Lisboa: CEHR. 2ª Série Vol. 33 (janeiro-junho 2016), p. 161-202.
- [125] SILVA, Gonçalo Melo da – Ennoblecimiento, saber y poder: las bibliotecas de las capillas de los Nogueira (1296-1464). In SUÁREZ GONZÁLEZ, Ana, ed. – *Escritura y sociedad: la nobleza*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia; Universidade de Santiago de Compostela, 2017. p. 367-382.
- [126] SILVA, Gonçalo Melo da – Nobilitação e espiritualidade na Lisboa medieval: os Nogueira, os Brito e a Paróquia de São Lourenço (1296-1523). In COSTA, Adelaide Millán da; JARA FUENTE, Jose Antonio, ed. – *Conflicto político: lucha y cooperación: ciudad y nobleza en Portugal y Castilla en la baja Edad Media*. Lisboa: IEM, 2017. p. 341-373.
- [127] SILVEIRA, Ana Cláudia – Entre Lisboa e Setúbal: os Palhavã. In *Lisboa medieval: os rostos da cidade...*[2]. p. 197-213.
- [128] SILVEIRA, Ana Cláudia – Novos contributos para o estudo dos moinhos de maré no Estuário do Tejo: empreendimentos e protagonistas (séculos XIII-XVI). In BARATA, Maria Rosário Themudo; [et al.], coord. – *Olhares sobre a História: estudos oferecidos a Iria Gonçalves*. Lisboa: Caleidoscópio, 2009. p. 581-610.
- [129] SOUSA, Luís Correia de – Os anjos músicos do portal sul da igreja do Mosteiro de Santa Maria de Belém. In SOUSA, Luís Correia de, ed. – *Iconografia musical: a música na dimensão do sagrado*. Lisboa: CESEM, 2016. p. 9-29.
- [130] TRINDADE, Luísa – Uma outra representação da Rua Nova dos Mercadores, em Lisboa: a tábua do “martírio de S. Sebastião”, de Gregório Lopes. *Medievalista on-line* [Em linha]. 20 (julho – dezembro 2016), p. 1-25. [consul. 5.3.2017]. Disponível na Internet : <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA20/trindade2004.html>.
- [131] VAIRO, Giulia Rossi – Isabella d’Aragona, Rainha Santa de Portugal, e il Monastero di S. Dinis di Odivelas. In CONGRESO INTERNACIONAL CÍSTER EN PORTUGAL Y EN GALICIA – *Los caminos de Santiago y la vida monastica cisterciense: actas*. Braga-Oseira-Zamora: Ediciones Monte Casino, 2010. vol. II, p. 845-867.
- [132] VAIRO, Giulia Rossi – O Mosteiro de S. Dinis de Odivelas, panteão régio (1318-1322). In SANTOS, Carlos, ed. – *Família, espaço, património*. Braga: CITCEM, 2012. p. 433-448.

- [133] VAIRO, Giulia Rossi – La tomba del re Dinis a Odivelas: nuovi contributi e proposte di lettura. In COLÓQUIO INTERNACIONAL CISTER, OS TEMPLÁRIOS E A ORDEM DE CRISTO, 1, Tomar, 2011 - *Da Ordem do Templo à Ordem de Cristo: os anos da transição: actas*. Tomar: Instituto Politécnico de Tomar, 2012. p. 209-248.
- [134] VAIRO, Giulia Rossi – Da Abadia de Santa Maria de Alcobaça ao Real Mosteiro de São Dinis e São Bernardo de Odivelas: o projecto monumental dos reis D. Dinis e D. Isabel para o novo panteão régio. In CONGRESSO INTERNACIONAL MOSTEIROS CISTERCIENSES, Alcobaça, 2012 – *Passado, presente e futuro: actas*. Alcobaça: Jorlis, 2013. vol. II, p. 281-293.
- [135] VAIRO, Giulia Rossi – La Lisbona di Manuel Pessanha. In ALESSANDRINI, Nunziatella [et al.], ed. – *Le nove son tanto e tante buone che dir non se pò. Lisboa dos Italianos: Arte e História (sécs. XIV-XVIII)*. Lisboa: Cátedra de Estudos Sefarditas “Alberto Benveniste”, 2013. p. 19-37.
- [136] VAIRO, Giulia Rossi – O complexo monástico de S. Dinis de Odivelas: da clausura a colégio militar, a ...?. *Revista de História da Arte*. Lisboa: Instituto de História de Arte. Vol. 5/2016 (2017), p. 219-140.
- [137] VAIRO, Giulia Rossi – Un caso emblemático (e dimenticato) della scultura funeraria trecentesca europea: il monumento funebre del re Dinis di Portogallo (1279-1325). *Arte Medievale. Periodico internazionale di critica dell'arte medieval*. Roma: Istituto della Enciclopedia italiana; Silvana Editoriale. 2017, p. 167-192.
- [138] VIEGAS, Inês Morais; GOMES, Marta, coord.; ALBERTO, Edite Martins, estudo int.; **MARTINS, Miguel Gomes**; LOUREIRO, Sara de Menezes, transcrição, sumários e índices – *Livro dos Pregos*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa/ Arquivo Municipal de Lisboa, 2016.
- [139] WILSON, Jonathan – Tactics of attraction: saints, pilgrims and warriors in the Portuguese Reconquista. *Portuguese Studies*. Cambridge: Modern Humanities Research Association. Vol. 30 Nº 2 (2014), p. 204-221.
- [140] WILSON, Jonathan – Enigma of the “De Expugnatione Lyxbonensi”. *Journal of Medieval Iberian Studies*. UK: Taylor & Francis. Vol. 9 Nº 1 (2017), p. 99-129.

2 – TRABALHOS RELACIONADOS COM A LISBOA MEDIEVAL

TESES DE DOUTORAMENTO E DISSERTAÇÕES DE MESTRADO NÃO PUBLICADAS

- [141] COSTA, João – *Palmela nos finais da Idade Média: estudos do códice da visitação e tombo de propriedades da Ordem de Santiago de 1510* [Em linha]. - Lisboa: [s.n.], 2010. Dissertação de Mestrado em História (especialização: História Medieval), apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Disponível na Internet: <https://run.unl.pt/handle/10362/5694>.
- [142] COSTA, João – *Palmela: o espaço e as gentes (séculos XII-XVI)* [Em linha]. Lisboa: [s.n.], 2016. Tese de Doutoramento em História (especialização: História Medieval), apresentada à Universidade Nova de Lisboa. Disponível na Internet: <https://run.unl.pt/handle/10362/20417>.

[143] PINA, Maria Isabel Castro – *Os Lóios em Portugal: origens e primórdios da Congregação dos Cónegos Seculares de São João Evangelista* [Em linha] - Lisboa: [s.n.], 2011. Tese de Doutoramento em História (especialização: História Medieval), apresentada à Universidade Nova de Lisboa. Disponível na Internet: <https://run.unl.pt/handle/10362/6635>.

[144] PIRES, Hélio – *Incursões nórdicas no Ocidente Ibérico (844-1147): fontes, história e vestígios actuais*. [Em linha] - Lisboa: [s.n.], 2012. Tese de Doutoramento em História (especialização: História Medieval), apresentada à Universidade Nova de Lisboa. Disponível na Internet: <https://run.unl.pt/handle/10362/7873>.

BIBLIOGRAFIA

[145] ANDRADE, Amélia Aguiar – Conhecer e nomear: a toponímia das cidades medievais. In JORNADAS INTER E PLURIDISCIPLINARES, Lisboa, 1993 - *A cidade: actas*. Lisboa: Universidade Aberta, 1993. vol. I, p. 121-140 (= *Horizontes urbanos medievais*. Lisboa: Horizonte, 2003. p. 83-96 e p. 128-132 (notas).

[146] ANDRADE, Amélia Aguiar – A estratégia régia em relação aos portos marítimos no Portugal Medieval: o caso da fachada atlântica. In ENCUESTROS INTERNACIONALES DEL MEDIEVO, 1, Nájera, 2004 – *Ciudades y villas portuarias del Atlántico en La Edad Media, Nájera - Actas*. Logroño: Gobierno de La Rioja/Instituto de Estudios Riojanos, 2005. p. 57-89.

[147] ANDRADE, Amélia Aguiar – Le pouvoir royal et les villes portugaises au Moyen Age. In DUMONS, Bruno; ZELLER, Olivier, dir. – *La ville européenne et ses pouvoirs du Moyen Age au XX^e siècle*. Paris: L'Harmattan, 2006. p. 15-28.

[148] ANDRADE, Amélia Aguiar – A importância da linha costeira na estruturação do reino medieval português: algumas reflexões. *Historia. Instituciones. Documentos*. Salamanca: Universidad de Salamanca. Vol. 35 (2008), p. 9-24.

[149] ANDRADE, Amélia Aguiar – La disparition physique des juiveries dans les villes portugaises à la fin du moyen âge. *Revue des Etudes Juives*. Paris : Société d'Études Juives. Vol. 168 N^o 1-2 (janvier-juin 2009), p. 51-83.

[150] ANDRADE, Amélia Aguiar; SILVEIRA, Ana Cláudia – Les aires portuaires de la péninsule de Setubal à la fin du Moyen Âge. In BOCHACA, Michel; SARRAZIN, Jean-Luc, ed. – *Ports et littoraux de l'Europe atlantique : transformations naturelles et aménagements humains (XIV^e-XVI^e siècles)*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2007. p. 147-165.

[151] COSTA, João – Aspectos da paisagem urbana de Palmela nos finais da Idade Média. *+Museu*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela. Vol. 13 (2010), p. 11-12.

[152] COSTA, João – Os forais de Setúbal [1249-1514]. Apresentação de documentos. A importância dos estudos históricos na economia e sustentabilidade locais. In ENCONTRO DE ESTUDOS LOCAIS DO DISTRITO DE SETÚBAL, 2, 2010 – *Actas*. Setúbal: Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal, 2011. p. 195-204.

[153] COSTA, João – Palmela nos finais da Idade Média. Estudo do códice da visitação e tombo de propriedades da Ordem de Santiago de 1510. Apresentação do projeto de Mestrado. In MIRANDA, Flávio; SEQUEIRA, Joana, coord. – *Incipit 1. Workshop de Estudos Medievais da Universidade do Porto, 2009-10*. Porto: Universidade do Porto; Faculdade de Letras; Biblioteca Digital, 2012. p. 23-30.

- [154] COSTA, João – Elementos de religiosidade em Palmela a partir do códice da visitação da Ordem de Santiago de 1510. In FERNANDES, Isabel Cristina, ed. – *As ordens militares: freires, guerreiros, cavaleiros*. Palmela: GEOS-Câmara Municipal de Palmela, 2012. vol. I, p. 301-333.
- [155] COSTA, João – A ordem de Santiago e a península de Setúbal: a conquista e a organização do território: 1147/1175-1217. In CONGRESO INTERNACIONAL MIRADAS CRUZADAS, Jaen, 2012 – *1212-2012: las navas de Tolosa: actas*. Jaén: Publicaciones de la Universidad de Jaén, 2014. p. 243-254.
- [156] COSTA, João – *Os forais de Setúbal: 1249-1514*. Setúbal: Câmara Municipal de Setúbal, 2015.
- [157] FARELO, Mário – Rio de Mouro na Idade Média: a paisagem e as suas gentes. In BARATA, Maria Rosário Themudo; [et al.], coord. – *Olhares sobre a História: estudos oferecidos a Iria Gonçalves*. Lisboa: Caleidoscópico, 2009. p. 225-232.
- [158] FARELO, Mário – A “Universitas” no labirinto: escolares e redes sociais. In FERNANDES, Hermenegildo, ed. – *A universidade medieval em Lisboa, séculos XIII-XVI*. Lisboa: Tinta-da-China, 2013. p. 187-233.
- [159] FARELO, Mário – La mutualisation des risques et ses effets sur le fonctionnement des gouvernements des villes côtières portugaises au Moyen Âge. *Annales de Bretagne et des pays de l'Ouest*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes. Tome 120 N^o 2 (juin 2013), p. 193-211.
- [160] FLORES, Alexandre; **GAGO, Alice Borges** – Visitações da Ordem de Santiago a Almada (século XVI). *Anais de Almada*. Almada: Câmara Municipal de Almada. Vol. 17 (2014), p. 125-194.
- [161] FONTES, João Luís – Eremitas de S. Paulo. In FRANCO, José Eduardo; MOURÃO, José Augusto; GOMES, Ana Cristina da Costa, dir. – *Dicionário histórico das ordens e instituições afins em Portugal*. Lisboa: Gradiva, 2010. p. 152-155.
- [162] FONTES, João Luís; ANDRADE, Maria Filomena – Jerónimos. In FRANCO, José Eduardo; MOURÃO, José Augusto; GOMES, Ana Cristina da Costa, dir. – *Dicionário histórico das ordens e instituições afins em Portugal*. Lisboa: Gradiva, 2010, p. 190-194.
- [163] **FONTES, João Luís**; CARREIRA, Paula Cristina Ferreira da Costa – Mínimos. In FRANCO, José Eduardo; MOURÃO, José Augusto; GOMES, Ana Cristina da Costa, dir. – *Dicionário histórico das ordens e instituições afins em Portugal*. Lisboa: Gradiva, 2010. p. 222-224.
- [164] **FONTES, João Luís**; SILVA, Cristiana da Costa – Agostinhos. In FRANCO, José Eduardo; MOURÃO, José Augusto; GOMES, Ana Cristina da Costa, dir. – *Dicionário histórico das ordens e instituições afins em Portugal*. Lisboa: Gradiva, 2010. p. 39-49.
- [165] MENINO, Vanda – Lopo Fernandes Pacheco: um valido de D. Afonso IV. *Estudios Humanísticos. Historia*. León: Departamento de História de la Universidade de León. Vol. 5 (2006), p. 49-69 (= *Medievalista on-line* [Em linha]. N^o 2 (2006), p. 1-19 [Consul: 16.5.2008]. Disponível na Internet: <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA2/PDF2/Lopo-PDF.pdf>).
- [166] MOITEIRO, Gilberto Coralejo – Nun’Álvares Pereira... Notas historiográficas. *Lusitania Sacra*. Lisboa: CEHR. 2^a Série Vol. 22 (2010), p. 203-221.

- [167] OLIVEIRA, José Augusto – A colecção de pergaminhos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Almada. Transcrição e apontamento introdutório. *Anais de Almada*. Almada: Câmara Municipal de Almada. Vol. 7-8 (2004-2005), p. 47-79.
- [168] OLIVEIRA, José Augusto – Exploração das matas nos finais do século XV: aspetos da desflorestação na outra banda. *Media Aetas. Revista de Estudos Medievais*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores. II Série Vol. 2 (2005/2006), p. 55-65.
- [169] OLIVEIRA, José Augusto – *Na Península de Setúbal, em finais da Idade Média: organização do espaço, aproveitamento dos recursos e exercício do poder*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2013.
- [170] OLIVEIRA, José Augusto – A comunidade piscatória de Sesimbra em tempos medievais. *Akra Barbarion: Sesimbra, cultura e património*. Sesimbra: Câmara Municipal de Sesimbra. Vol. 2 (2017), p. 15-24.
- [171] PIRES, Hélio – Viking attacks in western Iberia: an overview? In LARRINGTON, Carolyne [et al.], ed. – *Viking and Medieval Scandinavia*. Turnhout: Brepols Publishers, 2013. p.155-172.
- [172] PIRES, Hélio – Word from the south: a source for Morkinskinna. In POOLE, Russel [et al.], ed. – *Viking and medieval Scandinavia*. Turnhout: Brepols Publishers, 2014. p. 173-186.
- [173] QUARESMA, José Carlos – A evolução crono-estratigráfica do atelier da Quinta do Rouxinol (Seixal): segundo quartel do século III aos inícios do segundo quartel do século V. In SEMINÁRIO INTERNACIONAL E ATELIE DE ARQUEOLOGIA EXPERIMENTAL, Seixal, 2010 – *Olaria romana*. Seixal: Câmara Municipal do Seixal, 2017. p. 275-306.
- [174] ROSA, Maria de Lurdes – *As almas herdeiras: fundação de capelas fúnebres e afirmação da alma como sujeito de direito (Portugal, 1400-1521)*. Lisboa: IN-CM, 2012.
- [175] ROSA, Maria de Lurdes – Os espelhos e os seus outros lados: inventários e gestão da informação documental do Viscondado de Vila Nova de Cerveira-Marquesado de Ponte de Lima e família Brito-Nogueira, séculos XV-XIX. In ROSA, Maria de Lurdes, org. – *Arquivos de família, séculos XIII-XIX: que presente, que futuro?* Lisboa: IEM; CHAM; Caminhos Romanos, 2012. p. 571-596.
- [176] ROSA, Maria de Lurdes – A religiosidade de Álvaro da Costa: devoção, reformismo e distinção social. In *D. Álvaro da Costa e a sua descendência, sécs. XV-XVII: poder, arte e devoção*. Lisboa: IEM; CHAM; Caminhos Romanos, 2013. p. 209-246.
- [177] ROSA, Maria de Lurdes – King's Duarte guidelines for the sermon on king João I funeral: an exemplar king, not a royal saint. In LOMBARDO, Eleonora, ed. – *Models of virtues: the role of virtue in sermons and hagiography for new saints' cult (XIII - XV cent.)*. Pádua: Centro Studi Antoniani, 2015. p. 177-188.
- [178] ROSA, Maria de Lurdes, dir. – *D. Álvaro da Costa e a sua descendência, sécs. XV-XVII: poder, arte e devoção*. Lisboa: IEM; CHAM; Caminhos Romanos, 2013.
- [179] SILVEIRA, Ana Cláudia – O espaço peri-urbano de Setúbal na Baixa Idade Média: produções e estruturas produtivas. In ENCUESTROS INTERNACIONALES DEL MEDIEVO, 3, Nájera, 2006 – *La ciudad medieval y su influencia territorial*. Nájera; Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 2007. p. 161-180.

- [180] SILVEIRA, Ana Cláudia – The port city of Setúbal (Portugal) under the domain of the Military Order of Santiago (1400-1550). In EDBURY, Peter, ed. – *The military orders*. Farnham: Ashgate, 2012. vol. 5, p. 413-426.
- [181] SILVEIRA, Ana Cláudia – Subsídios para a história do Convento de São Francisco de Setúbal a partir do Arquivo da Família Gama Lobo Salema. In ROSA, Maria de Lurdes, org. – *Arquivos de família, séculos XIII-XIX: que presente, que futuro?*. Lisboa: IEM; CHAM; Caminhos Romanos, 2012. p. 171-183.
- [182] SILVEIRA, Ana Cláudia – O sistema defensivo de Setúbal medieval sob domínio dos Espatários: organização e estrutura de comando. In ENCONTRO INTERNACIONAL CASTELLOS DAS ORDENS MILITARES, Tomar, 2012 – *Castelos das ordens militares: actas do encontro internacional*. Lisboa: Direção-Geral do Património Cultural, 2013. vol. I, p. 251-268.
- [183] SILVEIRA, Ana Cláudia – A afirmação de um espaço periférico medieval: o arrabalde de Troino em Setúbal. In RIBEIRO, Maria do Rosário; MELO, Arnaldo, ed. – *Evolução da paisagem urbana: cidade e periferia*. Porto: CITCEM; Lisboa: IEM, 2014. p. 117-137.
- [184] SILVEIRA, Ana Cláudia – As casas da comenda mestral de Setúbal. In OLIVEIRA, Luís Filipe, ed. – *Comendas urbanas das ordens militares*. Lisboa: Colibri, 2016. p. 65-83.
- [185] SILVEIRA, Ana Cláudia – Oficialato senhorial, elites urbanas e processos de aristocratização numa vila portuária do domínio espatário: Setúbal no século XV. In COSTA, Adelaide Millán da e JARA FUENTE, Jose Antonio, ed. – *Conflicto político: lucha y cooperación: ciudad y nobleza en Portugal y Castilla en la baja Edad Media*. Lisboa: IEM, 2017. p. 281-303.
- [186] SILVEIRA, Ana Cláudia – A gestão do património urbano da Ordem Militar de Santiago em Setúbal no final do século XV: indícios de uma polarização regional?. In COSTA, Adelaide Millán da; ANDRADE, Amélia Aguiar; TENTE, Catarina, ed. – *O papel das pequenas cidades na construção da Europa medieval*. Lisboa: IEM; Castelo de Vide: Câmara Municipal de Castelo de Vide, 2017. p. 419-442.
- [187] VAIRO, Giulia Rossi – O genovês Micer Manuel Pessanha, Almirante d’El-rei D. Dinis. *Medievalista on-line* [Em linha]. 13 (2013), p. 1-15. [Consul : 4.10.2016]. Disponível na Internet: <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA13/vairo1306.html>.
- [188] VAIRO, Giulia Rossi – Manuel Pessanha et l’organisation de la flotte portugaise au XIV^e siècle. In BALARD, Michel; BUCHET, Christian, ed. – *The sea in History: the medieval world*. Woodbridge: Boydell and Brewer, 2017. p. 322-331.





Varia

Fontes medievais do Arquivo Municipal de Lisboa para o estudo dos hospitais

Aurora Almada e Santos
Denise Santos
Nuno Martins
Sandra Cunha Pires
Sara de Menezes Loureiro*

O Arquivo Municipal de Lisboa dispõe de um conjunto importante de documentos medievais que contribuem para o estudo de três hospitais medievais em Lisboa, nomeadamente, o Hospital do Conde D. Pedro, o Hospital de São Lázaro, e o Hospital de Dona Maria de Aboim.

Trata-se de um conjunto de 128 documentos à disposição do investigador, em suporte de pergaminho, selecionados na cronologia entre os séculos XIV e XVI, na sua origem não organizados cronologicamente, que constituem os livros: Livro 1º do Hospital de Dona Maria de Aboim, Livro 1º do Hospital de São Lázaro e Livro 1º do Hospital do Conde D. Pedro. Os três livros estão integrados na coleção Casa de Santo António, pertencente ao fundo da Câmara Municipal de Lisboa.

O elevado interesse da documentação para o estudo destes hospitais medievais de Lisboa, prende-se com a riqueza e a natureza da informação, bem como, a diversidade e as tipologias das temáticas neles contidos.

Com efeito, podemos encontrar informação quanto ao tipo de património fundiário e edificado, propriedade destes hospitais (como herdades, casas, pardieiros, azenhas, quintas, soutos, olivais, vinhas, ou salinas), à geografia desse património, em Lisboa e seu termo (Loures, Cascais e Sintra), bem como, em áreas mais afastadas, como Leiria. Encontram-se ainda informações que lançam luz sobre patrimónios privados, sua evolução e gestão, como é o caso da Casa de D. Pedro Afonso de Portugal, 3º conde de Barcelos.

* AML – Arquivo Municipal de Lisboa / Câmara Municipal de Lisboa, 1070-017 Lisboa, Portugal.

Relativamente ainda ao património dos hospitais, é possível encontrar dados sobre a sua constituição (origem de doações), regulamentações e inúmeros atos relativos à sua gestão (emprazamentos, arrematações, aforamentos, arrendamentos, avenças, ou dívidas), para além dos valores e condições dos mesmos (melhoramentos, novas edificações).

Igualmente úteis, são as informações pontuais e dispersas que se podem coligir sobre assuntos diversos como, por exemplo, as alfaias religiosas da capela do Hospital do Conde D. Pedro, as alfaias agrícolas em determinados locais, ou testamentos de pessoas que doaram bens aos hospitais.

Outra vertente relevante é o conhecimento dos indivíduos que ocupavam cargos na gestão e funcionamento destes hospitais (procuradores, provedores, comendadores, capelões, raçoeiros), dados que, por outro lado, contribuem para esclarecer a estrutura da organização e administração destas instituições.

Uma última referência, na qual não se esgota o potencial desta documentação, para a identidade de oficiais que ocupavam cargos rotativos ou desempenhavam ofícios diversos especializados. Quer nos hospitais, quer no município de Lisboa, é possível encontrar atores jurídicos (juizes doível da cidade, ou procuradores do conde D. Pedro), administrativos (tabeliães), ou financeiros (vedor da casa do Conde D. Pedro). Estes exemplos, e a verificação destes e outros indivíduos, sua proveniência, percurso e genealogia, detêm várias valências e contribuirão para a aferição de redes clientelares, a verificação de estruturas administrativas, ou a extração social dos escolhidos no provimento destes cargos.

Para além de oferecerem o confronto com outras fontes, a inquirição destes documentos constituirá um valioso contributo, quer quanto à administração, organização, gestão de bens, ou abastecimento destes hospitais, quer para o enriquecimento do conhecimento sobre as intervenções e interferências dos poderes régio e municipal nos assuntos relativos a estes hospitais da cidade de Lisboa.

HOSPITAL DO CONDE D. PEDRO

O hospital foi fundado em 1348¹, por Dona Teresa Anes de Toledo, companheira do conde D. Pedro. O hospital situava-se nas casas de Dona Teresa Anes de Toledo nas imediações das Cruzes da Sé, em Lisboa, que haviam sido de Dona Grácia Anes Froiaz, natural de Torres Vedras e mãe do conde D. Pedro, fruto de uma ligação com o rei D. Dinis². Para a manutenção do hospital, Dona Teresa deixou, em testamento, «todas as suas quintas, e herdades, que tinha em Lisboa, e seu termo, e na Extremadura, pela sua alma, e do conde D. Pedro, a quem recomenda determine o numero de pobres, que nelle se devem sustentar»³.

Embora não tenha sido encontrada documentação que o comprove, Fernando da Silva Correia afirma que, além do hospital, destinado sobretudo a inválidos, Dona Teresa Anes terá estabelecido, outrossim, uma mercearia «anexa ao hospital [...] no segundo quartel do século XVI [...] com 5 merceeiros, instituídos pelo conde D. Pedro»⁴.

Foram provedores do hospital entre 26 de janeiro de 1351 e 1432: Pedro Esteves⁵, João Cravo, Vasco Afonso Carregueiro, João Rodrigues, João Eanes, João Afonso de Óbidos. A figura de provedor terá desaparecido e, a partir de 1475, passa a existir pelo menos um conselho de administradores e governadores⁶.

Decorrente da reforma na assistência hospitalar implementada por D. João II, cujo objetivo principal era a construção de um hospital que incorporasse a maioria dos hospitais e casas de assistência da cidade de Lisboa, tendo recebido para o efeito a confirmação do papa Sisto IV, através da Bula *Ex debito sollicitudinis*⁷, o Hospital do Conde D. Pedro foi agregado ao Hospital Real de Todos-os-Santos, já no reinado de D. Manuel.

¹ FERRO, M. J. Pimenta – Nótulas para o estudo da assistência hospitalar aos pobres, em Lisboa: os hospitais de Dona Maria de Aboim e do Conde D. Pedro. In JORNADAS LUSO-ESPAÑOLAS DE HISTÓRIA MEDIEVAL, 1^a, Lisboa, 1972 – *A pobreza e a assistência aos pobres na Península Ibérica durante a Idade Média: actas*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1973. Em PEREIRA, Paulo, dir. - *Catálogo dos 500 anos do Hospital Real de Todos-os-Santos: séculos XV a XVIII*. Lisboa: Câmara Municipal, 1993. p. 51. apontam, como datas de fundação «entre 1325 e 1327»,

² OLIVEIRA, António Resende de – O genealogista e as suas linhagens: D. Pedro, conde de Barcelos. *e-Spania* [Em linha]. 11 (jun 2011). [Consult. 07.11.2017]. Disponível na Internet: <http://e-spainia.revues.org/20374>.

³ SOUSA, Antonio Caetano de Sousa – *Historia genealogica da Casa Real Portuguesa* [Em linha]. Lisboa Occidental: Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1735. tomo I. p. 261. [Consult. 24.10.2017]. Disponível na Internet: https://books.google.pt/books?id=JwdYAAAACAAJ&pg=PA261&dq=Hospital+do+Conde+D.+Pedro,+Lisboa&hl=pt-PT&sa=X&ved=0ahUKEwjRmvzVnlnXAhXOLIAKHc_UBu0Q6AEIRTAG#v=onepage&q=Hospital%20do%20Conde%20D.%20Pedro%2C%20Lisboa&f=false.

⁴ CORREIA, Fernando da Silva – Os velhos hospitais da Lisboa antiga. *Revista Municipal*. Ano II N.º 10 (4.º trimestre de 1941), p. 3-13.

⁵ Pelos inícios de 1351, foi nomeado o vedor do conde D. Pedro, Pedro Esteves como provedor do hospital. As despesas eram suportadas pelos bens deixados por Dona Teresa e por alguns bens do próprio conde, nomeadamente os que detinha em Torres Vedras e no seu termo, doados ao hospital no ano seguinte. OLIVEIRA, António Resende de, *op. cit.*

⁶ Arquivo Municipal de Lisboa (AML). *Livro 1.º do Hospital do Conde D. Pedro*. FERRO, M. J. Pimenta Ferro, *op. cit.*, menciona Álvaro do Couto como provedor em 1479.

⁷ De 13 de agosto de 1479. Cf. PAIVA, José Pedro, coord. – *Portugaliæ Monumenta Misericordiarum: antes da Fundação das Misericórdias*. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2003. vol. 2. p. 51. D. João II recebeu, também, do papa Inocêncio VIII, a Bula *Iniunctum nobis*, de 21 de fevereiro de 1486, a faculdade de unir os hospitais de pobres e de meninos abandonados de cada uma das cidades do reino ao maior hospital de cada localidade. Cf. *Idem*. p. 54.

Doc. 1

1343, janeiro, 6, Lisboa, Paço dos Tabelaões – *Estêvão Fernandes, na qualidade de procurador do conde D. Pedro, arrenda, durante dois anos e por três moios de cevada e três de trigo, trinta soldos e dois capões por ano, a Vicente Domingues Varvi (?) Runho, um casal a par de A-dos-Alfaqueques.*

Cota: Livro 1^o do Hospital do Conde D. Pedro, doc. 1

Pergaminho, 195 x 277 mm

Doc. 2

1348, fevereiro, 2, Bronhido, Paço do Conde D. Pedro – *O conde D. Pedro entrega diversas propriedades a Dona Teresa Eanes de Toledo, em pagamento de uma dívida contraída para comprar bens à sua mulher, Dona Maria Ximenes.*

Cota: Livro 1^o do Hospital do Conde D. Pedro, doc. 2

Pergaminho, 660 x 280 mm

Doc. 3

1346, janeiro, 13, Sintra, ante a casa de João Lourenço – *Estêvão Fernandes, na qualidade de procurador do conde D. Pedro e de Dona Maria Ximenes, sua mulher, afora perpétua e hereditariamente, por 35 libras portuguesas e um capão por ano, a Domingos Gil, sua mulher e sucessores, uma azenha na ribeira da Sardinha.*

Cota: Livro 1^o do Hospital do Conde D. Pedro, doc. 3

Pergaminho, 312 x 227 mm

Doc. 4

1374, janeiro, 27, Sintra, casas de João Eanes da Fonte da Pipa – *Vasco Afonso Carregueiro, na qualidade de provedor do Hospital do Conde D. Pedro, afora perpétua e hereditariamente, por 29 libras anuais, a João Eanes, sua mulher e sucessores, um casal em A-dos-Alfaqueques e umas casas em Sintra, propriedades do hospital.*

Cota: Livro 1^o do Hospital do Conde D. Pedro, doc. 4

Pergaminho, 309 x 220 mm

Doc. 5

1346, março, 13, Lisboa, Paço dos Tabeliães – *Estêvão Fernandes, na qualidade de procurador do conde D. Pedro e de Dona Maria Ximenes, sua mulher, afora perpétua e hereditariamente a João Martins Sarrapal, sua mulher e sucessores, por 11 libras portuguesas anuais, diversas propriedades no Covão, pertencentes ao hospital e que já tinham sido emprazadas em duas vidas.*

Cota: Livro 1º do Hospital do Conde D. Pedro, doc. 5

Pergaminho, 310 x 220 mm

Doc. 6

1351, setembro, 18, Lisboa, casas que foram de Estêvão Eanes Forjaz – *Pedro Esteves, na qualidade de provedor do Hospital do Conde D. Pedro, afora perpétua e hereditariamente a João Esteves e seus sucessores, por metade do sal que for extraído, uma marinha em Alpriate, propriedade do hospital.*

Cota: Livro 1º do Hospital do Conde D. Pedro, doc. 6

Pergaminho, 307 x 220 mm

Doc. 7

1387, outubro, 8, Lisboa, adro da Sé – *João Rodrigues, na qualidade de provedor do Hospital do Conde D. Pedro, empraza por 26 libras anuais a Aires Afonso, alcaide dos montes, sua mulher, Constança Afonso, e uma terceira pessoa a nomear, um casal na Romeira, junto a Bucelas, propriedade do hospital.*

Cota: Livro 1º do Hospital do Conde D. Pedro, doc. 7

Pergaminho, 310 x 223 mm

Doc. 8

1361, novembro, 11, Lisboa, Hospital do Conde D. Pedro – *Pedro Esteves, na qualidade de provedor do Hospital do Conde D. Pedro, afora perpétua e hereditariamente por 40 soldos, um capão e meia dúzia de ovos anuais a Gonçalo Eanes, sua mulher e sucessores, umas casas com sótãos e sobrados na Pedreira, em Lisboa.*

Cota: Livro 1º do Hospital do Conde D. Pedro, doc. 8

Pergaminho, 310 x 223 mm

Doc. 9

1390, janeiro, 11, Lisboa, adro da Sé – *Traslado em pública forma elaborado pelo tabelião Álvaro Vasques da declaração de desistência de Afonso Eanes do aforamento de umas casas com o seu chousso, localizadas em Lisboa, junto ao Mosteiro de São Francisco e da carta de venda do empraçamento dessas mesmas casas a Pedro Eanes, marinheiro, marido de Maria Domingues.*

Cota: Livro 1^o do Hospital do Conde D. Pedro, doc. 9

Pergaminho, 310 x 223 mm

Doc. 10

1390, janeiro, 18, Lisboa, adro da Sé – *João Rodrigues, na qualidade de provedor do Hospital do Conde D. Pedro, empraça a Clemente Domingues, sua mulher e uma terceira pessoa a nomear, por 25 libras anuais, um casal de herdade na Rua dos Cães, em Sintra, propriedade do hospital.*

Cota: Livro 1^o do Hospital do Conde D. Pedro, doc. 10

Pergaminho, 315 x 225 mm

Doc. 11

1350, maio, 27, Lalim, Paço do Conde D. Pedro – *Traslado em pública forma elaborado pelo tabelião Lourenço Eanes do testamento de Teresa Eanes de Toledo, companheira do conde D. Pedro.*

Cota: Livro 1^o do Hospital do Conde D. Pedro, doc. 11

Pergaminho, 310 x 225 mm

Doc. 12

1390, março, 8, Lisboa, adro da Sé – *João Eanes, na qualidade de provedor do Hospital do Conde D. Pedro, afora perpétua e hereditariamente por 35 libras e um par de capões anuais, a Lecim Judeu e sua mulher, Benvinda, e sucessores, um casal de herdade na Rua dos Cães, em Sintra, propriedade do hospital.*

Cota: Livro 1^o do Hospital do Conde D. Pedro, doc. 12

Pergaminho, 305 x 230 mm

Doc. 13

1390, julho, 18, Lisboa, ante a porta da Alfândega a **1390**, julho, 20, Lisboa, adro da Sé – *João Eanes, na qualidade de provedor do Hospital do Conde D. Pedro, afora perpétua e hereditariamente por 105 libras e um par de galinhas anuais, a Gil Vicente, sua mulher e sucessores, um casal na Romeira, junto a Bucelas, propriedade desse hospital. Ao documento acrescentou-se a autorização dada pelo juiz do cível de Lisboa, Vasco Simões.*

Cota: Livro 1^o do Hospital do Conde D. Pedro, doc. 13

Pergaminho, 310 x 225 mm

Doc. 14

1387, maio, 11, Lisboa, à porta da Sé - *João Rodrigues, na qualidade de provedor do Hospital do Conde D. Pedro empraza a Domingos Eanes, a Maria Peres, sua mulher, e uma terceira pessoa, por 40 libras anuais um casal em Quenena, propriedade do hospital.*

Cota: Livro 1^o do Hospital do Conde D. Pedro, doc. 14

Pergaminho, 310 x 225 mm

Doc. 15

1390, novembro, 1, Lisboa – *Traslado em pública forma elaborado pelo tabelião Álvaro Vasques, da transferência de João Domingues para João Vicente e Inês Lourenço do aforamento perpétuo e hereditário de uma azenha, uma almuíña, um castanhal e uma herdade localizados na Ribeira da Sardinha, junto a Sintra, propriedades do Hospital do Conde D. Pedro.*

Cota: Livro 1^o do Hospital do Conde D. Pedro, doc. 15

Pergaminho, 310 x 230 mm

Doc. 16

1393, maio, 24, Lisboa, em concelho – *Traslado em pública forma elaborado pelo tabelião Álvaro Vasques do aforamento perpétuo e hereditário feito a Teresa Gonçalves, sua filha Isabel e sucessores, de uma vinha com poço e porção de herdade localizadas na Ribeira de Dona Grácia e de todas as casas que estão nesse lugar, propriedades do Hospital do Conde D. Pedro.*

Cota: Livro 1^o do Hospital do Conde D. Pedro, doc. 16

Pergaminho, 308 x 228 mm

Doc. 17

1393, julho, 19, Lisboa, casas de morada de Álvaro Vasques – *João Eanes, na qualidade de provedor do Hospital do Conde D. Pedro, empraza por quatro libras da moeda antiga ou cinco da corrente, a Afonso Eanes, a Guilhulma Geraldês, sua mulher, e uma terceira pessoa a nomear, umas casas térreas em Lisboa, à Sé, propriedade do hospital.*

Cota: Livro 1º do Hospital do Conde D. Pedro, doc. 17

Pergaminho, 308 x 228 mm

Doc. 18

1393, setembro, 8, Lisboa, Rua Nova – *Avença e composição amigável entre João Eanes, na qualidade de provedor do Hospital do Conde D. Pedro e Vicente Martins Chaínho e sua mulher, Domingas Domingues, relativamente aos danos provocados numa propriedade em Quenena pertencentes ao hospital.*

Cota: Livro 1º do Hospital do Conde D. Pedro, doc. 18

Pergaminho, 308 x 230 mm

Doc. 19

1394, fevereiro, 11, Lisboa, adro da Sé – *João Eanes, na qualidade de provedor do Hospital do Conde D. Pedro, afora perpétua e hereditariamente pelo quarto da produção, 20 soldos e duas geiras anuais a partir do décimo ano do contrato, a Martim Eanes, sua mulher, Domingas Silvestre, e sucessores, uma vinha localizada na Ribeira de Dona Grácia, propriedade do hospital, com a condição de, no prazo de 10 anos, aí edificarem uma casa.*

Cota: Livro 1º do Hospital do Conde D. Pedro, doc. 19

Pergaminho, 308 x 230 mm

Doc. 20

1403, novembro, 6, Lisboa, Paços do Concelho – *João Afonso de Óbidos, na qualidade de provedor do Hospital do Conde D. Pedro, afora perpétua e hereditariamente por um quarto de toda a produção, 10 alqueires de trigo por cada courela, um capão, uma dúzia de ovos e duas geiras anuais, a Leonor Vasques, seu filho Fernando e sucessores, duas courelas de vinha com suas casas, lagar e quintal, localizadas na Ribeira de Dona Grácia, propriedades do hospital.*

Cota: Livro 1º do Hospital do Conde D. Pedro, doc. 20

Pergaminho, 305 x 225 mm

Doc. 21

1408, julho, 7, Lisboa, casas do Hospital do Conde D. Pedro – *João Afonso de Óbidos, na qualidade de provedor do Hospital do Conde D. Pedro, afora perpétua e hereditariamente a Lopo Afonso, sua mulher e sucessores, por um quarto de toda a produção e um par de galinhas anuais pagos a partir do quarto ano, uma courela de herdade que estava em mato, com as suas oliveiras, situada em Vale de Figueira, na Azóia, termo de Lisboa, propriedade do hospital, com a condição de no prazo de quatro anos ser convertida em vinha.*

Cota: Livro 1º do Hospital do Conde D. Pedro, doc. 21

Pergaminho, 305 x 225 mm

Doc. 22

1403, fevereiro, 16, Lisboa, Paços do Concelho – *Os juízes do cível de Lisboa, João Martins e Bartolomeu Eanes, nomeiam João Afonso de Óbidos como provedor do Hospital do Conde D. Pedro, em substituição de João Eanes.*

Cota: Livro 1º do Hospital do Conde D. Pedro, doc. 22

Pergaminho, 305 x 220 mm

Doc. 23

1403, março, 21, s.l. – *Relação das alfaias religiosas pertencentes à capela do Hospital do Conde D. Pedro entregues a João Afonso de Óbidos na sequência da sua nomeação como provedor do hospital.*

Cota: Livro 1º do Hospital do Conde D. Pedro, doc. 23

Pergaminho, 308 x 228 mm

Doc. 24

1361, novembro, 20, Lisboa – *Traslado em pública forma, elaborado pelo tabelião Gonçalo Domingues, do aforamento perpétuo e hereditário feito por Estêvão Fernandes, na qualidade de procurador do conde D. Pedro e de Dona Maria Ximenes, sua mulher, a Pedro Antoninho, sua mulher e sucessores, de um casal em Montelavar.*

Cota: Livro 1º do Hospital do Conde D. Pedro, doc. 24

Pergaminho, 632 x 275 mm

Doc. 25

1348, outubro, 9, Castro Rei, adro da Igreja de São Pedro – *Traslado em pública forma, elaborado pelo tabelião Lourenço Eanes, de uma carta de Dona Maria Ximenes através da qual vende diversos bens a seu marido, o conde D. Pedro e de uma carta de D. Afonso IV autorizando a permuta de bens entre o conde e a sua mulher.*

Cota: Livro 1^o do Hospital do Conde D. Pedro, doc. 25

Pergaminho, 315 x 323 mm

Doc. 26

1351, janeiro, 26, São Vicente da Beira, Paço do Conde D. Pedro – *O conde D. Pedro institui Pedro Esteves como seu procurador.*

Cota: Livro 1^o do Hospital do Conde D. Pedro, doc. 26

Pergaminho, 420 x 185 mm

Doc. 27

1354, julho, 5, Torres Vedras, Rua da Corredoura – *Martim Martins, sobrinho e procurador de Pedro Esteves, provedor do Hospital do Conde D. Pedro, toma posse dos bens que o hospital possui em Torres Vedras e respetivo termo.*

Cota: Livro 1^o do Hospital do Conde D. Pedro, doc. 27

Pergaminho, 753 x 280 mm

Doc. 28

1351, agosto, 25, Lisboa – *D. Afonso IV autoriza o conde D. Pedro e Dona Teresa Eanes de Toledo, sua companheira, a deixar os seus bens ao hospital fundado em Lisboa por Dona Teresa Eanes de Toledo.*

Cota: Livro 1^o do Hospital do Conde D. Pedro, doc. 28

Pergaminho, 226 x 402 mm

Doc. 29

1352, fevereiro, 28, Lisboa, adro da Sé – *Pedro Esteves, na qualidade de provedor do Hospital do Conde D. Pedro, afora perpétua e hereditariamente por três quarteiros de trigo e outros três de cevada e um carneiro anuais a Martim Martins “Cainho”, sua mulher e sucessores, um casal em Quenena, termo de Sintra, propriedade desse hospital.*

Cota: Livro 1º do Hospital do Conde D. Pedro, doc. 29

Pergaminho, 175 x 239 mm

Doc. 30

1353, março, 26, Sintra, casas que foram de Martim Afonso – *Martim Martins, na qualidade de procurador de Pedro Esteves, vedor da Casa do Conde D. Pedro e provedor do Hospital do Conde D. Pedro, arrenda durante três anos por 60 libras anuais a Afonso Eanes, um casal de herdade em Montelavar, propriedade desse hospital.*

Cota: Livro 1º do Hospital do Conde D. Pedro, doc. 30

Pergaminho, 255 x 250 mm

Doc. 31

1355, fevereiro, 18, Lisboa, ante a porta principal da Sé – *Traslado em pública forma, elaborado pelo tabelião João Durães, do aforamento perpétuo e hereditário de um casal em Trajouce feito por Estêvão Fernandes, na qualidade de procurador do conde D. Pedro e de Dona Maria Ximenes, sua mulher, a Domingues Vasques “Salteiro”, sua mulher e sucessores.*

Cota: Livro 1º do Hospital do Conde D. Pedro, doc. 31

Pergaminho, 695 x 303 mm

Doc. 32

1355, dezembro, 28, Lisboa, paço dos tabeliães – *Pedro Esteves, na qualidade de provedor do Hospital do Conde D. Pedro, renova por mais quatro anos o arrendamento feito a Afonso Eanes por 58 libras anuais de um casal em Montelavar, propriedade desse hospital.*

Cota: Livro 1º do Hospital do Conde D. Pedro, doc. 32

Pergaminho, 118 x 213 mm

Doc. 33

1358, julho, 7, Lisboa – *O rei D. Pedro I proíbe quaisquer pessoas de pousar nas casas do Hospital do Conde D. Pedro sem a devida autorização.*

Cota: Livro 1^o do Hospital do Conde D. Pedro, doc. 33

Pergaminho, 118 x 243 mm

Doc. 34

1364, novembro, 8, Lisboa, Paço do Concelho – *O concelho de Lisboa escolhe Vasco Afonso Carregueiro como provedor do Hospital do Conde D. Pedro, por motivo de morte de João Cravo, anterior provedor.*

Cota: Livro 1^o do Hospital do Conde D. Pedro, doc. 34

Pergaminho, 484 x 228 mm

Doc. 35

1387, outubro, 8, Lisboa, adro da Sé – *João Rodrigues, na qualidade de provedor do Hospital do Conde D. Pedro, empraça por 26 libras anuais a Aires Afonso, alcaide dos montes, sua mulher, Constança Afonso, e uma terceira pessoa a nomear, um casal na Romeira, junto a Bucelas, propriedade do hospital.*

Cota: Livro 1^o do Hospital do Conde D. Pedro, doc. 35

Pergaminho, 337 x 160 mm

Doc. 36

1403, setembro, 1, Lisboa, Hospital do Conde D. Pedro – *Contrato celebrado entre João Afonso de Óbidos, na qualidade de provedor do Hospital do Conde D. Pedro, Gil Rodrigues, Diogo Domingues, Afonso Eanes, Rodrigo Eanes, João Quevedo e João Aparício, para efetuarem obras de reparação e melhoramentos numa marinha de sal pertencente ao hospital e localizada em A-do-Carvoeiro, por 1050 reais e 3 libras e meia cada um.*

Cota: Livro 1^o do Hospital do Conde D. Pedro, doc. 36

Pergaminho, 173 x 302 mm

Doc. 37

1404, julho, 7, Lisboa, Paços do Concelho – *Martim Bartolomeu e Afonso Esteves “o Moço”, pedreiros, efetuam contrato com João Afonso de Óbidos, na qualidade de provedor do Hospital do Conde D. Pedro, segundo o qual se comprometem, por 3000 libras da moeda corrente, a lavrar e assentar um portal de pedra numa quinta, propriedade do hospital, na Ribeira de Dona Grácia.*

Cota: Livro 1º do Hospital do Conde D. Pedro, doc. 37

Pergaminho, 246 x 215 mm

Doc. 38

1411, julho, 9, Lisboa, paço dos tabeliães – *Afonso Eanes, tanoeiro, cede a Rui Garcia, moedeiro e seu fiador, metade dos direitos do arrendamento das novidades e foros de uma quinta na Ribeira de Dona Grácia, para que possa ser saldada uma dívida de 50000 libras desse arrendamento, que nem um nem outro podiam pagar integralmente ao Hospital do Conde D. Pedro, proprietário dessa quinta.*

Cota: Livro 1º do Hospital do Conde D. Pedro, doc. 38

Pergaminho, 366 x 228 mm

Doc. 39

1422, dezembro, 23, Lisboa, casas do Hospital do Conde D. Pedro – *João Afonso de Óbidos, na qualidade de provedor do Hospital do Conde D. Pedro, empraça(?) uma propriedade do hospital a Martim Fortes.*

Cota: Livro 1º do Hospital do Conde D. Pedro, doc. 39

Pergaminho, 311 x 225 mm

Doc. 40

1423, março, 16, Lisboa(?), casas de morada de Vasco Martins – *João Afonso de Óbidos, na qualidade de provedor do Hospital do Conde D. Pedro, arrenda durante nove anos, por nove quarteiros de pão, uma dúzia de bolos, uma dúzia de queijadas e quatro galinhas anuais, a Martim Mealha um casal de pão situado em Quenena, propriedade do hospital.*

Cota: Livro 1º do Hospital do Conde D. Pedro, doc. 40

Pergaminho, 311 x 225 mm

Doc. 41

[**post. 1403**, fevereiro, 16], s.l. – *Relação das alfaias agrícolas entregues a Rodrigo Eanes Sintrão quando lhe foi cedida, por João Afonso de Óbidos na qualidade de provedor do Hospital do Conde D. Pedro, a quinta da Ribeira de Dona Grácia, propriedade do hospital.*

Cota: Livro 1^o do Hospital do Conde D. Pedro, doc. 41

Pergaminho, 311 x 225 mm

Doc. 42

[**14--**, ?, ?], s.l. – *Relação de propriedades pertencentes ao Hospital do Conde D. Pedro com a menção dos respetivos foreiros.*

Cota: Livro 1^o do Hospital do Conde D. Pedro, doc. 42

Pergaminho, 311 x 225 mm

Doc. 43

1426, outubro, 2, s.l. – *João Afonso de Óbidos, na qualidade de provedor do Hospital do Conde D. Pedro, arrenda durante nove anos, por três moios e um quarteiro de pão, um par de galinhas e uma dúzia de bolos a João Eanes, morador na Cabra Figa, um casal situado em Trajouce, propriedade do hospital.*

Cota: Livro 1^o do Hospital do Conde D. Pedro, doc. 43

Pergaminho, 310 x 220 mm

Doc. 44

1427, janeiro, 27, Lisboa, Paços do Concelho – *João Afonso de Óbidos, na qualidade de provedor do Hospital do Conde D. Pedro, arrenda durante nove anos por três moios e meio de pão meado, um par de galinhas e uma dúzia de bolos anuais a Estêvão Martins Meadas (?), um casal de pão em Trajouce, propriedade do hospital.*

Cota: Livro 1^o do Hospital do Conde D. Pedro, doc. 44

Pergaminho, 310 x 220 mm

Doc. 45

1427, janeiro, 28, Lisboa(?), casas de Pedro Lopes – *João Afonso de Óbidos, na qualidade de provedor do Hospital do Conde D. Pedro, renova a Martim Bartolomeu, por mais nove anos, o arrendamento de um casal na Rua dos Cães, em Sintra, propriedade do hospital.*

Cota: Livro 1^o do Hospital do Conde D. Pedro, doc. 45

Pergaminho, 310 x 220 mm

Doc. 46

1427, janeiro, 28, Lisboa, casas de morada de Gomes Eanes – *João Afonso de Óbidos, na qualidade de provedor do Hospital do Conde D. Pedro, arrenda por nove anos, por vinte e quatro alqueires de pão (metade trigo e metade cevada) a João Rico, as herdades que o hospital tem em Assamassa, termo de Cascais.*

Cota: Livro 1^o do Hospital do Conde D. Pedro, doc. 46

Pergaminho, 220 x 306 mm

Doc. 47

1424, março, 24, Lisboa, pousadas de Gomes Eanes – *Traslado em pública-forma elaborado pelo tabelião Álvaro Eanes, do emprazamento em três vidas de um casal em Montelavar, propriedade do Hospital do Conde D. Pedro, feito por João Rodrigues na qualidade de provedor do hospital a Afonso Peres, por 45 libras anuais.*

Cota: Livro 1^o do Hospital do Conde D. Pedro, doc. 47

Pergaminho, 767 x 273 mm

Doc. 48

1432, março, 3, Lisboa, casas de João Afonso de Óbidos – *João Afonso de Óbidos, na qualidade de provedor do Hospital do Conde D. Pedro, arrenda a Martim Mealha, por nove anos, por dois moios e um cesteiro de pão meado, dois pares de galinhas, uma dúzia de bolos e uma dúzia de queijadas, um casal de pão localizado em Quenena, propriedade do hospital.*

Cota: Livro 1.^o do Hospital do Conde D. Pedro, doc. 48

Pergaminho, 200 x 328 mm

Doc. 49

1475, abril, 19, Lisboa, Paços do Concelho – *Os administradores e governadores do Hospital do Conde D. Pedro emprazam a Afonso Vaz umas casas no adro da Igreja de São Martinho na vila de Sintra. Afonso Vaz devia reparar as ditas casas conforme expresso no documento e devia pagar ao provedor do hospital duzentos e dez reais anuais assim como uma galinha no primeiro dia de Santa Maria de Agosto.*

Cota: Livro 1.^o do Hospital do Conde D. Pedro, doc. 49

Pergaminho, 315 x 235 mm

Doc. 50

1344, janeiro, 6, São Domingos de Rana – *Estêvão Fernandes, procurador nomeado pelo conde D. Pedro para esse efeito, faz a entrega ao vigário da Igreja de São Pedro de Sintra da parte que o conde tinha da Ermida de São Domingos de Rana.*

Cota: Livro 1.^o do Hospital do Conde D. Pedro, doc. 50

Pergaminho, 353 x 370 mm

Doc. 51

1344, fevereiro, 22, Lisboa, paço dos tabeliães – *Estêvão Fernandes, na qualidade de procurador do conde D. Pedro, arrenda durante dois anos por sete moios e meio de pão, metade trigo e metade cevada, e dois capões, a Vicente Serrão, um casal em Trajouce.*

Cota: Livro 1.^o do Hospital do Conde D. Pedro, doc. 51

Pergaminho, 600 x 230 mm

Doc. 52

1346, março, 17, Lisboa, Paço dos Tabeliães – *Estêvão Fernandes, na qualidade de procurador do conde D. Pedro e de sua mulher, Dona Maria Ximenes, afora perpétua e hereditariamente por onze libras e um carneiro anuais a Afonso Eanes “Touro”, sua mulher e sucessores, uma herdade em Almoçageme.*

Cota: Livro 1.^o do Hospital do Conde D. Pedro, doc. 52

Pergaminho, 280 x 454 mm

Doc. 53

[**post. 1354**, outubro, 24], s.l. – *Traslado em pública forma elaborado pelo tabelião Lourenço Eanes de um documento de dívida de 149 libras, 5 soldos e 9 dinheiros contraída pelo conde D. Pedro a Vicente Eanes e da carta de quitação da dívida, paga pelos testamenteiros do conde.*

Cota: Livro 1^o do Hospital do Conde D. Pedro, doc. 53

Pergaminho, 342 x 253 mm

Doc. 54

1479, julho, 12, Lisboa – *D. Afonso V regulamenta a forma como devem ser feitos os contratos de aforamento das propriedades do Hospital do Conde D. Pedro.*

Cota: Livro 1^o do Hospital do Conde D. Pedro, doc. 54

Pergaminho, 314 x 502 mm

HOSPITAL DE SÃO LÁZARO

Desconhecendo-se a data da sua fundação, a primeira referência ao Hospital de São Lázaro, ou Gafaria de São Lázaro, é de 1220. O hospital terá sido instituído pela Ordem de Malta, destinando-se ao tratamento e assistência a doentes leprosos⁸. Todavia, o seu edifício foi mandado construir pela Câmara Municipal de Lisboa⁹, fora das muralhas de D. Fernando, «no Poio de São Lázaro, na encosta que subia da Mouraria para o Campo do Curral, mais tarde Campo de Santana»¹⁰.

A partir de 1426, passou a ser administrado pelo município¹¹, a quem competia nomear «as autoridades leigas e eclesiásticas que [...] o dirigiam, o provedor, um escrivão e o capelão»¹². Em 1459 e 1478, D. Afonso V confirma a direção da Câmara na administração do hospital, que já havia sido atribuída por D. João I¹³. A sua manutenção fazia-se através dos rendimentos de casas e herdades, com os quais havia sido dotado aquando da sua fundação, mas também por doações de particulares, ganhos relativos aos bens dos leprosos que morriam e a «metade do uso-fruto dos bens dos lázaros vivos»¹⁴.

Em 1575, o Hospital de São Lázaro vende um terreno contíguo aos padres da Companhia de Jesus, no qual instalaram o Colégio de Santo Antão-o-Novo. Em 1769, por decreto, D. José I determina a transferência dos doentes do Hospital Real de Todos-os-Santos, que havia sido devastado pelo terramoto, para o colégio, o que viria a verificar-se apenas em 1775¹⁵.

Em 11 de setembro de 1844, foi agregado ao Hospital de São José passando a acolher a escola de enfermagem e a maternidade Magalhães Coutinho. A partir de 1971, funcionou como serviço de Ortopedia e Traumatologia¹⁶. Encerrou em 2012, tendo esse serviço sido transferido para o Hospital Curry Cabral.

⁸ BOTELHO, Luís Silveira – Hospitais civis. In SANTANA, Francisco; SUCENA, Eduardo, dir. – *Dicionário da História de Lisboa*. Lisboa: Carlos Quintas & Associados, 1994. p. 441. São escassos os documentos que atestam a antiguidade do hospital. Com referência directa a São Lázaro Rita Nóvoa salienta o testamento de Ousenda Leonardes, datado de 1325. NÓVOA, Rita Luís Sampaio da – *A casa de S. Lázaro de Lisboa: contributo para uma história das atitudes face à doença: sécs. XIV-XV*. Lisboa: [s.n.], 2010. Dissertação de Mestrado em História Medieval, apresentada à Universidade Nova de Lisboa. p. 76-77.

⁹ RODRIGUES, Maria Teresa Campos – Aspectos da administração municipal de Lisboa no século XV. *Revista Municipal*. Lisboa: Imprensa Municipal. Nº 101-109 (1968), p. 126. Separata.

¹⁰ CORREIA, Fernando da Silva – Os velhos hospitais da Lisboa antiga. *Revista Municipal*. Ano II N.º 10 (4.º trimestre de 1941), p. 12.

¹¹ ANTT – *Hospital de São Lázaro* [Em linha]. [Consult. 03/11/2017]. Disponível em: <http://digitarq.arquivos.pt/DetailsForm.aspx?id=4509916>.

¹² RODRIGUES, Maria Teresa Campos, *op. cit.*, p. 126-127.

¹³ AML, *Livro 1º do Hospital de São Lázaro*, docs. 9 e 10.

¹⁴ RODRIGUES, Maria Teresa Campos, *op. cit.*, p. 126-127.

¹⁵ PEREIRA, Paulo, dir. – *Catálogo dos 500 anos do Hospital Real de Todos-os-Santos: séculos XV a XVIII*. Lisboa: Câmara Municipal, 1993. p. 7.

¹⁶ BOTELHO, Luís Silveira – Hospitais civis. In SANTANA, Francisco; SUCENA, Eduardo, dir. – *Dicionário da História de Lisboa*. Lisboa: Carlos Quintas & Associados, 1994. p. 441.

Doc. 1

1370, fevereiro, 6 a **1370**, fevereiro, 12, s.l. – *Processo relativo à liquidação das dívidas de Gomes Soares. O documento contém a arrematação feita por Domingos Durães, sacador das dívidas do rei, a mestre Vicente, físico do rei e cónego de Lisboa, de uma quinta em São Lázaro, pertencente a Domingos Soares.*

Cota: Livro 1^o do Hospital de São Lázaro, doc. 1

Pergaminho, 630 x 450 mm

Doc. 2

1370, fevereiro, 12, Lisboa, quinta em São Lázaro – *Mestre Vicente, físico do rei e cónego da Sé de Lisboa, toma posse da quinta que arrematara por 2 380 libras e 14 soldos e que tinha pertencido a Gomes Soares.*

Cota: Livro 1^o do Hospital de São Lázaro, doc. 2

Pergaminho, 630 x 450 mm

Doc. 3

1370, março, 13, Lisboa, Sé – *Margarida Peres, mulher de Gomes Soares, outorga a posse, por mestre Vicente, físico do rei e cónego da Sé de Lisboa, de uma quinta em São Lázaro que tinha pertencido a seu marido.*

Cota: Livro 1^o do Hospital de São Lázaro, doc. 3

Pergaminho, 630 x 450 mm

Doc. 4

1355, janeiro, 31, Lisboa, ante a porta da Sé – *O comendador, capelão e raçoeiros da Casa de São Lázaro emprazam por dois tonéis e meio de vinho anuais a Estêvão Eanes, sua mulher e uma pessoa a nomear, uma quinta em Alvalade, propriedade da Casa de São Lázaro.*

Cota: Livro 1^o do Hospital de São Lázaro, doc. 4

Pergaminho, 440 x 205 mm

Doc. 5

1358, fevereiro, 26, s.l. – *O comendador e raçoeiros da Casa de São Lázaro emprazam a Gomes Soares, sua mulher e uma pessoa a nomear, por 50 libras anuais, três parcelas de vinha em Carnide, propriedade da Casa de São Lázaro.*

Cota: Livro 1º do Hospital de São Lázaro, doc. 5

Pergaminho, 162 x 234 mm

Doc. 6

1437, abril, 5, Lisboa – *D. Duarte ordena o levantamento do embargo das rendas das propriedades fundiárias da Casa de São Lázaro de Lisboa.*

Cota: Livro 1º do Hospital de São Lázaro, doc. 6

Pergaminho, 214 x 285 mm

Doc. 7

1414, outubro, 25, Lisboa – *D. João I ordena a Vasco Gonçalves, almoxarife do seu celeiro de Lisboa, que verifique a jurisdição do Hospital de São Lázaro, no sentido de averiguar se o hospital depende, ou não, de jurisdição eclesiástica para que, caso não esteja, seja devolvido o casal dos Lázaros, situado no Reguengo de Oeiras, confiscado por ordem régia.*

Cota: Livro 1º do Hospital de São Lázaro, doc. 7

Pergaminho, 210 x 285 mm

Doc. 8

1426, junho, 5, Santarém – *D. João I ordena a Pedro Eanes Lobato, vedor da Casa do Cível, que não intervenha na gestão do Hospital de São Lázaro.*

Cota: Livro 1º do Hospital de São Lázaro, doc. 8

Pergaminho, 300 x 430 mm

Doc. 9

1459, junho, 15, Lisboa – *D. Afonso V regulamenta a forma como deve ser atribuída a administração da Casa de São Lázaro.*

Cota: Livro 1º do Hospital de São Lázaro, doc. 9

Pergaminho, 295 x 505 mm

Doc. 10

1478, junho, 15, Montemor-o-Novo – *Capítulos especiais de Lisboa apresentados às Cortes de Lisboa de 1478.*

Cota: Livro 1º do Hospital de São Lázaro, doc. 10

Pergaminho, 235 x 370 mm

Doc. 11

1484, abril, 9 a **1484**, abril, 23, s.l. – *D. Manuel I regulamenta diversas questões relacionadas com a provedoria do Hospital de São Lázaro, como os ofícios mecânicos e as rendas da carne.*

Cota: Livro 1º do Hospital de São Lázaro, doc. 11

Pergaminho, 275 x 210 mm

Doc. 12

1487, agosto, 8, s.l. – *Alexandre Rodrigues e sua mulher, Isabel Vaz, vendem a Rodrigo Fernandes e sua mulher, Violante do Quintal, diversos bens imóveis situados em Alporche, termo de Lisboa, entre os quais um olival que tinham emprazado do Hospital de São Lázaro.*

Cota: Livro 1º do Hospital de São Lázaro, doc. 12

Pergaminho, 515 x 270 mm

Doc. 13

1487, agosto, 11, Casa da Mina – *Rodrigo Fernandes toma posse dos bens imóveis situados em Alporche, termo de Lisboa, comprados a Alexandre Rodrigues e sua mulher, Isabel Vaz.*

Cota: Livro 1^o do Hospital de São Lázaro, doc. 13

Pergaminho, 515 x 270 mm

Doc. 14

1488, fevereiro, 9, alpendre do Poio de São Lázaro – *Os lázaros através do provedor da Casa de São Lázaro, Manuel Pestana, outorgam a venda do emprazamento de um olival que Alexandre Rodrigues e sua mulher, Isabel Vaz, fizeram a Rodrigo Fernandes e sua mulher, Violante do Quintal.*

Cota: Livro 1^o do Hospital de São Lázaro, doc. 14

Pergaminho, 515 x 270 mm

Doc. 15

1506, dezembro, 6, Sobral de Monte Agraço – *Gonçalo Anes, hortelão, e sua mulher, Beatriz Gomes, vendem a Francisco Viveiro, fidalgo da casa do rei e vereador do concelho de Lisboa, uma casa que construíram num terreno, propriedade do Hospital de São Lázaro.*

Cota: Livro 1^o do Hospital de São Lázaro, doc. 15

Pergaminho, 524 x 260 mm

Doc. 16

1500, setembro, 7, Lisboa – *D. Manuel I informa a vereação lisboeta que deve ter em conta as despesas do Hospital de São Lázaro com o abastecimento de cereais e de vinho.*

Cota: Livro 1^o do Hospital de São Lázaro, doc. 16

Pergaminho, 300 x 210 mm

Doc. 17

1501, maio, 26, Lisboa – *Alvará régio onde D. Manuel I proíbe o provedor do Hospital de São Lázaro de reduzir a dotação anual de cereais mas que permite uma diminuição na dotação do vinho.*

Cota: Livro 1º do Hospital de São Lázaro, doc. 17

Pergaminho, 285 x 195 mm

Doc. 18

1501, junho, 5, Lisboa – *Alvará régio a conceder a Afonso Lopes, escudeiro da casa régia e do conselho, 49 alqueires de trigo e 33 de cevada, que já tinha na sua posse.*

Cota: Livro 1º do Hospital de São Lázaro, doc. 18

Pergaminho, 285 x 215 mm

Doc. 19

1503, janeiro, 28, Lisboa – *Alvará régio enviado a Afonso Anes, procurador da Casa de São Lázaro, com um conjunto de normas relativas à administração dessa instituição. Manda que sejam feitos três livros de tombo para registo das rendas, bens e propriedades, um para estar na Torre do Tombo, outro na própria instituição, na arca das escrituras e outro na câmara da cidade, que o regimento seja registado no livro do tombo, determina que os lázaros tenham os foros das galinhas e carneiros, repartidos de igual forma, que informem sobre o rendimento anual das rendas da instituição e manda que sejam feitas novas quinze moradas, cada uma com duas casas para os lázaros dizendo as especificações que devem ter estas novas casas.*

Cota: Livro 1º do Hospital de São Lázaro, doc. 19

Pergaminho, 280 x 190 mm

Doc. 20

1503, agosto, 25, Xabregas – *A rainha solicita aos oficiais da câmara a integração de um gafo na Casa de São Lázaro, com a anuência do rei. O gafo não era natural de Lisboa.*

Cota: Livro 1º do Hospital de São Lázaro, doc. 20

Pergaminho, 303 x 220 mm

Doc. 21

1510, junho, 7, Almeirim – *D. Manuel I toma medidas para solucionar alguns problemas que se faziam sentir na cidade de Lisboa, tais como a escassez de pão e de biscoito, as dívidas da Casa de São Lázaro e a vedoria dos panos.*

Cota: Livro 1^o do Hospital de São Lázaro, doc. 21

Pergaminho, 300 x 220 mm

Doc. 22

1520, abril, 18, Évora – *Carta aos oficiais da câmara a informar que Duarte Borges irá dirigir a reforma da Casa de São Lázaro, verificando se os doentes estão a ser bem tratados.*

Cota: Livro 1^o do Hospital de São Lázaro, doc. 22

Pergaminho, 305 x 205 mm

Doc. 23

1520, junho, 22, Évora – *Carta a determinar que a vereação de Lisboa verifique se os procuradores dos mesteres podem assumir a direção da Casa de São Lázaro, como já tinham solicitado ao rei, em lugar de Duarte Borges, que o rei tinha anteriormente indicado para essa função.*

Cota: Livro 1^o do Hospital de São Lázaro, doc. 23

Pergaminho, 305 x 220 mm

Doc. 24

1520, junho, 22, Évora – *Carta a felicitar os oficiais camarários pela forma como têm conduzido a direção da Casa de São Lázaro, que foi entregue aos procuradores dos mesteres.*

Cota: Livro 1^o do Hospital de São Lázaro, doc. 24

Pergaminho, 300 x 210 mm

Hospital de Dona MARIA DE ABOIM

Criado por Dona Maria de Aboim¹⁷ – filha de D. João Peres de Aboim¹⁸ – através do seu testamento lavrado no dia 30 de julho de 1337, o Hospital de Dona Maria Aboim destinava-se a dar abrigo, alimentação, roupa, calçado e uma pensão diária a dez mulheres pobres¹⁹. Estas dez mulheres deviam assistir na igreja à missa e rezar pela alma da instituidora do hospital, que as recolhera.

Esta instituição deveria funcionar nas casas de habitação que a fundadora possuía junto das portas de Santo Antão, freguesia de Santa Justa, nas proximidades do Mosteiro de São Domingos, a norte do Paço dos Estaus, encostado no seu lado norte à Torre da Inquisição da muralha fernandina. Na atualidade, a localização seria no quarteirão situado na Praça D. João da Câmara, a norte do Teatro D. Maria II.

Para sustento do hospital, Dona Maria de Aboim atribuiu também um vasto conjunto de propriedades urbanas e rurais. As primeiras situavam-se em Lisboa, na freguesia de São Julião, nas ruas da Corredoura, das Pedras Negras, das Mudas, dos Asteeiros, dos Fornos e no Rossio; em Leiria, na Judiaria; e em Torres Vedras. Quanto às segundas, localizavam-se em redor de Lisboa e nas zonas em torno de Loures, de Sintra, e no termo de Torres Vedras. Os rendimentos do hospital eram aplicados, também, na conservação e manutenção da Capela de Dona Maria de Aboim, na Igreja de São Domingos²⁰.

Dona Maria incumbiu os seus testamenteiros para coordenar todo o processo de criação e, posteriormente, da gestão desta instituição. Porém, após a morte destes, a administração do hospital caberia ao concelho de Lisboa –que por isso receberia uma pensão de 10 libras anuais para cada um dos seus alvazis–, que deveria realizar três visitas anuais ao hospital e escolher o seu provedor, um cargo, em teoria, vitalício. No entanto, esta norma foi muitas vezes esquecida, como se percebe pela nomeação de Martim Gonçalves Runho, por indicação do conde João Afonso Telo, de Lourenço Anes “o Curto”²¹ e de Martim Lourenço, ambos por “sugestão” de D. João I.

A extinção desta instituição de assistência tem lugar em inícios do século XVI, momento da fundação de um grande hospital em Lisboa, o de Todos-os-Santos. No entanto, a fusão, por iniciativa régia, em 1482, sob a alçada de um só provedor – João Álvares de Portocarreiro –, dos hospitais de Dona Maria de Aboim e do conde D. Pedro anunciava já o fim destas pequenas instituições, em benefício de um novo modelo de assistência hospitalar, sob o controlo direto da Coroa²².

¹⁷ Foi casada com o fidalgo espanhol D. João Fernandes de Límia; já viúva desde 1316, sem descendência, lavrou o seu testamento em Lisboa, a 30 de julho de 1337 (1375 na era de Cristo), no qual deixou fundado um hospital, falecendo nesse mesmo ano.

¹⁸ Mordomo-mor do rei D. Afonso III.

¹⁹ CORREIA, Fernando da Silva – Os velhos hospitais de Lisboa antiga. *Revista Municipal*. Lisboa: Câmara Municipal. N.º 10 (1941), p. 10.

²⁰ RODRIGUES, Maria Teresa Campos – Aspectos da administração municipal de Lisboa no século XV. *Revista Municipal*. Lisboa: Imprensa Municipal. N.º 101-109 (1968), p. 130-132. Separata.

²¹ Foi exonerado pelo rei em 1439, a pedido da câmara, por incompetência e falta de zelo. CARVALHO, Augusto da Silva – *Crónica do Hospital de Todos-os-Santos*. Lisboa: [s.n.], 1992. p. 285-286.

²² CORREIA, Fernando da Silva – Os velhos hospitais de Lisboa antiga. *Revista Municipal*. Lisboa: Câmara Municipal. N.º 10 (1941), p. 11.

Doc. 1

[post. 1337], s.l. – *Rol de propriedades pertencentes ao Hospital de Dona Maria de Aboim mencionando os respetivos detentores, rendas e foros. As propriedades situam-se maioritariamente entre Benfica e Torres Vedras.*

Cota: Livro 1º do Hospital de Dona Maria de Aboim, doc. 1

Pergaminho, 326 x 151 mm

Doc. 2

1337, julho, 30 a **1337**, agosto, 24, s.l. – *Testamento de Dona Maria de Aboim, elaborado pelo tabelião Estêvão Fernandes, ao qual foram acrescentados dois aditamentos e duas listas de propriedades, uma de bens imóveis consignados no testamento e outra de bens imóveis pertencentes ao Hospital de Dona Maria de Aboim.*

Cota: Livro 1º do Hospital de Dona Maria de Aboim, doc. 2

Pergaminho, 660 x 490 mm

Doc. 3

1337, agosto, 19, s.l. a **1368** outubro 10, Lisboa – *O alvazil, o procurador do concelho de Lisboa e o provedor do Hospital de Dona Maria de Aboim emprazam por 65 libras anuais a Vasco Martins da Cunha, a Gil Vasques de Resende e às mulheres de ambos e a uma terceira pessoa que cada casal nomeasse, a quinta de Randide, pertencente ao Hospital de Dona Maria de Aboim.*

Cota: Livro 1º do Hospital de Dona Maria de Aboim, doc. 3

Pergaminho, 370 x 286 mm

Doc. 4

1373 novembro 9, Leiria – *Abraão Judeu, procurador do provedor do Hospital de Dona Maria de Aboim, toma posse de umas casas na judiaria de Leiria, propriedade desse hospital.*

Cota: Livro 1º do Hospital de Dona Maria de Aboim, doc. 4

Pergaminho, 333 x 172 mm

Doc. 5

1389, outubro, 11, Lisboa, a par da Igreja de São João da Praça – *Lourenço Eanes “o Curto”, na qualidade de provedor do Hospital de Dona Maria de Aboim, empraça em 3 vidas, por 60 libras e um par de capões anuais, a Vasco Eanes e a Madalena Lourenço, sua mulher e a uma terceira pessoa, uma quinta na Enxara dos Cavaleiros, propriedade do hospital.*

Cota: Livro 1º do Hospital de Dona Maria de Aboim, doc. 5

Pergaminho, 518 x 227 mm

Doc. 6

1390, junho, 06, Lisboa, ante a porta principal da Sé e Paços do Concelho – *Gonçalo Esteves, procurador do concelho de Lisboa, autoriza Lourenço Eanes “o Curto”, provedor do Hospital de Dona Maria de Aboim, a empraçar a João Bernardes e a Maria Eanes, sua mulher e a uma terceira pessoa, a quinta na Enxara dos Cavaleiros, junto a Frielas. Ao documento foi acrescentada a procuração passada por João Bernardes e sua mulher ao tabelião de Lisboa, Gomes Lourenço, para que pudesse tomar posse dessa propriedade. Foi ainda acrescentado o empraçamento em três vidas, feito por Lourenço Eanes “o Curto”, provedor do Hospital de Dona Maria de Aboim, a João Bernardes, sua mulher e uma terceira pessoa, por 45 libras e dez soldos e um par de frangos anuais, da quinta dos Cavaleiros, junto a Frielas, propriedade do hospital.*

Cota: Livro 1º do Hospital de Dona Maria de Aboim, doc. 6

Pergaminho, 380 x 283 mm

Doc. 7

1391, outubro, 12, Lisboa, ante a porta da Sé – *Cristóvão Eanes, vigário do bispo de Lisboa, considera nulo o empraçamento feito a Fernando Martins, raçoeiro da Igreja de São Julião de um pardieiro na Rua das Esteiras, em Lisboa, propriedade do Hospital de Dona Maria de Aboim.*

Cota: Livro 1º do Hospital de Dona Maria de Aboim, doc. 7

Pergaminho, 380 x 283 mm

Doc. 8

1392, fevereiro, 16, Torres Vedras, casas de João Afonso – *João Afonso, procurador do provedor do Hospital de Dona Maria de Aboim empraza em 3 vidas, por 10 libras anuais, a Álvaro Esteves e Maria Eanes, sua mulher e uma terceira pessoa, diversas propriedades do hospital situadas no Turcifal.*

Cota: Livro 1º do Hospital de Dona Maria de Aboim, doc. 8

Pergaminho, 380 x 283 mm

Doc. 9

1383, junho, 03 a **1383**, agosto, 21, Lisboa, casas do Hospital de Dona Maria de Aboim – *Martim Gonçalves Runho, provedor do Hospital de Dona Maria de Aboim empraza por 10 libras anuais a João Rodrigues, à sua mulher e uma terceira pessoa por eles nomeada, umas casas, sótão e sobrado na Rua da Corredoura, em Lisboa, propriedade desse hospital. O documento traslada os seguintes diplomas: O alvazil Afonso Domingues e Silvestre Afonso, procurador do concelho de Lisboa, por renúncia de Pedro Esteves do Hospital e por indicação do conde de Barcelos, nomeiam Martim Gonçalves Runho como provedor do Hospital de Dona Maria de Aboim e entregam-lhe uma procuração onde estipulam os seus poderes. À procuração foi acrescentada a sua outorga pelo alvazil geral Geraldo Martins; e outro diploma onde Geraldo Martins, alvazil geral de Lisboa, outorga a procuração entregue a Martim Gonçalves Runho, novo provedor do Hospital de Dona Maria de Aboim.*

Cota: Livro 1º do Hospital de Dona Maria de Aboim, doc. 9

Pergaminho, 590 x 230 mm

Doc. 10

1386, janeiro, 07, Lisboa, casas de morada de Lourenço Afonso – *Maria Eanes, viúva de João Rodrigues Pateiro, nomeia Lourenço Afonso, pedreiro, como terceira pessoa no emprazamento em 3 vidas que tinha de umas casas com sótãos e sobrados localizadas em Lisboa e pertencentes ao Hospital de Dona Maria de Aboim, junto da Porta de Santo Antão, devendo Lourenço Afonso pagar 10 libras anuais.*

Cota: Livro 1º do Hospital de Dona Maria de Aboim, doc. 10

Pergaminho, 215 x 231 mm

Doc. 11

1416, janeiro, 24, Lisboa, casas onde morava Maria Eanes – *Lourenço Afonso, testamenteiro de Maria Eanes, viúva de João Rodrigues Pateiro, toma posse, na qualidade de terceira pessoa no emprazamento de umas casas que Maria Eanes tinha emprazadas, pertencentes ao Hospital de Dona Maria de Aboim, situadas em Lisboa, às Portas de Santo Antão.*

Cota: Livro 1º do Hospital de Dona Maria de Aboim, doc. 11

Pergaminho, 215 x 231 mm

Doc. 12

1388, maio, 02, Lisboa – *João Martins, juiz, perdoa a Lourenço Eanes de Talaíde a renda relativa aos anos de 1384 e 1385, que devia ao Hospital de Dona Maria de Aboim, de um casal em Talaíde, devido a não ter obtido quaisquer proventos devido à guerra com Castela.*

Cota: Livro 1º do Hospital de Dona Maria de Aboim, doc. 12

Pergaminho, 288 x 206 mm

Doc. 13

1386, novembro, 11, Lisboa, Hospital de Dona Maria de Aboim – *Martim Gonçalves, na qualidade de provedor do Hospital de Dona Maria de Aboim, João Martins, alvazil do cível, e Gonçalo Vasques Carregueiro, procurador do concelho, reduzem a Lourenço Martins, durante quatro anos, de 90 para 60 libras, a renda que devia pagar por um casal situado em Talaíde, propriedade do hospital e emprestam-lhe 150 libras para que o possa melhorar em virtude de se encontrar depauperado pela guerra com Castela.*

Cota: Livro 1º do Hospital de Dona Maria de Aboim, doc. 13

Pergaminho, 300 x 290 mm

Doc. 14

1386, dezembro, 07, Lisboa, pousadas de Martim Gonçalves Runho – *Martim Gonçalves Runho, na qualidade de provedor do Hospital de Dona Maria de Aboim, empraza a João Vasques, a Maria Martins, sua mulher e a uma terceira pessoa, por 8 libras anuais, uma casa térrea em Lisboa, propriedade do Hospital de Dona Maria de Aboim.*

Cota: Livro 1º do Hospital de Dona Maria de Aboim, doc. 14

Pergaminho, 355 x 187 mm

Doc. 15

1393, junho, 29, Lisboa – *Lourenço Eanes “o Curto”, na qualidade de provedor do Hospital de Dona Maria de Aboim, empraza em 3 vidas, por 60 libras e um carneiro anuais, a Estêvão Peres e duas pessoas, um casal em Bolelas, termo de Sintra.*

Cota: Livro 1º do Hospital de Dona Maria de Aboim, doc. 15

Pergaminho, 374 x 247 mm

Doc. 16

1393, junho, 02, Lisboa, ante os Paços do Concelho, a **1393**, junho, 25, Lisboa, sala de audiência – *Lourenço Eanes, na qualidade de provedor do Hospital de Dona Maria de Aboim, empraza em 3 vidas, por 50 libras anuais, a Martim Eanes da Ribeira, a Margarida Domingues, sua mulher e a uma terceira pessoa, um casal de herdades de pão na Codeceira, termo de Sintra. Ao contrato foi acrescentada a sua ratificação, feita pelo substituto do juiz do cível e pelo procurador do concelho.*

Cota: Livro 1º do Hospital de Dona Maria de Aboim, doc. 16

Pergaminho, 345 x 261 mm

Doc. 17

1393, junho, 02, Lisboa, ante os Paços do Concelho, a **1393**, junho, 25, Lisboa, sala de audiência – *Lourenço Eanes, na qualidade de provedor do Hospital de Dona Maria de Aboim, empraza em 3 vidas, por 50 libras anuais, a Martim Eanes da Ribeira, a Margarida Domingues, sua mulher e a uma terceira pessoa, um casal de herdades de pão na Codeceira, termo de Sintra. Ao contrato foi acrescentada a sua ratificação, feita pelo substituto do juiz do cível e pelo procurador do concelho.*

Cota: Livro 1º do Hospital de Dona Maria de Aboim, doc. 17

Pergaminho, 280 x 258 mm

Doc. 18

1393, junho, 02, Lisboa, ante a porta dos Paços do Concelho a **1393**, junho, 25, Lisboa, sala de audiência – *Lourenço Eanes, na qualidade de provedor do Hospital de Dona Maria de Aboim, empraza em 3 vidas, por 40 libras anuais, a João Esteves Valdovino, a Catarina Lourenço, sua mulher, e a uma terceira pessoa, um casal de herdades*

de pão em Bolelas, termo de Sintra. Ao contrato foi acrescentada a sua ratificação pelo substituto do juiz do cível e pelo procurador do concelho de Lisboa.

Cota: Livro 1º do Hospital de Dona Maria de Aboim, doc. 18

Pergaminho, 272 x 281 mm

Doc. 19

1402, maio, 01, s.l. – *Lourenço Eanes, na qualidade de provedor do Hospital de Dona Maria de Aboim, empraza numa vida, por 200 libras anuais e um carneiro, a Afonso Tomás, as herdades que o hospital tem em Maceira.*

Cota: Livro 1º do Hospital de Dona Maria de Aboim, doc. 19

Pergaminho, 200 x 228 mm

Doc. 20

1406, março, 31, s.l. – *Lourenço Eanes, provedor do Hospital de Dona Maria de Aboim, João Afonso Filipe, juiz do cível, e João Esteves, procurador do concelho de Lisboa, renovam o emprazamento em três vidas, por 36 libras anuais, feito a João Domingues Muacho, morador em Leiria, a Maria Domingues, sua mulher e a uma terceira pessoa, de umas casas na judiaria de Leiria.*

Cota: Livro 1º do Hospital de Dona Maria de Aboim, doc. 20

Pergaminho, 475 x 220 mm

Doc. 21

1407, janeiro, 24 a **1407**, janeiro, 25, Lisboa – *Martim Lourenço, na qualidade de provedor do Hospital de Dona Maria de Aboim, empraza em três vidas, por 15 libras e um par de frangos, a João Álvares, a Leonor Martins, sua mulher e a uma terceira pessoa umas casas localizadas em Lisboa, junto do hospital. Ao documento foi acrescentada a posse das casas dada a João Álvares pelo provedor do hospital.*

Cota: Livro 1º do Hospital de Dona Maria de Aboim, doc. 21

Pergaminho, 421 x 330 mm

Doc. 22

1389, setembro, 09 a **1402**, setembro, 04, s.l. – *Lourenço Eanes, na qualidade de provedor do Hospital de Dona Maria de Aboim, empraza em três vidas, por 4 libras anuais e um par de frangos, a Gonçalo Gil, sua mulher, Constança Peres e uma terceira pessoa, um pardeiro em Lisboa.*

Cota: Livro 1º do Hospital de Dona Maria de Aboim, doc. 22

Pergaminho, 615 x 295 mm

Doc. 23

1409, março, 01, s.l. – *Álvaro Gonçalves Maio e Palamades Vasques, juizes do cível, Diogo Rodrigues, procurador da cidade e Pedro Vasques, provedor do Hospital de Dona Maria de Aboim, baixam para 1 200 reais brancos a renda paga por Luís Martins e Catarina Gonçalves, sua mulher, pelo emprazamento em 3 vidas que têm de diversas propriedades do hospital na zona de Torres Vedras e do Turcifal, por se considerar que a anterior renda era muito alta.*

Cota: Livro 1º do Hospital de Dona Maria de Aboim, doc. 23

Pergaminho, 700 x 300 mm

Doc. 24

1406, julho, 18, Lisboa a **1409**, março, 06, Lisboa, Paço dos Tabeliães – *Martim Lourenço, na qualidade de provedor do Hospital de Dona Maria de Aboim, empraza em 3 vidas, por 40 libras anuais, a Pedro Esteves e duas pessoas, uma casa que este deve edificar sobre a propriedade do hospital, em Lisboa.*

Cota: Livro 1º do Hospital de Dona Maria de Aboim, doc. 24

Pergaminho, 427 x 342 mm

Docs. 25 e 26

1409, junho, 03, Lisboa, Paço dos Tabeliães a **1409**, Setembro, 14, Vale de Mogo – *Martim Lourenço, na qualidade de provedor do Hospital de Dona Maria de Aboim, empraza em 3 vidas, por 5 libras, a Bartolomeu Domingues e sua mulher, Leonor Gonçalves, uma vinha com herdade em Vale de Mogo, Camarate. Contém a tomada de posse por Bartolomeu Domingues de uma vinha com herdades situada em Vale de Mogo, propriedades do Hospital de Dona Maria de Aboim.*

Cota: Livro 1º do Hospital de Dona Maria de Aboim, doc. 25

Pergaminho, 403 x 275 mm

Doc. 27

1410, janeiro, 15, Lisboa, Paço dos Tabeliães – *Avença e composição entre Martim Lourenço, na qualidade de provedor do Hospital de Dona Maria de Aboim, e João Peres, sobre uma quinta e casas que este trazia emprazadas do hospital e que se encontravam danificadas na quinta da Enxara de Cavaleiros.*

Cota: Livro 1º do Hospital de Dona Maria de Aboim, doc. 27

Pergaminho, 203 x 315 mm

Doc. 28

1411, janeiro, 08, Lisboa, Paço dos Tabeliães – *Martim Lourenço, na qualidade de provedor do Hospital de Dona Maria de Aboim, empraza em 3 vidas a Aires Afonso de Frielas e outras duas pessoas a nomear, por 36 libras e um par de galinhas, um casal de herdade de pão e de vinho no Pinheiro de Loures.*

Cota: Livro 1º do Hospital de Dona Maria de Aboim, doc. 28

Pergaminho, 392 x 246 mm

Doc. 29

1421, março, 09, s.l. – *Martim Lourenço, na qualidade de provedor do Hospital de Dona Maria de Aboim, empraza em três vidas, por 30 libras anuais e um par de galinhas, a João Afonso, a Margarida Eanes, sua mulher, e a uma terceira pessoa, casas, vinhas e horta com laranjeiras, no Pinheiro de Loures, propriedade do Hospital de Dona Maria de Aboim.*

Cota: Livro 1º do Hospital de Dona Maria de Aboim, doc. 29

Pergaminho, 660 x 280 mm

Doc. 30

1421, março, 21, Lisboa, Paço dos tabeliães – *Martim Lourenço, na qualidade de provedor do Hospital de Dona Maria de Aboim, empraza em três vidas, por 1000 libras, a João Esteves Carneiro e a duas pessoas, o casal de Sarrabodes, em Bolelas, termo de Sintra.*

Cota: Livro 1º do Hospital de Dona Maria de Aboim, doc. 30

Pergaminho, 452 x 268 mm

Doc. 31

1415, janeiro, 29, Lisboa, Paço dos Tabeliães – *Martim Lourenço, na qualidade de provedor do Hospital de Dona Maria de Aboim, arrenda durante 15 anos, por 2300 libras anuais e um carneiro, a André Eanes, um casal de herdades de pão em Bolelas, termo de Sintra.*

Cota: Livro 1^o do Hospital de Dona Maria de Aboim, doc. 31

Pergaminho, 257 x 220 mm

Doc. 32

1419, junho, 14, Lisboa, Paço dos Tabeliães – *Martim Lourenço, na qualidade de provedor do Hospital de Dona Maria de Aboim, baixa para 9200 libras, a renda que André Eanes devia pagar anualmente por um casal do Hospital de Dona Maria de Aboim situado em Bolelas, termo de Sintra.*

Cota: Livro 1^o do Hospital de Dona Maria de Aboim, doc. 32

Pergaminho, 225 x 346 mm

Doc. 33

1417, abril, 01, Sintra, na praça – *Avença e composição entre Martim Lourenço, na qualidade de provedor do Hospital de Dona Maria de Aboim, e Martim Lourenço, filho de Pedro de Alcalombal, sobre umas propriedades do hospital que se encontravam danificadas.*

Cota: Livro 1.^o do Hospital de Dona Maria de Aboim, doc. 33

Pergaminho, 252 x 205 mm

Doc. 34

1422, maio, 14, s.l. – *Martim Lourenço, na qualidade de provedor do Hospital de Dona Maria de Aboim, empraça em três vidas, pela quarta parte do que ali se produzir, a Estêvão Martins e a duas pessoas, uma quinta situada na Lobagueira, termo de Torres Vedras. Ao contrato foi acrescentada a sua ratificação, feita pelo corregedor, juiz do cível e procurador da cidade de Lisboa.*

Cota: Livro 1^o do Hospital de Dona Maria de Aboim, doc. 34

Pergaminho, 640 x 245 mm

Doc. 35

1422, dezembro, 12, Lisboa, Paço dos Tabeliães – *Martim Lourenço, na qualidade de provedor do Hospital de D. Maria de Aboim, empraza em três vidas, por 6 libras anuais, a João Vicente e duas pessoas, um pardeiro em Lisboa, propriedade do hospital.*

Cota: Livro 1^o do Hospital de Dona Maria de Aboim, doc. 35

Pergaminho, 405 x 286 mm

Doc. 36

1428, abril, 27, Lisboa, câmara da vereação, Casa dos Contos – *Mendo Rodrigues, juiz do cível, Fernando Peres, procurador da cidade, e Martim Lourenço, na qualidade de provedor do Hospital de Dona Maria de Aboim, arrendam por nove anos, por 600 reais brancos anuais, a Fernando Afonso, os direitos, rendas e foros que deviam receber de Estêvão Martins e de seu filho, Lourenço Esteves, relativos a uma quinta que o hospital tem em Lobagueira, termo de Torres Vedras.*

Cota: Livro 1^o do Hospital de Dona Maria de Aboim, doc. 36

Pergaminho, 204 x 443 mm

Doc. 37

1433, agosto, 25, Lisboa, Paço dos Tabeliães – *João Esteves Carneiro renuncia em favor de Domingos Olhalvo ao emprazamento que tinha de um casal em Fernão Viegas, termo de Sintra, propriedade do Hospital de Dona Maria de Aboim, comprometendo-se a cumprir as mesmas condições que o anterior foreiro.*

Cota: Livro 1^o do Hospital de Dona Maria de Aboim, doc. 37

Pergaminho, 155 x 287 mm

Doc. 38

1435, março, 31, Lisboa, câmara da vereação – *Martim Lourenço, provedor do Hospital de Dona Maria de Aboim, Tristão Vasques e Vicente Egas, juizes do cível, e João Gomes, procurador da cidade, emprazam a Gomes Eanes, almocreve, a Constança Afonso, sua mulher e a uma terceira pessoa, por 32 libras anuais, umas casas propriedade desse hospital.*

Cota: Livro 1.^o do Hospital de Dona Maria de Aboim, doc. 38

Pergaminho, 222 x 523 mm

Doc. 39

1435, setembro, 15, Lisboa, à porta do Hospital de Dona Maria de Aboim – *João Eanes e Luís Eanes, juízes do cível, e Diogo Álvares, procurador da cidade, emprazam em mais duas vidas, por forma a prefazer três vidas, por mais outras 10 libras, uma casa em Lisboa, propriedade do Hospital de Dona Maria de Aboim.*

Cota: Livro 1º do Hospital de Dona Maria de Aboim, doc. 39

Pergaminho, 345 x 278 mm

Doc. 40

1436, julho, 03, s.l. – *D. Duarte emite sentença favorável ao Hospital de Dona Maria de Aboim numa contenda que mantinha com Gonçalo Antão a propósito da falta de pagamento da renda de uma casa, propriedade do hospital.*

Cota: Livro 1º do Hospital de Dona Maria de Aboim, doc. 40

Pergaminho, 310 x 522 mm

Doc. 41

1401, abril, 22, s.l. – *D. João I destitui por incompetência Lourenço Eanes “o Curto”, do lugar de provedor do Hospital de Dona Maria de Aboim e autoriza o concelho de Lisboa a nomear um novo provedor. O rei compromete-se ainda a liquidar qualquer dívida que Lourenço Eanes tivesse contraído durante o exercício desse cargo.*

Cota: Livro 1º do Hospital de Dona Maria de Aboim, doc. 41

Pergaminho, 210 x 242 mm

Doc. 42

1436, outubro, 09, s.l. – *Afonso Eanes de Santa Marinha e Fernando de Gralhas, juízes do cível, e Diogo Álvares, procurador da cidade, emprazam em mais duas vidas a Gil Eanes “da Abelheira”, o Casal de São Marcos, no termo de Sintra, propriedade do Hospital de Dona Maria de Aboim, aumentando a renda anual de 80 para 143 reais brancos.*

Cota: Livro 1º do Hospital de Dona Maria de Aboim, doc. 42

Pergaminho, 245 x 528 mm

Doc. 43

1437, fevereiro, 18, s.l. – *Afonso Eanes de Santa Marinha e Fernando de Gralhas, juizes do cível de Lisboa, aforam perpétua e hereditariamente a Diogo Gonçalves e seus sucessores umas casas em Lisboa, ao Poço do Chão, propriedade do Hospital de Dona Maria de Aboim, por vinte libras anuais e sob determinadas condições.*

Cota: Livro 1º do Hospital de Dona Maria de Aboim, doc. 43

Pergaminho, 325 x 281 mm

Doc. 44

1437, agosto, 06, s.l. – *D. Duarte emite sentença relativa a dois casos de cobrança de rendas que envolviam, de um lado João Domingues da Rosa, foreiro do Hospital de Dona Maria Aboim, e, por outro, Martim Lourenço, provedor deste hospital.*

Cota: Livro 1º do Hospital de Dona Maria de Aboim, doc. 44

Pergaminho, 452 x 550 mm

Doc. 45

1439, abril, 06, Lisboa, casa de Huel Xira – *Huel Xira e Pedro de Barcelos, juizes do cível, João Gonçalves, procurador do concelho, e Martim Lourenço, provedor do Hospital de Dona Maria de Aboim, emprazam a Afonso Peres e à sua mulher, Leonor Afonso e a uma terceira pessoa por eles nomeada, uma casa, constituída por loja e sobrado, em Lisboa na Corredoura, por 21 libras anuais.*

Cota: Livro 1º do Hospital de Dona Maria de Aboim, doc. 45

Pergaminho, 315 x 347 mm

Doc. 46

1439, abril, 07, s.l. – *Huel Xira e Pedro de Barcelos, juizes do cível, João Gonçalves, procurador do concelho, e Martim Lourenço, provedor do Hospital de Dona Maria de Aboim, emprazam a Gonçalo Anes, portageiro e à sua mulher, Branca Peres e a uma terceira pessoa por eles nomeada, uma casa, constituída por sótão e sobrado, em Lisboa na Corredoura, por 20 libras anuais.*

Cota: Livro 1.º do Hospital de Dona Maria de Aboim, doc. 46

Pergaminho, 335 x 338 mm

Doc. 47

1440, agosto, 19, s.l. – *Vicente Egas e Álvaro Borges, juízes do cível, João Vasques de Matos, procurador do concelho, e Martim Lourenço, provedor do Hospital de Dona Maria de Aboim, emprazam a Gonçalo Anes Barrada, a sua mulher, Catarina Afonso, e a uma terceira pessoa por eles nomeada, umas casas com o seu conchouso, pomar, poço, figueiras, vinhas e herdades, situadas junto da ponte de Frielas, por 16 libras e um quarto anuais.*

Cota: Livro 1.^o do Hospital de Dona Maria de Aboim, doc. 47

Pergaminho, 310 x 330 mm

Doc. 48

1442, setembro, 11, Lisboa – *João Álvares, corretor, desiste das casas que tinha emprazadas do Hospital de D. Maria de Aboim, fazendo entrega das mesmas ao provedor do hospital, Martim Lourenço.*

Cota: Livro 1.^o do Hospital de Dona Maria de Aboim, doc. 48

Pergaminho, 276 x 244 mm

Doc. 49

1446, janeiro, 25, s.l. – *Martim Lourenço, provedor do Hospital de Dona Maria de Aboim, arrenda por 10 anos, a Martim Anes, morador em Bolelas, no termo de Sintra, um casal de pão situado em Bolelas, por 450 reais brancos, uma dúzia de bolos, dúzia e meia de queijadas e um carneiro anuais.*

Cota: Livro 1.^o do Hospital de Dona Maria de Aboim, doc. 49

Pergaminho, 215 x 340 mm

Doc. 50

1454, fevereiro, 09 a **1454**, fevereiro, 22, s.l. – *Luís Fogaça e o bacharel Rui Dias do Pau, juízes do cível, e Pedro Vasques, provedor do Hospital de Dona Maria de Aboim, emprazam a Lopo Dias, escudeiro e criado do arcebispo de Lisboa e à sua mulher, Leonor Anes e a uma terceira pessoa por eles nomeada, duas casas térreas situadas junto das Portas de Santo Antão, por 400 reais brancos e um par de frangos anuais. O contrato foi outorgado no dia 22 de fevereiro pelo procurador do concelho.*

Cota: Livro 1.^o do Hospital de Dona Maria de Aboim, doc. 50

Pergaminho, 400 x 350 mm





Recensão

**FONTES, João Luís Inglês; OLIVEIRA, Luís Filipe;
TENTE, Catarina; FARELO, Mário; MARTINS, Miguel
Gomes, coord. – *Lisboa medieval: gentes, espaços
e poderes*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais,
2017. 464 p.**

Maria Amélia Álvaro de Campos*

Terceiro título de uma coleção¹ que prepara já edições futuras, este livro constitui um testemunho do dinamismo da investigação realizada em torno da História Medieval de Lisboa. Nele, reúnem-se as versões escritas dos trabalhos que, apresentados no III colóquio *A Nova Lisboa Medieval* (20 a 22 de novembro de 2013), foram aprovados para publicação, por uma comissão científica internacional de especialistas em História da cidade, da presença islâmica na Península Ibérica, do urbanismo português, da sociedade, da Igreja medieval, da Expansão, entre outras áreas. A pluralidade de assuntos tratados reflete-se também na coordenação da obra, efetuada por investigadores do Instituto de Estudos Medievais (IEM-FCSH/UNL).

Da observação global e preliminar da obra (464 p.) editada pelo IEM, sobressai a profusão e a qualidade das fotografias, fontes iconográficas, plantas, mapas, tabelas e quadros de análise apresentados que facilitam uma leitura mais articulada, por parte de públicos heterogéneos. A obra divide-se em duas partes: na primeira, publica-se a conferência de abertura do colóquio; na segunda, organizam-se cronologicamente os trabalhos aí apresentados, selecionados pela referida arbitragem científica, sob um título geral *Gentes, espaços e poderes*.

*CHSC-UC - Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, 3004-530 Coimbra, Portugal.

CIDEHUS-UE - Centro Interdisciplinar de História Culturas e Sociedades da Universidade de Évora, 7000-809 Évora, Portugal.

Maria Amélia Álvaro de Campos - Bolseira de pós-doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (SFRH/BPD/100765/2014) e investigadora integrada dos CHSC-UC e CIDEHUS-UE.

¹ Ver ENCONTRO A NOVA LISBOA MEDIEVAL, 1 – A nova Lisboa medieval: actas. Lisboa: Colibri, 2005; KRUS, Luís; OLIVEIRA, Luís Filipe; FONTES, João Luís - *Lisboa medieval: os rostos da cidade*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007. Este último foi recensado por mim em CAMPOS, Maria Amélia Álvaro - «[Recensão a] KRUS, Luís; OLIVEIRA, Luís Filipe e FONTES, João Luís, coord. - Lisboa medieval: os rostos da Cidade». *Revista de História da Sociedade e da Cultura [Em linha]*, 9 (2009), p. 255-60. Disponível em: http://dx.doi.org/10.14195/1645-2259_9_11.

A primeira parte, assinada por Matthew Davies, é dedicada ao estudo do papel comercial e político de Londres. O autor compromete-se com a elaboração de uma análise global desse centro urbano, partindo da mais recente investigação sobre essa cidade. A escolha deste trabalho para abertura de uma obra sobre Lisboa assume-se como um desafio à comunidade científica portuguesa de modo a chamar a atenção para a necessidade de estudos historiográficos mais integrados e comparados. Com a observação de Londres – capital do reino de Inglaterra – pretendeu-se estabelecer pontos de comparação com a sua homóloga portuguesa e protagonista deste livro.

Nome consagrado nas áreas dos estudos urbanos e do mercantilismo, o autor analisa a história londrina a partir do seu desenvolvimento físico (demográfico e topográfico), do seu desenvolvimento económico, enfatizando a relevância dos mercadores no comércio doméstico e marítimo, e do seu desenvolvimento político, focando-se na relação da cidade com a coroa. Por fim, conclui a máxima valia de se estabelecerem pontos de comparação com a capital portuguesa, num período anterior ao arranque da expansão.

Nesse sentido, alguns dos artigos publicados na segunda parte convergem diretamente com os temas propostos pelo investigador da Universidade de Londres. Flávio Miranda e Diogo Faria, num trabalho que enfoca o papel de Lisboa e dos seus mercadores no comércio marítimo europeu dos séculos XIV e XV, demonstram as especificidades do perfil urbano desta cidade, bem como os pontos de contacto entre a capital portuguesa e outros portos do ocidente medieval, lançando pistas importantes para a prossecução dos estudos sobre a sua projeção internacional. Por sua vez, Adelaide Millán da Costa, escolhendo uma «encruzilhada que articula a história urbana com a história política» examina a identidade do concelho de Lisboa através da comunicação entre este território e o monarca. A partir dos capítulos especiais desta cidade em cortes, a autora problematiza a condição política de Lisboa enquanto cidade *maioral* do reino.

Na apresentação, os coordenadores lamentam a ausência de estudos com base em fontes literárias, todavia a síntese crítica de António Rei sobre a visão de Lisboa e do seu território envolvente, na literatura árabe da Baixa Idade Média, com base nos relatos do “maravilhoso”, atenua essa falta e sublinha a excentricidade deste extremo ocidental europeu, nestes registos.

Do mesmo modo, os coordenadores apontam a carência de abordagens de História de Arte, ressaltando a forma como as investigações nas áreas do urbanismo e da arqueologia a colmatam. De facto, estudos de arqueologia como o de Alexandra Gaspar e Ana Gomes sobre a ocupação medieval na Sé de Lisboa, desde a ocupação islâmica até à Baixa Idade Média, colocam os edifícios no centro da análise. Neste caso, os dados disponibilizados, quando enquadrados pela informação historiográfica já disponível sobre Lisboa, permitirão aprofundar a reflexão sobre as diferentes fases da sua História Medieval, através de um edifício fundamental para a compreensão da cidade. A Sé de Lisboa volta a ser objeto de estudo central no artigo de José Augusto Oliveira: a partir de um registo contabilístico do século XIV, sobre o estaleiro de obras no claustro – documento que se publica no apêndice documental – estudam-se os materiais de construção, a tipologia, a organização e a remuneração da mão-de-obra utilizada para esse empreendimento. Por sua vez, Manuel Pedro Ferreira analisa um fragmento de notação musical correspondente ao ofício de celebração da trasladação para Lisboa de São Vicente. Essa análise, a par

com a leitura comparativa de textos hagiográficos do século XII e XIII e dos registos do culto do mártir em fontes posteriores, permite conclusões inéditas sobre o envolvimento de D. Afonso IV na revitalização do culto deste mártir na catedral olissiponense.

Os edifícios civis, associados à Casa Real e à governação, também marcam presença através da análise que Milton Pacheco faz ao Paço dos Estaus, centrando-se na sua fundação de finais da Idade Média. Mas a estrutura urbana de Lisboa também é analisada, através das suas habitações correntes. Margarida Leme estuda a forma, bem como a toponímia de alguns arrabaldes da cidade, a partir da análise de documentos afetos à exploração económica da propriedade dos 31 hospitais que integraram o património do Hospital de Todos os Santos. Já no trabalho de Sandra Pinto, percebemos que o controlo e a regulação jurídica das práticas construtivas, através da almotaçaria, era uma das formas de exercício do poder por parte do concelho, nos séculos XV e XVI.

Na análise dos espaços, mas também das populações que construíram a Lisboa que conhecemos, o contributo dos arqueólogos revela-se de extraordinária importância. Sílvia Casimiro, Sara Prata e Rodrigo Banha da Silva, após realizar um importante enquadramento sobre a arqueologia funerária e os motivos para a sub-representação de conjuntos osteológicos das populações não adultas, estudam quatro enterramentos infantis (séculos VI a VIII), levantados por altura de uma escavação arqueológica na Praça da Figueira. Outro trabalho, centrado no estudo arqueológico do jardim do Palácio dos Condes de Penafiel, localizado numa área chave da cidade pós-clássica (da autoria de Adriaan de Man e Rodrigo Banha da Silva), fornece dados relevantes sobre Lisboa na antiguidade tardia.

Por sua vez, o trabalho de Marco Oliveira Borges, sobre Lisboa islâmica, dedica-se à defesa costeira da área ocidental da cidade, que englobava territórios dos atuais concelhos de Sintra, Cascais e Oeiras. Pelo confronto de informações provenientes de fontes iconográficas, arqueológicas, toponímicas, entre outras, esta investigação apresenta-se como continuadora daquelas desenvolvidas para o triângulo geográfico Sintra-Cascais-Lisboa, fundamental para a compreensão do sistema defensivo de uma área amplamente exposta ao perigo de ataques marítimos.

Inês Lourinho reflete sobre as estruturas de poder do al-Andaluz numa fase decisiva para a conquista cristã – a transposição para Sul da linha do Tejo, em 1147. Destaca-se a profundidade de análise dos conflitos internos, decorrentes das pretensões almóadas sobre o domínio político e territorial almorávida. O ano da conquista de Lisboa representa, também, o ponto de partida do artigo de André Oliveira Leitão sobre o povoamento do seu termo. O autor demonstra o papel das igrejas paroquiais e dos mosteiros de São Vicente de Fora e de Chelas na organização do povoamento desta região e problematiza dinâmicas de continuidade e rutura, a partir de uma abordagem que julgamos importante aplicar a um cada vez maior número de regiões.

Porque se ocupa de Lisboa – cidade multicultural – não poderiam faltar nesta obra estudos sobre a presença judaica. Assim, numa abordagem direcionada para o urbanismo, Manuel Fialho Silva e Artur Jorge Ferreira Rocha cruzam informações provenientes de vestígios arqueológicos e de fontes escritas para traçarem a génese da Judiaria Pequena, nos inícios do século XIV. Noutro artigo que se posiciona já «nos alvares dos Descobrimentos»,

José Alberto Rodrigues da Silva Tavim analisa os espaços e os edifícios judaicos e a sua evolução urbana, até ao período posterior ao édito de expulsão de 1496. Destaca-se a preocupação em contextualizar o fenómeno urbano nas suas especificidades culturais, bem como o permanente cotejar da historiografia sobre o tema. Nestes dois casos, faltam, porém, os mapas ou esquemas cartográficos que permitam conceber visualmente as características formais dos espaços tratados. Por fim, a análise codicológica de cerca de 21 manuscritos hebraicos datados de Lisboa (1469-1496) e conservados em cerca de uma dezena de bibliotecas europeias e americanas, realizada por Tiago Moita, acrescenta a esta obra informações notáveis – testemunhos dos mais recentes desenvolvimentos dos estudos sefarditas.

O perfil multicultural de Lisboa é outrossim resultante da ocupação islâmica que vimos já ter sido abordada nesta obra, nas suas dimensões políticas e territoriais. O artigo de Franklin Pereira sobre o trabalho dos couros nas suas diferentes especializações, demonstra o quanto as três culturas – hebraica, islâmica e cristã – se entreteceram e são apreensíveis (pelo menos até ao século XVI) nas técnicas, na estética e na tipologia dos artefactos produzidos.

Com esta breve apresentação de cada um dos estudos, desejamos chamar a atenção do leitor para o quanto esta obra acrescenta o panorama historiográfico nacional. Nela, compila-se o trabalho de mais de 25 especialistas, que nos dão eco de cerca de 700 anos de História e atestam uma investigação verdadeiramente interdisciplinar.

Como normal em publicações como esta, a expressão escrita e a profundidade da análise a que os diferentes objetos de estudo foram sujeitos, assim como as metodologias de investigação, variam de artigo para artigo comprometendo, por vezes, uma leitura mais clara e contínua. No entanto, a abundância e a fecundidade dos dados disponibilizados, o rigor metodológico de todas as investigações, o bom exemplo dos trabalhos realizados em equipa, a participação de especialistas de várias áreas (arqueólogos, arquitetos, musicólogos, historiadores, historiadores da arte, medievalistas, modernistas) consubstanciam sinais de vitalidade e progresso na investigação histórica sobre a capital portuguesa. Além da realização e da publicação de novos colóquios, resta-nos sugerir e desejar que, a médio prazo, esta linha de investigação produza uma obra de síntese em que os dados difundidos até ao momento sejam apresentados, diacronicamente, de forma integrada e comparativa com o que se conhece sobre a Europa da pré-Modernidade.



Normas

NOTA INTRODUTÓRIA

Os Cadernos do Arquivo Municipal são uma revista científica de periodicidade semestral, com artigos sujeitos a avaliação por uma Comissão Externa de Avaliadores.

Com esta publicação pretende-se reforçar o papel do Arquivo Municipal de Lisboa junto da comunidade científica através da divulgação de estudos académicos, projetos de investigação e fontes de pesquisa que tenham por base o seu acervo documental.

Os Cadernos do Arquivo Municipal têm como objetivos:

- Divulgar o Arquivo Municipal de Lisboa junto da comunidade científica nacional e internacional, visando o seu reconhecimento;
- Promover e divulgar o acervo documental da Câmara Municipal de Lisboa à guarda do Arquivo;
- Proporcionar a divulgação de estudos com base na documentação do Arquivo.

POLÍTICA DE ACESSO E *COPYRIGHT*

Os Cadernos do Arquivo Municipal reservam-se o direito de publicar, reproduzir e divulgar os artigos no *website* do Arquivo Municipal de Lisboa, em repositórios e diretórios de acesso aberto.

A revista Cadernos do Arquivo Municipal adotou a licença *Creative Commons* CC BY-NC.

Os leitores podem ler, descarregar, imprimir ou referenciar os artigos sem autorização prévia da publicação ou dos autores, desde que mencionada a autoria e local de publicação.

A aceitação de um artigo pressupõe a transmissão dos direitos de publicação do autor para o editor da revista (ver anexo 3).

É da inteira responsabilidade dos autores a obtenção de permissão para reproduzir imagens ou outro material cativo de direitos (autorais, patrimoniais ou outros).

ORGANIZAÇÃO TÉCNICA DA PUBLICAÇÃO

Os Cadernos do Arquivo Municipal têm como diretor o responsável pelo Arquivo Municipal de Lisboa ou quem detenha as competências que lhe são atribuídas. É da sua responsabilidade garantir a publicação da revista de acordo com a periodicidade pré-estabelecida, assim como o cumprimento da política editorial.

O diretor delega no Conselho Editorial a política editorial dos Cadernos do Arquivo Municipal e a sua função executiva.

A revista conta com um Conselho Científico, de natureza consultiva, constituído por investigadores nacionais e

internacionais de reconhecido mérito. Aos seus membros compete validar a política editorial, a escolha do Coordenador Científico e as propostas de temas para cada número.

A revista conta ainda com uma Comissão Externa de Avaliadores, constituída por um painel de investigadores de reconhecido mérito, de diversas áreas científicas, provenientes de instituições nacionais e estrangeiras, que asseguram o processo de revisão anónima por pares (*blind peer review*).

Para cada número pode ser convidado um Coordenador Científico, a quem compete definir a temática e as linhas orientadoras do número que coordena, divulgar a chamada para artigos junto dos seus pares, proceder à apreciação e seleção prévia dos artigos recebidos, e propor novos avaliadores.

NORMAS DE REDAÇÃO E INSTRUÇÕES AOS AUTORES

1. Procedimentos Editoriais

- a. Cada número dos Cadernos do Arquivo Municipal é subordinado a um tema, devendo a documentação à guarda do Arquivo contribuir para a fundamentação da argumentação científica dos artigos.
- b. Os Cadernos do Arquivo Municipal publicam artigos científicos, artigos de divulgação (Varia), transcrições paleográficas e resenhas críticas. Com exceção das resenhas, todas as propostas têm de utilizar documentação do Arquivo Municipal de Lisboa.
- c. A submissão de artigos pode ser espontânea ou decorrente de chamada para artigos (*call for papers*).

Os artigos propostos, assim como outras contribuições para publicação, devem ser originais, inéditos, pertinentes e inovadores. Não podem estar simultaneamente em fase de apreciação junto de outro editor, ou propostos para integrar outra revista. A ocorrência de plágio implica a exclusão imediata.

2. Apresentação de Artigos

Os artigos devem ser enviados para o endereço eletrónico da revista: am.cadernos@cm-lisboa.pt.

Após submissão, o Conselho Editorial confirma a receção no prazo máximo de uma semana.

3. Normas para elaboração de artigos

- a. Ficheiro Word, folha em formato A4, com tipo de letra *Times New Roman*, tamanho 12, espaço 1,5 entre linhas;

- b. Línguas: português (segundo o novo acordo ortográfico), castelhano, francês ou inglês;
- c. Título na língua do texto, em inglês e em português;
- d. Nome completo do(s) autor(es), sem abreviaturas, e enquadramento institucional (exemplo: iniciais – desdobramento das iniciais do centro de investigação, Faculdade / Universidade, código postal, país);
- e. Data de submissão do artigo;
- f. Endereço eletrónico do(s) autor(es);
- g. Resumo com o máximo de 150 palavras, na língua do texto, em inglês e em português;
- h. Até 5 palavras-chave, que caracterizem o conteúdo do artigo, na língua do texto, em inglês e em português;
- i. Máximo de 25 páginas (cerca de 40.000 caracteres);
- j. Máximo de 10 imagens, podendo este limite ser alterado pelo Conselho editorial sempre que se justifique;
- k. Índice de todas as imagens, tabelas e quadros, numerados sequencialmente, com legenda associada e menção do local exato a inserir no texto;
- l. Referências a fontes e bibliografia em nota de rodapé;
- m. Citações no corpo do texto até três linhas, entre aspas;
- n. Citações com mais de três linhas em parágrafo próprio, destacado do corpo do texto, em tamanho 11 e com avanço de 1,25 cm à esquerda, sem aspas e a espaço simples entre linhas;
- o. Referências bibliográficas no final do artigo, divididas entre Fontes e Estudos (organizados de acordo com a Norma Portuguesa 405-1, 2, 3 e 4) (ver anexo 1);
- p. Transcrições paleográficas de acordo com as normas definidas pelo Arquivo Municipal de Lisboa (ver anexo 2);
- q. As imagens provenientes do acervo do Arquivo Municipal de Lisboa podem ser utilizadas conforme disponíveis no *website*. No momento da preparação da edição as imagens serão substituídas por versões em alta resolução.
- r. As imagens que não pertencem ao acervo do Arquivo Municipal de Lisboa deverão ser entregues em formato digital JPEG ou TIFF, com uma resolução mínima de 300 dpi, e com 1500 *pixels* de dimensão mínima na largura;

A obtenção dos direitos de publicação das imagens utilizadas nos artigos, que não são do acervo do Arquivo, são da exclusiva responsabilidade dos autores. As imagens só serão publicadas mediante a apresentação de comprovativo da autorização de publicação das mesmas.

Os artigos que não cumpram estas normas não serão aceites para publicação na revista.

O conteúdo dos artigos é da exclusiva responsabilidade dos autores.

4. Seleção e Avaliação de artigos

- a. Os artigos propostos para publicação são submetidos a um processo editorial que se desenvolve em várias fases, de forma gratuita para os autores. Em primeiro lugar, os artigos recebidos são objeto de uma avaliação preliminar por parte do Conselho Editorial e do Coordenador Científico responsável por cada número da revista. Uma vez estabelecido que o artigo cumpre os requisitos formais e os temáticos, são enviados a dois avaliadores externos que determinarão de forma anónima: publicar sem alterações; publicar após correções menores; publicar se for efetuada uma revisão de fundo; ou rejeitar. Em caso de discrepâncias entre as duas revisões, o artigo será enviado a um terceiro avaliador, que decidirá sobre a sua publicação. O resultado do processo de arbitragem é inapelável em todos os casos;
- b. Do mesmo modo, aos autores não é facultada nenhuma informação quanto à identidade dos revisores. Todos os contactos com os revisores e os autores são assegurados pelo Conselho Editorial;
- c. Aos revisores é facultada uma ficha de avaliação, onde registam os seus comentários e sugestões, sendo posteriormente enviada aos autores (ver anexo 4).

Os Cadernos do Arquivo Municipal têm um Regulamento, o qual pode ser disponibilizado quando solicitado ao Conselho Editorial.

Contactos: endereço eletrónico am.cadernos@cm-lisboa.pt e telefone 213807100.

ANEXOS

Anexo 1 | Exemplos das normas para elaboração de referências bibliográficas, citações em nota de rodapé e legendas de imagens

Anexo 2 | Resumo das normas de transcrição paleográfica

Anexo 3 | Modelo de declaração de autorização e transmissão de direitos para publicação

Anexo 4 | Ficha de avaliação científica

ANEXO 1

Exemplos das normas para elaboração de referências bibliográficas, citações em nota de rodapé e legendas de imagens

ESTUDOS

MONOGRAFIAS

Até 3 autores:

APELIDO, Nome – Título: complemento de título. Edição. Local da publicação: Editor, Ano de publicação. Nº de volumes.

Exemplos:

SEQUEIRA, Gustavo de Matos – *O Carmo e a Trindade*. Lisboa: Publicações Culturais da Câmara Municipal, 1939-1941. 3 vol.

CASTILHO, Júlio de – *Lisboa antiga: bairros orientais*. 4ª ed. Lisboa: Sociedade Tipográfica, 1981.

RAMALHO, Margarida de Magalhães; BELÉM, Margarida Cunha – *Exposição do Mundo Português: explicação de um lugar*. Lisboa: Fundação Centro Cultural de Belém, 2016.

Mais de 3 autores:

APELIDO, Nome [et al.] – Título: complemento de título. Edição. Local de Publicação: Editor, Ano de publicação.

Exemplo:

REEVES, Hubert [et al.] – *A mais bela história do mundo: os segredos das nossas origens*. 3ª ed. Lisboa: Gradiva, 1996.

CONTRIBUIÇÕES EM MONOGRAFIAS

APELIDO, Nome – Título da parte ou do volume. In APELIDO, nome (do autor coordenador ou diretor do livro), abreviatura da função (coord., dir., ed., outros) – *Título do livro*. Edição. Local de publicação: Editor, Ano de publicação. Localização no livro (p.).

Exemplo:

CAETANO, Joaquim – O Aqueduto das Águas Livres. In MOITA, Irisalva, coord. – *O livro de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1994. p. 293-312.

ATAS DE

CONFERÊNCIAS/CONGRESSOS/COLÓQUIOS/SEMINÁRIOS/JORNADAS

Atas de congressos com título próprio:

NOME DO CONGRESSO, Nº de edição, local onde realizou, ano – *Título: complemento de título: Atas (Comunicações, outros)*. Local de publicação: Editor, Ano de publicação.

Exemplo:

CONGRESSO DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 2, Coimbra, 1987 – *A integração europeia: um desafio à informação: actas*. Coimbra: Minerva, 1987

Atas de congressos sem título próprio:

NOME DO CONGRESSO, Nº de edição, local onde realizou, ano – *atas (comunicações, outros)*. Local de publicação: Editor, Ano de publicação.

Exemplo:

CONGRESSO DE ARQUEOLOGIA DO ESTADO, 1, Lisboa, 1988 – *Actas*. Lisboa: Faculdade de letras da Universidade de Lisboa, 1988.

PUBLICAÇÕES EM SÉRIE (REVISTAS, JORNAIS)

***Título da publicação*. Local de publicação: Editor. Volume (Vol.) Número (Nº) Ano de publicação (entre parêntesis).**

Exemplo:

Pour: la revue du groupe de recherche pour l'éducation et la prospective. Paris: L'Harmattan. Nº 136 (1993).

ARTIGOS EM PUBLICAÇÕES EM SÉRIE (REVISTAS, JORNAIS)

APELIDO, Nome – Título do artigo. *Título da publicação*. Local de publicação (facultativo): Editor (facultativo). Volume (Vol.) Número (Nº) Ano de publicação (entre parêntesis), Localização na publicação (p.).

Exemplos:

GIULIANO, Frédéric – La référence en archives au XXI siècle: l’impact du numérique sur le travail de référencier: état des lieux. *Archives*. Québec: Association des Archivistes. Vol. 43 Nº 1 (2011-2012), p. 3-18.

FERREIRA, Rosa Trindade – Quinta das Conchas. *Olisipo: boletim do grupo “Amigos de Lisboa”*. Lisboa. II Série Nº 26 (2007), p. 78-91.

TESES, DISSERTAÇÕES E OUTRAS PROVAS ACADÉMICAS

APELIDO, Nome – *Título: complemento de título*. Local de publicação: Editor [s.n.], Ano de publicação. Nota suplementar (Tese de doutoramento em, ou Dissertação de mestrado em).

Exemplo:

LEAL, Joana Cunha – *Arquitectura privada: política e factos urbanos em Lisboa: da cidade pombalina à cidade liberal*. Lisboa: [s.n.], 2005. Tese de doutoramento em História da Arte, apresentada à Universidade Nova de Lisboa.

RECURSOS ONLINE

Monografia, Base de dados:

APELIDO, Nome – *Título: complemento de título* [Em linha]. Local da edição: Editor, Ano de publicação [Consult. (Data da consulta)]. Disponível na Internet: <URL: Endereço da página>.

Exemplos:

BRAGA, Joana – *Instrumentos de descrição dos fundos e colecções do Arquivo Nacional da Torre do Tombo* [Em linha]. Lisboa: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2013 [Consult. 22.1.2013]. Disponível na Internet: <http://antt.dgarq.gov.pt/files/2010/08/ID-2013-vfinal.pdf>.

PORTUGAL. Biblioteca Nacional – *Porbase* [Em linha]. Lisboa: BNP, 1988- . [Consult. 3.12.2012]. Disponível na Internet: <http://porbase.bnportugal.pt/>.

Artigo de publicação em série:

APELIDO, Nome – Título do artigo. *Título da publicação* [Em linha]. Volume (Vol.) Número (Nº) Ano de publicação (entre parêntesis), Localização na publicação (p.). [Consult. (Data da consulta)]. Disponível na Internet: <URL: Endereço da página>.

Exemplo:

SANTOS, Vera – Intervenção arqueológica no Alto do Calvário, Miranda do Corvo: a necrópole rupestre. *Medievalista* [Em linha]. Nº 14 (julho-dezembro 2013), p. 1-37. [Consult. 4.12.2012]. Disponível na Internet: <http://www2.fcsh.unl.pt/jem/medievalista/MEDIEVALISTA14/santos1405.html>.

FONTES

MANUSCRITAS

Instituição (negrito)

Fundo, Coleção, etc., Título do documento, localização no livro, f.

Exemplos:

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Chancelaria Régia – D. João V, Livro 115, f. 36.

Tribunal do Santo Ofício – Inquisição de Lisboa, Processo de José Ferreira, proc. 314.

Arquivo Municipal de Lisboa

Livro 3º de Assentos do Senado, f. 5-5v.

Obra nº 32052, Processo 5767/1ªREP/PG/1904, f. 2

Eduardo Portugal, Comemorações do Duplo Centenário – Exposição do Mundo Português, PT/AMLSB/EDP/001560

Parque da Liberdade: plano geral, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/11/497

CITAÇÕES EM NOTA DE RODAPÉ

Primeira citação:

¹ APELIDO, Nome – *Título* (restantes elementos apresentados como nas referências bibliográficas)

Exemplo:

¹ DANTAS, Júlio; MATA, Caeiro da – Sessão Inaugural do Congresso do Mundo Português. *Revista dos Centenários*. Lisboa: Comissão Executiva dos Centenários. Ano II N.º 19 e 20 (1940), p. 44-49.

LEGENDAS DE IMAGENS

Figura 1 (negrito)

Título, suporte (se aplicável), Autor, dimensões (se aplicável), data.

Instituição detentora, outros dados (se aplicável), Cota.

Exemplos:

Figura 1

Desenho de porta não identificada, 36 x 48 cm, [Lisboa, c. 1661]. Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), Secção de Reservados, LANGRES, Nicolau de – *Desenhos e plantas de todas as praças do Reyno de Portugal....* Cód. 7445.

Figura 1

Palácio dos Viscondes de Porto Covo da Bandeira [em linha], fotografia do estúdio de Mário Novais da aguarela do pintor inglês David Ponsonby, 1968. Arquivo Fotográfico Municipal de Lisboa [Consul. 12.10.2016], disponível na internet: , PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/MNV/001334.

Figura 8

Portal da sacristia do mosteiro de S. Vicente de Fora (Lisboa). © Fotografia da autora.

Figura 2

Planta referente a uma intervenção realizada em 1907, por um dos últimos descendentes do barão de Porto Covo. AML, Obra: 4525, proc. n.º 3243/1.ª REP/PG/1907, p. 2.

Figura 1

Elevation du château d'eau et de l'Aqueduc das Ágoas Livres des eaux libres du côté de la Place das Amoreiras. In MOITA, Irisalva, dir. – *D. João V e o abastecimento de Água à Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal, 1990. vol. II, p.84.

Figura 1

Localização do antigo Colégio de S. Francisco Xavier da CJ (a castanho o edifício do colégio e a verde a cerca),

desenho da autora sobre planta da “Freguezia de Santa Engracia”. Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Códices e documentos de proveniência desconhecida, n.º 153, PT/TT/CF/153. Imagem cedida pelo A.N.T.T.

Figura 7

“Configuração do terreno que ocupava o Ospicio que foi dos Padres Jezuitas, junto com o das recolhidas do Castello cujo terreno se acha situado o Norte fazendo frente as cazas do Almirante; o Sul aos Quarteis do Caes; o Leste as cazas do Conde Sampayo; e Oeste com a Igreja do Paraizo cuja configuração se tirou com aproximação possivel, podendosse medir unicamente o que não era clauzura; e sem moradores”, autor não identificado, c.1797 [data provável]. AHU, Cartografia, Reino, D.19.

ANEXO 2 | RESUMO DAS NORMAS DE TRANSCRIÇÃO PALEOGRÁFICA

Para a transcrição deverão ser seguidas as normas propostas por Eduardo Borges Nunes¹.

As normas são as seguintes:

1. APRESENTAÇÃO

Transcrever de seguida, respeitando a disposição original (títulos e parágrafos), com indicação de mudança de fólio.

Ex: (f. 222).

O hífen de translineação do original desaparece.

2. TRANSLITERAÇÃO

Respeito absoluto pela ortografia original do texto, mantendo exatamente maiúsculas e minúsculas, mas separando as palavras que estiverem no original unidas ou reunindo as sílabas ou letras de uma mesma palavra que se encontrem separadas e conservar sem alteração o uso de u/v e i/j, nas letras simples ou dobradas, etc.

¹ NUNES, Eduardo Borges – *Álbum de paleografia portuguesa*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, [19--].

Manter os antropónimos (apelativo + patronímico + apelido) incluindo *nomini sacra* e os topónimos.

Fiel aos sinais diacríticos com significado fonético (acentos, cedilhas do ç e ç), mas não aos meramente gráficos

Fiel à pontuação original.

Fiel à grafia e disposição das letras numerais, exceto o b que passa a v.

3. ABREVIATURAS

3.1. Princípio de resolução

As abreviaturas resolvem-se tendo em conta a forma extensa usada pelo escriba, ou de uso na época, respeitando as variantes, no caso de mais do que uma forma extensa.

3.2. Forma de resolução

As abreviaturas resolvem-se, com a indicação dos elementos ausentes a itálico.

3.3. Abreviaturas de nasal

As abreviaturas de nasal resolvem-se em “m” ou “n”, consoante a forma extensa, segundo o caso e a época. Nos ditongos, e em vogal antes de vogal de outra sílaba, utiliza-se o til.

As vogais geminadas monossilábicas tratam-se como vogais simples, levando o “m” ou “n” e o til em ditongos.

4. SEPARAÇÃO DE PALAVRAS

Separação simples de palavras ligadas entre si por crase ou elisão, sem uso de apóstrofo nem hífen.

5. ACIDENTES DE TEXTO

Omissão do autor/adição do editor: <...>

Erro do autor corrigido: em nota de rodapé

Erro do autor não corrigido: [sic] e correção do editor em nota de rodapé

Adições heterógrafas: transcrever em nota de rodapé

Adições autógrafas na entrelinha: acrescentar entre <>

Adições autógrafas na margem: tratar como as adições heterógrafas, mencionado:

Ex: Nota marginal à esquerda ou à direita ou à margem esquerda ou à margem direita

Repetição não cancelada: eliminar e indicar em rodapé

Lacuna de suporte: resolvida [nnn] e não resolvida [...] ou (†)

Dúvida de leitura: ... (?)

ANEXO 3 | MODELO DE DECLARAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO
E TRANSMISSÃO DE DIREITOS PARA PUBLICAÇÃO
DECLARAÇÃO

Autor:

Título do artigo:

Autorizo a publicação e transmissão dos direitos de publicação do artigo acima mencionado, para o editor da revista ***Cadernos do Arquivo Municipal***.

Confirmo a originalidade do mesmo e que não foi proposto para publicação em qualquer outra edição.

Local

Data

Assinatura

ANEXO 4 | FICHA DE AVALIAÇÃO CIENTÍFICA

Cadernos do Arquivo Municipal

FICHA DE AVALIAÇÃO CIENTÍFICA

Título: _____

Avaliador: _____

AVALIAÇÃO

1. O artigo cumpre os requisitos para publicação numa revista científica

Sim	Não	Sim com alterações

2. O artigo apresenta-se:

Bem estruturado	Mal estruturado

3. As referências bibliográficas são:

Atualizada	<input type="checkbox"/>
Não atualizada	<input type="checkbox"/>
Adequada	<input type="checkbox"/>
Não-adequada	<input type="checkbox"/>

4. Conteúdo do artigo:

	Insuficiente	Suficiente	Bom	Muito Bom
a) Originalidade do tema				
b) Relevância do tema				
c) Coerência do tema				
d) Profundidade do tema				
e) Adequação do título, resumo, introdução e conclusões				
f) Lógica da argumentação				
g) Adequação dos métodos de investigação				
h) Adequação da análise e interpretação de fontes				
i) Rigor na análise e interpretação de fontes				

5. Observações ao Conselho Editorial:

APRECIÇÃO FINAL (a disponibilizar ao autor)

O texto pode ser publicado como foi apresentado	
O texto pode ser publicado com pequenas correções	
O texto pode ser publicado com consideráveis correções	
O texto não deve ser publicado	

Correções necessárias



